



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em História Social

Curso de Mestrado

**“QUE NOS CONSIDEREM LOUCOS”:  
RELAÇÕES DE PODER E A CONSTRUÇÃO DA  
CATEDRAL DE SEVILHA NO SÉCULO XV**

Cinthia M. M. Rocha

2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em História Social

Curso de Mestrado

**“QUE NOS CONSIDEREM LOUCOS”:  
RELAÇÕES DE PODER E A CONSTRUÇÃO DA CATEDRAL DE  
SEVILHA NO SÉCULO XV**

Cinthia M. M. Rocha

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Beatriz de Mello e Souza

Rio de Janeiro

Abril de 2010

“QUE NOS CONSIDEREM LOUCOS”:  
RELAÇÕES DE PODER E A CONSTRUÇÃO DA CATEDRAL DE SEVILHA NO  
SÉCULO XV

Cinthia M. M. Rocha

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Beatriz de Mello e Souza

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada por:

---

Presidente, Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Beatriz de Mello e Souza

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Renata Vereza

---

Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos

---

Prof. Dr. Francisco José Silva Gomes

Rio de Janeiro

Abril de 2010

Rocha, Cinthia M. M.

“Que nos considerem loucos”: relações de poder e a construção da Catedral de Sevilha no século XV / Cinthia M. M. Rocha. - Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2010. x, 172f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Maria Beatriz de Mello e Souza.

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 161-171.

1. Catedral de Sevilha. 2. arquitetura medieval. 3. séculos XV e XVI. 4. elite urbana. 5. História Social da Arte. I. Souza, Maria Beatriz de Mello. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

*À minha mãe.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, à minha mãe, por seu apoio incondicional, sem o qual a trajetória até aqui não teria sido possível. Agradeço também ao Wagner, meu melhor amigo e meu futuro marido, por suportar o convívio com alguém que optou pela vida acadêmica sem nunca diminuir o carinho que sempre dedicou ao nosso relacionamento.

Aos meus amigos e minha família, agradeço por compreenderem a falta de tempo, a distância e os não infrequentes momentos de mau humor. À minha avó, pela inspiração e pelas orações, ao meu tio Willian, pela atenção e o cuidado, a Ana Claudia, por tratar meu corpo e minha alma, e a Juliana, por desviar minha atenção do trabalho com tortas do Chileno nas horas em que eu precisava respirar.

Agradeço à Professora Dra. Maria Beatriz de Mello e Souza, minha orientadora, pela carinhosa acolhida entre seu grupo de orientandos. Sou muito grata por todos os conselhos, sugestões e críticas, que me fizeram, a cada dia de convívio, ter mais certeza da minha paixão pela Idade Média e pelo estudo da História da Arte.

Não existiriam palavras suficientes para agradecer a Professora Dra. Renata Vereza por toda ajuda e dedicação ao longo destes sete anos. Quando ela me sugeriu que olhasse com mais atenção para a Catedral de Sevilha, eu não imaginava que estaria iniciando ali uma das jornadas mais gratificantes da minha vida.

Agradeço às minhas amigas e colegas de mestrado, Rachel Amaro e Aldilene Marinho César, pelo companheirismo que tornou todas as minhas tarefas mais fáceis e meus dias mais felizes. Meninas, sem a orientação, os conselhos e a ajuda de vocês, esse mestrado teria sido mais árduo e, definitivamente, muito menos divertido.

Expresso também minha gratidão pelos professores que, de alguma maneira, contribuíram para a realização desse trabalho. A Juan Clemente Rodríguez Estevez, Antonio Collantes de Terán Sánchez, Isabel Montes Romero Camacho, Maria Aparecida Rezende Mota e Carlos Ziller, meu muito obrigada. Agradeço também ao professor Francisco José Silva Gomes pelos comentários pertinentes feitos na ocasião de meu Exame de Qualificação.

Meus sinceros agradecimentos também aos funcionários do PPGHIS, em especial Sandra e Rita, por todo o auxílio nas horas de dificuldade e incerteza.

Saibam, todos, que vocês estão em cada página desse trabalho.

*Prefiro os que me criticam, porque me corrigem, aos que me adulam, porque me corrompem.*

Santo Agostinho

## RESUMO

“QUE NOS CONSIDEREM LOUCOS”:  
RELAÇÕES DE PODER E A CONSTRUÇÃO DA CATEDRAL DE SEVILHA NO  
SÉCULO XV

Cinthia M. M. Rocha

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Beatriz de Mello e Souza

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

A presente pesquisa se propõe a investigar a construção da Catedral de Sevilha ao longo do século XV e início do XVI. Considera-se que a construção de um edifício tão importante para uma cidade como as grandes catedrais góticas eram na Idade Média, envolvia a participação de toda a sociedade. Alguns grupos participam indiretamente, fazendo doações à Igreja e pagando o dízimo. Outros têm uma participação direta, escolhendo mestres construtores, fazendo planos, escolhendo a decoração. Priorizaremos o estudo desse último grupo, que corresponde à elite urbana. No período de construção da Catedral, esses grupos estavam em franca disputa pelo poder no interior da cidade e, como não poderia deixar de ser, o conflito em que se encontravam teve influências sobre o edifício e sobre o processo construtivo. Tem-se por objetivo, então, investigar as relações entre esses conflitos e a morfologia da Catedral, buscando associar as propostas de cada grupo para a obra à identidade que queriam criar de si próprios, suas expectativas e experiências. O período delimitado vai de 1401, quando se decide pela construção do novo edifício, e 1537, quando se dá por finalizada a obra gótica. O trabalho segue na esteira lançada por alguns historiadores da arte associados à História Social da Arte, como T. J. Clark, e também pelo historiador Georges Duby, que nos ajudam a pensar as amplas relações entre arte e sociedade.

**Palavras-chave:** Catedral de Sevilha; arquitetura medieval; séculos XV e XVI; elites urbanas; História Social da Arte.

Rio de Janeiro

Abril de 2010

## ***ABSTRACT***

“LET THEM CONSIDER US MADMEN”:  
POWER RELATIONS AND THE CONSTRUCTION OF THE CATHEDRAL OF SEVILLE  
IN THE 15<sup>TH</sup> CENTURY

Cinthia M. M. Rocha

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Beatriz de Mello e Souza

*Abstract* da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

The present work proposes to investigate the construction of the Cathedral of Seville during the 15th and 16th centuries. The construction of a building as important for a city as the gothic cathedrals were in the Middle Ages is considered to have involved the participation of the whole society. Some groups took part indirectly, making donations to the Church and paying the Tithes. Others have a more straightforward participation, choosing constructors, making plans, deciding on the decoration. We will emphasize the study of the latter group, which corresponds to the urban elite. During the construction of the Cathedral, these groups were in a direct dispute for power within the city and, as it could not be otherwise, their conflict had influences over the building and the construction process. Therefore, the objective of this study is to investigate the relations amongst those conflicts and the morphology of the cathedral, seeking for associations between the propositions of each group and the identity they wanted to create for themselves, their expectations and experiences. The period is limited from 1401, when the construction of a new building is decided, to 1537, when the gothic part was completed. This paper follows the works of some historians associated with Social History of Art, such as T. J. Clark, and also of Georges Duby, helping us reflect on the wide relationships between art and society.

**Keywords:** Cathedral of Seville; medieval architecture; 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries; urban elite; Social History of Art.

Rio de Janeiro

Abril de 2010

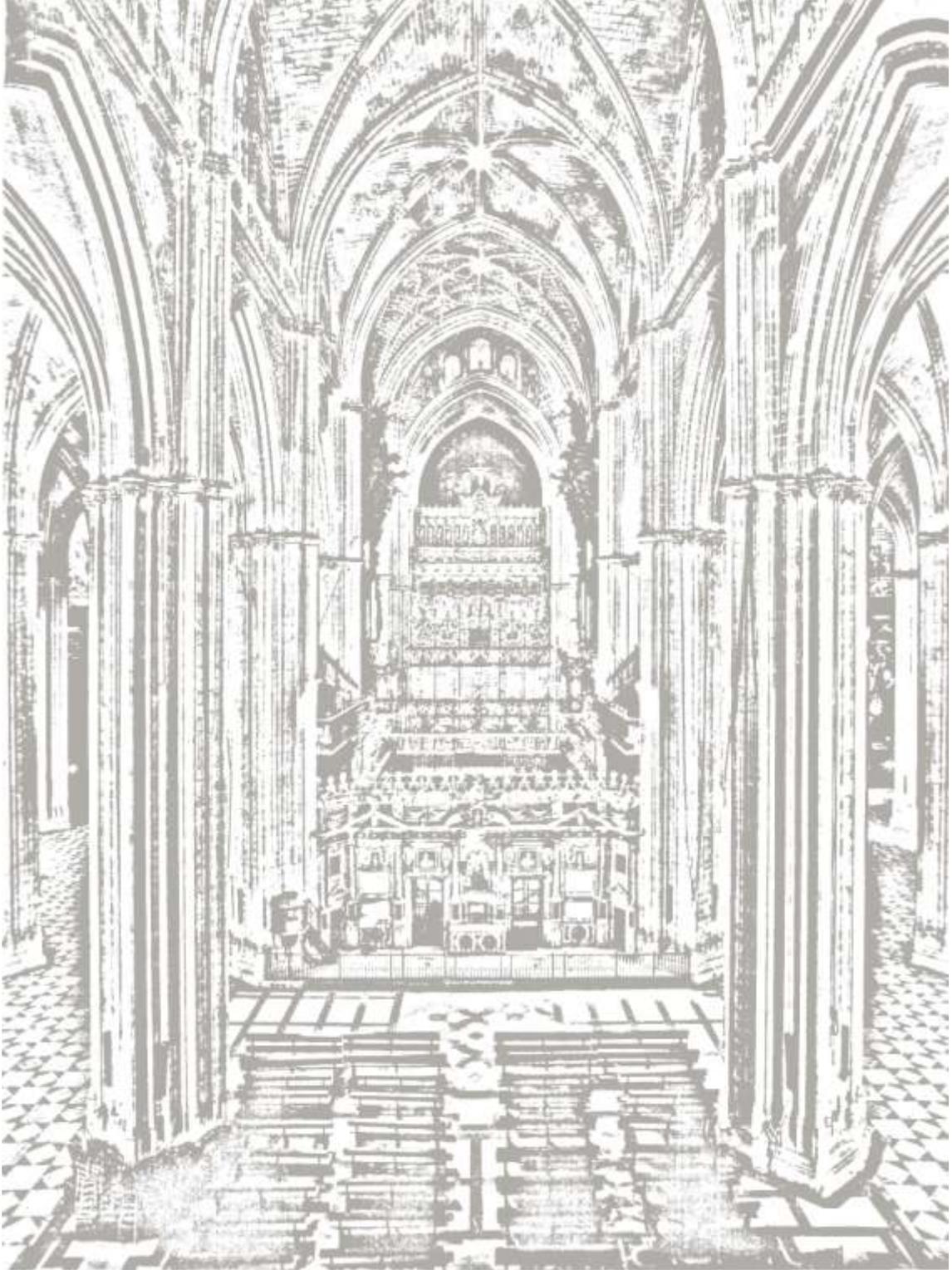
## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1</b>	<b>18</b>
As elites e o reparto do poder no século XV em Castela	
1.1 Formação social e política do Reino de Castela	<b>20</b>
1.2 Disputas em relação ao carácter da monarquia	<b>22</b>
1.3 Conflitos nobreza-monarquia no século XV	<b>28</b>
1.3.1 Dom Alvaro de Luna e o <i>poderío real absoluto</i>	<b>30</b>
1.3.2. O final do século XV e o acerto de forças	<b>35</b>
1.4 Organização social de Sevilha	<b>39</b>
1.4.1 O patriciado urbano no século XV	<b>47</b>
1.5 Relações sociais entre clero, nobreza e monarquia	<b>52</b>
1.5.1 Conflitos em relação à mitra hispalense ao longo do século XV	<b>56</b>
<b>Capítulo 2</b>	<b>63</b>
Erguendo a <i>Magna Hispalensis</i>	
2.1 A catedral e seu entorno	<b>66</b>
2.1.1 O plano urbano sob domínio cristão	<b>73</b>
2.2 A Mesquita Almoåde e sua conversão a Catedral	<b>80</b>
2.3 A importância da catedral	<b>89</b>
2.3.1 O financiamento da <i>obra nueva</i>	<b>93</b>
2.4 O processo construtivo	<b>97</b>
2.4.1 As fases da construção	<b>101</b>

<b>Capítulo 3</b>	<b>108</b>
Projetos para a catedral e relações de poder	
3.1 Breves considerações teóricas	<b>109</b>
3.2 A orientação ideológica do projeto	<b>113</b>
3.2.1 Os ideais políticos	<b>119</b>
3.3 A imagem da cidade	<b>122</b>
3.4 As relações de poder	<b>132</b>
3.4.1 O caso da Capela Real	<b>135</b>
3.4.2 O caso das capelas funerárias	<b>142</b>
<b>Conclusão</b>	<b>153</b>
<b>Referências</b>	<b>161</b>
<b>Anexo A</b>	<b>172</b>
Planta Geral da Catedral de Sevilha	

# Introdução

---



## Introdução

“Façamos uma igreja tal que os que a virem pronta nos considerem loucos”<sup>1</sup>. Com essas palavras, o cabido da catedral teria decidido pela construção da catedral que hoje vemos em Sevilha, segundo nos informa Gestoso y Pérez. Ainda que não haja consenso<sup>2</sup>, consideramos que essa reunião tenha ocorrido no ano de 1401. Naquele momento, a Sede estava vaga, pois o arcebispo havia falecido e nenhum outro havia ainda sido nomeado para seu lugar. Uma decisão de tamanha importância foi, portanto, tomada na ausência do arcebispo da catedral, pelos membros do cabido somente. Estes informaram ainda que, se para a execução de um edifício tão grande, não fossem suficientes as rendas da obra, que cada um usaria de sua própria renda tanto quanto fosse necessário<sup>3</sup>.

Uma decisão tomada de forma tão inusitada levanta questionamentos sobre as circunstâncias que cercaram o ato. Qual motivação moveria afirmações tão veementes? Que grupo era esse que se colocava a frente de uma empreitada tão audaciosa? A construção que se executou, de fato, correspondia aos ideais expressos pelo documento? Em uma primeira análise, o documento que decidia pela construção da Catedral de Sevilha soava como a reafirmação de poder dos membros daquela instituição. Essa hipótese gerou o impulso para uma investigação mais aprofundada e dúvidas como as expressas acima moveram a elaboração dessa dissertação. O que se pretende analisar são as amplas vinculações entre a arte e a sociedade que a produziu, em especial, através das relações de poder estabelecidas entre os grupos envolvidos de alguma maneira com a obra. Assim, o objetivo proposto foi analisar a construção da catedral, buscando naquele processo e no próprio edifício, indícios que nos permitissem compreender melhor os personagens associados a eles e as relações que travavam entre si.

A pesquisa se iniciou pelo exame do edifício da Catedral e de seu processo construtivo. Ele é o documento mais rico e o que mais guarda informações sobre o período

---

<sup>1</sup> “Hagamos una iglesia tal que los que la viesen labrada nos tengan por locos” (Tradução Nossa). GESTOSO Y PÉREZ, José. **Sevilla monumental e artística**. Historia y descripción de todos los edificios notables, religiosos y civiles, que existen actualmente en esta ciudad y noticias de las preciosidades artísticas y arquitectónicas que en ellas se conservan (Sevilla, 1889-1892). Tomo II. Sevilla: Publicación del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Sevilla, 1984. p. 28.

<sup>2</sup> Cf. JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla**: fundación y fábrica de la *obra nueva*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006.

<sup>3</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. t. II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 269.

histórico em que se insere. Portanto, se pretendemos conhecer algo sobre os grupos que a construíram, analisá-la torna-se fundamental. Entretanto, ele nada nos diz se não o olharmos através dos olhos daqueles que o deram vida, fossem eles seus idealizadores ou os que dele faziam uso. Por isso, o passo seguinte foi buscar dados sobre a sociedade sevilhana do século XV e analisar as múltiplas maneiras pelas quais se relacionavam com o edifício.

O estudo se voltou, então, para o cabido, o organismo responsável pela administração eclesiástica e pela obra da nova catedral. Tratava-se de uma das instituições de maior prestígio na cidade, na qual estavam presentes muitos homens ligados a algumas das linhagens mais importantes do reino, o que contribuía para aumentar ainda mais a influência sociopolítica do grupo. Por essa relação com a nobreza, viu-se a necessidade de analisar de maneira mais pormenorizada a atuação sobre a administração urbana daqueles que compunham a elite local. Sevilha se distinguia de outras cidades do reino por possuir um grande número de nobres vivendo no interior das muralhas e que, desde a Reconquista, tomou parte ativa nos ofícios administrativos, chegando, em determinadas ocasiões, a dominá-los. O controle da nobreza sobre a cidade foi motivo constante de atenção por parte dos reis durante séculos, tendo muitos deles interferido, inclusive, sobre a esfera eclesiástica, o que gerou grandes embates entre os grupos mencionados.

Dessa maneira, à medida que a investigação prosseguia, percebeu-se que os conflitos políticos que marcaram a história de Castela no século XV precisavam ser analisados mais profundamente, porque Sevilha, enquanto uma das principais cidades do reino, foi influenciada diretamente por eles. O conflito travado no interior das cidades entre nobreza e Coroa era um importante desdobramento de um conflito mais amplo, que envolvia o próprio caráter da monarquia. Os reis se esforçavam para criar um governo autoritário em que, em última instância, seus desígnios se fizessem valer. A nobreza, ameaçada por essa atitude, buscava garantir os privilégios por ela desfrutados desde períodos recuados, e, assim, tentaram forçar a criação de um governo de base contratual.

Em meio a esses conflitos estava a Catedral de Sevilha, em pleno processo construtivo. Um elemento que nos chama atenção na suposta fala da reunião do cabido é o fato daqueles homens saberem que estavam construindo um edifício grandioso e de importância ímpar. Para a Idade Média, a catedral era muito mais do que um mero local de culto. Ela agregava em si funções religiosas, políticas e econômicas, por ser, além de um local sagrado, também um centro comunal<sup>4</sup>, onde a população podia se reunir para as mais distintas

---

<sup>4</sup> MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

atividades. Sua importância e, em muitos casos, suas dimensões, a convertiam em um elemento de destaque na paisagem urbana e na vida dos habitantes da urbe.

No caso de Sevilha, a catedral se encontrava, em termos da morfologia urbana, no entroncamento entre o político e o econômico. Isso porque, de um lado, encontrava-se o *Alcázar*, ou Palácio Real, e, de outro, as principais áreas de comércio da cidade, sendo seu próprio entorno uma grande zona comercial. Ao seu lado, se localizavam as grandes instituições do período, como o *Colegio de San Miguel* e o *Corral de los Olmos*, que servia como local de reuniões do cabido da catedral e do chamado *Cabildo Civil*, órgão de governo da cidade. A catedral era, portanto, o principal elemento da centralidade urbana<sup>5</sup>. Ela foi construída sob as bases da antiga mesquita monumental da cidade, o que contribuiu para as grandes dimensões que adquiriu, tornando-se o maior templo gótico da Cristandade<sup>6</sup>. Em seu interior encontram-se as dependências utilizadas para o serviço litúrgico e diversas capelas particulares, cujos santos de devoção são variados, assim como suas decorações, que ficavam a cargo dos responsáveis.

A construção de um edifício como o descrito demandava a participação de toda a população. De uma maneira ou de outra, os seus habitantes estavam envolvidos no processo – seja participando dos Ofícios diários, seja através dos dízimos que iam para a Fábrica<sup>7</sup> – ainda que somente alguns poucos grupos tivessem poder decisório sobre os destinos da obra. Por essa intrínseca ligação entre a catedral e a sociedade, podemos partir do princípio de que acontecimentos de vulto que agissem sobre a comunidade teriam influência na gênese de uma obra tão singular. E, como vimos mais acima, a cidade de Sevilha no período estava repleta de conflitos que, de alguma maneira, podiam estar relacionados à construção do edifício, já que as disputas políticas se davam justamente entre grupos que estavam envolvidos em seu planejamento e execução.

Assim, o que pretendemos analisar é de que maneira esses conflitos se materializaram na obra de catedral. Por ser ela um elemento de importância e visibilidade dentro da cidade, ter seu nome associado ao edifício era vital para grupos em luta por poder, já que isso reforçaria seu prestígio sobre a cidade. Mas, para que isso se desse de maneira eficiente, era necessário que fossem capazes de gravar suas identidades de maneira visível na

---

<sup>5</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Una ciudad, una catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006, p. 120.

<sup>6</sup> MARTÍNEZ MONTIEL, Luis; J. MORALES, Alfredo. **La Catedral de Sevilla**. London: Scala, 1999. p. 15.

<sup>7</sup> Por Fábrica entendemos o organismo de caráter técnico e administrativo, dependente o *Cabildo* da Catedral, que assumia a condição de empresa construtora. RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. **Los canteros de la catedral de Sevilla: del gótico al renacimiento**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1998, p. 48.

construção. Assim, acreditamos que o estudo das formas materiais da catedral e suas condições de produção pode nos falar sobre esses grupos, seus ideais e suas maneiras de ver o mundo que os cercava, o que aqui é nosso objetivo.

O período circunscrito para esse estudo começa no ano de 1401, quando ocorre a decisão pela construção da *obra nueva*, apesar do processo construtivo ter se iniciado apenas em 1433<sup>8</sup>. Seu término se dá em 1537, ano que Rodríguez Estévez considera por finalizada a obra gótica<sup>9</sup>. Ainda que o período abrangido seja extenso, acredita-se que seja o necessário para que se observe o desenvolvimento do processo construtivo da catedral e como conflitos que ocorriam ao longo daquelas décadas podem ter agido sobre sua dinâmica.

Uma noção que acompanhará o trabalho é o de cidade. Sua relevância se dá pela necessidade de se considerar a catedral como parte de uma paisagem urbana complexa e não como um elemento único e dissociado de seu redor. Aqui entendemos a cidade como portadora de uma dupla dimensão: morfológica e funcional. A primeira diz respeito às criações humanas, como edifícios e ruas, e também a elementos naturais, importantes componentes da paisagem, como rios, declives, etc.. Entretanto, uma análise que privilegiasse somente essa dimensão ignoraria um importante aspecto que é a relação dessa paisagem com seus habitantes, já que, como afirma Le Goff, a cidade “não é feita somente de pedras, mas em primeiro lugar de homens, de cidadãos”<sup>10</sup>. Ao encontro da proposta desse projeto, o geógrafo Augustin Berque afirma que “a paisagem existe em primeiro lugar na sua relação com o sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de certa lógica”<sup>11</sup>. Assim, nos é permitido compreender através da cidade não só seus

---

<sup>8</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso. Las fechas de las formas: selección crítica de fuentes documentales para la cronología del edificio medieval. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006, p. 50.

<sup>9</sup> RODRÍGUES ESTÉVEZ, Juan Clemente. Los constructores de la Catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006, p. 149.

<sup>10</sup> LE GOFF, Jacques. Cidade. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002. p. 219.

<sup>11</sup> BERQUE, Augustin. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 84.

elementos materiais, mas também aspectos culturais da sociedade que faz uso dela<sup>12</sup>, já que “a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias”<sup>13</sup>.

A dissertação segue uma divisão temática. No primeiro capítulo são analisados os conflitos nobreza-monarquia mencionados anteriormente. Para tanto, se apresentam os grupos envolvidos na disputa, através da análise da formação social do reino de Castela. Nesse capítulo, a atenção se volta para as relações entre a elite e os reis, especialmente na questão que envolve o embate entre o caráter contratual ou autoritário que a monarquia podia adquirir em diferentes períodos, variando conforme o governante e a situação política do reino. Também são considerados os desdobramentos desse conflito, tanto sobre a cidade de Sevilha e sua administração urbana, quanto sobre a esfera eclesiástica e sobre a nomeação de arcebispos pelos reis.

O foco do segundo capítulo é a Catedral de Santa Maria. É nesse momento que o edifício é descrito e que, principalmente, se analisam as condições sociais de sua construção. A investigação parte da análise da estrutura urbana da cidade, tanto sob domínio muçulmano – já que esse período lhe rendeu boa parte de sua configuração – quanto após a Reconquista cristã, quando ocorreram algumas reordenações. Algumas páginas são dedicadas à análise do entorno da catedral, pois sua localização e o diálogo que mantêm com as estruturas vizinhas ajudam a compreender sua importância no contexto urbano. Também se dá atenção ao estudo da antiga mesquita, derrubada para dar lugar à *obra nueva*, pois aquela estrutura teve grande influência sobre o novo edifício. Já após sua conversão em catedral, a importância do edifício é analisada a partir das relações que trava com a população, o que envolve seus usos e seu financiamento. Por fim, se examina o processo construtivo da catedral ao longo do século XV.

O terceiro e último capítulo se dedica à análise das ideologias que influíram sobre a construção do edifício e ao exame da maneira como os ideais de cada grupo são expressos através da catedral. Num primeiro momento, se investiga o conjunto de ideias e valores presentes entre os membros do cabido no momento em que o projeto da nova catedral era gerado e buscam-se correlações entre um e outro. As questões de âmbito político recebem destaque nos tópicos seguintes, especialmente no que diz respeito às relações de poder que

---

<sup>12</sup> Como bem lembra Antonio Edmilson Rodrigues, muitas vezes o que diferencia as sociedades não são as funções que atribuem à priori às cidades, “mas os usos que os homens fazem dela”. RODRIGUES, Antonio Edmilson M.. Os sonhos renascentistas: cidades reais e cidades utópicas. In: RODRIGUES, Antonio Edmilson M.; FALCON, Francisco J. Calazans. **Tempos Modernos**: ensaios de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 132.

<sup>13</sup> CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: \_\_\_\_\_ . **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 8.

interferiram no desenrolar do projeto. A partir daí, são analisados elementos no edifício que representam os projetos e ideologias dos grupos envolvidos e a maneira como cada grupo buscou manifestar sua identidade através da obra.

As relações entre os grupos sociais e a construção da catedral de Sevilha têm, até então, recebido pouca atenção por parte dos pesquisadores. O historiador Antonio Collantes de Terán Sánchez, professor da Universidade de Sevilha, alerta sobre “vazios historiográficos muito importantes”<sup>14</sup>, principalmente no que diz respeito ao financiamento da Fábrica da catedral<sup>15</sup>. Observam-se, pois, lacunas de grande vulto em relação ao que se pretende desenvolver. O tema aqui proposto procura dar uma contribuição nesse sentido, na medida em que pouco tem sido publicado sobre a temática mencionada. Dentre os autores que, de alguma maneira, contribuíram para a execução deste trabalho estão o próprio Collantes de Terán e o professor Juan Clemente Rodríguez Estévez<sup>16</sup>, pois procuram analisar correlatamente a construção da Catedral e as relações sociais no interior da cidade, ainda que suas obras não tratem diretamente sobre o tema em questão.

Uma vasta gama documental foi selecionada para o presente trabalho. Em se tratando de um projeto que se propõe a estudar arquitetura, o próprio edifício em questão torna-se uma das principais fontes de estudo, o que inclui, especialmente, a análise de diversas plantas e projetos da catedral, além de outros elementos, como retábulos, imagens, esculturas, pinturas, vitrais, etc.. Constituem-se também um importante corpus documental as fontes relativas à Fábrica e ao cabido. Foi dada especial atenção aos livros produzidos por cronistas do período e que, em sua maioria, tem o caráter de descrição de eventos passados, pois nos fornecem importantes panoramas sobre o processo construtivo do edifício, sua estrutura e as relações entre os sujeitos envolvidos.

Sem mais, deixo o leitor na companhia dos homens que, durante mais de um século, se envolveram na empreitada monumental de construir a terceira maior catedral do mundo, com o desejo de que este trabalho possa nos aproximar um pouco mais dos ideais que os motivaram e os guiaram.

---

<sup>14</sup> “vacíos historiográficos muy importantes” (Tradução Nossa). COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Una ciudad, una catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006.

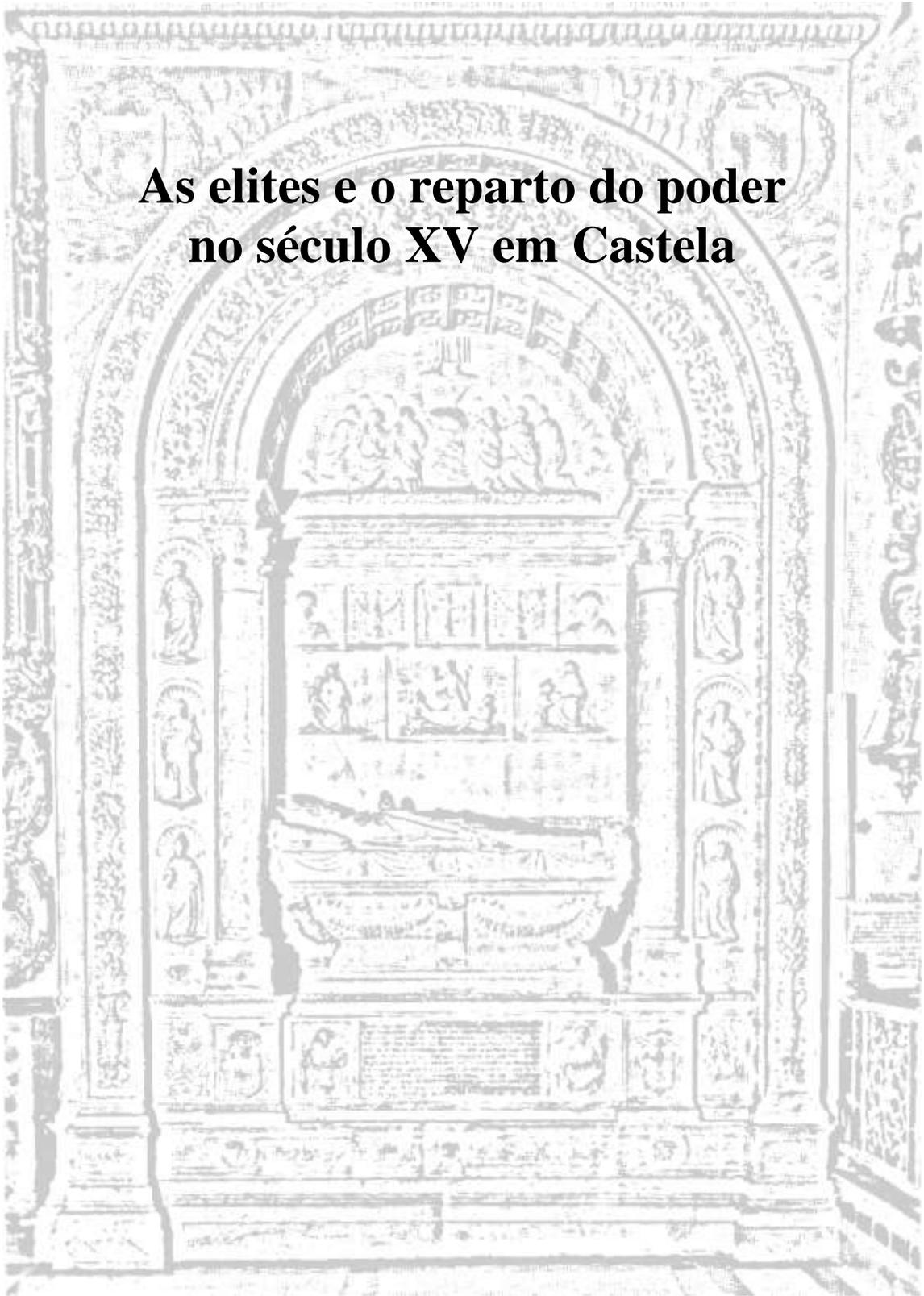
<sup>15</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Una ciudad, una catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 118.

<sup>16</sup> RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. **Los canteros de la catedral de Sevilla: del gótico al renacimiento**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1998.

# Capítulo 1

---

## As elites e o reparto do poder no século XV em Castela



## Capítulo 1

### As elites e o reparto do poder no século XV em Castela

Castela, ao longo do século XV, foi marcada por conflitos que envolviam diversos setores da sociedade. Era um período de reordenação de poderes, a exemplo do que ocorria com outras monarquias europeias nos séculos finais da Idade Média. A Coroa buscava se estruturar, criando para si uma identidade e estabelecendo as prerrogativas do poder régio. Ao fazê-lo, entrava em choque com a aristocracia que, por sua vez, via na existência de uma monarquia forte uma ameaça ao exercício de seu poderio.

Esse processo é longo e tem um de seus pontos-chave na composição das *Siete Partidas*<sup>1</sup> por Alfonso X, o Rei Sábio (1252-1284<sup>2</sup>), como veremos mais adiante. A partir daquele momento em especial, se iniciam os conflitos que visavam estabelecer as esferas de atuação de cada um desses grupos. De um lado, a instituição monárquica que desejava assentar as bases de seu poder na figura de um rei que teria centralizadas em si todas as atividades de governo, sobrepujando as demais forças políticas do país, que deveriam, agora, atuar sob sua autoridade. Por outro lado, a nobreza que queria ter sua parcela de poder assegurada, garantindo, assim, que seu prestígio e privilégios advindos de sua atuação política sobre o reino fossem mantidos. Ainda é preciso considerar nessa equação o poder urbano e a Igreja, ambos lutando por certa autonomia em suas próprias esferas de atuação. O processo culmina com a ascensão dos Reis Católicos ao trono após uma violenta guerra civil que, tendo monarquia e nobreza em lados opostos, questionava a legitimidade da primeira. Os reis colocaram em prática uma série de medidas que visavam à reconciliação do poder real com a aristocracia, num processo que deu origem ao Estado Moderno espanhol.

Este capítulo traçará um perfil dessas instituições, mantendo sempre no horizonte os fatores que provocam um acirramento desse conflito e as mudanças que o processo enfrentou ao longo dos séculos. Será dada especial atenção aos grupos cuja atuação foi mais sensível na cidade de Sevilha: a própria monarquia; os *Grandes*<sup>3</sup>, que tinham ação

---

<sup>1</sup> Corpo normativo composto na época Alfonso X.

<sup>2</sup> As datas se referem ao período compreendido entre o início e o fim do reinado.

<sup>3</sup> Pessoa que tem o grau maior de nobreza na Espanha.

direta sobre a cidade; os membros de suas instituições políticas e o clero, atuante na Sede hispalense.

### 1.1 Formação social e política do Reino de Castela

Ao falarmos da formação social e política dos reinos ibéricos, é preciso termos em mente a forte influência que a Reconquista teve sobre o movimento. É através da Reconquista que a monarquia legitima seu poder, ao mesmo tempo em que se formam as elites políticas do reino. Em parte, isso se deve ao aprofundamento do processo de senhoriação que, embora não seja exclusivo da Península Ibérica, foi favorecido pela ampliação de terras disponíveis proporcionadas pela Reconquista. O aumento de concentração de renda nas mãos de alguns grupos ou famílias, seja por posse direta da terra ou por domínio de alguns rendimentos, provocou um aumento de hegemonia desses sobre camponeses e vilas até então independentes e, conseqüentemente, uma maior hierarquização da sociedade, que passou a ser dominada por esses clãs. Paulatinamente, essas famílias proeminentes começaram a estabelecer laços cada vez mais fortes com a monarquia, pois, durante o processo de Reconquista, tanto a figura do rei, quanto a dos nobres ganharam notoriedade: era necessária uma força que guiasse o reino, assim como era importante a presença de guerreiros que combatessem nas batalhas. A superioridade bélica dos combatentes montados fazia com que a participação da nobreza fosse essencial nos confrontos – esse grupo era o único com recursos suficientes para manter armas e cavalos. Entretanto, a condição imposta para que os nobres participassem da Reconquista era a concessão de benefícios. Essa condição foi satisfatoriamente aceita pela Coroa, principalmente porque a aquisição constante de novos territórios e de dividendos oriundos dos impostos assim o permitia<sup>4</sup>. A situação era interessante para ambos os lados: a nobreza tinha seus desejos atendidos e a Coroa aumentava seu poderio, ao mesmo tempo em que mantinha o forte apoio dos nobres.

A partir do século XII, mas principalmente, a partir do forte avanço da Reconquista percebido ao longo do século XIII, os reis começam a tomar diversas medidas visando ampliar a influência da Coroa sobre o reino e concentrar cada vez mais poder nas mãos da monarquia. Essas medidas partem, inicialmente, da lenta tentativa de substituição do

---

<sup>4</sup> REILLY, Bernard. *Medieval Spains*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 94.

direito consuetudinário pelo Direito Romano. Essas leis reconhecem a superioridade do monarca sobre os demais grupos, pois especificam as prerrogativas reais: cunhar moeda, fazer justiça, estabelecer tributos etc.<sup>5</sup>. Além disso, esses códigos valorizam a territorialidade, o que permite transformar os reinos em unidades jurídicas e territoriais. O objetivo da monarquia era fazer com que as relações de vassalagem pudessem ser substituídas por relações baseadas na origem, ou seja, aquilo que posteriormente vai ser chamado de nacionalidade. Para García de Cortázar, entretanto, as relações feudo-vassálicas permanecem existindo, mas vão adquirindo, pelo menos ideologicamente, um caráter inferior ao de súdito<sup>6</sup>. Segundo José Manuel Nieto Soria:

Representa um caráter muito definidor do que cabe entender como monarquia baixo medieval aquele em que o conceito de reino se identifique com um espaço territorial concreto com respeito ao qual se entende a presença de um vínculo político preeminente enunciado em termos de vínculo de natureza de seus habitantes com respeito ao monarca reinante, além de qualquer outro vínculo político como pôde ser o de vassalagem.<sup>7</sup>

É importante salientar que esse aumento do domínio real teve suas limitações: a penetração dessa legislação nos senhorios nobiliários e eclesiásticos foi mínima, quando não nula, tendo um caráter meramente doutrinário. A atuação real sobre a justiça se fez muito mais presente no nível da municipalidade.

Essa tentativa de centralização encontrou grande resistência por parte da nobreza, durante os séculos que se seguiram a esse primeiro esforço. Em consequência desse movimento, conflitos, aos que García de Cortázar denominou de *nobreza-monarquia*, foram observados em toda a Península, mas especialmente em Castela<sup>8</sup>. Tais disputas estavam relacionadas ao caráter da monarquia e se davam em torno das tendências contratual ou autoritária a que a Coroa podia adquirir durante o processo. Nesse contexto deteremos-nos um pouco mais.

<sup>5</sup> REILLY, Bernard. **Medieval Spains**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 247.

<sup>6</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España: La época medieval**. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 248.

<sup>7</sup> “Supone un rasgo muy definitorio de lo que cabe entender como monarquía bajomedieval el que el concepto de reino se identifique con un espacio territorial concreto con respecto del cual se sobreentiende la presencia de un vínculo político preeminente enunciado en términos de vínculo de naturaleza de sus habitantes con respecto al monarca reinante, por encima de cualquier otro vínculo político como pudiera ser el de vasallaje” (Tradução Nossa). NIETO SORIA, José Manuel. El reino: la monarquía bajomedieval como articulación ideológico-jurídica de un espacio político. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (coord.); MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis Martín Rodríguez (dir.). **Los espacios de poder en la España medieval**. XII Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 30 de julio al 3 de agosto de 2001. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2002. pp. 341-370.

<sup>8</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España: La época medieval**. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 358.

## 1.2 Disputas em relação ao caráter da monarquia

A Reconquista, principalmente, a partir do século XIII, foi responsável por alterar de maneira significativa a estrutura social e política dos reinos ibéricos. Contribuiu ainda para a hierarquização da sociedade, através do acúmulo de renda nas mãos de alguns grupos, além de proporcionar a manutenção de laços do tipo feudo-vassálicas entre os membros dessa aristocracia, dando origem ao que chamamos de sociedade feudal. Foi a Reconquista que possibilitou aos reis ibéricos um precoce impulso centralizador, à medida que a expansão territorial permitia a substituição paulatina do direito consuetudinário pelo Direito Romano. Desse modo, enquanto o Estado se organizava em diversos estamentos, se fortaleciam as relações hierárquicas entre os grupos acima mencionados, formando uma unidade que se centrava na figura do rei.

A composição das *Siete Partidas* inaugura uma das primeiras tentativas de definição da monarquia através das leis. Por meio, principalmente, da *Segunda Partida*, criava-se um modelo ideológico sob o qual se assentaram as bases do poder monárquico que ditaram como a Coroa deveria ser entendida. Esse modelo se esforçava para legitimar o poder real e uma de suas principais funções era a de salientar a primazia da Coroa sob os demais poderes políticos, se tornando a imagem da monarquia. Vejamos o exemplo: “Cabeza del regno llamaron los sabios al rey por las razones que desuso son dichas, et a los homes nobles del regnu pusieron como por miembros”<sup>9</sup>. Nessa concepção, o Estado era entendido como corpo e o rei como cabeça. Essa imagem ajudava a forjar a ideia de unidade ao mesmo tempo em que legitimava a hierarquia existente.

Assim, através dela, não só se legitimam a desigualdade e a hierarquia, como também a convicção de que o Estado é algo mais do que a justaposição de seus membros<sup>10</sup>.

A imagem do rei como um elemento vital para a existência do Estado – como a cabeça é para o corpo – colocava a monarquia como peça-chave nessa sociedade, ao mesmo tempo em que punha a aristocracia como elemento secundário, já que “se os homens podem

---

<sup>9</sup> Ley V, Título IX, Partida Segunda. **Las siete partidas del Rey Don Alfonso el Sabio, cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia**. Tomo II. Madrid: La Imprenta Real, 1807. p. 63. Disponível em: <http://is.gd/oyLv>.

<sup>10</sup> “Así, a través de ella, no sólo se legitiman la desigualdad y la jerarquía, sino también la convicción de que el Estado es algo más que la yuxtaposición de sus miembros” (Tradução Nossa). GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España: La época medieval**. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 350.

viver sem mãos ou sem pés, jamais poderão fazê-lo sem cabeça”<sup>11</sup>. Em decorrência disso, se fortalecia uma doutrina política que - influenciada pelas ideias de Aristóteles<sup>12</sup> - via a sociedade como a soma dos indivíduos, em que uma parte poderia ser sacrificada pelo todo, e que acreditava que o rei, como o criador das leis de fato e por direito, legislava em nome do bem comum.

Entretanto, nos séculos XIV e XV, em meio à sociedade castelhana se fortaleceu também o nominalismo que, desde o século XIII, com Guilherme de Ockham, propunha a valorização da liberdade e do indivíduo. Essas ideias coincidiam com o desejo da aristocracia castelhana de garantir seus prévios direitos frente à crescente autoridade da monarquia, demonstrando que a sociedade do período ansiava por uma via capaz de fazer frente às ideias autoritárias que cresciam junto aos reis. Ainda que os conceitos do nominalismo não tenham ganhado força suficiente para suplantar o predomínio das ideias aristotélicas, a nobreza nunca deixou de tentar criar um governo de base contratual ao longo desses séculos. Um bom exemplo da situação de conflito foi a intensa oposição sofrida pelas *Siete Partidas*: por meio delas, dava-se ao rei poder total – *plena potestas* –, o que gerou grande resistência. Esse conjunto de leis, apesar de ter sido terminado por volta de 1265<sup>13</sup>, só foi promulgado de uma maneira definitiva em 1348, no reinado de Alfonso XI (1312-1350). Se à oposição feita pela aristocracia aos desígnios centralizadores do rei, somarmos o desejo régio de manter um regime cada vez mais autoritário, temos um cenário de constantes conflitos, em que os dois caracteres mencionados – contratual ou autoritário – se alternavam, variando conforme o reinado que se estabelecia<sup>14</sup>.

Ainda em relação a esses caracteres, com a introdução do Direito Romano, se firmou o vínculo político com base na origem, ou seja, a ideia de súdito e as relações entre súditos e o rei. Entretanto, as bases desse contrato não estavam nítidas em Castela, fazendo com que estas relações tendessem a se estabelecer por via da ação política<sup>15</sup>. De um lado, os reis que dispunham de uma maior força política aliada à legitimidade do poder, tentaram criar

---

<sup>11</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España**: La época medieval. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 350.

<sup>12</sup> Na mesma Lei V das Siete Partidas, o rei Alfonso X menciona Aristóteles. Cf. Ley V, Título IX, Partida Segunda. **Las siete partidas del Rey Don Alfonso el Sabio, cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia**. Tomo II. Madrid: La Imprenta Real, 1807. p. 63.

<sup>13</sup> HILLGARTH, J. N.. **The Spanish Kingdoms**: 1250-1516. Vol. I. Oxford: Clarendon Press, 1976. p. 298.

<sup>14</sup> Pretende-se ampliar a discussão teórica sobre o caráter da monarquia futuramente, mencionando, inclusive, pensadores como Marsílio de Pádua que também influenciaram o período. Entretanto, devido a uma limitação imposta pela dificuldade em se encontrar bibliografia sobre política em Castela nos séculos XIII e XIV, nos limitamos a uma análise menos aprofundada do assunto.

<sup>15</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España**: La época medieval. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 344.

essa base utilizando códigos de leis que estabeleciam de maneira clara quais as prerrogativas do rei como cabeça do reino. De outro, uma forte aristocracia proprietária de terra buscava representação junto ao monarca, por uma via institucionalizada, manifestada através do Conselho Real<sup>16</sup> e, principalmente, das Cortes<sup>17</sup>, visando criar uma relação entre rei e súditos baseada num pacto que prevalecesse sobre a via autoritária. É por essa razão que os momentos de maior convocatória de Cortes representam tempos de maior debilidade da Coroa, em que os monarcas - impossibilitados por essa debilidade de impor qualquer medida - , se viam em necessidade de estabelecer acordos com os súditos, a fim de permanecer no poder, principalmente com os membros mais fortes, representados por essa aristocracia.

Um dos primeiros reis a encontrar dificuldades em implementar medidas visando a centralização foi Alfonso X, cujo reinado (1252-1284) ficou marcado por uma reação antiautoritária que contestava as ideias romanistas do monarca. A primeira onda de revoltas se deu em 1272, comandada pelo infante Dom Felipe, irmão de Alfonso X, e foi seguida por diversos membros da aristocracia que se sentiram prejudicados pela política centralizadora do rei e exigiam a renúncia dessas ideias pelo soberano. Em 1282 um novo conflito, dessa vez devido a problemas relativos à sucessão real, teve o apoio de boa parte da aristocracia do reino. O conflito foi gerado porque as recém-implementadas *Siete Partidas* davam o direito de sucessão ao filho do primogênito do rei, no caso de o próprio primogênito não poder assumir. Em Castela, após a morte de Alfonso X, de acordo com as *Partidas*, seus sucessores por direito seriam, seus netos, filhos de Fernando de la Cerda (ou Lacerda), que havia falecido, o que motivou a revolta de Sancho, segundo filho de Alfonso, e intensificou a contestação ao conjunto de leis. Liderados por Sancho, os revoltosos conseguiram retirar os poderes do monarca por um breve período, ainda que não o título de rei. Somente três cidades - Sevilha, Múrcia e Badajoz - seguiram fiéis a Alfonso. Além das motivações políticas, essas revoltas também tinham origem no aumento de impostos durante o reinado de Alfonso X, que fixou a *alcabala* em 5% para todas as transações comerciais.

Quando o Rei Sábio veio a falecer em 1284, seu filho Sancho (1284-1295) o sucedeu, à revelia dos desejos do antigo rei e das *Partidas*, e foi apoiado pela nobreza, ainda que uma parte tenha permanecido fiel a Alfonso X e aos chamados infantes de la Cerda. Os anos que se seguiram foram de intensos conflitos entre os grupos envolvidos, motivados pela alegada ilegitimidade de Sancho IV. Sancho se viu obrigado a agraciar a todos aqueles que o

---

<sup>16</sup> Conselho superior que assistia o rei ou julgava em seu nome.

<sup>17</sup> Assembleias realizadas em determinado local onde procuradores de cidades e vilas vizinhas se reuniam com a nobreza e o clero para entregarem ao soberano sugestões que julgavam úteis ao funcionamento do Estado

apoiavam, distribuindo as receitas do reino. Por essa razão, em pouco tempo o rei se viu em necessidade de dinheiro e criou um novo imposto, a *sis*a, acirrando ainda mais os conflitos que tomavam o reino. Esses conflitos se estenderam após a morte do rei, que deixou como herdeiro seu filho Fernando IV (1295-1312) de apenas nove anos. A fragilidade do novo reinado era ainda maior do que a do anterior. Aproveitando-se dessa fragilidade, a nobreza se levantou contra o rei, obrigando a rainha regente, Doña María de Molina a fazer acordos a todo custo com a aristocracia local em nome da manutenção do seu filho no trono, distribuindo terras entre as principais famílias. Temerosas do ganho de poder e da influência dos grandes nobres, as cidades de uniram em apoio à rainha regente, que consegue, finalmente, uma carta papal legitimando Fernando IV no poder. Nesse período, devido à necessidade de apoio e à fraca legitimidade do poder, o caráter contratual entre a monarquia e seus súditos nunca esteve tão claro e pôde ser observado pelo ganho de poder que têm as cidades e as Cortes nesse período.

O reinado de Fernando IV foi curto e marcado por novos acordos entre a aristocracia e o rei, tido como fraco e influenciável. Quando morreu, com apenas vinte e seis anos, seu filho, Alfonso XI (1312-1350) tinha apenas um ano de idade, momento em que se inicia outro período regencial tendo María de Molina à frente. Novamente, o período da menoridade do rei foi marcado por conflitos envolvendo a aristocracia e as cidades, que reclamavam do abuso de poder por parte de alguns membros da nobreza<sup>18</sup>. Para combater esses grupos e se garantir no poder, a monarquia se aliou às cidades mais uma vez e estas aproveitam a situação para garantir certa independência dos desígnios reais.

Essa situação, entretanto, se modificou a partir do momento em que Alfonso XI atingiu a maioridade. Seguindo os passos de seu bisavô, o Rei Sábio, Alfonso agiu de forma enérgica contra os grupos que faziam frente a sua autoridade e adotou medidas visando centralizar fortemente o poder: organizou novamente a administração urbana sob poder real e reafirmou as propostas políticas das *Siete Partidas*, que finalmente foram promulgadas. As realizações autoritárias de Alfonso XI alcançaram ponto culminante com a redação do *Ordenamiento de Alcalá* (1348) que tinha por objetivo reafirmar o poder real, questionando definitivamente as intenções contratuais da aristocracia, ao menos em termos jurídicos.

O reinado do filho e sucessor de Alfonso XI, chamado de Pedro I, o Cruel (1350-1369), foi conturbado e marcado pelo assassinato de diversos inimigos do rei, todos membros das principais famílias nobres do reino – grupo que mais lhe fez oposição devido à

---

<sup>18</sup> HILLGARTH, J. N.. **The Spanish Kingdoms: 1250-1516**. Vol. I. Oxford: Clarendon Press, 1976. p. 306.

continuidade que deu aos projetos autoritários de seu pai. Seu reinado foi iniciado com um conflito por sucessão entre Pedro e seus irmãos bastardos, filhos de Alfonso XI com sua amante de longa data Leonor Núñez de Guzmán. Esse embate se estendeu por todo o reinado e envolveu diversos outros reinos, como França e Inglaterra, que, no contexto da Guerra dos Cem Anos, tomaram partido no conflito de Castela. Segundo palavras de García de Cortázar

[...] em Castela, a forma como Alfonso XI havia conseguido impor seus critérios autoritários – submissão da nobreza, debilitação dos municípios -, sem necessidade de comprometer-se com as forças do reino, fez pensar a seu sucessor Pedro I na possibilidade de governar de costas para elas sem respeitar, sequer formalmente, como havia feito seu pai, as bases do sistema contratual, o que o levou a convocar somente uma reunião de Cortes em todo o seu reinado<sup>19</sup>.

O conflito teve a participação de forças muito distintas do reino, mas, principalmente, de membros das famílias mais abastadas da nobreza, e foi muito extenso, dando origem a uma guerra civil em Castela. De um lado, os nobres encabeçados por Enrique de Trastámara, com o apoio da França; de outro, Pedro I, seguido pela burguesia de Castela e com o apoio inglês. O conflito, que terminou com a decapitação de Pedro, marcou o triunfo da nobreza possuidora de terras sobre a já fraca burguesia castelhana, e marcou a derrota, pelo menos temporária, dos intentos autoritários da monarquia.

Segundo Luis Suárez Fernandez, “a revolução de 1366 é a raiz de um crescimento ininterrupto dessa potente aristocracia que será característica da sociedade hispânica nos três séculos seguintes”<sup>20</sup>. Após o conflito, a dinastia Trastámara, inaugurada por Enrique II (1369-1379), se iniciou com o difícil intuito de equilibrar “o pagamento aos aliados que haviam tornado possível o triunfo trastamarista e o interesse dos primeiros monarcas da nova dinastia em não hipotecar seu futuro como reis”<sup>21</sup>. Assim, cuidadosamente, foram distribuídas as famosas “*mercedes enriqueñas*” entre os membros da aristocracia, evitando, porém, de agraciar os níveis mais altos que pudessem fazer frente à autoridade real. A partir

<sup>19</sup> “[...] en Castilla, la forma en que Alfonso XI había logrado imponer sus criterios autoritarios – sumisión de la nobleza, debilitamiento de los municipios -, sin necesidad de comprometerse con las fuerzas del reino, hizo pensar a su sucesor Pedro I en la posibilidad de gobernar de espaldas a ellas sin respetar, siquiera formalmente, como había hecho su padre, las bases del sistema contractual, lo que lo llevó a convocar sólo una reunión de Cortes en todo su reinado” (Tradução Nossa). GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España: La época medieval**. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 362.

<sup>20</sup> “La revolución de 1366 es la raíz de un crecimiento ininterrumpido de esa potente aristocracia que va a ser característica de la sociedad hispana en los tres siglos siguientes” (Tradução Nossa). SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. p. 12.

<sup>21</sup> “el pago a los aliados que habían hecho posible el triunfo trastamarista y el interés de los primeros monarcas de la nueva dinastía por no hipotecar su futuro como reyes” (Tradução Nossa). GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España: La época medieval**. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 363.

de então, se forma uma nova nobreza de funcionários que ocupa os principais cargos do governo e que, paulatinamente, substitui a antiga nobreza de títulos como potência econômica e social do reino.

Uma vez que se consolida a oligarquia de funcionários a serviço do rei, cabeça das mais representativas linhagens da Espanha moderna e contemporânea, o novo regime deve admitir, pelas suas origens, o fortalecimento da base contratual de governo, o que explica a frequência e importância das reuniões de Corte, em especial durante o reinado de Juan I, e a criação do Conselho Real em 1385 como supremo órgão consultivo da monarquia<sup>22</sup>.

O caráter contratual que se observa a partir do reinado de Enrique II se fortalece ainda mais com Juan I (1379-1390), seu sucessor. Um exemplo disso é o fato de ter sido Juan I o último rei a ter uma cerimônia de coroação em Castela. A partir dele, todos os reis seguintes foram proclamados e aclamados em cada uma das importantes cidades do reino, demonstrando, simbolicamente, que daquele momento em diante o rei adquiria seu título por arbítrio de seus súditos mais do que por desígnios transcendentais<sup>23</sup>.

O que se viu ao longo dos séculos XIII e XIV foi um embate entre a monarquia e as forças da nobreza de Castela em torno do caráter da monarquia, que variou entre autoritário durante os reinados de Alfonso X e Alfonso XI, e contratual durante os anos turbulentos das minoridades de Fernando IV e Alfonso XI, especialmente. Os anos autoritários delegaram aos reinados futuros fortes conjuntos de leis que, baseados no Direito Romano, colocavam o rei num patamar privilegiado no que dizia respeito à criação de leis e à administração do reino, principalmente na esfera municipal, em que os membros da nobreza podiam mais facilmente lhes fazer frente. Os governos contratuais, devido às conjunturas delicadas em que se encontravam, foram responsáveis por pactos que os ligavam à aristocracia ou até pela criação de uma nova aristocracia, como no caso da dinastia Trastâmara. Durante esses períodos, as cidades ganharam autonomia e as Cortes foram parte essencial da administração do reino. O século XV conjugará esses dois fatores, que ainda

<sup>22</sup> “A la vez que consolida esta oligarquía de funcionarios al servicio del rey, cabeza de los más representativos linajes de la España moderna y contemporánea, el nuevo régimen debe admitir, por sus orígenes, el fortalecimiento de las bases contractual de gobierno, lo que explica la frecuencia e importancia de las reuniones de Cortes, en especial durante el reinado de Juan I, y la creación del Consejo Real en 1385 como supremo órgano consultivo de la monarquía” (Tradução Nossa). GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España: La época medieval**. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 364.

<sup>23</sup> Sobre a cerimônia de coroação Cf. ULLMANN, Walter. **Principios de gobierno y política en la Edad Media**. Madrid: Editorial Revista de Occidente, 1971.

gerarão novos conflitos *nobreza-monarquia*. Entretanto, a ascendência dos Trastâmaras ao poder modifica os personagens nesse cenário de luta contínua.

### 1.3 Conflitos *nobreza-monarquia* no século XV

Enrique III (1390-1406) continua o projeto político iniciado a partir da revolução Transtâmara. É em seu reinado que se concretiza um processo de fortalecimento da monarquia, apoiada na criação de uma nobreza que se assentava, definitivamente, como classe política. Paulatinamente, a primeira nobreza, formada, principalmente, por parentes dos reis, teve sua atuação reduzida e foi substituída por uma nova nobreza que “extraía dos grandes ofícios cortesãos sua força principal”<sup>24</sup>. Entretanto, para que fosse possível criar uma nobreza com força política, o rei precisava delegar mais poderes a instituições como o Conselho Real – local de atuação por excelência desse novo grupo que se formava - e, em consequência, tinha seu próprio poder decisório limitado. É por essa razão que o início do século XV em Castela é caracterizado por um predomínio da aristocracia, que passou a controlar todas as grandes instituições de governo, usurpando o papel principal do soberano<sup>25</sup>.

Entretanto, essa nova nobreza não chegou a formar um grupo coeso. Em seu interior, variadas disputas políticas dividiam os grandes nobres em facções que lutavam em lados opostos no governo. Apesar dos esforços no início do reinado de Enrique III em conciliar os dissidentes, o processo não obteve sucesso e sofreu um grande revés nos últimos anos de vida do monarca: devido a sua saúde frágil e à ausência de herdeiros homens, cresceu no seio do grupo nobiliário o apoio a Fernando, o Antequera, irmão do rei. Entretanto, um ano antes da morte de Enrique, nasceu um herdeiro, limando os anseios de seu irmão em assumir o trono. Ainda que a descendência estivesse garantida na figura do infante que viria a ser Juan II (1406-1454), um importante grupo da nobreza manteve seu apoio a Fernando, que se tornou regente durante a menoridade de seu sobrinho, conjuntamente com Catalina de Lancaster, a rainha viúva. A divisão que se forma originou grandes disputas ao longo de todo o século XV, quando os descendentes de Fernando, chamados *Infantes de Aragón*, ameaçaram continuamente o reinado de Juan II.

---

<sup>24</sup> “extraía de los grandes oficios cortesanos la fuerza principal” (Tradução Nossa). SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. p. 133.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 135.

No cerne das disputas entre os bandos nobiliários, estavam as cidades. Luis Suárez Fernandez ressalta como, a partir daquele momento, se detecta que

alguns membros da nobreza se instalavam nas cidades, exercendo pressão sobre seus moradores e, inclusive, usurpando em seu exercício as funções públicas.<sup>26</sup>

Ladero Quesada também comenta o fenômeno.

Ao longo do século XV, desde a morte de Enrique III em 1406 até a pacificação de 1476 a 1480, as cidades de realengo foram mais vítimas das disputas entre monarquia e alta nobreza, ao verem-se mediatizadas pelas grandes linhagens em luta ou sujeitas a uma pressão excessiva da fiscalidade monárquica [...] Os moradores daquelas cidades haviam padecido mais do que ninguém com os abusos gerados pelas desordens e anarquias. As usurpações de poder, rendas e terras do Concelho haviam estado na ordem do dia, e, inclusive, a transferência completa de jurisdição, cedida às vezes pela Coroa a algum alto nobre.<sup>27</sup>

O domínio das cidades pela alta nobreza se fazia por meio do controle das instituições urbanas<sup>28</sup>. As principais famílias passaram a dominar os ofícios mais importantes do Concelho, em especial as *alcadías mayores*, que lhes permitiam presidir os *cabildos*; os *alguacilazgos mayores*, que permitiam o controle das milícias urbanas<sup>29</sup>; e as *mayordomías*, que permitiam a gestão da fazenda municipal<sup>30</sup>. Muitas vezes, o controle dessas instituições se

<sup>26</sup> “algunos miembros de esta nobleza se instalaban en las ciudades, ejerciendo presión sobre sus moradores e incluso usurpando en su ejercicio las funciones públicas”. (Tradução Nossa). SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. p. 133.

<sup>27</sup> “A lo largo del siglo XV, desde la muerte de Enrique III en 1406 hasta la pacificación de 1476 a 1480, las ciudades de realengo fueron más bien víctimas de las pugnas entre monarquía y alta nobleza, al verse mediatizadas por los grandes linajes en lucha o sujetas a una presión excesiva de la fiscalidad monárquica [...] Los vecinos de aquellas ciudades habían padecido más que nadie los abusos generados por desórdenes y anarquías. Las usurpaciones de poder, rentas y tierras concejiles habían estado a la orden del día, e incluso la transferencia completa de jurisdicción, cedida por la Corona a veces a algún alto noble.” (Tradução Nossa) LADERO QUESADA, Miguel Ángel. Corona y ciudades en la Castilla del siglo XV. **En la España medieval**. Madrid, nº 8, 1986. pp. 551-574.

<sup>28</sup> Mais adiante se esmiuçarà o funcionamento dessas instituições e seus cargos.

<sup>29</sup> SÁNCHEZ SAUS, Rafael. Los patricios urbanos. In: LADERO QUESADA, Miguel Ángel (coord.). **El mundo social de Isabel La Católica**. La sociedad castellana a finales del siglo XV. Madrid: Dykinson, 2004. p. 148.

<sup>30</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. La elite financiera en la Sevilla bajomedieval: los mayordomos del Concejo. In: COLLANTES DE TERÁN SANCHEZ, Antonio. **Una gran ciudad bajomedieval**: Sevilla. Sevilla: Universidad de Sevilla; Secretariado de Publicaciones, 2008. pp. 169-194.

dava através de uma prática conhecida como *acostamiento*, em que, mediante procedimentos muito variados, a elite local colocava diversos funcionários a seu serviço<sup>31</sup>.

Frequentemente os bandos nobiliários que haviam se formado entravam em disputas pelo controle das cidades mais importantes dentro de suas áreas de atuação. O caso de Sevilha torna-se exemplar: durante todo o século XV a cidade esteve em meio a conflitos armados entre as famílias Guzmán e Ponce de León por “ el deseo de mandar cada uno solo á Sevilla”<sup>32</sup>. Este foi o caso entre 1416 e 1420 quando, após a morte de Fernando I – agora também rei de Aragão –, a nobreza se dividiu novamente e, uma querela interna<sup>33</sup> provocou um violento conflito armado entre esses dois grupos, em que foi necessária a intervenção da rainha regente e, após sua morte, do Conselho Real, enviando *corregidores*<sup>34</sup>.

Os anos que se seguiram foram marcados pelo predomínio político do valido de Dom Juan II, Alvaro de Luna. Luna penetrou na Corte através de seu tio Pedro de Luna, arcebispo de Toledo, e logo ganhou a confiança de Juan II, que era, então, apenas um menino e sobre quem exerceu grande influência. A atuação de Alvaro de Luna junto ao rei, e o grande poder de que ainda dispunham os Infantes de Aragão entre os nobres castelhanos, dividiu ainda mais um grupo já pouco coeso. Estava formado o cenário para uma das maiores disputas entre monarquia e nobreza na Castela medieval.

### 1.3.1 Dom Alvaro de Luna e o *poderío real absoluto*

Quando Dom Fernando morreu, deixou sua função junto ao rei de Castela para seus filhos, os Infantes de Aragão. Logo após a morte de sua mãe, Juan II foi declarado maior de idade. As Cortes celebradas em Madri no ano de 1419 marcariam o início do seu reinado e através delas é possível observar as forças atuantes ao redor do rei.

<sup>31</sup> SÁNCHEZ SAUS, Rafael. Los patriciados urbanos. In: LADERO QUESADA, Miguel Ángel (coord.). **El mundo social de Isabel La Católica**. La sociedad castellana a finales del siglo XV. Madrid: Dykinson, 2004. p. 149.

<sup>32</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 358.

<sup>33</sup> Dom Alonso Perez de Guzmán, senhor de Ayamonte e *alcaide mayor*, era casado com Doña Leonor de Stúñiga, filha de Dom Pedro de Stúñiga, *Justicia Mayor* do reino, e irmã de Dom Pedro de Stúñiga, também *alcaide* de Sevilha. Segundo relata Ortiz de Zúñiga, Dom Alonso tinha diversos casos extraconjugais que eram bem conhecidos na cidade, motivando a ira do cunhado e levando a um conflito armado. Ao tomar conhecimento do que vinha ocorrendo na cidade, o Conde de Niebla, Enrique Pérez de Guzmán, se aliou a Dom Pedro contra seu irmão. Mais tarde, Dom Pedro Ponce de León, devido a sua rixa com o Conde de Niebla, entrou no conflito contra ele, apoiando seu irmão, Dom Alonso Perez.

<sup>34</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 358.

Sepades que enel ayuntamiento que yo agora fize en la villa de Madrid, después que conpli la mi hedat de catorze años e tomé e me fue entregado el rregimiento delos mis rregnos e sennorios, e estando conmigo enel dicho ayuntamiento los Infantes don Iohan e don Enrique e don Pedro, mis primos, e çiertos perlados arçobispos e obispos e condes e rricos omes e maestros delas Ordenes, caualleros e doctores del mi Consejo, me fueron presentadas çiertas peticiones generales por los procuradores de las çibdades e villas delos dichos mis rregnos que ami vinieron al dicho ayuntamiento, alas quales yo, con acuerdo delos dichos Infantes mis primos e delos dichos perlados e condes e rricos omes e maestros, caualleros e doctores del mi Consejo que conmigo estauan, di çiertas rrespuestas [...]<sup>35</sup>

Nessa reunião de Cortes, as cidades apresentaram diversas petições, dentre elas uma que solicitava a maior participação do Terceiro Estado no Conselho Real.

e quelos mis rregnos e todos los otros rregnos de christianos son departidos en tres estados es asaber, estado eclesiástico, e militar, e estado de cibdades e villas; e commo quier que estos tres estados fuesen vna cosa en mi seruicio, [...] por ende que me soplicauades que estudiesen enel mi Consejo algunas personas de algunas delas mis cibdades e por parte dellas, especial mente enel dicho tienpo déla mi tierna hedat.<sup>36</sup>

Em todos os casos, a resposta do rei foi negativa<sup>37</sup>, o que motivou um grupo de nobres liderados pelo Infante Enrique a tentar retirar Juan II da influência de Alvaro de Luna e outros nobres, acusados de exercerem um domínio excessivo sobre o rei. Enquanto o Infante Juan de Aragão permanecia longe das Cortes, que em 1420 se celebravam em Valladolid, Dom Enrique invadiu o castelo onde se encontrava o rei e o “resgatou”. Alvaro de Luna acompanhou o monarca e, por sua influência, Dom Juan de Aragão foi contatado para libertar o rei naquele mesmo ano. A partir daquele momento, o poder de Luna se ampliava: ele havia logrado a diminuição do poder dos Infantes ao colocá-los em lados opostos.

Durante todo o tempo, Alvaro de Luna procurou basear seu poder numa segunda nobreza sedenta por benefícios. Quando de sua primeira vitória, após diminuir a influência dos grupos rivais, Dom Alvaro tratou de premiar seus apoiadores por meio do rei. Ele próprio foi um dos grandes beneficiados ao receber diversos senhorios<sup>38</sup> e a espada de

<sup>35</sup> **Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla**. Tomo III. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1866. p. 10.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>37</sup> SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. p. 181.

<sup>38</sup> Cf. MIGUEL DE FLORES, Josef. **Cronica de D. Alvaro de Luna**. Vol. 5. Madrid: Imprenta de D. Antonio de Sancha, 1784.

*condestable*<sup>39</sup> de Castela em 1423. Essa entrega de benefícios foi criticada e denunciada como prejudicial ao governo e às cidades, como é possível verificar pelo caderno das Cortes de Pelenzuela em 1425<sup>40</sup>, mas não impediu Luna de continuar usando este artifício para agregar ao seu lado uma grande parcela da nobreza. Já nessa época é possível perceber a criação de um programa político orientado pelo valido e seguido por seu bando nobiliário: era preciso reforçar o poder real para garantir a estabilidade dos domínios adquiridos. Além disso, para Dom Alvaro, ao fortalecer a autoridade real, fortalecia o próprio poder.

Entretanto, Alvaro de Luna não foi capaz de eliminar o poder exercido pelos Infantes de Aragão e a eles se somou uma grande parte da alta nobreza que também tinha seu próprio programa político: criar um governo de estrutura contratual, ligando a monarquia às grandes linhagens, que compartilhariam com o rei o exercício de seu poder. Segundo García de Cortázar, a incapacidade da nobreza em lograr seus objetivos por meio institucionais “explica as contínuas lutas da primeira metade do século XV em Castela e a escassa estabilidade de todo o tipo de aliança através das quais vão se engrandecendo as linhagens nobiliárias”<sup>41</sup>. De fato, entre as décadas de 20 e 40 do século XV os conflitos se sucederam quase ininterruptamente, com os grupos rivais alternando momentos de força e debilidade.

Esta nobreza tinha pela consciência de que formava uma elite política e, por conseguinte, de que a ela correspondia a função da governar. [...] Por isso, quando Dom Alvaro tentar reforçar os poderes da Coroa, exercendo-os, ela voltará a se rebelar. Na política do *condestable* havia um duplo contrassentido: não se pode ser cabeça da nobreza e, ao mesmo tempo, sacrificar-la; tampouco é congruente defender o estabelecimento dos poderes do rei reduzindo este a uma sombra.<sup>42</sup>

Uma dessas batalhas é especialmente importante para o contexto sevilhano do período. Numa ofensiva sobre Andaluzia, o Infante Dom Enrique de Aragão, auxiliado pelo Conde de Arcos, Pedro Ponce de León, tentou invadir Sevilha. A cidade resistiu à invasão

---

<sup>39</sup> Na Idade Média em Castela, homem que exercia a primeira dignidade da milícia. Tornou-se com o tempo um cargo honorífico.

<sup>40</sup> **Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla**. Tomo III. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1866. pp. 50-79.

<sup>41</sup> “explica las continuas luchas de la primera mitad del siglo XV castellano y la escasa estabilidad de toda clase de alianzas a través de las cuales van engrandeciéndose los linajes nobiliares” (Tradução Nossa). GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España: La época medieval**. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 368.

<sup>42</sup> “Esta nobleza tenía plena conciencia de que formaba una elite política y, por consiguiente, de que a ella correspondía la función de gobernar. [...] Por eso cuando don Álvaro intente reforzar los poderes de la Corona, ejerciéndolos, volverá a sublevarse. En la política del condestable había un doble contrasentido: no se puede ser cabeza de la nobleza y, al mismo tiempo, sacrificarla; tampoco es congruente defender el restablecimiento de los poderes del rey reduciendo a éste a ser una sombra.” (Tradução Nossa) SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. p. 213.

tendo o apoio principal do Conde de Niebla, Dom Juan de Guzmán. Após a partida do Infante, a batalha prosseguiu entre os Guzmán e os Ponce de León e terminou com a anexação de vários territórios da região por Guzmán, inclusive alguns de seu tio, senhor de Aymonte, seu inimigo histórico. Como gratificação pelos serviços prestados nessa ocasião, o rei concedeu a Dom Juan de Guzmán o título de Duque de Medina Sidonia, um dos mais importantes da Castela medieval. A Sevilha, pela resistência, o rei acrescentou o título honorífico de *Muy Leal* ao título de *Muy Noble*, o qual a cidade já possuía desde Fernando III (1217-1252), passando, então, ser chamada de *Muy Noble y Muy Leal ciudad de Sevilla*<sup>43</sup>.

Um dos pontos-chave na disputa entre os bandos nobiliários é a Primeira Batalha de Olmedo, em 1445, e a reunião de Cortes que se realiza logo em seguida nessa mesma cidade. No conflito os Infantes de Aragão foram finalmente vencidos e, em consequência de ferimentos adquiridos, Dom Enrique de Aragão veio a falecer. A batalha marca, portanto, a vitória de Dom Alvaro de Luna e do grupo de nobres liderados por ele - que, decerto, perceberam que uma ameaça ao poder real representava uma ameaça a seus próprios domínios. Mas Olmedo marca, acima de tudo, uma vitória do projeto político de Luna, porque nas Cortes daquele ano foram definidas as prerrogativas do poder real através da promulgação de leis da Segunda Partida. O discurso presente no texto das Cortes cria um modelo ideológico baseado em um princípio: o *poderío real absoluto* erguido sobre uma base teológica<sup>44</sup>.

Ainda que o termo *poderío real absoluto* e a argumentação de base teológica já tivessem sido empregados em Cortes anteriores<sup>45</sup>, é em Olmedo que esse modelo parece ganhar corpo e articular critérios jurídicos e políticos<sup>46</sup>. Segundo afirma José Manuel Nieto Soria:

Será precisamente a partir de 1445 quando, à medida que vai ter lugar uma significativa potencialização do poder absoluto do rei castelhano, também se multipliquem as referências à origem divina do poder régio. O texto das Cortes de Olmedo, como eco direto dos ensinamentos da Segunda Partida, não pode oferecer melhor testemunho a respeito. Nele, junto com a consideração do rei como ungido e vicário de Deus, o que o situa acima de

<sup>43</sup> Sobre o conflito de 1444 e as mencionadas entregas de título: Cf. ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo II. Madrid: Imprenta Real, 1795. pp. 420-425.

<sup>44</sup> **Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla**. Tomo III. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1866. pp. 456-494.

<sup>45</sup> Ex.: Cortes de Valladolid em 1440 e 1442.

<sup>46</sup> NIETO SORIA, José Manuel. El «poderío real absoluto» de Olmedo (1445) a Ocaña (1469): La monarquía como conflicto. In: **En la España medieval**, nº 21. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, 1998. pp. 159-228.

qualquer contestação por parte de seus patrícios; se expõe com toda a precisão a posição do monarca acima das leis, o justificando de novo a partir da sua eleição por Deus.<sup>47</sup>

Desse movo, se leva a cabo o projeto político de Alvaro de Luna ao colocar nas mãos do rei a potestade legislativa, eliminando, ao menos ideologicamente, quaisquer limites à atuação real, como define a Segunda Partida: “Et tiene el rei lugar de Dios para facer justicia et derecho en el reyno en que es señor”<sup>48</sup>. Essa ideia era reforçada pela fórmula que passou a ser cada vez mais comum na documentação real em Castela: “de mi poderío real absoluto, motu proprio e cierta ciência”<sup>49</sup>, que vinha expressar a capacidade pessoal do rei em fazer justiça<sup>50</sup>. Ainda que questionemos a existência de um “poder absoluto” de fato e que saibamos de todas as limitações – Cortes, Conselho Real, etc. – que eram impostas à atuação da Coroa, parece não haver dúvida de que as Cortes de Olmedo ajudaram a configurar um modelo de monarquia que continuou sendo utilizado pelos reis seguintes, embora com determinados matizes, mas que definia certas características do poderio real.

O que de início pareceu uma vitória retumbante de Alvaro de Luna, logo se converteu no começo de sua derrocada. Acusado de usurpar o poder real, por uma grande parcela da alta nobreza liderada pelo Príncipe de Astúrias, Dom Enrique, e por seu valido, Juan Pacheco, e ainda contando com a perda da confiança real por influência da nova rainha, Dona Isabel de Portugal, Dom Alvaro foi degolado em Valladolid em 1453, numa decisão levada a cabo por mandado do rei, baseada em algo que o *poderío real absoluto*, pelo qual tanto lutou Dom Alvaro, lhe permitia<sup>51</sup>. Na verdade, o grande erro de Alvaro de Luna foi não ter repartido com a alta nobreza que lhe apoiava a parcela do poder real que ela julgava possuir. Enquanto Luna lutava por um poderio real que fortaleceria a nobreza, esta o apoiou;

<sup>47</sup> “Será precisamente a partir de 1445 cuando, a la vez que va a tener lugar una significativa potenciación del poder absoluto del rey castellano, también se multipliquen las referencias al origen divino del poder regio. El texto de las Cortes de Olmedo, como eco directo de las enseñanzas de la Segunda partida, no puede ofrecer mejor testimonio al respecto. En él, junto con la consideración del rey como ungido y vicario de Dios, lo que lo sitúa por encima de cualquier contestación por parte de sus naturales; se expone con toda rotundidad la posición del monarca por encima de las leyes, justificándolo de nuevo a partir de su elección por Dios” (Tradução Nossa). NIETO SORIA, José Manuel. La Segunda Partida en los debates políticos de la Castilla del siglo XV. **E-Spania**: Revue électronique d'études hispaniques médiévales. Paris, n° 5, 2008. p. 5.

<sup>48</sup> Ley VII, Título I, Partida Segunda. **Las siete partidas del Rey Don Alfonso el Sabio, cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia**. Tomo II. Madrid: La Imprenta Real, 1807. p. 9. Disponível em: <http://is.gd/oyLv>.

<sup>49</sup> Cf. NIETO SÓRIA, José Manuel. **Orígenes de la Monarquía Hispánica**. Propaganda y legitimación (Ca. 1400-1520). Madrid: Dykinson, 1999. p. 38.

<sup>50</sup> NIETO SORIA, José Manuel. La Segunda Partida en los debates políticos de la Castilla del siglo XV. **E-Spania**: Revue électronique d'études hispaniques médiévales. Paris, n° 5, 2008. p. 4.

<sup>51</sup> SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. p. 267.

no momento em que percebeu que seus privilégios como grupo político seriam limitados, se uniu para eliminá-lo.

### 1.3.2. O final do século XV e o acerto de forças

Quando Enrique IV (1454-1474) assumiu o poder após a morte de seu pai, a situação política e social de Castela revelava um total predomínio da aristocracia. Após a Primeira Batalha de Olmedo, diante do que foi chamado de “tirania” de Dom Alvaro de Luna, as elites se rebelaram e um grande conflito armado tomou conta do reino. A grande distribuição de senhorios e benefícios à nobreza dividiu profundamente a região e colocou boa parte das rendas da Coroa nas mãos da aristocracia<sup>52</sup>. Nas cidades, sabemos através das reclamações feitas em Cortes, que a nobreza havia dominado os cargos da administração urbana<sup>53</sup>, como veremos mais adiante, através do exemplo de Sevilha. O que se viu foi, portanto, a formação de um governo comandado pela alta nobreza, tendo Juan Pacheco, o valido de Enrique IV, como cabeça.

A pacificação do reino e o aumento das rendas, através da distribuição do patrimônio dos Infantes de Aragão e da recuperação de alguns territórios, permitiram ao rei exercer “uma verdadeira liderança monárquica em Castela”<sup>54</sup>. Porém, sua excessiva passividade em relação à nobreza e aos membros de sua corte eram vistas como debilidade pela elite. É difícil esclarecer os motivos que provocaram a intensa oposição sofrida por Enrique IV desde os primeiros anos de seu governo. García de Cortázar afirma que algumas de suas medidas suscitaram o receio das elites, que buscaram se defender<sup>55</sup>. Para Suárez Fernández a guerra de desgaste contra Granada era vista pela nobreza como covarde e contrária ao espírito de cavalaria, o que teria motivado as críticas contra o rei<sup>56</sup>. O que de fato se sabe é que o período foi marcado pelo surgimento de diversas lendas que prejudicavam a imagem do rei, que, inclusive, entrou para a história com o epíteto de “o impotente”.

Nesse momento ocorreu uma nova ruptura entre as elites. De um lado, um grupo de altos nobres liderados por Pacheco e que se nutria dos frutos de seu projeto político:

<sup>52</sup> SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. p. 269.

<sup>53</sup> **Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla**. Tomo III. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1866. p. 643-672.

<sup>54</sup> “una verdadera jefatura monárquica en Castilla” (Tradução Nossa). GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España: La época medieval**. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 368.

<sup>55</sup> Idid., p. 368.

<sup>56</sup> SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. p. 281.

fortalecer os *Grandes*, limitando a ascendência de novas linhagens, para o que obteve o apoio de membros importantes do reino, ao mesmo tempo em que se limitava os poderes do rei para criar um verdadeiro governo da alta nobreza. De outro lado, um grupo importante via na diminuição do prestígio do rei um perigo à legitimidade da monarquia, o que poderia conduzir a uma crise que colocaria em risco o reino e a própria nobreza. Portanto, esse grupo, que tinha o apoio de membros de destaque da linhagem dos Mendoza, para além de qualquer crítica que poderia ter contra o rei, lutou para apoiá-lo e fortalecer o poderio real, principalmente quando se cogitou substituí-lo por seu irmão Alfonso.

Claramente se entrava em um choque entre Monarquia e nobreza; assim poderíamos definir a guerra civil que então começou, pois se enfrentavam os dois programas de reforço ou debilitação do poderio real.<sup>57</sup>

Debilitado, Enrique IV não viu alternativa a não ser negociar com a nobreza. As Cortes de Ocaña, em 1469, marcam um dos períodos em que o caráter contratual da monarquia foi mais evidente<sup>58</sup>. Em diversas ocasiões o rei foi manipulado pelos bandos em disputa. Logo, o conflito se transformou em uma crise sucessória. Pleiteando o trono estavam Juana, a Beltraneja, filha alegadamente ilegítima do rei, e Isabel, meia-irmã de Enrique IV, filha do casamento entre Juan II e Isabel de Portugal. As leis de Castela permitiam a sucessão de uma mulher ao trono, mas não lhes asseguravam o direito de governar<sup>59</sup>, o que significava que, nas duas alternativas para a sucessão, o reino seria entregue a seus consortes, fator que era visto como um dos mais problemáticos da crise. Juana se casou em 1475 com seu tio, D. Afonso V, rei de Portugal, o que representava que Castela cairia sob domínio da Corte portuguesa. Isabel era casada com Fernando, filho de Juan II de Aragão, o que reascendia o perigo da influência aragonesa sobre o reino.

O bando liderado por Pacheco apoiou Juana, enquanto o bando dos Mendoza apoiou Isabel, o que, à primeira vista, pode parecer um paradoxo: este último bando havia apoiado Enrique IV durante a crise e agora apoiava uma sucessora que não representava a descendência direta. A explicação está no fato de Isabel representar o programa que pretendia recuperar a legitimidade da monarquia e, acima de tudo, a *potestade real*, ou seja, o direito do

<sup>57</sup> “Claramente se entraba en un choque entre Monarquía y nobleza; así podríamos definir la guerra civil que entonces comenzó pues se enfrentaban los dos programas de refuerzo o debilitación del poderío real” (Tradução Nossa) SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. p. 304.

<sup>58</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España**: La época medieval. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 352.

<sup>59</sup> Cf. SEGURA GRAÍÑO, Cristina. Las mujeres y la sucesión a la Corona en Castilla en la Baja Edad Media. **En la España medieval**. Madrid, nº 12, 1989, p. 211.

rei (ou rainha) de governar independentemente dos jogos de poder na Corte, ainda que o apoio dos nobres não fosse excluído<sup>60</sup>. Durante a crise, Isabel procurou reforçar a imagem de que nela havia a legitimidade de origem e, apoiada por grande parte da nobreza, conseguiu o reconhecimento de Enrique IV como herdeira.

Após a morte do rei em 1474, a tarefa mais difícil para Isabel e Fernando foi pacificar o reino. Uma das regiões centrais nessa empreitada foi a Andaluzia. Sevilha, que durante a guerra se viu envolta em graves disputas entre duas das mais importantes famílias do reino, os Guzmán e os Ponce de León, recebeu os Reis Católicos entre 1477 e 1478. A atuação dos monarcas na cidade serve como exemplo da política adotada por eles após o fim dos conflitos: a reconciliação com a nobreza.

Fernando e Isabel, dando arremate ao edifício que Enrique III começara a construir, tentaram, com seus gestos de reconciliação – executados às vezes em meio a fortes tensões –, devolver ao país a estrutura que todos os Trastámaras imaginaram, em um equilíbrio em que à Monarquia correspondesse a plenitude do poder político, e à nobreza, sua imprescindível auxiliar, a plenitude do poder social.<sup>61</sup>

Em Sevilha a rainha dedicou-se à tarefa de apaziguar os ânimos entre o Duque de Medina-Sidonia e o Marquês de Cádiz. O primeiro havia jurado fidelidade aos reis e os apoiado desde o início dos conflitos; o outro, para fazer oposição ao antigo rival, apoiou os partidários de Juana. Com o fim da guerra, os monarcas optaram por não castigar seus opositores, apenas obrigá-los a devolver os territórios tomados de maneira irregular durante os confrontos. Foi o que aconteceu a Rodrigo Ponce de León que, quando jurou fidelidade à rainha e entregou suas armas, foi obrigado a devolver parte dos territórios que havia invadido, inclusive fortalezas que mantinham Sevilha sob seu domínio<sup>62</sup>. Por sua vez, também lhe foram restituídas parte de suas terras que foram tomadas. Além disso, pouco depois de se estabelecer no Alcázar de Sevilha, a rainha passou a tratar da justiça da cidade.

Sosegó algunos días dándolos en lo público á los regocijos, en lo interior á los informes del estado de las cosas que mas pronto nesitaban el remedio, y

<sup>60</sup> SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. p. 332.

<sup>61</sup> “Fernando e Isabel, dando remate al edificio que Enrique III comenzara a construir, intentaron, con sus gestos de reconciliación – ejecutados a veces en medio de fuertes tensiones –, devolver al país la estructura que todos los Trastámaras imaginaran, en un equilibrio en que a la Monarquía correspondiese la plenitud del poder político, y a la nobleza, su imprescindible auxiliar, la plenitud del poder social.” (Tradução Nossa). SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. p. 379.

<sup>62</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiásticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Seuilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo III. Madrid: Imprenta Real, 1796. pp. 91-93.

desplegó luego las velas á su justicia, haciendo tribunal público una sala del Alcázar, en que por su misma persona, asistida de los de su Consejo, oia las quejas y querellas, y haciendo sustanciar breve y sumariamente los procesos, daba sentencia.<sup>63</sup>

Também a política no interior das cidades foi um assunto de grande interesse dos monarcas. Era desejo dos reis que a administração urbana fosse regularizada e que os grandes nobres fossem afastados dos ofícios administrativos. Como se verá mais adiante, umas das principais medidas nesse sentido foi proibir a prática do *acostamiento*. É preciso considerar, ainda, a criação da *Santa Hermandad*, que foi a via de representatividade das cidades diante dos reis, e que cumpriu algumas funções das Cortes num período de escassas convocatórias<sup>64</sup>. Por contar com a participação de representantes de um grande número de cidades, “a *Hermandad* podia realizar funções importantíssimas e introduzir um equilíbrio novo nas relações da Coroa com os patriciados urbanos”<sup>65</sup>. Entretanto, nenhuma intervenção realizada nas cidades foi feita com a intenção de retirar o poder das mãos da nobreza. O que fizeram os reis foi apenas manter o máximo possível a administração urbana sob seu controle visando controlar os abusos que eram frequentes em anos anteriores.

Com esses exemplos, fica claro que foi objetivo dos Reis Católicos alcançar a paz no reino por meio de acordos que garantiam os prévios direitos da nobreza como classe política e elite social, mas, ao mesmo tempo, mantinham a administração e a justiça do reino sob o direto controle dos monarcas. Para García de Cortázar, a tomada de poder pelos reis católicos “significava o triunfo político da fórmula autoritária de monarquia e vitória social da nobreza territorial<sup>66</sup>”. Esse fato e a atitude dos reis diante dos grandes nobres permitiram a reconciliação entre nobreza e monarquia, e a paz, finalmente, foi restabelecida. A partir daquele momento, a Coroa reconheceria a impossibilidade de governar sem o apoio da aristocracia e ficaria claro para a nobreza que a garantia dos seus direitos residia numa monarquia forte e legítima. Começava-se a formar o Estado Moderno espanhol.

<sup>63</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. *Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Seuilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]*. Tomo II. Madrid: Imprenta Real, 1796. p. 90.

<sup>64</sup> Após as Cortes de Madrigal, em 1476, e de Toledo, em 1480, a seguinte foi realizada somente em 1498, novamente em Toledo, enquanto as reuniões da Hermandad eram anuais. Cf. LADERO QUESADA, Miguel Ángel. Corona y ciudades en la Castilla del siglo XV. *En la España medieval*. Madrid, nº 8, 1986. pp. 551-574.

<sup>65</sup> “la Hermandad podía jugar funciones importantísimas e introducir un equilibrio nuevo en las relaciones de la Corona con los patriciados urbanos” (Tradução Nossa). LADERO QUESADA, Miguel Ángel. Corona y ciudades en la Castilla del siglo XV. *En la España medieval*. Madrid, nº 8, 1986. pp. 551-574.

<sup>66</sup> “significaba triunfo político de la fórmula autoritaria de monarquía y victoria social de la nobleza territorial” (Tradução Nossa). GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *Historia de España: La época medieval*. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 371.

## 1.4 Organização social de Sevilha

Desde o momento de sua conquista em 1248, a cidade de Sevilha foi palco de um ajuste de poderes que teve suas elites urbanas como personagens principais. Diversos grupos e o próprio rei se viram em conflito para manter a cidade sob seu julgo. Por um lado, como vimos, os reis viram na Reconquista uma excelente oportunidade para estender sua autoridade a todas as regiões do reino e manter as cidades sob seu controle direto. Por outro, a alta nobreza, que passa cada vez mais a ser absentista e a depender da cidade, queria a autoridade local para si, como uma forma de manter seu prestígio social.

Essa tensão pode ser vista já no Repartimento da cidade. No caso de Sevilha, além da necessidade costumeira de repovoamento, havia ainda, segundo Miguel Angel Ladero Quesada, o “desejo de criar uma grande cidade, com bom governo local e organização eclesiástica, diretamente ligada à Coroa”<sup>67</sup>: este teria sido um dos motivos para a permanência na cidade, de Fernando III durante o fim de sua vida, e de Alfonso X nos primeiros anos de seu reinado. Para os reis, por um lado, era necessário abonar aqueles que auxiliaram no processo e cumprir as obrigações com seus vassallos; por outro, tornava-se imprescindível manter distante grandes senhores que “se fizessem capazes de perturbar a vida do novo povoamento e fazer frente à autoridade real”<sup>68</sup>.

O Repartimento<sup>69</sup> da cidade “distinguiu três qualidades sociais: as de peão, cavaleiro e cavaleiro de linhagem”<sup>70</sup>. Todos esses eram *vecinos*<sup>71</sup> e, portanto, tinham direitos – como participar do Concelho – e deveres – como residir na cidade um determinado número mínimo de anos. O primeiro grupo, formado pelos peões, era aquele que não possuía cavalo e, portanto, deveria auxiliar nas guerras a pé. Caso algum elemento desse grupo adquirisse posses suficientes para manter cavalo e armas, lhe era dado o título de cavaleiro e, portanto,

<sup>67</sup> “[...] deseo regio de crear una gran ciudad, con buen gobierno local y organización eclesiástica, directamente ligada a la Corona” (Tradução Nossa). LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Historia de Sevilla: La ciudad medieval (1248 - 1492)**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1990. p. 21.

<sup>68</sup> “[...] se hiciesen capaces de perturbar la vida del nuevo pueblo y hacer frente a la autoridad real” (Tradução Nossa). GONZÁLEZ, Julio. **Repartimiento de Sevilla**. V. I. Sevilla: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de Sevilla, 1993. p. 236

<sup>69</sup> A documentação relativa ao Repartimento de Sevilha não está completa e, infelizmente, a parte que diz respeito às doações feitas ao *común* se perdeu. Ainda assim, outras cartas e documentos de compra e venda de imóveis publicados também por Julio González no mesmo volume são suficientes para que se possa traçar um panorama da ocupação de Sevilha nesses primeiros séculos. GONZÁLEZ, Julio. **Repartimiento de Sevilla**. V. II. Sevilla: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de Sevilla, 1993.

<sup>70</sup> “El repartimiento distinguió entre ellos tres calidades sociales: las de peón, caballero y caballero de linaje” (Tradução Nossa). LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Historia de Sevilla: La ciudad medieval (1248 - 1492)**. Sevilla: Universidade de Sevilha, 1990. p. 24.

<sup>71</sup> Habitantes de uma vila ou cidade que adquiriram direitos sobre aquele território e sua administração.

passava a participar do segundo grupo – vale ressaltar que em Sevilha todos aqueles que possuíssem uma renda mínima que permitisse possuir armas e cavalos eram elevados à categoria de cavalaria, tendo sido esse fato compulsório durante alguns períodos<sup>72</sup>. O terceiro era o grupo formado pelas famílias nobres ou fidalgas.

Os cavaleiros de linhagem receberam a maior parte dos *donadíos*<sup>73</sup> e, portanto, tornaram-se de imediato os principais donos de terra em Sevilha. Muitos receberam propriedades também na área amuralhada da cidade, onde fixaram residência. Além deles, o rei agraciou com *donadíos* menores diversos outros elementos, alguns de origem não nobre, formando outro grupo de proprietários de terra. O Repartimento informa que duzentos cavaleiros - chamados de vassallos do rei - foram agraciados com propriedades em Sevilha. Muitos destes também possuíam residência na cidade, gerando uma peculiaridade: boa parte de seus proprietários de terra eram absentistas, ou seja, viviam na área urbana e não em suas propriedades rurais, gerando uma elite enriquecida e nobre no seio da municipalidade. Além deles, outros grupos não nobres – os chamados peões – também receberam propriedades. Inclusive vemos concessões a mercadores que receberam áreas para seu estabelecimento, formando, por exemplo, o Bairro Franco e o Bairro Genovês.

Informa Carlos J. Flores Varela, que, dos citados 200 cavaleiros vassallos do rei, restavam em Sevilha no início do século XV apenas 142<sup>74</sup>. Ainda assim, Alonso Morgado afirma haver em Sevilha mais cavaleiros do que em todas as demais cidades de Castela<sup>75</sup>. O número inicial de cavaleiros agraciados com propriedades foi maior que o usual, mas acredito que a grande presença desse grupo na cidade deveu-se também à “cavalaria compulsória” que se aplicou a Sevilha. A emergência de novos sujeitos ao status de cavaleiro fez surgir – não só em Sevilha, mas em toda a Castela – uma qualidade social distinta, denominada de cavalaria de quantia<sup>76</sup>.

Cabe aqui estabelecer diferenças entre cavalaria fidalga e cavalaria de quantia ou vilã, na tentativa de traçar um perfil dessa elite municipal. Ambas detinham diversos privilégios na sociedade ibérica, devido à necessidade por parte da Coroa de seus serviços militares na Reconquista. Em Sevilha essas cavalaria formavam o patriciado urbano baseado na terra e na guerra. Entretanto, o *status* alcançado pelos cavaleiros de linhagem não era o

<sup>72</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Historia de Sevilla: La ciudad medieval (1248 - 1492)**. Sevilla: Universidade de Sevilha, 1990. p. 133.

<sup>73</sup> Bens imóveis procedentes de doações reais.

<sup>74</sup> FLORES VARELA, Carlos J.. **Sevilla, 1406: Un estudio socio-geográfico de la población**. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 1992. p. 21.

<sup>75</sup> MORGADO, Alonso. **Historia de Sevilla, en la qual se contienen sus antigüedades, grandezas y cosas memorables [...]**. Sevilla: Andrea Pescioni y Juan de León, 1587.

<sup>76</sup> O termo será usado por derivação direta do termo espanhol *caballería de cuantía*.

mesmo dos cavaleiros de quantia. Pode-se observar isso pela diferenciação que os documentos fazem em relação a esses grupos, pois constantemente fazem-lhes referência com terminologias distintas, destacando bem a separação entre *caualleros fijosdalgos* e *caualleros cibdadanos*<sup>77</sup>. Ambos os grupos, tanto de linhagem quanto cidadãos, estavam isentos de algumas obrigações, como fica claro pelo *Fuero* dado a Sevilha: “[...] mandamos, por fuero de Seuilla, que el que touier cauallo que uala cinquenta maravedís, que sea escusado de las cosas en que es escusado en Toledo”<sup>78</sup>.

Esses dois grupos dominavam a administração da cidade, como se pode ver pela documentação do Concelho, o órgão governativo local. Os documentos acerca dos demais Concelhos de Castela parecem indicar que todos os *vecinos* das cidades, fossem eles peões ou cavaleiros, tinham o direito de participar do Concelho. Entretanto, em Sevilha não há indicações de ter havido Concelho aberto, ainda que em tempos de Alfonso X não se limitasse o número de participantes nas reuniões<sup>79</sup>. O que parece ter havido desde esse período é a existência de uma assembleia mais geral, denominada Concelho, e que ocorria de maneira mais esporádica, e outra mais reduzida, relacionada à gestão ordinária e que se denominava *Cabildo*<sup>80</sup>. Em ambos os casos, os documentos listam como participantes dessas reuniões, na maioria dos casos, “*alcaldes, alguacil, caballeros y hombres buenos*”. Os primeiros “foram a máxima autoridade judicial na cidade e tiveram competências administrativas”<sup>81</sup>. Os segundos eram “oficiais encarregados dos serviços policiais em sentido amplo”<sup>82</sup>. O termo cavaleiro designa todos os cavaleiros de linhagem, enquanto homens bons denota os chamados cavaleiros de quantia ou cavaleiros vilões<sup>83</sup>. Ainda que as reuniões não

<sup>77</sup> Cf. Documentação do Concelho publicada em FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Vol. II. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002.p. 290.

<sup>78</sup> Privilégio dado por Fernando III a Sevilha em 15 junho de 1251. Publicado em FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Vol. II. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002.p. 182.

<sup>79</sup> Deborah Kirschberg Schenck tenta levantar as principais diferenças

<sup>80</sup> Não confundir com o Cabido da Catedral, pois se tratam de instituições distintas e que partilham apenas o nome comum em espanhol. FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Vol. I. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 25.

<sup>81</sup> “fueron la máxima autoridad judicial en la ciudad y tuvieron competencias administrativas” (Tradução Nossa). FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Vol. I. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 209.

<sup>82</sup> “oficiales encargados de las labores policiales en sentido amplio” (Tradução Nossa). FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Vol. I. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 221.

<sup>83</sup> Segundo Deborah Kirschberg Schenck, a terminologia “homens bons” refere-se aos cavaleiros vilões quando não há alusão direta a eles. FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo**

estivessem restritas aos demais *vecinos*, tampouco a documentação faz referência à participação deles nas reuniões, indicando que a atuação no governo local de Sevilha estava limitada ao patriciado da cidade.

Os dois cargos mencionados e vários outros eram no tempo de Alfonso X escolhidos pelo rei, situação não comum para as demais regiões do reino, o que indica um desejo régio de manter a cidade sob seu controle desde os primeiros momentos da administração urbana. Se somarmos a isso o fato de que o rei permanecia por longos períodos na cidade, temos uma conjuntura em que a monarquia detinha o controle direto da administração local, “criando uma estrutura municipal inteiramente dependente da Coroa”<sup>84</sup>. Esse fato coincide com as inovações implementadas por Alfonso X a partir da aplicação do Direito Romano e com seu desejo de centralizar o reino e manter as cidades sob seu julgo, ainda que Sevilha tenha sido um caso extremo dessa política.

As instituições da administração local começam a se modificar a partir do reinado de Sancho IV (1284 - 1295). Em 1286, apenas dois anos após a tomada de poder por parte deste monarca, é fixada a regedoria na cidade, o que significava que a partir daquele momento o governo da cidade estava na mão dos chamados *veinticuatro*s, nome dado porque eram, ao todo, vinte e quatro cavaleiros ocupando esses cargos do *Cabildo*.

Sepan quantos esta carta vieren commo nos, los alcalldes e el alguazil e los cavalleros e los omes buenos del conçejo de la noble çibdat de Seuilla, otorgamos que, siendo ayuntados em conçejo e outra vez em cabildo em Santa María, acordamos, primeramente, entendiendo que es seruiçio de Dios e de nuestro sennor el rey e del infante don Ferrando, su primero fiio e erederero, e pro e guarda e onrra de la çibdat sobredicha e de su término, que para agora e para siempre, que pusiesen doze caualleros e doze omes buenos de la çibdat, que se fiziesen veynte quatro<sup>85</sup>.

O documento revela que esses cargos estavam nas mãos dos cavaleiros fidalgos e dos cavaleiros vilões da cidade, divididos igualmente entre esses dois grupos<sup>86</sup>,

---

**de Sevilla en la Edad Media (1248-1454):** Organización institucional y fuentes documentales. Vol. I. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 33.

<sup>84</sup> “creando una estructura municipal enteramente dependiente de la corona” (Tradução Nossa). GONZÁLES JIMENEZ, Manuel. **Alfonso X**. Burgos: La Olmeda, 1999 apud VEREZA, Renata. **Mosaico Palimpsesto: Morfologia e intervenções urbanas em cidades reconquistadas. Toledo e Sevilha - Séculos. XI-XII.** Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 243.

<sup>85</sup> Carta aberta notificativa de Sancho IV ao Concelho de Sevilha, de 18 de agosto de 1286. FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454):** Organización institucional y fuentes documentales. Vol. II. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 47.

<sup>86</sup> Tal divisão igualitária é concordante com o que já ocorria a outros cargos, como alcaides ordinários, jurados e *mayordomos*, como se pode observar no documento de usos e costumes da administração urbana da cidade: Las collaçiones de Seuilla son veynte e quatro. E de casa una collaçión son y puestos dos jurados, vn

tornando-os um verdadeiro patriciado urbano, já que dominavam os principais cargos da municipalidade. Revela, portanto, que a administração urbana de Sevilha, desde o século XIII, já era dominada por uma pequena parcela da elite. Ainda em relação aos *veinticuatro*s, sabemos que a decisão pela criação dessa instituição partiu do Concelho de Sevilha, e não do rei, que apenas confirmou o pedido que lhe foi enviado pela cidade, reforçando ainda mais a ideia de que a elite da cidade já possuía poder político suficiente para uma petição desse porte. Além disso, os ocupantes desses cargos foram, num primeiro momento, escolhidos pelo próprio Concelho, ainda que o rei tivesse poder de voto. Essa situação revela a fraca interferência de Sancho IV na administração urbana no período. Para o rei, ao contrário do que se pode imaginar, aceitar a petição que modificaria toda a administração urbana revelava-se extremamente interessante. Por um lado agraciava a nobreza, garantindo a esse grupo o domínio das instituições urbanas e, por outro, impedia que fossem essas instituições dominadas apenas pela cavalaria fidalga de Sevilha. Cabe lembrar que no período anterior a cidade foi notoriamente fiel ao rei Alfonso X, quando da sublevação de Sancho IV e seus aliados e, portanto, revelava-se perigosa aos interesses desse monarca quando de sua ascensão ao poder. Portanto, garantir o apoio político da cidade era vital para manter-se a estabilidade do reinado. Nesse sentido, favorecer a aristocracia urbana se revelava fundamental, ao mesmo tempo em que permitia ao rei o mínimo de controle, já que se tornava mais fácil regular uma instituição dominada por poucos, de que não participava toda a cidade.

A situação de liberdade vivenciada pelo Concelho durante o reinado de Sancho IV se perpetuou durante as menoridades de Fernando IV (1285 – 1312) e Alfonso XI (1311 – 1350), conseguindo, inclusive, garantir novos privilégios no período: um deles, de 1295, assegurava que os oficiais da cidade deveriam ser, obrigatoriamente, *vecinos*, o que limitava a participação de estrangeiros que pudessem ir contra os interesses da cidade ou que estivessem ocupando cargos atendendo aos desígnios do rei; outro, de 1315, anulava a superioridade dos juízes reais sobre aqueles da cidade<sup>87</sup>. Nesse período há um crescente ganho de poder por parte da cavalaria de linhagem, que passou a dominar a maioria dos cargos da administração urbana, não respeitando a divisão igualitária entre fidalgos e cidadãos<sup>88</sup>. Também aumentaram

---

caullero e otro çibdadano, e son por todos quarenta e ocho. [...] Los mayordomos del conçeio de Seuilla son dos, vn caullero fidalgo e vn çibdadano [...] FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Vol. II. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 33-34.

<sup>87</sup> HILLGARTH, J. N.. **The Spanish Kingdoms: 1250-1516**. Vol. I. Oxford: Clarendon Press, 1976. p. 302.

<sup>88</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Seuilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 133.

o número de regedores de vinte e quatro para trinta e seis<sup>89</sup>, como nos informa Ortiz de Zúñiga.

La gran autoridad que en Sevilla tenían los Ricos Omes sus vecinos era nociva al bien público, y convenia para en parte atajallo, vedar que no tuviesen oficios de Veintiquatros, sobre que la Ciudad hizo ordenanza á 25 de Enero [de 1318], que luego fue confirmada por la Rey na y tutores, aunque agriamente recibida de los poderosos. Fue ocasion de no pocas discordias, hasta que el Rey vino á Sevilla la primera vez: parece que se habian ido acrecentando Regimientos, y excedian el número de veinte y quatro, que tenían en tiempo del Rey Don Sancho, como escribi en el año 1286, y los nobles introducidos en todos, excluian ya á los Hombres buenos, á que pertenecian la mitad de los oficios<sup>90</sup>.

Após a maioridade de Alfonso XI, a situação se inverteu. Através de várias medidas, o rei tentou limitar o poder local e retomar para si a autoridade que Alfonso X detinha sobre as cidades. Para tanto, aplicou o sistema de regedoria, ou Concelho fechado – que desde a época de seu bisavô funcionava em Sevilha – para outras regiões do reino. Além disso, limitou o poder que a cavalaria de linhagem havia adquirido nos períodos anteriores, retomando o número de regedores para vinte e quatro e voltando a impor a divisão de doze cavaleiros fidalgos e doze cavaleiros vilões. Dois outros exemplos ainda merecem ser destacados sobre essa situação. O primeiro deles é a proibição de que os ocupantes dos cargos fossem vassalos de algum senhor, como fala Deborah Kirschberg Schenck:

[...] se proibiram a vassalagem e a dependência dos grandes senhores àqueles que quisessem ascender a um ofício, pois, evidentemente, podia ir em detrimento da justiça e da correta administração. Por esse motivo encontramos reiteradas disposições dos reis proibindo que os oficiais fossem vassalos, salvo do monarca e de seus filhos; que recebessem pagamentos dos senhores ou que dessem favores a estes, contra os interesses de sua cidade<sup>91</sup>.

<sup>89</sup> FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Vol. I. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 60.

<sup>90</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Seuilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 58-59.

<sup>91</sup> “[...] se prohibieron el vasallaje y la dependencia de los grandes señores a los que quisieran acceder a un oficio, pues, evidentemente, podía ir en detrimento de la justicia y de la correcta administración. Por este motivo encontramos reiteradas disposiciones de los reyes prohibiendo que los oficiales fueran vasallos, salvo del monarca o de sus hijos; que tuviesen acostamiento de señores o que diesen favores a éstos, en contra de los intereses de su ciudad” (Tradução Nossa). FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Vol. I. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 188.

Esse fato provavelmente limitou a ascensão de alguns cavaleiros de linhagem aos cargos municipais, visto que a vassalagem era extremamente comum entre a nobreza e vários deles deviam ter suseranos. Entretanto, como indica Schenck, houve a necessidade de se reiterar essa imposição, o que pode ser indicativo de que a nomeação de vassallos a esses cargos ocorria com certa frequência, demonstrando que, apesar dos esforços reais, a cavalaria de linhagem permaneceu possuindo poder perante aquela sociedade.

Posteriormente, em 1327, Alfonso XI tenta reorganizar alguns cargos e funções municipais através de leis e, dentre elas, encontra-se a proibição de que os ricos homens<sup>92</sup> entrem nos *cabildos*.

[O]trosy, porque los ricos omes a quien yo do soldadas para ellos e para sus vasallos e tienen de mí tierra e les he a fazer merçet más que a los otros, porque an de contender en mí seruiçio e en defendimiento de la mi tierra más que otros ningunos; e de poco acá entran en los cabilldos e auían partimiento por esta razón, porque los omes no ossauan decir lo que entendíen que era mío seruiçio e pro de la çibdat, onde viene dapnno et contienda, tengo por bien e mando que non entren el los cabilldos, saluo si enviaren por ellos para alguna cossa que conple a mío seruiçio; (...)<sup>93</sup>

A proibição vem do fato de que esses homens podiam influenciar as decisões do *cabildo* em favorecimento próprio e em detrimento aos interesses reais, o que provavelmente ocorria. A tentativa de manter a aristocracia longe dos cargos municipais e, portanto, do poder político em esfera local faz com que Alfonso XI, em 1346, limitasse ainda mais a participação da cavalaria fidalga nos cargos municipais com o intento de melhorar o arrendamento do Concelho, pois havia indícios de que parte dessas rendas estavam sendo desviadas, como se pode observar no documento a seguir:

Primeiramente, porque nos fue dicho que en las rents del dicho conçeio, que los alcaldes e el alguazil e los veynte e quatro e siete fieles e los mayordomos fazían de cada anno que arrendauan e fiauan algunas dellas algunos de los dichos ofiçiales; e por esto, que en los contrabtos de las condiçiones con que fazían las rentas, que fazían poner y tales maneras porque ouiesen y descuento. Otrosí, que non pagauan los maravedís de las dichas rentas e non auía y quien ge los demandase por los ofiçios que tenían.

<sup>92</sup> Por ricos homens, García de Cortázar entende aqueles membros da cavalaria que possuem distinção por deter grandes recursos oriundos de seus extensos domínios; são, portanto, uma categoria superior dentro da cavalaria de linhagem. GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España: La época medieval**. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 226.

<sup>93</sup> Documentação do Concelho publicada por FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Vol. II. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 81.

Otrosí, que vsauan de las dichas rentas commo no conplían e nos auía y quien los acusare dello<sup>94</sup>.

Assim, Alfonso XI passou para o *mayordomo* cidadão a responsabilidade de recolher as rendas para o Concelho, limitando a atuação do *mayordomo* fidalgo. Além disso, os alcaides e os escrivães passaram a ser escolhidos entre os homens bons da cidade, ou seja, a participação da cavalaria fidalga também foi suprimida nesses dois cargos. Tal fato faz com este grupo fosse cada vez mais afastado da oficialidade municipal, abrindo mais espaço para que a cavalaria vilã adquirisse maior poder político em Sevilha.

A razão pela qual Alfonso XI priorizou os cavaleiros vilões para os cargos municipais parece ter sido o desejo de garantir que o governo local não cedesse às pressões das grandes linhagens de Castela e se tornasse uma ameaça à soberania do rei, como muitas vezes ocorreu. Essa parece ter sido a principal forma de atuação dos reis nos momentos em que o caráter autoritário da monarquia sobrepunha o contratual, pois garantir que a nobreza estivesse limitada era garantir que o rei tivesse poder para fazer valer suas ordens sobre o reino.

Apesar dessa atitude contrária à nobreza apresentada por Alfonso XI e seu filho Pedro I (1334 – 1369), ambos não conseguiram eliminar a influência da aristocracia sobre o Concelho. A emergência dos Trastâmaras e a necessidade régia de agraciar os nobres, devido ao seu apoio na guerra contra Pedro I, fez com que os cavaleiros se apoderassem dos cargos municipais pelos sucessivos anos. Isso explica porque linhagens como os Guzmán e os Ponce de León tenham se apoderado do cargo de *alguacil mayor*, a partir daquele reinado<sup>95</sup>. Nesse período surgiu e se firmou uma nova camada da nobreza: a de funcionários, que ocupou os principais cargos de governo, inicialmente sem títulos. Esse grupo de funcionários auxiliou o rei a limitar ainda mais o poder da nobreza, mas não eliminou definitivamente o problema, já que esse novo grupo foi, paulatinamente, adquirindo importância e status no reino, tendo sido capaz de formar novas linhagens possuidoras de grande influência política sobre Castela, tomando para si o papel desempenhado pela antiga nobreza.

---

<sup>94</sup> Carta aberta notificativa do rei Alfonso XI ao Concelho de Sevilha em 29 de abril de 1346. FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454): Organización institucional y fuentes documentales**. Vol. II. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 150.

<sup>95</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Historia de Sevilla: La ciudad medieval (1248 - 1492)**. Sevilla: Universidade de Sevilha, 1990. p. 169.

#### 1.4.1 O patriciado urbano no século XV

Como visto anteriormente, o período posterior à emergência dos Trastâmaras viu um intenso processo de tomada dos cargos da administração urbana pelas grandes linhagens que ali habitavam. Em Sevilha, a situação não foi diferente. É possível encontrar membros das famílias mais proeminentes da cidade atuando nos cargos principais, como os Guzmán, os Ponce de León, os Stúñiga e os Pacheco. Em outras situações, se veem vassallos destes grupos ocupando diversas posições, numa prática conhecida como *acostamiento* e que foi reiteradamente proibida pela Coroa. Ortiz de Zúñiga transcreve um trecho de uma carta escrita por Pedro Sanchez de Morillo a D. Alvaro de Luna em que expõe o problema dos *acostamientos* e a interferência dos *Grandes* na administração de Sevilha.

Como el Rey Don Henrique (dice) desde mató al Rey Don Pedro en la cerca de Montiel, se vino luego á Sevilla, é fizo tanta honra á Don Juan Alfonso de Guzman, que ficiera Conde de Niebla, é al Conde de Medina-Celi Don Bernard de Beart, é al Señor de Marchena, é al Señor de Gibrleon, por las menguas que habian padecido manteniendo su voz, oho de de simular algunas cosas de poca pro á su servicio, é al bien de la ciudad, ca los Regidores que ántes non osaban facer hueste con ningún Rico Ome, ca estaba vedado por las leyes, é por los ordenamientos, ahora facianse parciales de estos grandes, é tomaban sus acostamientos, que ellos les daban por tenerlos á su voluntad, quales nunca los Ricos Omes diéron á sus vasallos: murió el Rey Don Henrique quando visto el mal lo queria remediar, é Don Juan su fijo non le remedió, é fue creciendo con mas libertad, fasta que el Rey Don Henrique el Doliente quitó los oficios á los Regidores, é puso Corregidor, é otros cinco Regidores solos, é nunca en su vida los quiso perdonar, nin volver los oficios, fasta que despues de su muerte en la tutoría de nuestro Señor el Rey Don Juan, la Reyna Doña Catalina, é el Infante Don Fernando los perdonáron, é los volviéron los oficios, ca tales inconvenientes resultáron de los dichos acostamientos, que ahora vuelven á tomar sin empacho, lo qual vuestra merced debia aconsejar al Rey que non permitiese.<sup>96</sup>

O processo de nobilização<sup>97</sup> das cidades, observado a partir daquele período, deve ser compreendido dentro do contexto da formação de redes clientelares, através de práticas como o *acostamiento*. Por meio dessas redes, a alta nobreza conseguiu penetrar o ideal cavalheiresco que formou uma base ideológica unindo os vários setores sociais que

<sup>96</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. *Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Seuilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]*. Tomo II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 209.

<sup>97</sup> Tradução do termo “nobilización” utilizado frequentemente pela historiografia hispânica. Cf. SÁNCHEZ SAUS, Rafael. Los patriciados urbanos. In: LADERO QUESADA, Miguel Ángel (coord.). *El mundo social de Isabel La Católica*. La sociedad castellana a finales del siglo XV. Madrid: Dykinson, 2004. p. 148.

integravam o patriciado urbano, fossem eles cavaleiros de linhagem, cavaleiros de quantia, mercadores enriquecidos, financistas ou letrados<sup>98</sup>. Foi a aspiração ao modo de vida nobre que possibilitou à alta nobreza a criação de uma elite urbana que atuava em nome de suas linhagens, formando bandos que frequentemente disputavam entre si. Em Sevilha, esses polos surgiram ao redor das famílias Guzmán e Ponce de León – que figuravam entre os *Grandes* do reino<sup>99</sup> – e, indo além, pode-se dizer que nas cidades andaluzas esse processo foi intensificado pela presença constante dos nobres que, por habitarem na cidade, puderam estender sua influência de maneira direta sobre os grupos a eles associados. A existência de um ideal comum entre alta e baixa nobreza ajuda a explicar o poder adquirido pela aristocracia sevilhana, inclusive sobre as forças reais.

O controle das grandes linhagens sobre a administração urbana foi um fato constante ao longo do século XV, apesar de ter sido motivo de frequente atenção e intervenção por parte da Coroa. Sabe-se que, além de dominar os cargos de *regidor*, a justiça da cidade também esteve nas mãos das grandes linhagens. As *alcaldías mayores* estiveram associadas durante todo século XV às linhagens mencionadas. Também os cargos de *alguacil* foram controlados por essas famílias, principalmente os Guzmán a partir de 1368<sup>100</sup>, como visto anteriormente. Um interessante documento de 1457 pode nos servir de amostra da situação em que se encontravam os cargos administrativos. Trata-se de um documento mediante o qual o Concelho de Sevilha aceitava ter D. Enrique de Guzmán, filho de D. Juan de Guzmán, o primeiro duque de Medina Sidonia, como *alcalde mayor* no momento que seu pai deixasse o cargo<sup>101</sup>. Conjuntamente, segue uma carta do rei Enrique IV com uma disposição em favor da mencionada renúncia<sup>102</sup>. As assinaturas presentes indicam os ocupantes dos principais cargos naquele momento. Como afirma Vilaplana Montes,

---

<sup>98</sup> SÁNCHEZ SAUS, Rafael. Los patriciados urbanos. In: LADERO QUESADA, Miguel Ángel (coord.). **El mundo social de Isabel La Católica**. La sociedad castellana a finales del siglo XV. Madrid: Dykinson, 2004. p. 146.

<sup>99</sup> O poder desses nobres no reino e frente à cidade de Sevilha era tão grande que o rei teria, inclusive, se apoiado nele para evitar confrontos entre o *común* na cidade. Cf. Carta de Juan II a Juan Ponce de Leon em 15 de fevereiro de 1449. Colección Diplomática de la Crónica de D. Enrique IV. Madrid: Real Academia de la Historia, 1815. p. 23.

<sup>100</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Historia de Sevilla: La ciudad medieval (1248 - 1492)**. Sevilla: Universidade de Sevilla, 1990. p. 169.

<sup>101</sup> Documento transcrito em VILAPLANA MONTES, Maria Asunción. La aceptación de D. Enrique de Guzmán como futuro alcalde mayor de Sevilla: notas diplomáticas, paleográficas y sigilográficas en torno a un documento del Concejo Hispalense. **Historia, instituciones, documentos**. Sevilla, nº 19, 1992. pp. 469-484.

<sup>102</sup> VILAPLANA MONTES, Maria Asunción. La aceptación de D. Enrique de Guzmán como futuro alcalde mayor de Sevilla: notas diplomáticas, paleográficas y sigilográficas en torno a un documento del Concejo Hispalense. **Historia, instituciones, documentos**. Sevilla, nº 19, 1992. p. 469.

A validação está constituída, além do selo, por vinte e três assinaturas acompanhadas de suas respectivas rubricas. (...) Estas aparecem formando quatro linhas, das quais a primeira se inicia com a do *alguacil mayor* D. Alvar Pérez de Guzmán. Se seguem as dos *alcaldes mayores*: Diego Cerón; Martín Fernández Portocarrero, que era suplente do marquês de Villena, D. Juan Pacheco; e a do letrado do concelho, licenciado Juan Fernández de Sevilla, que o era por D. Alvaro de Estúñiga ou Zúñiga.<sup>103</sup>

Como é possível observar pelo trecho acima, nos principais cargos da administração urbana se encontravam grandes nomes entre as elites do reino, como os de D. Alvaro de Stúñiga e D. Juan Pacheco ou de pessoas associadas a essas importantes linhagens. É necessário lembrar que nem sempre as mencionadas famílias estiveram lado a lado quando se tratou da política do reino. Quando do conflito sucessório durante o reinado de Enrique IV, os Pacheco e os Stúñiga foram os principais apoiadores de D. Juana, enquanto os Guzmán apoiaram Isabel. É possível compreender que as reuniões do Concelho não deveriam ser livres de tensão e que, por diversas vezes, foram palco da disputa de poder desses grupos.

Em relação ao cargo de *mayordomo* – o encarregado da gestão da fazenda municipal – a situação não era diferente. Segundo Collantes de Terán, em um artigo sobre o assunto<sup>104</sup>, entre 1368 e 1411, praticamente todos os ocupantes do cargo foram também *veintecuatros* e, apesar da exigência de que houvesse um *mayordomo* fidalgo e outro cidadão, durante alguns anos apenas fidalgos ocuparam esses cargos. Em 1411 se proibiu que estes funcionários fossem escolhidos entre os ocupantes de outros cargos municipais, mas isso não evitou que, de alguma maneira, as grandes linhagens tivessem controle sobre eles. Isto se deu porque, tanto entre os *mayordomos* cidadãos, como em meio aos fidalgos, encontramos homens que estavam vinculados por parentesco ou associação a outros membros do governo municipal<sup>105</sup>.

Outro fato merece destaque: quando a cidade passou por uma crise econômica na segunda metade do século XV, e não obteve da Coroa recursos necessários, encontrou

<sup>103</sup> “La validación está constituida, además de por el sello, por veintitrés firmas acompañadas de sus respectivas rúbricas. (...) Estas aparecen formando cuatro líneas, de las cuales la primera se inicia con la del alguacil mayor D. Alvar Pérez de Guzmán. Le siguen las de los alcaldes mayores: Diego Cerón; Martín Fernández Portocarrero, que era teniente por el marqués de Villena, D. Juan Pacheco, y la del letrado del concejo, licenciado Juan Fernández de Sevilla, que lo era por D. Alvaro de Estúñiga o Zúñiga”. (Tradução Nossa) VILAPLANA MONTES, María Asunción. La aceptación de D. Enrique de Guzmán como futuro alcalde mayor de Sevilla: notas diplomáticas, paleográficas y sigilográficas en torno a un documento del Concejo Hispalense. **Historia, instituciones, documentos**. Sevilla, nº 19, 1992. pp. 471-472.

<sup>104</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. La élite financiera en la Sevilla Bajomedieval: Los mayordomos del Concejo. In: \_\_\_\_\_. **Una gran ciudad bajomedieval**: Sevilla. Sevilla: Universidad de Sevilla; Secretariado de Publicaciones, 2008. pp. 169-194.

<sup>105</sup> Cf. COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. La élite financiera en la Sevilla Bajomedieval: Los mayordomos del Concejo. In: \_\_\_\_\_. **Una gran ciudad bajomedieval**: Sevilla. Sevilla: Universidad de Sevilla; Secretariado de Publicaciones, 2008. pp. 176.

solução para o problema recebendo dinheiro de algumas pessoas em troca do direito de designar para os cargos de *mayordomos* quem desejassem<sup>106</sup>. Foi o que ocorreu em 1453 ao *veintecuatro* Alfonso de Velasco, que emprestou ao Concelho 120.000 *maravedis* em troca da designação dos *mayordomos* pelos quatro anos seguintes. Diego Martínez de Medina, em 1454, também emprestou ao Concelho 800 *doblas* para que pagasse o que a cidade devia a Alfonso de Velasco<sup>107</sup>.

Enquanto a elite social e econômica se encarregava dos principais cargos da administração urbana, ao *común*<sup>108</sup> pouco restava. Conforme mencionado, não parece ter havido em Sevilha Concelho aberto, o que já indica uma participação limitada da população nessas instituições desde os anos iniciais. Um dos únicos cargos a que o *común* tinha acesso era o de *jurado* ou, como muitas vezes eram chamados, *procuradores del común*. Uma de suas principais funções era fiscalizar a atuação dos oficiais da cidade e denunciar possíveis abusos. Como afirma Ladero Quesada,

As denuncias e requerimientos dos jurados são o acervo documental mais rico e expressivo com que contamos para conhecer as irregularidades e abusos no funcionamento do concelho e levam a pensar que através deles se canalizou parte das tensões sociais entre *común* y oligarquias, sobretudo no século XIV.<sup>109</sup>

A comunicação entre os jurados e os monarcas foi intensa, o que reforçava a presença régia na vida política da cidade, e as queixas se viam diretamente refletidas nos ordenamentos e cartas reais<sup>110</sup>. Sevilha, por ter se constituído um governo da alta aristocracia logo nos primeiros anos, tem registro de jurados já em 1253<sup>111</sup>. As críticas mais frequentes diziam respeito a abusos cometidos pelos membros do *cabildo* e à má administração das rendas e da justiça do município. E, como se pode imaginar, os conflitos entre *jurados* e

<sup>106</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Un requerimiento de los jurados al concejo sevillano a mediados del siglo XV. **Historia, instituciones, documentos**, Sevilla, nº 1, 1974. pp. 49-50.

<sup>107</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Un requerimiento de los jurados al concejo sevillano a mediados del siglo XV. **Historia, instituciones, documentos**, Sevilla, nº 1, 1974. p. 50.

<sup>108</sup> Conjunto da população de uma vila ou cidade destituída de privilégios especiais.

<sup>109</sup> “Las denuncias y requerimientos de los jurados son el acervo documental más rico y expresivo con que contamos para conocer las irregularidades y abusos en el funcionamiento de concejo y llevan a pensar que a través de ellos se canalizó parte de las tensiones sociales entre común y oligarquías, sobre todo en el siglo XIV.” (Tradução Nossa) LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Historia de Sevilla: La ciudad medieval (1248 - 1492)**. Sevilla: Universidade de Sevilha, 1990. p. 171-172.

<sup>110</sup> FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454): Organización institucional y fuentes documentales**. Vol. I. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 244.

<sup>111</sup> GONZÁLEZ, Julio. **Repartimiento de Sevilla**. V. I. Sevilla: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de Sevilla, 1993. p. 288.

oficiais não eram pouco comuns, como indica o ordenamento feito por D. Fernando de Antequera em nome de seu sobrinho, o rei Juan II, em 1411.

[O]trosy, por quanto al ofiçio de los jurados pertenesçe de escreuir lo que pasa sobre el regimiento de la çibdat e em commo se faze, eso mesmo de la justiçia, por fazer de todo relaçion al rey, e esto ellos non podían bien fazer sy se non açercasen en los cabildos que fazen los alcalldes e alguazil mayores e veynte e quatro veyendo lo que ay pasa; e es denunciado que los dichos alcalldes e alguazil mayores e veynte e quatro muchas vezes fazen cabildo apartadamente, non reçebiendo en ellos a los jurados e a las de vezes echándolos de los cabildos, e por esta razón ellos non pueden saber lo que en los tales cabildos se faze e ordena para lo escreuir e notificar a mí, sy a mi seruiçio fuere neçesario e conplidero.<sup>112</sup>

Assim, ainda que o papel dos *jurados* tenha sido importante, não foi suficiente para que o *común* tivesse uma representatividade efetiva entre os poderes locais e, tampouco, para conter os abusos por parte do patriciado. A Coroa tentou, ainda, limitar os desmandos que ocorriam na administração urbana através da nomeação de *corregidores*, ou seja, de oficiais enviados pelos reis para conter os principais conflitos que ocorriam na cidade. Foi o que se viu algumas vezes, ao longo do século XV, por ocasião das disputas entre as famílias Stúñiga e Guzmán. A necessidade de enviar repetidamente esses *corregidores* durante todo o século e mantê-los por um longo período é mais um demonstrativo de como eram intensos os conflitos em Sevilha e quão pouca penetração tiveram os desígnios reais no período.

Conforme visto, os Reis Católicos realizaram um grande esforço para que o poder real fosse exercido de maneira tão vigorosa quanto pregava a teoria política da época<sup>113</sup>, e isso envolveu uma profunda reformulação em relação à administração urbana. Por um lado, suas atitudes reforçaram o papel das grandes linhagens sobre a política do reino, mas, por outro, intensificaram a atuação real sobre as cidades. Em Sevilha, essa reorganização envolveu a nomeação de *corregidores* com amplos poderes e a proibição da prática de *acostamiento*. Esse feito por si teria sido suficiente para renovar os cargos da administração urbana que deixariam de ser vinculados aos grandes nobres, mas a reestruturação foi além. Outro exemplo nesse sentido é a criação do Tribunal do Santo Ofício, que começou a funcionar em Sevilha em 1481, e deu início à Inquisição em Castela. Sua atuação eliminou, ao

<sup>112</sup> Ordenamento de D. Fernando em nome de seu sobrinho, Juan II, à Sevilha em 29 de dezembro de 1411. FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Vol. II. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 242.

<sup>113</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Historia de Sevilla: La ciudad medieval (1248 - 1492)**. Sevilla: Universidade de Sevilha, 1990. p. 173.

menos virtualmente, a presença de conversos no *cabildo* e outros cargos de justiça<sup>114</sup>, o que gerou duas importantes consequências na cidade: por um lado apaziguava a população, há muito contrariada pela participação desses personagens impopulares no governo, o que havia, inclusive, gerado motins<sup>115</sup>; e por outro, aumentava a autoridade e prestígio dos monarcas, ao mesmo tempo em que liberava cargos para que fossem redistribuídos entre apoiadores, o que ampliava o controle régio sobre a cidade.

A atuação dos Reis Católicos contrasta com o que havia sido a tônica no século XV. Após a emergência dos Trastâmaras, a aristocracia tomou para si a administração urbana de Sevilha e foi responsável por diversos episódios conflituosos entre os bandos nobiliários que controlavam a cidade. Os reis do período, devido ao caráter contratual que norteava seus governos e aos problemas que a própria instituição monárquica enfrentava, acabaram dando pouca atenção à esfera urbana, permitindo (ou não conseguindo limitar) os abusos cometidos pela aristocracia. Com a subida ao poder, dos Reis Católicos, começava-se a traçar o fim da autonomia que os governos urbanos haviam desfrutado.

### 1.5 Relações sociais entre clero, nobreza e monarquia

Um estudo que pretenda analisar o conflito de forças em uma sociedade medieval não pode ignorar o importante papel desempenhado pelo clero como um dos principais grupos sociopolíticos. Obras como “As três ordens ou o imaginário do feudalismo”<sup>116</sup>, de Georges Duby, e diversas outras, explicam o papel desempenhado pelas três ordens que formavam as comunidades medievais: os que trabalhavam, os que guerreavam e, os que nos interessam especialmente, os que oravam. Ainda que a obra de Duby analise principalmente o contexto francês, com a sociedade castelhana não era diferente, como revela uma passagem já citada das atas das Cortes de Madri, em 1419: “e quelos mis rregnos e todos los otros rregnos de christianos son departidos en tres estados es asaber, estado eclesiástico, e

---

<sup>114</sup> SÁNCHEZ SAUS, Rafael. Los patriciados urbanos. In: LADERO QUESADA, Miguel Ángel (coord.). **El mundo social de Isabel La Católica**. La sociedad castellana a finales del siglo XV. Madrid: Dykinson, 2004. p. 152-153.

<sup>115</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Historia de Sevilla: La ciudad medieval (1248 - 1492)**. Sevilla: Universidade de Sevilha, 1990. p. 234.

<sup>116</sup> DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982.

militar, e estado de cibdades e villas”<sup>117</sup>. Tendo observado a atuação na sociedade dos que guerreiam – representados pelo rei e a nobreza – e o papel coadjuvante, na esfera política, desempenhado pelos que trabalham – o *común*, no contexto castelhano –, resta-nos a análise do clero e sua relação com os jogos de poder que caracterizaram o século XV.

A proeminência social alcançada pelo clero na sociedade medieval ibérica residia em dois fatores: a posição de poder que os próprios cargos lhes permitiam, à medida que lhes davam certo controle sobre a população, e os benefícios oriundos desses cargos. Ladero Quesada afirma que “desde o início, os melhores benefícios costumavam estar nos cabidos da Catedral, cujos clérigos nem sempre eram de ordem sacra [...]”<sup>118</sup>. Em Sevilha, esses cargos podiam equiparar-se socialmente a uma *veintecuatría* no Concelho<sup>119</sup>, o que comprova que os membros do cabido figuravam entre a elite urbana e que o cabido da catedral era um importante espaço de poder social, econômico e político<sup>120</sup>. Por essas razões, foi desejo da nobreza, na busca de manter sob seu controle as estruturas urbanas de poder, controlar também as estruturas eclesiásticas. Assim sendo, ocorreu entre os séculos XIII e XV um processo de aristocralização do clero, intensificado pela ascendência política e social da nobreza após o início da dinastia Trastâmara.

A análise desse processo é essencial à compreensão tanto das estratégias sociais e de poder das principais linhagens nobiliárias, como da própria projeção sociopolítica da Igreja e sua inserção nas estruturas de poder do reino, tudo isso dentro de um processo de gênese do Estado Moderno em Castela no final da Idade Média.<sup>121</sup>

Nesse período, membros de importantes bandos passaram a ocupar altos cargos eclesiásticos e a instituição foi, em parte, controlada por esse grupo<sup>122</sup>. A expressão “em

<sup>117</sup> **Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla**. Tomo III. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1866. p. 21.

<sup>118</sup> “Desde luego, los beneficios mejores solían estar en los cabildos catedralicios, cuyos clérigos no siempre eran de orden sacra [...]” (Tradução Nossa). LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **La España de los Reyes Católicos**. Madrid: Alianza Editorial, 1999. p. 266.

<sup>119</sup> Cf. SÁNCHEZ SAUS, Rafael. **Caballería y linaje en la Sevilla medieval**: estudio genealógico y social. Sevilla: Universidad, Servicio de Publicaciones, 1989. pp. 75-76.

<sup>120</sup> DÍAS IBÁÑEZ, Jorge. Iglesia, nobleza y oligarquías urbanas. In: NIETO SORIA, José Manuel (dir.). **La monarquía como conflicto en la Corona castellano-leonesa (c. 1230-1504)**. Madrid: Silex, 2006. p. 204.

<sup>121</sup> “El análisis de este proceso es esencial de cara a la comprensión tanto de las estrategias sociales y de poder de los principales linajes nobiliarios como de la propia proyección sociopolítica de la Iglesia y su inserción en las estructuras de poder del reino, todo ello dentro del proceso de génesis del Estado Moderno en Castilla a fines de la Edad Media.” (Tradução Nossa) DÍAS IBÁÑEZ, Jorge. Iglesia, nobleza y oligarquías urbanas. In: NIETO SORIA, José Manuel (dir.). **La monarquía como conflicto en la Corona castellano-leonesa (c. 1230-1504)**. Madrid: Silex, 2006. p. 198-199.

<sup>122</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **La España de los Reyes Católicos**. Madrid: Alianza Editorial, 1999. p. 266.

partes” da oração anterior é fundamental. Não se pode falar em uma homogeneidade entre os membros do clero por diversas razões. A primeira delas porque o acesso ao estamento eclesiástico nunca foi limitado a apenas um grupo social, o que era favorecido pela própria hierarquia existente na instituição. Destarte, as grandes linhagens tenderam a ocupar as dignidades, ou seja, os cargos mais proeminentes no interior de um cabido, enquanto a pequena nobreza, e outros membros que não pertenciam à aristocracia, ocupavam os cargos menores. Ademais, era comum que bandos opostos estivessem representados nos cabidos, o que os tornava particularmente conflituosos, como ocorreu diversas vezes em Sevilha. A identificação entre membros da administração urbana e do clero não eliminou os possíveis enfrentamentos que poderiam ocorrer entre as duas instituições, principalmente se considerarmos que ambos atuavam em esferas diferentes, mas que frequentemente se tocavam. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 1424, quando o Concelho da cidade entrou em conflito com o cabido porque o “*alguacil* do arcebispo circulava pela cidade com a vara, signo de jurisdição que, dentro do recinto urbano, correspondia só aos do Concelho”<sup>123</sup>.

Em Castela, principalmente ao longo do século XV, se intensificou a ideia de que a administração da Igreja no reino não podia estar alheia ao exercício do poder real, o que levou diversos monarcas a buscar controlar, ainda que indiretamente, a instituição eclesiástica. Por um lado, a possibilidade de conceder benefícios aos apoiadores ou limitar a ascensão de grupos inimigos corroborava com a política proposta pelos monarcas. Além do mais, os cabidos, como importantes forças sociopolíticas no interior das cidades, poderiam ser significativos focos de oposição à monarquia, o que demandava atenção por parte da Coroa. Aos reis, foi necessário, portanto, que tentassem controlar também essa instituição para não verem seu poder ameaçado, o que, por diversas vezes, gerou divergências entre as duas instituições. Na maioria das vezes, os conflitos *clero-monarquia* eram derivados do conflito maior *nobreza-monarquia*, na medida em que a grande presença de nobres no clero fazia com que houvesse identificação entre os interesses desses grupos. Sobre o tema, afirma José Días Ibáñez,

Dentro deste contexto, a monarquia castelhana se apresenta em uma dupla perspectiva. De um lado, como agente mediador nas situações de conflito igreja-nobreza, conflito que em boa medida respondia a um enfrentamento entre poderes senhoriais contrapostos, sendo precisamente esta necessidade de pôr sob seu controle todos os grupos de poder do reino, enquanto membros da comunidade política, um dos elementos mais explicitamente

---

<sup>123</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Historia de Sevilla**: La ciudad medieval (1248 - 1492). Sevilla: Universidade de Sevilha, 1990. p. 216.

caracterizadores da expansão do autoritarismo régio na Baixa Idade Média. Mas, por outro lado, nas conjunturas gerais de particular conflito sociopolítico, a monarquia se apresentava como protagonista das mesmas, se enfrentando com uma parte da nobreza, adotando, nesse caso, os membros do clero, em função de seus interesses, postura a favor de um ou de outro bando, não existindo com respeito a isso quase nunca unanimidade entre eles.<sup>124</sup>

A atuação da Coroa sobre a Igreja se deu essencialmente, através do direito, adquirido paulatinamente, de nomear benefícios, principalmente os mais importantes, o que incidia sobre os cargos episcopais. Como o rei não tinha acesso à eleição para esses cargos, passou a ser prática comum em Castela a recomendação de arcebispos pelos reis, conforme se vê na Partida I, Título V, Lei XVIII.

Antigua costumbre fue de España, et dura todavia, que quando fina el obispo de algunt lugar que lo facen saber los canónigos al rey por sus compañeros de la iglesia con carta del dean et del cabildo de como es finado su perlado, et quel piden merced quel plega que puedan facer su eleccion desembargadamente, et quel encomiendan los bieoes de la iglesia: et el rey otorgáelo, et envíalos recabdar. Et despues que la eleccion fuere fecha , preséntenle el eleito, et él mandal entregar de aquello que recibió. Et esta mayoría et honra han los reyes de España por tres razones: la primera porque ganaron la tierra de los moros, et fecieron las mezquitas eglesias, et echaron dende el nombre de Mahomad et metieron hi el de nuestro señor Iesu Cristo: la segunda porque las fundaron de nuevo en lugares do nunca las hobo: la tercera porque las dotaron, et demas les fecieron et facen mucho bien. Et por eso han derecho los reyes de rogarles los cabillos en fecho de las elecciones, et ellos de caber su ruego<sup>125</sup>

Segundo Isabel Montes Romero-Camacho, três forças influenciavam na escolha de um novo arcebispo: o cabido da catedral, o Papa e o rei<sup>126</sup>. O modo tradicional de

<sup>124</sup> “Dentro de este contexto, la monarquía castellana se nos presenta en una doble perspectiva. Por un lado, como agente mediador en las situaciones de conflictividad iglesia-nobleza, conflictividad que en buena medida respondía a un enfrentamiento entre poderes señoriales contrapuestos, siendo precisamente esta necesidad de poner bajo su control a todos los grupos de poder del reino, en cuanto que miembros de la comunidad política, uno de los rasgos más explícitamente caracterizadores de la expansión bajomedieval del autoritarismo régio. Pero, por otra parte, en las coyunturas generales de particular conflictividad sociopolítica, la monarquía se presenta como protagonista de las mismas enfrentándose a una parte de la nobleza, adoptando en este caso los miembros del alto clero, en función de sus intereses, postura a favor de uno u otro bando, no existiendo al respecto casi nunca unanimidad entre ellos.” (Tradução Nossa) DÍAS IBÁÑEZ, Jorge. Iglesia, nobleza y oligarquías urbanas. In: NIETO SORIA, José Manuel (dir.). **La monarquía como conflicto en la Corona castellano-leonesa (c. 1230-1504)**. Madrid: Silex, 2006. p. 197-198.

<sup>125</sup> Ley XVIII, Título V, Partida Primera. **Las siete partidas del Rey Don Alfonso el Sabio, cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia**. Tomo I. Madrid: La Imprenta Real, 1807. p. 208. Disponível em: <http://is.gd/pioV>.

<sup>126</sup> MONTES ROMERO-CAMACHO, Isabel. Un episodio de las relaciones Iglesia-Estado en tiempos de Juan II: la postulación de don Rodrigo de Luna como Arzobispo de Sevilla. Separata de: ARCHIVO HISPALENSE: Revista histórica, literaria y artística. Sevilla, n. 197, 1981. p. 5.

escolha seria a eleição pelo Cabido, e a posterior nomeação por parte do Papa. Entretanto, paulatinamente, os reis foram adquirindo o direito de “recomendar” o candidato de seu interesse, a ponto de Ladero Quesada afirmar que naquele momento, o que menos importava era a decisão do Cabido<sup>127</sup>. Em 1418, por exemplo, Juan II obteve do papa Martinho V o reconhecimento de que as eleições episcopais realizadas nos cabidos deveriam levar em conta a preferência dos monarcas. Com um arcebispo de escolha real regendo a Sede, era possível para os reis controlar, pelo menos em parte, as ações da nobreza associada ao grupo eclesiástico, ainda que conflitos entre esse e os demais grupos nunca tenham deixado de existir.

Um exemplo de como o cabido podia representar uma importante força contrária ao rei pôde ser observado entre os anos de 1287 e 1289, durante o reinado de Sancho IV. Após a morte de D. Remondo – arcebispo de Sevilha entre 1259 e 1286 e um dos principais beneficiados durante o Repartimento da cidade – o cabido elegeu como novo arcebispo Ferrán (ou Fernán) Pérez, “que durante a guerra civil entre Alfonso X e seu filho Sancho havia sido partidário deste último”<sup>128</sup>. Ferrán Pérez havia se tornado deão da Catedral ainda em 1255, o que significa que permaneceu encabeçando o cabido durante todo o período de conflito e que, após esse momento, mesmo tendo sido contrário ao rei durante a querela, ainda dispunha de prestígio suficiente para ser eleito Arcebispo pelos demais clérigos, demonstrando que o cabido no período pode ter sido uma força oposta a Alfonso X. Roma, entretanto, não confirmou a eleição do deão, por motivo que se desconhece, nomeando outro arcebispo em 1289.

### 1.5.1 Conflitos em relação à mitra hispalense ao longo do século XV

Sevilha era, juntamente com Toledo e Santiago, uma das mais importantes arquidioceses do reino de Castela. Dada a sua proeminência, temos várias das grandes linhagens medievais castelhanas associadas a ela como, por exemplo, os Fonseca, Guzmán, Luna, Manrique, Cervantes e Mendoza. É possível compreender, portanto, que a mitra hispalense figurou como uma das principais esferas de poder do reino e que teve grande

---

<sup>127</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **La España de los Reyes Católicos**. Madrid: Alianza Editorial, 1999. p. 256.

<sup>128</sup> “que durante la guerra civil entre Alfonso X y su hijo Sancho había sido partidario de este último”. (Tradução Nossa). JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso. Las fechas de las formas: selección crítica de fuentes documentales para la cronología del edificio medieval. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 27

relevância em relação aos jogos políticos que caracterizaram o século XV. Por isso, daremos atenção a alguns dos principais episódios em que a Sede esteve em foco, e aos conflitos que estiveram relacionados a ela.

Um dos nobres que mais fez sentir sua influência sobre a arquidiocese de Sevilha foi Alvaro de Luna. Em 1433, Luna, durante um dos momentos áureos de sua atuação como valido de Juan II, em que seu prestígio era indiscutível, teria sido capaz de interceder junto ao papado para que o então arcebispo de Sevilha, Diego de Anaya Maldonado, um dos clérigos mais importantes de Castela, fosse retirado da Sede e, em seu lugar, fosse nomeado Juan de Cerezuela y Luna, seu meio-irmão. Cerezuela permaneceu em Sevilha apenas um ano e logo foi trasladado à arquidiocese de Toledo<sup>129</sup>, retornando a mitra para Anaya, inocentado das acusações que haviam sido feitas contra ele. Novamente, em 1438, Luna conseguiu que Dom Gutierre de Toledo, um dos principais apoiadores da monarquia e do próprio valido na luta contra a nobreza em revolta<sup>130</sup>, fosse nomeado arcebispo. Em 1440 Dom Gutierre conseguiu do papa Eugênio IV poderes para atuar nas arquidioceses do reino visando eliminar supostos focos conciliaristas em troca do apoio que Luna teria dado ao papado no Concílio de Basileia, situação que ilustra bem a amplitude dos poderes de Dom Alvaro naquele período, e a interferência direta que pôde exercer sobre a Igreja castelhana.

Alguns anos mais tarde, entretanto, a situação havia se modificado. Alvaro de Luna havia perdido o prestígio que possuía junto à Coroa e a revolta da nobreza se tornava cada vez mais pungente. Com a Sede novamente vacante em 1442, não coube a Luna a escolha do sucessor, mas ao nobre que naquele momento liderava a Liga: o almirante Dom Fabrique Enríquez<sup>131</sup>. Em favor dele, como bem informa Ortiz de Zúñiga<sup>132</sup>, foi eleito seu sobrinho, Dom García Enríquez Osorio.

Em 1448 se deu o sintoma final da caída de Luna. Com a morte de García, o *Condestable* tentou nomear para a Sede seu sobrinho Dom Rodrigo de Luna, com apenas dezoito anos, mas o cabido de Sevilha, sem respeitar os trâmites normais para uma nova eleição, postulou o cardeal Juan de Cervantes, “sevilhano de nascimento e muito ligado à

<sup>129</sup> SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. p. 217-218.

<sup>130</sup> DÍAS IBÁÑEZ, Jorge. Iglesia, nobleza y oligarquías urbanas. In: NIETO SORIA, José Manuel (dir.). **La monarquía como conflicto en la Corona castellano-leonesa (c. 1230-1504)**. Madrid: Silex, 2006. p. 211.

<sup>131</sup> MONTES ROMERO-CAMACHO, Isabel. Un episodio de las relaciones Iglesia-Estado en tiempos de Juan II: la postulación de don Rodrigo de Luna como Arzobispo de Sevilla. Separata de: ARCHIVO HISPALENSE: Revista histórica, literaria y artística. Sevilla, n. 197, 1981. p. 8-9.

<sup>132</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 418.

corte romana”<sup>133</sup>. Ao saber da notícia, o rei Juan II escreveu à Igreja hispalense, numa carta ríspida que demonstra de maneira interessante, como a recomendação de clérigos pelo rei, era vista como um direito plenamente assegurado à monarquia.

[...] ví vuestra letra, que me enviasteis con el portador de esta, sobre razon de la eleccion ó postulacion que decides que ficisteis de esa Eglesia en persona del Reverendo Padre Cardenal de Ostia [...] vos escrebí, considerando que todo lo por vos fecho, fué y es ninguno, y de ningun valor ni efecto, y con gran osadía, teniendo la manera que en ello tuvistis, en tan grande menosprecio, y contento mio, no queriendo conocer ni guardar mi derecho y Señorío, y preeminencia Real en esta parte, ántes todo aquello pretermiso, y non faciendo cuenta ni mencion alguna de mí, ni me consultando sobre ello, nin me lo notificando, ni faciendo saber, ni habiendo para ello mi licencia y consentimiento, ni queriendo esperar, ni esperando la letra que primeramente é luego en punto que yo sope de la muerte del Arzobispo Don García sobre ello vos escrebí [...] pues luego que yo sope de la dicha muerte, envié sobre ello mis suplicaciones á nuestro muy Santo Padre, en favor de Don Rodrigo de Luna, mi Capellan mayor, y sobrino de Don Alvaro de Luna, Maestre de Santiago, mi Condestable de Castilla, á las quales yo bien confio, que su Santidad abrá concedido y condescenderá, guardando mi derecho y señorío y preeminencia Real [...] (Grifo nosso)<sup>134</sup>

Diante da carta e das ameaças nela contidas, o cabido recuou. Mas quem assumiu a Sede em 1449 foi Juan de Cervantes, o que provavelmente se deveu às más relações que Luna tinha com o cabido e com a nobreza de Sevilha – principalmente com os Guzmán, já que recebia apoio dos Ponce de León, alimentando as hostilidades entre os bandos -, e da própria diminuição de seu prestígio junto ao rei. Nos quatro anos em que esteve à frente da mitra, Cervantes realizou muito pela cidade e parece ter sido querido por seus pares, ainda que tenha tido conflitos com o cabido.

Não só o rei detinha poder quando se tratava da designação de bispos e arcebispos. Também a própria nobreza interferia nas escolhas, como pôde ser visto no caso de Dom García de Enríquez Osorio. Outro notório caso de interferência das linhagens se deu quando um importante nome na política do reino, Alfonso de Fonseca<sup>135</sup>, foi arcebispo de Sevilha, entre os anos de 1454 e 1473. Devido a sua intensa atuação junto à Corte, pouco permaneceu em Sevilha e pouca atenção deu aos assuntos da Igreja. Em 1461, quando

<sup>133</sup> “sevillano de nacimiento y muy vinculado a la corte romana”. (Tradução Nossa) DÍAS IBÁÑEZ, Jorge. Iglesia, nobleza y oligarquías urbanas. In: NIETO SORIA, José Manuel (dir.). **La monarquía como conflicto en la Corona castellano-leonesa (c. 1230-1504)**. Madrid: Silex, 2006. p. 211.

<sup>134</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 429-432.

<sup>135</sup> A ele, juntamente com os arcebispos Carrillo e Alfonso Sánchez, foram dados poderes através de uma bula de Nicolau V de 1453 para que avaliassem e julgassem a dispensa do vínculo de parentesco entre o rei Enrique IV e Juana, ponto chave dos conflitos que se sucederão relacionados à ilegitimidade de Juana, a Beltraneja.

intensos conflitos que tomavam Galícia, Fonseca decidiu que seu sobrinho, que ele já havia elevado a arcebispo de Santiago, não deveria permanecer na região e conseguiu uma carta papal autorizando o intercâmbio de arquidioceses. Consequentemente, Alfonso Fonseca y Acevedo, chamado de “o jovem”, foi feito arcebispo de Sevilha, enquanto Fonseca, “o velho”, foi à Sede compostelana até se apaziguarem os conflitos, com a garantia de que a troca seria desfeita quando isso acontecesse.

Entretanto, não foi isso que ocorreu. Em 1463, quando Fonseca tentou retornar a Sevilha, seu sobrinho se recusou a sair. O conflito que se gerou a partir daí envolveu vários *Grandes* do reino, inclusive o rei, numa mostra significativa do balanço dos poderes que existiam então. Ao lado do “velho” em 1463, estavam Beltrán de la Cueva, os Mendoza, os Medina Sidonia e o rei, enquanto ao lado do “jovem” estavam as forças contrárias, representadas por Carrillo, Pacheco e a Liga<sup>136</sup>. De posse de uma carta real e de uma Bula do papa, o Arcebispo de Santiago tentou recuperar sua antiga Sede, mas “pasándose presto de las armas espirituales á las temporales, el Arzobispo mozo, seguido de lo mas de la nobleza, armó su familia, fortificó las torres de su Iglesia, presidió los lugares y castillos de la dignidad”<sup>137</sup>. Após esse momento, Fonseca, “o velho”, perdeu os favores do rei diante de acusações de traição feitas por Pacheco, e só conseguiu recuperar sua Sede e os benefícios vinculados a ela no ano seguinte, depois de se reconciliar com o rei. Fonseca ainda permanecerá como peça-chave da política em Castela por alguns anos, visto que, após esses eventos, alternará seu apoio a monarquia diversas vezes, ora apoiando o rei, ora apoiando Pacheco.

Em 1474, mais um exemplo da interferência das grandes linhagens, nesse caso, duas delas. Em 1473, com a morte de Fonseca, se iniciaram os processos para a escolha de um novo arcebispo. Como era de costume, o cabido reunido elegeu Dom Fabrique de Guzmán, meio-irmão do Duque de Medina Sidonia e bispo de Mondoñedo. Também seguindo seu direito de recomendação, o rei, apoiado por Isabel e Fernando, suplicou ao papa em favor do nome do cardeal Pedro González de Mendoza. Para surpresa dos dois grupos, o Papa Sisto IV negou as duas representações, escolhendo para a Sede seu sobrinho Pedro Riario, fato que gerou intensos protestos, tanto por parte da Coroa, quanto do cabido de Sevilha. Entretanto, antes mesmo de chegar a Sevilha, Pedro Riario faleceu, reiniciando as disputas em torno da

---

<sup>136</sup> SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. p. 303.

<sup>137</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo III. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 26.

Sede. De acordo com as Crônicas do Cardeal, escritas pelo doutor Pedro de Salazar, a escolha do sucessor da mitra se deu em negociações entre Guzmán e Mendoza.

Paffaró muchos encuentros, entre las cufas de Mendoza y de Guzman, que fe acabaró con hauer venido las Bulas llanas en fauor de el Cardenal; y afsí tomò la poffefsion, fin contradiciones.<sup>138</sup>

No caso acima, valeu o desejo de Fernando e Isabel, o que ocorreu repetidas vezes ao longo de seus reinados, visto que foram dois dos monarcas que mais fizeram valer seu direito de recomendação<sup>139</sup>. De acordo com Ortiz de Zúñiga, no ano de 1483 era grande o poder dos reis na concessão dos benefícios eclesiásticos.

[...] se tuvo noticia como habia muerto á primero de Julio el Arzobispo de Toledo Don Alonso Carrillo de Acuña, y se declaró luego la presentacion Real de aquella Mitra en nuestro Cardenal Arzobispo Don Pedro Gonzalez de Mendoza, y la de Sevilla en Don Iñigo Manrique, Obispo de Jaen, que fue la primera vacante á que no concurrió postulacion del Cabildo Eclesiástico, por la gracia que ya los Reyes tenian obtenida para presentar todas las Iglesias de sus Reynos, perdiendo así los Cabildos su mayor preeminencia [...]<sup>140</sup>

O exemplo mais contundente da atuação dos Reis Católicos se deu em 1485. Com a morte de Dom Iñigo Manrique de Lara, os reis recomendaram o nome Dom Diego Hurtado de Mendoza, figura de projeção do clero castelhano. Entretanto, antes mesmo da recepção da carta, o papa já havia expedido uma Bula nomeando o Cardeal Rodrigo de Borja<sup>141</sup> para arcebispo de Sevilha imaginando que, por ser espanhol e ligado à Corte, seria aceito<sup>142</sup>. Entretanto, não foi o que ocorreu. As palavras de Alonso Morgado, num livro publicado em 1587, mostram o que teria acontecido então.

En la Vacante deste Don Iñigo Manrique, estando los Reyes Catholicos Don Fernando, y Doña Isabel en esta ciudad, les llego un Nuncio del Papa con

<sup>138</sup> SALAZAR DE MENDOZA, Pedro. **Cronica de el gran Cardenal de España don Pedro Gonçalez de Mendoza, Arçobispo de la muy Santa Yglesia Primada de las Españas...** [S.l.]: en la emprenta de doña Maria Ortiz de Sarauia, 1625.

<sup>139</sup> Cf. LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **La España de los Reyes Católicos**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

<sup>140</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Seuilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo III. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 119.

<sup>141</sup> O Cardeal Rodrigo de Borja (ou Bórgia) veio a ser em 1492 o papa Alexandre VI.

<sup>142</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Seuilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo III. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 128-129.

poderes, para tomar la possession del Arçobispado de Sevilla. Del qual el Papa avia proveydo a vn Cardenal, que avia sido su Vice-chanciller Valenciano de nacion. No quisieron estar por esta Provision los Catholicos Reyes, por parecerles, no convenir al servido de Dios, ni suyo. Por lo qual, estimando la Lealtad, y Preeminencia de Sevilla, y sus grandes, y señalados servicios, y respondiendo por la sublimacion de su Iglesia, respondieron al Nuncio, y por sus letras notificaron al Papa. Como esta Iglesia de Sevilla era vna de las principales de su Reynos, y confinavan sus tierras casi con las de los Moros, y que no era razon, se proveyesse en Estrangero, y no en natural de Castilla, por los grandes, y manifiestos inconvenientes, que de semejante Provision podian, recrecerse en notable deservicio de Dios, y daño desta Iglesia, y de las cosas dellas.

Advirtiendole, que para la Provision de las Iglesias de sus Reynos, devia esperar la suplicacion, que ellos le hiziesen, antes que dellas proveyesse, segun fue assentado con el Pontificado. Y en especial desta Sancta Iglesia de Sevilla, de la qual, por ser tan insigne, era necessario, que fuesse proveyda a persona, que fuesse natural dellos, que no estuviesse ausente dellos. Porque la ausencia del Prelado se podrian seguir irrecuperables daños, assi en las tierras de la Iglesia, como en todas sus Comarcas.<sup>143</sup> (Grifo Nosso)

Como pode se observar, os Reis Católicos agiram sobre a Igreja assim como estavam agindo sobre a administração urbana, ou seja, ampliando o controle régio sobre as instituições. A garantia da influência da Coroa sobre a Igreja fazia parte de um programa político mais amplo objetivado por Isabel e Fernando que, por um lado, pretendia organizar o Estado, sob uma monarquia forte, e, por outro, em nível eclesiástico, buscava a criação de uma Igreja do Estado. Segundo Jose Manuel Nieto Soria,

Entre as dimensões que a realeza Trastámara pretendeu dar ao exercício da soberania real, sobretudo no transcurso do século XV, se encontra a configuração de uma Igreja que, tanto pelas formas de nomeação de suas hierarquias, como pelo desenvolvimento de instituições eclesiásticas concretas, como [sic], incluídas as formas de vida religiosa, garantisse uma plena sintonia com os objetivos da política eclesiástica pretendidos pela própria realeza.<sup>144</sup>

Ainda segundo Nieto Soria, essa tentativa estava baseada em três pontos principais: as eleições episcopais e a provisão de benefícios, a política reformadora, e as

<sup>143</sup> MORGADO, Alonso. **Historia de Sevilla en la qual se contienen svv antigvedades, grandezas, y cosas memorables en ella acontecidas, desde sv fvdacion hasta nvestros tiempos, con mas el discvrso de sv estado en todo este progresso de tiempo, assi en lo ecclesiastico, como en lo secular.** Sevilla: En la Imprenta de Andrea Pescioni y Juan de León, 1587.

<sup>144</sup> “Entre las dimensiones que la realeza trastámara pretendió dar al ejercicio de la soberanía real, sobre todo en el trascurso del siglo XV, se cuenta la configuración de una Iglesia que, tanto por las formas de nombramiento de sus jerarquías, como por el desarrollo de instituciones eclesiásticas concretas, como, incluso por las formas de vida religiosa, garantizase una plena sintonía con los objetivos de política eclesiástica pretendidos por la propia realeza.” (Tradução Nossa) NIETO SORIA, Jose Manuel. **Iglesia y orígenes del Estado moderno en la Castilla Trastámara. Espacio, tiempo y forma.** Madrid, Serie III, nº 4, p. 137-160, 1991.

Capelas Reais. A escolha de bispos e arcebispos, como vimos, sofreu atuação intensa e direta dos Reis Católicos. A política reformadora também se fez observar através do sínodo nacional do clero, convocado pelos reis em Sevilha no ano de 1478, com o objetivo de reorganizar a instituição, especialmente as relações entre monarquia e Igreja<sup>145</sup>. Também é preciso considerar nesse sentido, o início da atuação do Tribunal do Santo Ofício em Sevilha nesta mesma época. A construção ou reforma de Capelas Reais e outras relações dos monarcas com a arquitetura e iconografia serão nossos objetos de estudos nos capítulos seguintes.

Sevilha, dada a sua importância, foi alvo constante da atenção dos Reis Católicos, como já havia sido de reis anteriores. É preciso lembrar que a catedral da cidade estava sendo construída quando ocorreu grande parte dos eventos descritos nesse capítulo, muitos com efeitos diretos sobre o edifício e sua construção, além de outros com influências indiretas. A isso daremos atenção nas páginas seguintes.

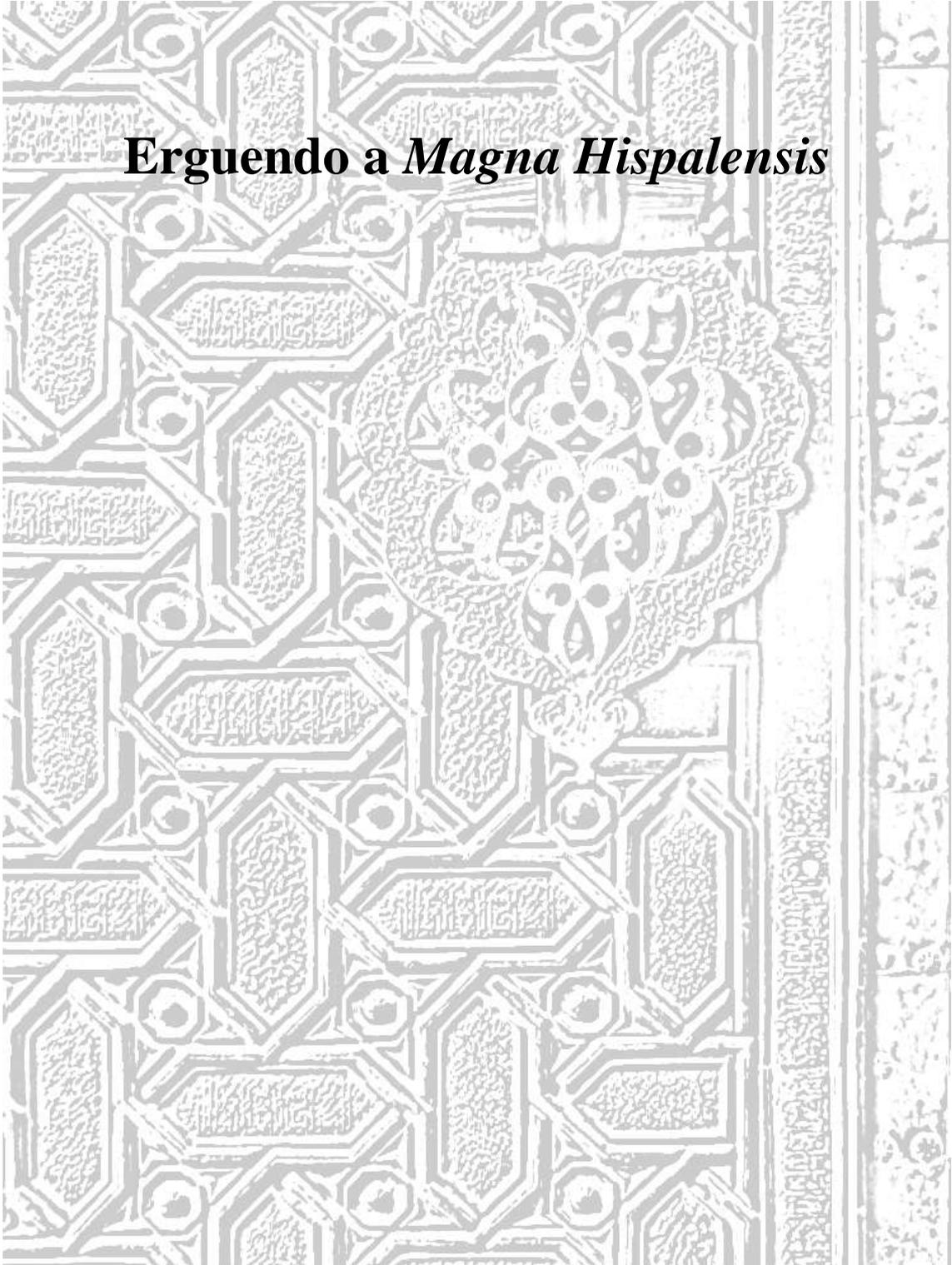
---

<sup>145</sup> KAMEN, Henry. **Una sociedad conflictiva**: España, 1469-1714. Madrid: Alianza Editorial, 1989. p. 85.

## Capítulo 2

---

**Erguendo a *Magna Hispalensis***



## Capítulo 2

### Erguendo a *Magna Hispalensis*

Uma cidade medieval e sua catedral mantêm relações tão estreitas que, muitas vezes, é impossível dissociá-las: uma não se explica sem a outra, uma não se torna o que é sem a existência da outra. É preciso compreender uma cidade para verdadeiramente ver sua catedral. O que chamamos de Baixa Idade Média viu o florescer destes grandes templos, assim como assistiu ao desenvolvimento contínuo das urbes. Durante o período em que a descentralização do poder encontrou seu auge, os principais edifícios religiosos localizavam-se no campo, retirados, acompanhando o ideal monástico de reclusão. Os mosteiros eram, portanto, os centros religiosos por excelência. No momento em que as cidades retomaram o desenvolvimento, em muito interrompido com o fim da era romana, o clero secular, fundamentalmente urbano, voltou à cena. “Por definição, a catedral é a igreja do bispo, portanto, a igreja da cidade”<sup>1</sup>. Assim como as cidades retomaram sua posição de centros culturais, a catedral retomou sua posição de centro religioso.

Os avanços técnicos alcançados principalmente, a partir do século XI e XII, permitiram a construção de edifícios cada vez maiores que se tornaram elementos singulares do panorama urbano. Ainda hoje, em muitas cidades que conservaram suas igrejas medievais, esses edifícios permanecem sendo os mais altos e centros polarizadores das atividades urbanas. Para o homem do medievo, a catedral era mais do que um edifício de culto. Segundo Mumford, é necessário concebê-la mais como um centro comunal e menos como um local por demais sagrado<sup>2</sup>, ainda que estas não fossem funções excludentes. A catedral era um componente diferenciado da paisagem urbana, não só por suas grandes proporções, mas também por agregar em si funções religiosas, políticas e econômicas. Alain Erlande-Brandenburg nos diz:

Visível à distância, emblema da cidade, a catedral é na realidade o coração de um vasto conjunto de múltiplas funções: centro religioso, intelectual, econômico, caritativo, artístico, uma cidade sagrada e simbólica dentro da

---

<sup>1</sup> DUBY, Georges. **O tempo das catedrais: a arte e a sociedade, 980-1420**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979, p. 99.

<sup>2</sup> MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

cidade. Lugar dos principais centros e nós de organização do espaço urbano e do urbanismo (com sua praça), ela é também um centro do poder, objeto de conflitos, particularmente entre o bispo e os cônegos.<sup>3</sup>

Para compreender uma catedral medieval é preciso, ainda, compreender a importância dos símbolos para aquele período. Segundo Otto von Simson,

Para nós, o símbolo é uma imagem que investe a realidade física de significado poético. Para o homem medieval, o mundo físico tal como o entendemos apenas tinha realidade enquanto símbolo. [...] Maximus o Confessor [...] define com efeito aquilo a que chama “visão simbólica” como a capacidade para apreender nos objetos de percepção sensível a realidade invisível do inteligível que lhes está subjacente.<sup>4</sup>

Seguindo esta linha de pensamento, é possível compreender que, para o homem medieval, a catedral era, de fato, a casa de Deus e que, ao passarmos por suas portas estávamos, analogamente, passando deste mundo para a eternidade. Portanto, a importância da catedral transcendia sua função como símbolo da comunidade para alcançar uma esfera mais elevada: era o “símbolo do reino de Deus na terra”, a imagem do céu, a Jerusalém Celeste. Assim, ao estudarmos uma catedral medieval, é preciso considerar os elementos simbólicos que lhe dão forma como conectores com uma realidade que é, ao mesmo tempo, mundana e sagrada, sem ignorar as relações com as ideias religiosas que guiavam seu projeto e sua execução.

O caso aqui estudado é o da Catedral de Sevilha, na Espanha. Construída ao longo do século XV, era o elemento principal da centralidade urbana, devido não só à sua localização privilegiada entre os edifícios e ruas mais importantes da cidade, mas às muitas funções ali agregadas: religiosa, intelectual, política, econômica, artística etc.. Era um importante centro de poder sobre o qual atuavam várias forças sociopolíticas da Coroa de Castela. Este capítulo propõe analisar o processo construtivo do edifício e suas relações com alguns dos eventos descritos no capítulo anterior e que tiveram relevância para a história de Sevilha no século XV. Nosso objetivo é o de estabelecer os vínculos entre a cidade e a catedral e, para isso, é preciso investigar o entorno desta última e seu diálogo com ruas e edifícios que a cercavam. Em relação a esse aspecto, a herança muçulmana se faz muito presente e a ela iremos nos ater por um momento. Também é necessário analisar as mudanças

---

<sup>3</sup> ERLANDE-BRANDENBURG, Alain. Catedral. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 184.

<sup>4</sup> SIMSON, Otto von. **A Catedral Gótica**: Origens da arquitetura Gótica e o conceito medieval de ordem. Lisboa: Editorial Presença, 1991. p. 20-21.

e permanências trazidas pela dominação cristã a partir do século XIII, já que nesse contexto que a catedral gótica foi erguida. Por fim, mas não menos importante, o exame do edifício se dará, inicialmente, através da análise do que teria sido a mesquita almôade que, no século XV, foi derrubada para dar lugar à catedral gótica de Sevilha, pois acredita-se que as formas do edifício anterior foram determinantes para sua forma atual. E, posteriormente, através do estudo do processo construtivo da *obra nueva*<sup>5</sup> ao longo do século XV, o que corresponderá a uma parcela significativa do capítulo.

## 2.1 A catedral e seu entorno

Um edifício é mais do que as paredes que lhe dão forma, assim como uma cidade vai além das ruas e casas que a compõem. Ambos são complexos em que fatores sociais, políticos e econômicos são indissociáveis dos elementos materiais. Ao se estudar um edifício, é necessário considerá-lo como parte de uma paisagem urbana complexa e não como um elemento único e dissociado de seu redor. Como afirma o geógrafo Augustin Berque, “a paisagem existe em primeiro lugar na sua relação com o sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de certa lógica”<sup>6</sup>. Por essa razão, durante as pesquisas sobre a construção da Catedral de Sevilha no século XV, viu-se a crescente necessidade de estudar a morfologia urbana da cidade para que se pudesse compreender não só sua lógica de funcionamento, mas aspectos culturais da sociedade que fez uso desse aparato. Assim, este tópico analisará a Catedral de Sevilha e a paisagem urbana ao seu redor e suas relações com a sociedade em questão, pois, ao compreendermos a arte e a arquitetura como práticas culturais, podemos e devemos analisá-las em correlação com outras tantas práticas do período. Vitrais, relevos e pilares deixam de ser, então, meros elementos arquitetônicos e passam a ser compreendidos como fontes que nos permitem investigar esses grupos e suas maneiras de ver o mundo que os cercava.

---

<sup>5</sup> Termo utilizado pela documentação para fazer referência à construção do edifício gótico. Cf. **Libro de la obra nueva**. Arquivo de la Catedral de Sevilla. LF5, assinatura 09339.

<sup>6</sup> BERQUE, Augustin. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 84.

No século XII, os almôades<sup>7</sup> tomaram a decisão que talvez tenha sido aquela que maiores alterações provocou no plano urbano da cidade de Sevilha: construíram uma nova *aljama* para substituir a velha mesquita que já não suportava mais o grande número de habitantes da cidade – García de Cortázar chega a falar de uma estimativa de 40 mil pessoas no século XI<sup>8</sup>. Com essa mudança, eles criaram um novo centro urbano para a cidade<sup>9</sup>, que é mantido até os dias atuais. A nova mesquita tornou-se o principal ponto de atração da paisagem urbana e para lá passaram a convergir todas as principais instituições da Sevilha muçulmana. A tomada da cidade pelos cristãos em 1248 não alterou de maneira significativa essa situação. A dificuldade de se alterar de maneira drástica uma área já tão intensamente urbanizada faz com que os séculos subsequentes mostrem mais permanências do que transformações em relação à morfologia urbana de característica muçulmana, revelando uma área pouco modificada.

As origens de Sevilha remontam ao século IX a.C quando teria sido fundada pelos tartessos, povo que se desenvolveu na região. O mito que envolve o surgimento da cidade se relaciona a Hércules que, segundo a tradição, teria sido seu fundador, e aos romanos, aclamados como seus primeiros habitantes. A história de Sevilha sempre esteve ligada a sua localização geográfica, pois se tornou uma importante ligação entre no Oceano Atlântico e o interior da Península Ibérica, através do Rio Guadalquivir. Em seus primeiros séculos de vida, a então Hispalis foi dominada por cartagineses e fenícios, dois povos que sempre estabeleceram vínculos fortes com o comércio. No século II a.C., já sob domínio romano, a cidade se converteu em um importante porto<sup>10</sup>.

No século V Sevilha foi invadida pelos vândalos e, posteriormente, pelos visigodos. Esse povo dominou a região do século V ao século VIII. É o período de homens como o bispo Isidoro de Sevilha (560 - 636), cuja influência religiosa e política se fez sentir em todo o reino, tendo sido um dos responsáveis pela conversão do rei Recaredo (? – 601) ao credo católico.

---

<sup>7</sup> Berberes pertencentes a uma dinastia que sucedeu aos almorávidas, reinando sobre a África setentrional e a Espanha muçulmana de 1147 a 1269.

<sup>8</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España**: La época medieval. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 73.

<sup>9</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. La ciudad: permanencias e transformaciones. In: GONZÁLES JIMÉNEZ, Manuel (coord.). **Sevilla 1248**: Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Acero, 2000. p. 562.

<sup>10</sup> Nesse período, a história de Sevilha confunde-se com a história de Itálica, uma pequena região que hoje se localiza em Santiponce, província de Sevilha. Ela constituiu-se o principal centro da Hispania do período romano, sendo substituída, posteriormente, pela atual área do centro histórico de Sevilha.

Sob sua liderança [de Isidoro e sua família], Sevilha se tornou um centro cultural através do qual o conhecimento sobre o corpus dos patriarcas latinos ocidentais da Igreja e sobre os autores latinos clássicos seculares seriam transmitidos para as gerações sucessoras<sup>11</sup>.

No ano de 712, a cidade de Sevilha foi tomada pelos muçulmanos em seu processo de expansão pela Península Ibérica, e sua posição como entreposto comercial e ligação entre o norte da África e o interior da Península contribuiu para que a cidade figurasse como uma das principais de Al-Andaluz. As trocas comerciais se ampliaram muito no período, principalmente devido à boa localização do seu porto, o que fez a cidade prosperar.

A dominação muçulmana alterou de maneira significativa a relação até então estabelecida entre cidade e campo pelos visigodos, visto que a sociedade islâmica possui um caráter urbano bem marcado. O poder passa a emanar das cidades, gerando um predomínio das áreas urbanas sobre as rurais, ampliando o status da primeira. As relações comerciais também se alteraram. Houve, a partir da dominação muçulmana na Península, uma reanimação da economia comercial de base monetária, estimulada pela necessidade de abastecer núcleos urbanos densos e com altos níveis de consumo. Se a isso unirmos a circunstância de que a Espanha Islâmica passa a integrar um circuito econômico transcontinental, compreenderemos a ruptura com a realidade vivida até então, voltada para o autoabastecimento, substituída por uma atividade econômica dirigida por e para as cidades. Esse predomínio da cidade sobre o campo e o importante comércio local continuarão sendo importantes características da Sevilha cristã.

Cresceram as trocas entre as áreas urbanas e o campo, gerando uma valorização das terras próximas às grandes cidades. Cresceram também as trocas interurbanas, sendo a rota Sevilha-Córdoba uma das mais intensas. Os principais produtos comercializados eram aqueles que diziam respeito ao abastecimento interno das cidades: madeira, gêneros alimentícios e vestuário. As trocas mercantis internacionais, principalmente com o norte da África, também se desenvolveram, tendo o porto de Sevilha um papel de destaque. O aumento do comércio exterior ampliou o poder de compra da população ibérica e a circulação de moeda, visto que essas trocas eram feitas em ouro. Esse processo gera um consequente ânimo das trocas comerciais internas e externas. Uma amostra do potencial comercial gerado em Sevilha é a posição proeminente alcançada pela cidade num momento confuso de

---

<sup>11</sup> “Under their leadership, Seville became a culture center through which knowledge of the corpus of the Western Latin Fathers of the church and of the secular classical Latin authors would be transmitted to succeeding generations” (Tradução Nossa). REILLY, Bernard. **Medieval Spains**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 32.

fragmentação política como se observou no período da vigência das *taifas*<sup>12</sup>. García de Cortázar chega a falar de “sua riqueza inigualável pelos demais reinos”<sup>13</sup> devido à intensa atividade de seu porto.

No período que se segue, Sevilha alcança uma grande prosperidade cultural e econômica, chegando a se tornar capital do império Almôade na Península. As trocas comerciais se ampliam tanto com o norte da África e o Oriente, quanto com os cristãos europeus, transformando a grande cidade num reduto de intercâmbios culturais.

A intensificação das relações mercantis entre muçulmanos e cristãos – as quais se unem pisanos e, sobre tudo, genoveses – converte Sevilha, capital da Espanha almôade, em centro do mercado muçulmano ocidental e em praça mercantil de primeira ordem; ali contam os genoveses com uma colônia, verdadeira ponte no intercâmbio entre África e Europa<sup>14</sup>.

Concomitante a esse processo e influenciado pelo crescimento que a cidade vivenciou no período, foram realizadas diversas modificações no plano urbano: sob o domínio Almôade diversas construções que ainda podem ser vistas atualmente em Sevilha foram erguidas, como a Torre do Ouro. A primeira alteração de grande vulto foi a substituição da antiga muralha por uma que abarcasse uma área maior. Estudos indicam a existência de três diferentes recintos amuralhados em Sevilha: o primeiro do período romano, o segundo do período de domínio muçulmano e o terceiro do século XII, sob domínio almôade. Antonio Collantes de Terán Sánchez diz em seu artigo *La ciudad: permanencias y transformaciones*<sup>15</sup>, que nos séculos XI e XII Sevilha estava densamente povoada, extrapolando, inclusive, os limites da muralha.

Foi necessária, então, a construção de um novo recinto, mais amplo, para que pudesse abranger uma área maior e permitir o crescimento da cidade, “convertendo-a em uma

<sup>12</sup> Cada um dos reinos em que a Península Ibérica muçulmana se dividiu ao dissolver-se o califado cordobês.

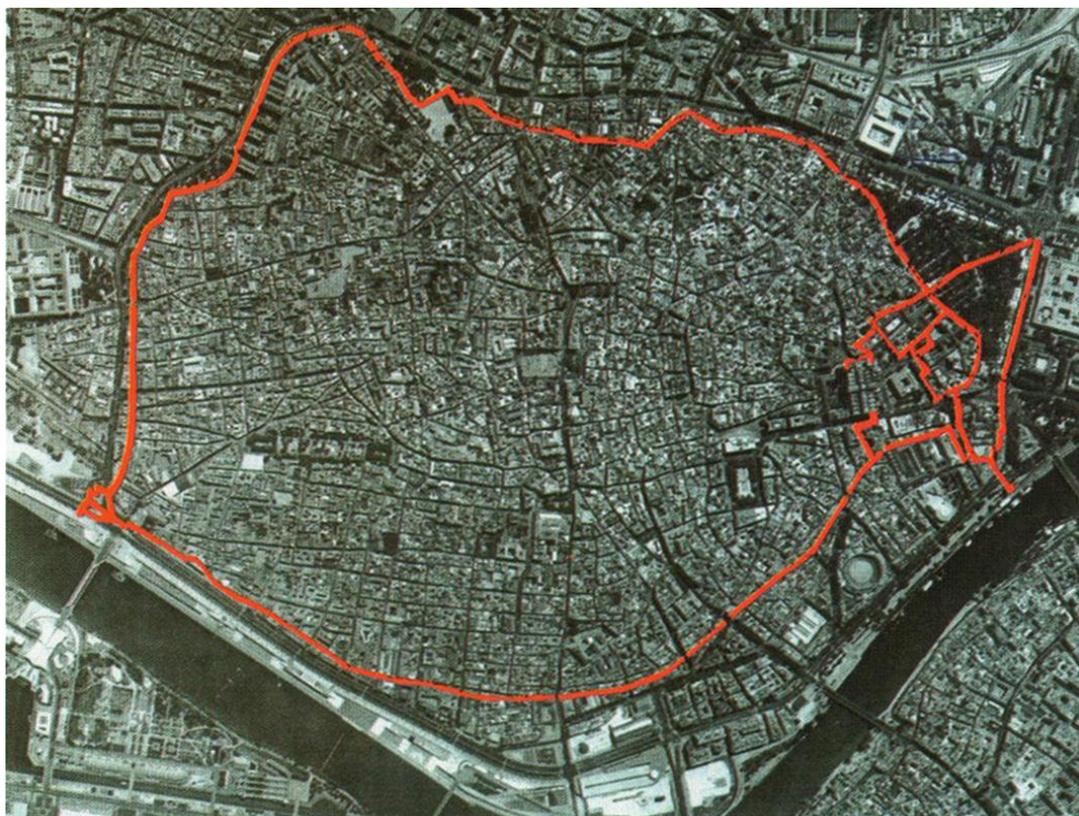
<sup>13</sup> “[...] su riqueza inigualada por los demás reinos [...]” (Tradução Nossa). GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España: La época medieval**. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 105.

<sup>14</sup> “La intensificación de las relaciones mercantiles entre musulmanes y cristianos – en las que a los peninsulares se unen pisanos y, sobre todo, genoveses – convierte a Sevilla, capital de la España almohade, en el centro del mercado musulmán occidental y en plaza mercantil de primer orden; allí cuentan los genoveses con una colonia, verdadero puente en el intercambio entre Africa y Europa” (Tradução Nossa). *Ibid*, p. 111-112.

<sup>15</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. *La ciudad: permanencias e transformaciones*. In: GONZÁLES JIMÉNEZ, Manuel (coord.). **Sevilla 1248: Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León**. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Acers, 2000. p. 551-566.

das maiores cidades de seu tempo com um perímetro de 5.955 m. que encerravam 187 Ha”<sup>16</sup>, limites que se mantiveram até o século XIX. A Figura 1 mostra o perímetro da nova muralha.

**Figura 1** – Perímetro da muralha almôade



17

Ainda respeito da área circunscrita pela muralha mais recente, é Collantes de Terán Sánchez quem alerta para o fato de haver, naquele perímetro, grandes espaços desocupados. Segundo ele, a área urbanizada corresponderia ao setor Sul, o que representava o recinto da antiga muralha. As regiões Norte e Noroeste eram espaços ainda voltados para a agricultura, contendo hortas e jardins que visavam o abastecimento da cidade<sup>18</sup>. Na área

<sup>16</sup> “convirtiéndola en una de las mayores ciudades de su tiempo con un perímetro de 5.955 m. que encerraba 187 Ha.” (Tradução Nossa). CÓMEZ, Rafael. El Alcázar de Sevilla al fin de la Edad Media. In: BOUCHERON, Patrick; CHIFFOLEAU, Jacques. **Les palais dans la ville**. Espaces urbains et lieux de la puissance publique dans la Méditerranée médiévale. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2004. p. 322.

<sup>17</sup> VALOR PIECHOTTA, Magdalena (coord.). **El último siglo de la Sevilla Islámica (1147 – 1248)**. Sevilla: Ayuntamiento-Universidad, 1995. p. 18.

<sup>18</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. La ciudad: permanencias e transformaciones. In: GONZÁLES JIMÉNEZ, Manuel (coord.). **Sevilla 1248**: Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Acers, 2000. p. 552.

primeiramente ocupada, ou seja, no setor Sul, é possível observar, ainda hoje, o tipo de urbanização tipicamente árabe.

[A paisagem urbana] parece formada a partir de uma simples justaposição de casas que, ao juntarem-se umas as outras, determinam o traçado de algumas ruas, o que é muito distante do conceito helenístico de plano ortogonal.<sup>19</sup>

As ruas acabam se tornando muito estreitas, formando um labirinto de vielas, devido ao fato de não haver nenhum tipo de planejamento do traçado urbano, já que o aproveitamento do espaço da cidade é considerado um aspecto privado, assim como a construção das casas também o era. Não há praças e os pontos de convergência da cidade são, portanto, os mercados e mesquitas. As casas não costumam ter nenhuma abertura para a rua além da porta principal e também não apresentam nenhum tipo de decoração em sua fachada. O citado entroncamento de ruas pode ser observado pela Fig. 2.

**Figura 2** – Área urbanizada do período almôade



20

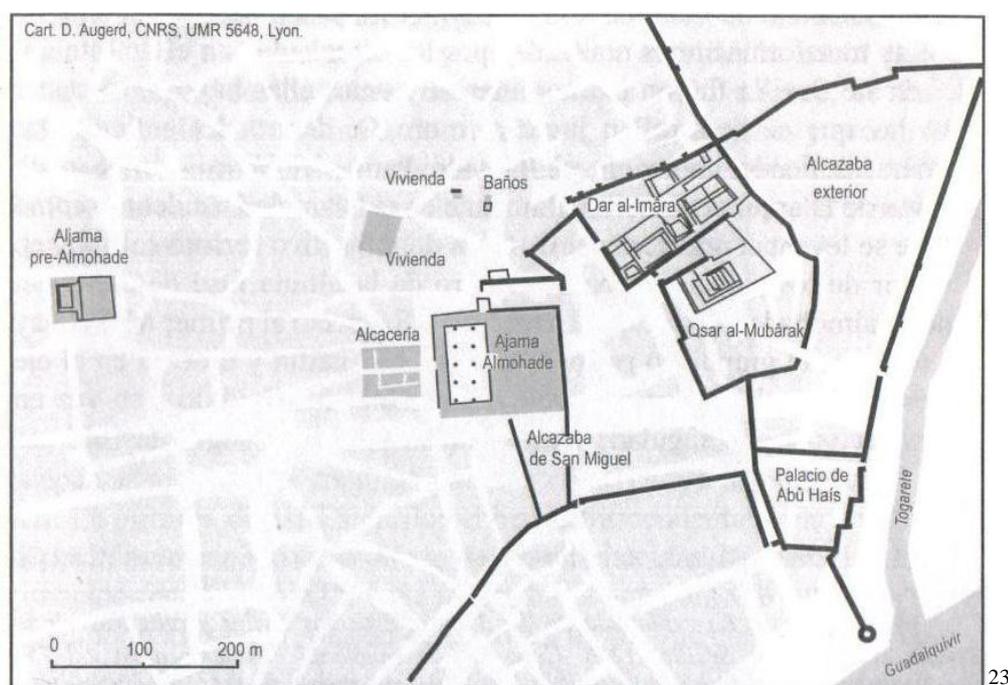
<sup>19</sup> “Este aparece conformado a partir de la simple yuxtaposición de casas que, al empalmarse unas a otras, determinan el trazado de unas calles, muy lejano del concepto helenístico del plano ortogonal” (Tradução Nossa). GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España: La época medieval**. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 74.

<sup>20</sup> VALOR PIECHOTTA, Magdalena (coord.). **El último siglo de la Sevilla Islámica (1147 – 1248)**. Sevilla: Ayuntamiento-Universidad, 1995. p. 99.

A área assinalada na imagem acima (Fig. 2) corresponde aproximadamente ao perímetro urbanizado no período almôade. As demais áreas têm ocupação posterior, sendo possível perceber as diferenças entre os conceitos de urbanização. Na região NO, onde se localiza o Areal, já é possível notar a urbanização em plano ortogonal, com ruas largas e retas, cruzando-se de maneira a formar quadriláteros entre si, demonstrando uma ocupação tardia, já por volta do século XVI.

É por essa razão que a decisão dos almôades, de substituir a *aljama*, teve tão grandes consequências: alterava, também, a área mais densamente povoada e de maior circulação da cidade. Sevilha possuiu duas *aljamas*: a primeira delas se localizava onde hoje é a Igreja do Salvador e cuja construção ocorreu no período Omíada<sup>21</sup>; a segunda – mencionada anteriormente – se localizava onde hoje se encontra a atual Catedral de Sevilha e data do século XII. Com essa modificação, diversas outras áreas, como a *alcaicería* (ou mercado principal), também foram trasladadas para a região ao redor da mesquita, ao mesmo tempo em que passou a estar mais próxima de outras importantes áreas do plano urbano: o *Alcázar* e o porto<sup>22</sup>.

**Figura 3** – Medina



23

<sup>21</sup> Dinastia de califas árabes que se estabeleceu na Espanha de 756 a 1031.

<sup>22</sup> JIMÉNEZ, Alfonso. Mezquitas de Sevilla. In: VALOR PIECHOTTA, Magdalena (coord.). **El último siglo de la Sevilla Islámica (1147 – 1248)**. Sevilla: Ayuntamiento-Universidad, 1995. p. 155.

<sup>23</sup> BOUCHERON, Patrick; CHIFFOLEAU, Jacques. **Les palais dans la ville**. Espaces urbains et lieux de la puissance publique dans la Méditerranée médiévale. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2004. p. 318.

Essa região é, dentro de uma lógica urbana muçulmana, o que se denomina *Medina* (Fig. 3). Ela era o centro nevrálgico que reunia instituições que representavam as esferas política, religiosa e econômica da cidade: respectivamente, o *Alcázar* ou palácio-fortaleza dos reis, a *aljama* ou mesquita principal, e os *suqs* ou mercados, sendo a *alcaicería* o maior entre eles. A mesquita ocupa um papel preponderante como centro de convergência nas cidades muçulmanas, visto que todos os homens são atraídos para nela adentrarem pelo menos uma vez por semana, nas orações de sexta-feira. Além disso, como se observou, era ao redor da mesquita que se localizavam os principais *suqs* e a *alcaicería* – esta última em frente à sua porta principal –, sendo o seu entorno, portanto, uma área de grande movimentação de pessoas e produtos. A mesquita era, por excelência, o centro vetor da dinâmica urbana da cidade.

### 2.1.1 O plano urbano sob domínio cristão

Como se pôde observar, é uma cidade comercialmente rica e estruturalmente bem desenvolvida que Fernando III (1201 – 1252) conquista no século XIII, como podemos ver por uma passagem da *Crónica General de España* que relata o momento posterior à conquista da cidade:

Conplida era de todas cosas et de todas noblezas que a abondamiento de toda conplida e abondada çipdat pertenescan. Calles et placas auie y departidas de todos mesteres, cada vno sobre si; vna calle auie y de los traperos et de los camiadores; otra de los espeçieros et de los alquimes de los melezinamientos que auien los feridos et los dolientes mester; otra de los armeros, otra de los freneros, otra de los carniçeiros et de los pescadores; et asi de cada mester, de quantos en el mundo podiesen seer, auie de casa vnos sus calles departidas, casa vnas por orden compasadas et apuestas et bien ordenadas. Asi que qui aquella hueste uio, podie muy bien dezir que nunca otra tan rica nin apostada uio, que de mayor gente nin de mayor poder que esta non fuese, nin tan conplida de todas noblezas nin marauillas<sup>24</sup>.

O processo de Reconquista de Sevilha foi longo – cerca de dois anos de cerco – e extremamente penoso para os conquistadores e para os habitantes da cidade. O assédio terminou com o acordo de capitulação que previa a saída de toda a população e sua entrega deserta aos novos povoadores. Essa conquista traumática gerou uma total ruptura socioeconômica em relação à realidade anterior, pois não restaram elementos que permitissem

<sup>24</sup> **Primera Crónica General de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289.** Edição de MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. Madrid: Editorial Gredos, 1955. p. 768.

uma continuidade ou uma ligação entre as duas realidades. A área que antes abrigava uma estimativa de cerca de oitenta mil habitantes, passou a ser ocupada pelo que alguns estudos estipulam ser não mais que quatorze mil<sup>25</sup>. A sociedade que agora habitava Sevilha não a construiu e não a reconhecia. Foram sobrepostas àquele aparato urbano uma nova organização social e novas instituições que precisaram ser adaptadas à realidade que se apresentava<sup>26</sup>.

Apesar de haver poucas afinidades entre as duas sociedades – a que antes habitava e a que passou a habitar –, a estrutura urbana de Sevilha apresentou poucas transformações. Devido a dificuldade em se implementar modificações drásticas, optou-se por utilizar todo o aparato urbano já existente. A *aljama* é um exemplo emblemático dessa situação: quando da conquista da cidade, a mesquita foi consagrada catedral sem que grandes alterações fossem realizadas no edifício. O *Alcázar* também permaneceu sendo a residência real sem sofrer grandes modificações, além dos acréscimos feitos a partir do reinado de Alfonso X<sup>27</sup>.

Os mercados também são bons exemplos das permanências:

A herança islâmica é muito mais perceptível; por ela se explica que a *alcaicería* principal, dedicada sobre tudo a panos e tecidos, estivera junto à catedral, antiga mesquita almôade, e que houvera outra, a *alcaicería* da louça, junto à mesquita maior préalmôade, convertida em igreja do Salvador [...]<sup>28</sup>

O principal mercado da cidade continuou se localizando na antiga *alcaicería* almôade, junto à catedral e ainda demonstrava alto grau de especialização, pois era lá que se concentravam a venda de produtos de luxo. Podia-se encontrar outro mercado de importância localizado próximo à Igreja do Salvador. Ao seu redor, observam-se, já no período cristão, a rua *Herbolarios* e a rua da Louça, que acredita-se corresponder à antiga *alcaicería* préalmôade. Tem-se ainda a igreja de S. Isidoro que possuía ao seu redor várias ruas a que a

<sup>25</sup> Um estudo inicial feito por Julio González indica um total de vinte quatro mil novos habitantes em Sevilha. Entretanto, após novas análises, esse número não se manteve, caindo para aproximadamente quatorze mil. Cf. LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Historia de Sevilla: La ciudad medieval (1248 - 1492)**. Sevilla: Universidade de Sevilha, s/d. p. 66.

<sup>26</sup> Cf. VEREZA, Renata. **Mosaico Palimpsesto: Morfologia e intervenções urbanas em cidades reconquistadas. Toledo e Sevilha - Séculos. XI-XII**. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

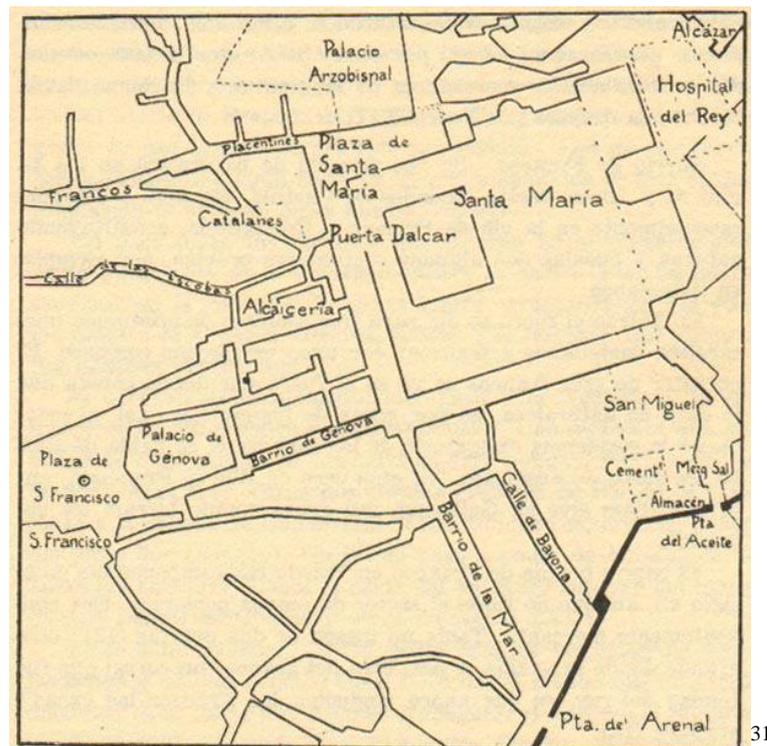
<sup>27</sup> CÓMEZ, Rafael. El Alcázar de Sevilla al fin de la Edad Media. In: BOUCHERON, Patrick; CHIFFOLEAU, Jacques. **Les palais dans la ville**. Espaces urbains et lieux de la puissance publique dans la Méditerranée médiévale. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2004. p. 319.

<sup>28</sup> “La herencia islámica es mucho más perceptible; por ella se explica que la alcaicería principal, dedicada sobre todo a paños y tejidos, estuviera junto a la catedral, antigua mezquita mayor almohade, y que hubiera otra, la alcaicería de la loza, junto a la mezquita mayor pre-almohade, convertida en iglesia de El Salvador [...]” (Tradução Nossa). LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Historia de Sevilla: La ciudad medieval (1248 - 1492)**. Sevilla: Universidade de Sevilha, s/d. p. 60.

toponímia indica estarem relacionadas ao comércio e aos ofícios<sup>29</sup>. Assim como os mercados periféricos do período almôade, esses dois últimos citados se voltavam, de igual modo, para a venda de bens de primeira necessidade.

Além dos mercados, existiam pequenas lojas espalhadas pela cidade, sendo as principais ao redor da catedral. A área conhecida como *gradas* da catedral reunia em seu entorno grande afluxo de gente e era utilizada intensamente para o comércio. As mercadorias eram expostas, muitas vezes, utilizando os muros da catedral como apoio. Em 1395, o cabido mandou retirar as tendas que se encontravam naquele local e instalou pilastras e correntes que tinham como objetivo manter a população distante alguns metros do edifício – uma distância considerável, principalmente se levarmos em conta o plano urbano de ruas extremamente estreitas e movimentadas. Há notícias, ainda, de reuniões que envolviam grande parte da população – convocadas pelo Concelho da cidade – e que ocorriam nessa área<sup>30</sup>.

**Figura 4** – O entorno da Catedral de *Santa María*



<sup>29</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. La ciudad: permanencias e transformaciones. In: GONZÁLES JIMÉNEZ, Manuel (coord.). **Sevilla 1248**: Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Acers, 2000. p. 563.

<sup>30</sup> FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Vol. I. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 27.

<sup>31</sup> GONZÁLEZ, Julio. **Repertimiento de Sevilla**. Vol. I. Sevilla: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de Sevilla, 1993. p. 236.

É no entorno da catedral que se podia encontrar uma das grandes alterações em relação à lógica muçulmana: a criação de bairros para estrangeiros, como, por exemplo, os Bairros Genovês e Franco. Logo após a Reconquista, se outorgou para esses grupos bairros próprios, onde poderiam construir banho, forno e *alhóndiga*<sup>32</sup>; lugar em que ainda possível administrar sua própria justiça, pois cada um dos bairros tinha o direito de nomear quatro juízes. Entretanto, esses bairros não possuíam uma administração à parte do restante da cidade, ao contrário da *Judería* e da *Morería*. A localização desses bairros é emblemática. Segundo Collantes de Terán Sánchez

É sintomático [...] que seu bairro [dos genoveses] estivesse junto a catedral, e que a *lonja* se encontrasse precisamente na esquina da rua do Mar, ao passo que no outro extremo da rua que constituía a linha central do bairro de Gênova, já na praça de S. Francisco, Fernando III lhes concedesse uma mesquita para que nela administrassem justiça<sup>33</sup>.

À medida que a administração da cidade se desenvolvia e se organizava, novas instituições eram criadas e, como se podia esperar, assentadas nas áreas próximas à catedral. Dentre essas instituições estavam algumas de caráter econômico – além das já mencionadas – como a Casa da Moeda, cuja primeira notícia é de 1310<sup>34</sup>. Também ao redor da catedral foi construído um centro de educação, conhecido como *Colegio de San Miguel*, que ficava a sudoeste do edifício e teve importante papel no ensino de latim e filosofia. Esse Colégio frequentemente se confunde com o *Estudio General*, criado por Alfonso X (1221- 1284), o que pode explicar porque Alonso Morgado e Arana de Varflora<sup>35</sup> afirmam ter essa escola uma origem tão recuada. Outros autores, porém, como Espinosa de los Monteros<sup>36</sup> mencionam

<sup>32</sup> CONSTABLE, Olivia Remie. Foreigners, funduq, and alhóndigas: institutional continuity and change in Seville before and after 1248. In: GONZÁLES JIMÉNEZ, Manuel (coord.). **Sevilla 1248: Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León**. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Aceres, 2000. p. 518.

<sup>33</sup> “Es sintomático [...] que su barrio estuviese junto a la Catedral, y que la lonja se encontrase precisamente en la esquina de la calle de la Mar, mientras que en el otro extremo de la calle que constituía el eje del barrio de Génova, ya en la plaza de S. Francisco, Fernando III les concediese una mezquita para que en ella administrasen justicia” (Tradução Nossa). COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. La ciudad: permanencias e transformaciones. In: GONZÁLES JIMÉNEZ, Manuel (coord.). **Sevilla 1248: Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León**. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Aceres, 2000. p. 562.

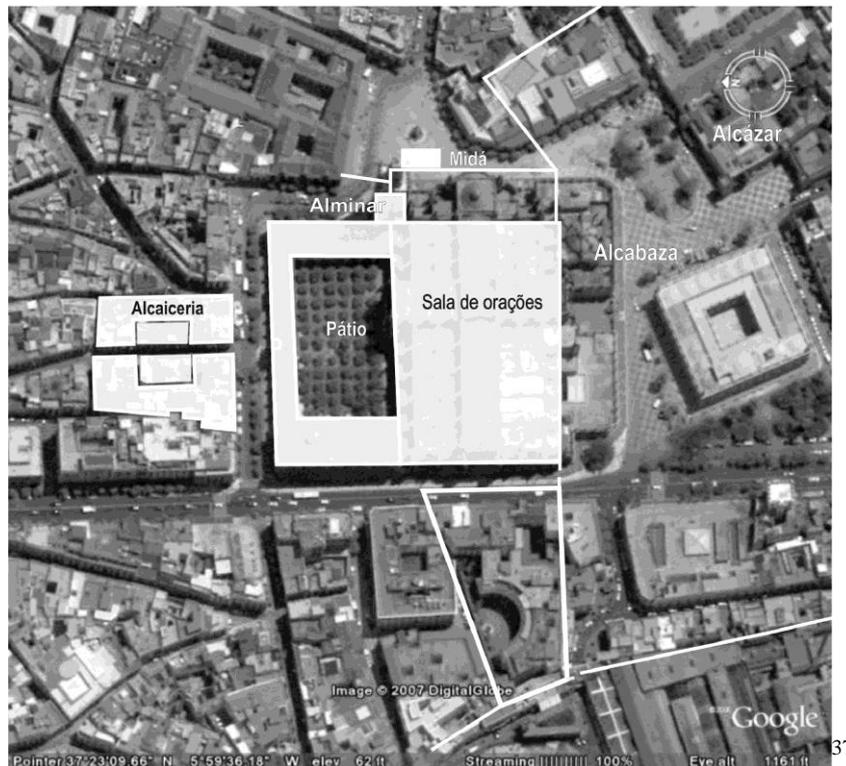
<sup>34</sup> ARANA DE VARFLORA, Fermín. **Compendio historico descriptivo de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla, Metropoli de Andalucia**. Oficina de Vazquez, Hidalgo, y Compañía, 1789. p. 83.

<sup>35</sup> ARANA DE VARFLORA, Fermín. **Compendio historico descriptivo de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla, Metropoli de Andalucia**. Oficina de Vazquez, Hidalgo, y Compañía, 1789. p. 40.

<sup>36</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso. Las fechas de las formas: selección crítica de fuentes documentales para la cronología del edificio medieval. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 23.

esse mesmo colégio pela primeira vez somente em 1401, e afirmam terem sido transladados para lá os ossos de pessoas enterradas na catedral para que as obras do novo edifício pudessem começar.

**Figura 5** – Muralhas ao redor da catedral



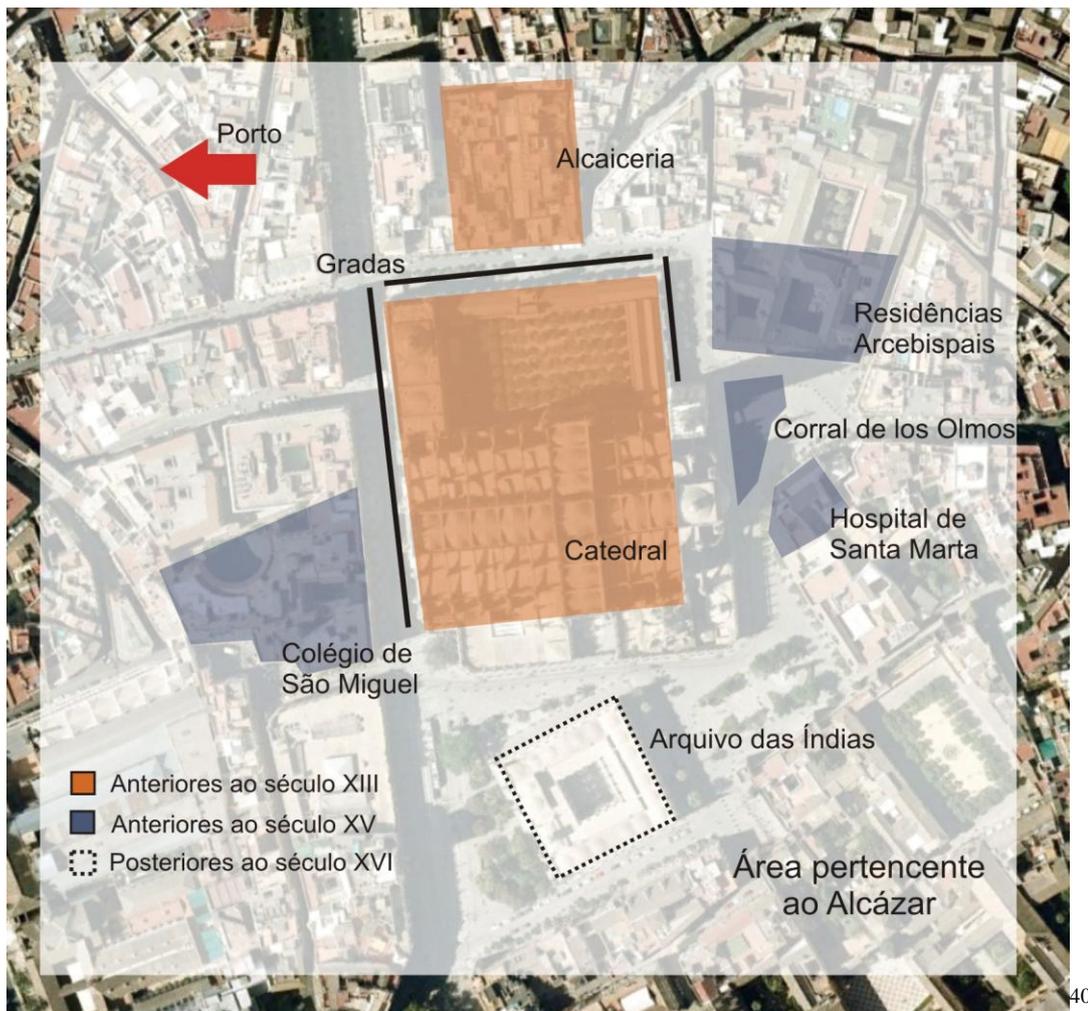
Próximo à catedral, entre o muro sul do edifício e o *Alcázar* se localizava o Hospital de Santa Marta, fundado em 1395<sup>37</sup>. As duas últimas instituições apontadas estavam a cargo do cabido de Sevilha. É importante ressaltar que todo o lado sul do edifício estava cercado pelas antigas muralhas da cidade, resquícios ainda dos muros de defesa o *Alcázar*, como se pode observar nas Figuras 3 e 5. Esses muros formavam três recintos cercados ao lado da catedral, denominados Alcabazas: a sudoeste, conhecido como *Alcazaba de San Miguel*; ao sul, onde formava parte do *Alcázar* – onde, posteriormente, se localizou o Arquivo das Índias –; e a sudeste, junto ao *Corral de los Olmos*. Próximos a este último espaços

<sup>37</sup> VEREZA, Renata. **Mosaico Palimpsesto: Morfologia e intervenções urbanas em cidades reconquistadas. Toledo e Sevilha - Séculos. XI-XII.** Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p. 202.

<sup>38</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiásticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...].** Tomo IV. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 133.

estavam as residências dos bispos, numa área doada ao arcebispo Dom Remondo, por Fernando III em 1251, e posteriormente, em 1664, foi utilizada para a construção do Palácio Arcebispal<sup>39</sup>.

**Figura 6** – Áreas aproximadas onde se localizavam os edifícios no entorno da catedral



Talvez, dentre todas as instituições que se localizavam no entorno da catedral, a mais importante tenha sido o chamado *Corral de los Olmos*, local que concentrava as reuniões do cabido da catedral e algumas reuniões do *Cabildo* civil – a instituição responsável pela administração urbana – e, ao que indicam alguns documentos, foi construído no início do

<sup>39</sup> ARANA DE VARFLORA, Fermín. **Compendio historico descriptivo de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla, Metropoli de Andalucia**. Oficina de Vazquez, Hidalgo, y Compañía, 1789. p. 86.

<sup>40</sup> Imagem retirada da mídia digital Google Earth™ – Google Company™. Marcações da autora.

século XIV e teria recebido a primeira reunião em 1341<sup>41</sup>. Anteriormente, as reuniões aconteciam numa área chamada pela documentação de Santa Maria e que, acredita-se, corresponde à área circunscrita pelo Hospital de Santa Marta, o Palácio Arcebispal e a catedral, ou seja, a mesma área em que, posteriormente, o *Corral* veio a se localizar, como pode se observar pela Figura 6, o que leva-nos a crer, portanto, que aquela região se constituiu como um importante polo sociopolítico dentro da urbe desde o início da dominação cristã. Essa área era, no período de dominação muçulmana, utilizada como *midá*, ou seja, salas onde se encontravam latrinas e pias para higiene antes das orações diárias<sup>42</sup>. As informações sobre o edifício do *Corral de los Olmos* são escassas. Sabe-se que foi utilizado para as reuniões dos *Cabildos* até meados do século XVI, mas seguiu existindo até 1790, quando foi destruído.

A imagem anterior (Fig. 6) mostra as áreas que teriam sido ocupadas por alguns dos edifícios localizados ao redor da catedral. Como é possível observar, a área concentrou um grande número de instituições de vulto para o contexto urbano e que estavam relacionadas tanto a aspectos econômicos – como o porto e a área comercial representada pela antiga *alcaiceria* – quanto sociopolíticos, como o Alcázar e o *Corral de los Olmos*. Aquela região era, sem dúvida, um polo centralizador das principais atividades da urbe. Como vimos, isso já ocorria no período de dominação muçulmana e foi mantido pelos cristãos, que continuaram a construir outros edifícios na região, ainda que outras áreas no interior das muralhas estivessem disponíveis.

É inegável que essa opção pela permanência daquela localidade como centro econômico-administrativo da cidade se deveu à prévia presença na região do Alcázar, do porto e da catedral. Esta última possuía grande poder polarizador, pois, como seu entorno, seu interior era intensamente movimentado e frequentado pelos habitantes da urbe, o que contribuía para a atração que exercia sobre a população. Além das missas e ofícios religiosos, diversas festas e celebrações tinham lugar no interior do edifício, o que incluíam procissões, que tinham passagem obrigatória pelo recinto, e peças teatrais, que “ajudavam a entender melhor o conteúdo da celebração e a que todos participavam não só como fiéis, mas também como espectadores”<sup>43</sup>. Para além dos elementos religiosos, a catedral era frequentada por diversos outros motivos: no pátio era realizada uma feira anual desde o período de Alfonso X,

<sup>41</sup> FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Vol. I. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002. p. 27.

<sup>42</sup> VALOR PIECHOTTA, Magdalena (coord.). **El último siglo de la Sevilla Islámica (1147 – 1248)**. Sevilla: Ayuntamiento-Universidad, 1995. p. 18.

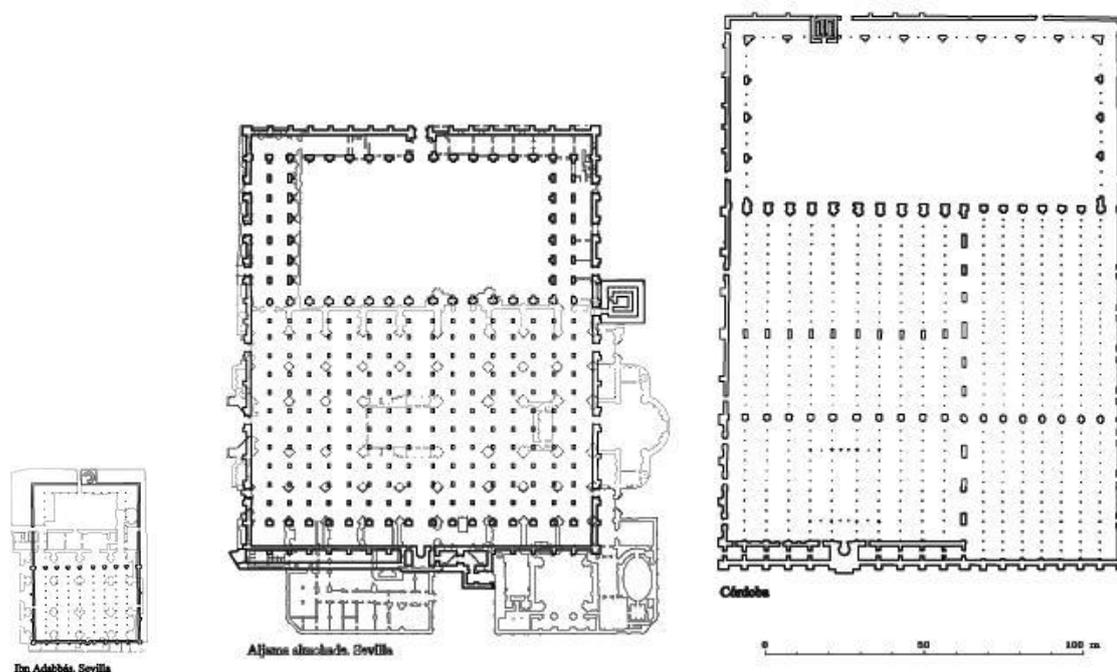
<sup>43</sup> “que ayudaban a entender mejor el contenido de la celebración y a que todos participaran en ella no sólo como fieles sino también como espectadores” (Tradução Nossa). LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Las fiestas en la cultura medieval**. Barcelona: Areté, 2004. p. 123.

e as *Gradas* eram um importante centro comercial – foram palco de leilões de escravos e de reuniões políticas entre a população. Essas questões nos obrigam a considerar a catedral não só como um local sagrado, mas como centro comunal, como nos aconselha Lewis Mumford<sup>44</sup>. E, no caso de Sevilha, como o principal centro de convergência da urbe.

## 2.2 A Mesquita Almoåde e sua conversão em catedral

A mesquita maior de Sevilha foi construída entre os anos de 1172 e 1198 por ordem do califa almoåde Abu Yaqub no mesmo momento em que a cidade experimentava “uma remodelação urbanística de grandes proporções”<sup>45</sup>. O edifício dispunha de uma planta regular de surpreendentes 113 x 135 m, ocupando uma superfície de 15500 m<sup>2</sup>.

**Figura 7** – Plantas comparativas da Mesquita Ibn Adabbas de Sevilha, da Aljama Almoáda de Sevilha e da Mesquita de Córdoba



46

<sup>44</sup> MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

<sup>45</sup> “una remodelación urbanística de grandes proporciones”. (Tradução Nossa). JIMÉNEZ, Alfonso. *Mezquitas de Sevilla*. In: VALOR PIECHOTTA, Magdalena (coord.). **El último siglo de la Sevilla Islámica (1147 – 1248)**. Sevilla: Ayuntamiento-Universidad, 1995. p. 154.

<sup>46</sup> ALMAGRO BORBEA, Antonio. *De mezquita a catedral, una adaptación imposible*. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). **La Piedra Postrera: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla**. Simposium

As grandes dimensões da mesquita almoãde de Sevilha e a desproporção que guarda com outras *aljamas* de cidades vizinhas “deixam clara a vontade do califa em superar os omíadas, construtores da ‘grande mesquita do ocidente’, a *almaja cordobesa*”<sup>47</sup>, o que todavia, não conseguem, uma vez que a mesquita de Córdoba, cuja superfície é de 21700 m<sup>2</sup>, é 40% maior que a mesquita de Sevilha (Fig. 7). Ainda assim, o edifício construído pelos almoãdes superava em muito a antiga mesquita maior da cidade, que tinha uma superfície de apenas 2600 m<sup>2</sup>, quase seis vezes menor que o novo edifício<sup>48</sup> (Fig. 7).

As recentes investigações arqueológicas feitas na catedral permitem aos historiadores<sup>49</sup> ter uma noção bastante fiel de qual era a disposição do edifício almoãde. Parte do edifício se encontra praticamente inalterada, como o pátio, permitindo antever, a partir deles, os outros elementos da mesquita. Nos casos em que as estruturas não foram mantidas, a exemplo dos pilares internos da sala de oração, alguns vestígios encontrados permitem estabelecer disposição e características da edificação com bastante precisão.

O exterior, a exemplo do que atualmente se vê na fachada externa do *Patio de los Naranjos*, era formado por simples muro com colunas dispostas a cada certa distância e arrematado por ameias escalonadas. Ao que se sabe, cada muro do pátio dispunha de três portas com aberturas para o exterior, como pode ser observado na frente oriental, ainda que haja dúvida se também as havia na fachada norte, onde se localizava uma porta principal, chamada posteriormente, de Porta do Perdão. Na sala de oração, mais três portas em cada lateral comunicavam o recinto com o exterior do edifício, com exceção da fachada sul que, por ser a *qibla*<sup>50</sup> da mesquita, dispunha somente de uma porta, à esquerda do *mihrab*<sup>51</sup>. A função desta porta era comunicar o edifício com o *Alcázar* através do *sabat*, a área pela qual o califa entrava na mesquita. Ao que nos indicam as portas ainda existentes, eram arqueadas em forma de ferradura, com uma grande moldura e sem lóbulos. A porta axial ainda mantém o

---

Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final. Sevilla: Turris Fortissima, 2007. p. 15.

<sup>47</sup> “dejan clara la voluntad del califa almohade de emular a los omeyas, constructores de la ‘gran mezquita de occidente’, la aljama cordobesa” (Tradução Nossa). ALMAGRO BORBEA, Antonio. De mezquita a catedral, una adaptación imposible. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). **La Piedra Postrera**: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla. Simposium Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final. Sevilla: Turris Fortissima, 2007. p. 16.

<sup>48</sup> ALMAGRO BORBEA, Antonio. De mezquita a catedral, una adaptación imposible. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). **La Piedra Postrera**: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla. Simposium Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final. Sevilla: Turris Fortissima, 2007. p. 16.

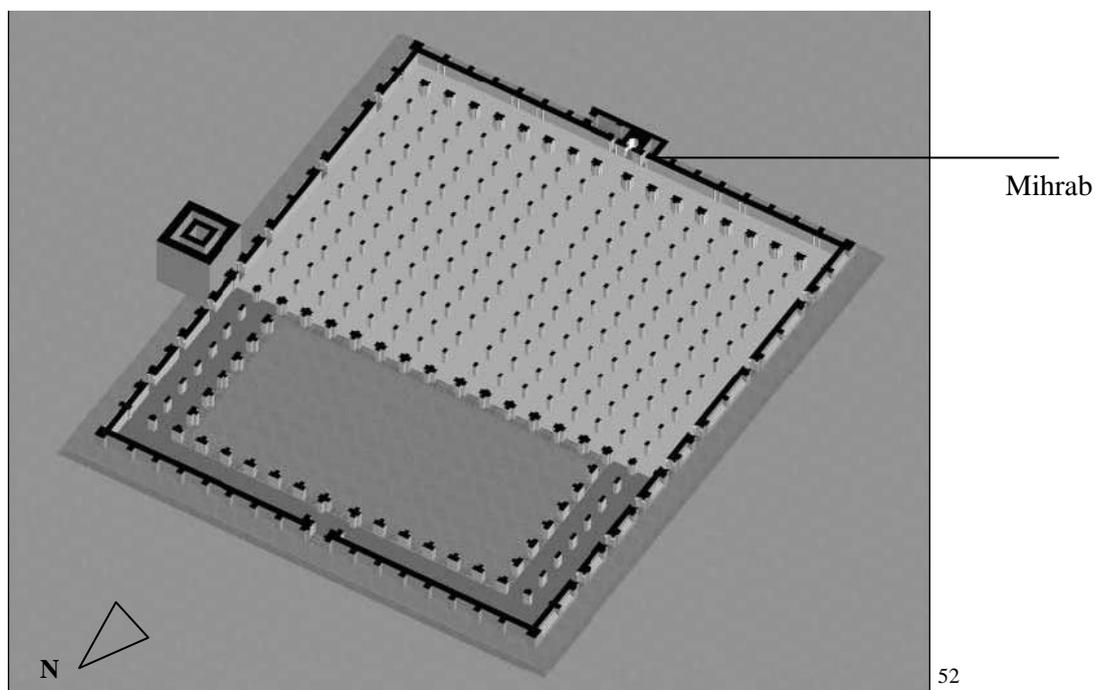
<sup>49</sup> Entre os historiadores que investigam a mesquita muçulmana de Sevilha após a consagração estão Alfonso Jiménez Martín, já citado anteriormente, e María Teresa Laguna Paúl.

<sup>50</sup> Parede de uma mesquita para a qual os muçulmanos se voltam durante as orações.

<sup>51</sup> Arco que indica a direção de Meca.

interior de seus arcos preservado, embora seu exterior tenha sido modificado posteriormente, ao que se observa possuir tamanho maior que as demais e era também mais ornada.

**Figura 8** – Vista isométrica da *Aljama* almoåde de Sevilha



O pátio interno era cercado por portas, como ainda se observa na fachada interior norte. Essas portas se comunicavam com três galerias: uma com um corredor simples na fachada norte e outras duas com corredores duplos nas laterais leste e oeste. Estas galerias duplas eram tomadas por arcos apoiados por colunas retangulares centrais formando duas alas em cada galeria, como se observa na Figura 8. Essas alas continuavam em direção ao interior da sala de oração para, juntamente com as demais, formar as 17 naves que o edifício possuiu, todas com a mesma largura de 5,46 m, com exceção da central que tinha 7,01 m<sup>53</sup>. O interior da sala de oração, que constituía 60% do edifício, era formado por naves de orientação perpendicular à parede de *qibla*, cada uma com 12 arcos sustentados por pilastras retangulares

<sup>52</sup> ALMAGRO BORBEA, Antonio. De mezquita a catedral, una adaptación imposible. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). **La Piedra Postrera: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla**. Symposium Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final. Sevilla: Turris Fortissima, 2007. p. 17.

<sup>53</sup> JIMÉNEZ, Alfonso. Mezquitas de Sevilla. In: VALOR PIECHOTTA, Magdalena (coord.). **El último siglo de la Sevilla Islámica (1147 – 1248)**. Sevilla: Ayuntamiento-Universidad, 1995. p. 156.

de 1,25 x 0,87 m.<sup>54</sup> (Fig. 9). A nave transversal junto à *qibla* provavelmente dispunha de uma organização diferente das demais, mas não há informações sobre sua forma.

**Figura 9** – Vista virtual da sala de oração da *Aljama* almoåde de Sevilha



55

Após a conquista de Sevilha pelos cristãos, era de vital importância para a consolidação da empreitada – em esfera simbólica – que a *aljama* da cidade fosse consagrada catedral, pois a apropriação dos espaços religiosos era a própria marca da apropriação do território conquistado. Assim como havia sido feito anos antes em Córdoba, acredita-se que uma das primeiras medidas tenha sido a colocação do Pendão Real no alto do minarete<sup>56</sup>. Em seguida foi realizada a purificação do edifício, tendo sido retirados todos os símbolos da

<sup>54</sup> ALMAGRO BORBEA, Antonio. De mezquita a catedral, una adaptación imposible. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). **La Piedra Postrera: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla**. Simposium Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final. Sevilla: Turrís Fortissima, 2007. p. 16.

<sup>55</sup> Ibid., p. 18.

<sup>56</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso. Las fechas de las formas: selección crítica de fuentes documentales para la cronología del edificio medieval. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 22.

religião anterior para que se realizasse a consagração, costumeiramente no mesmo dia da conquista da cidade<sup>57</sup>.

Uma das medidas que marcava a conversão da mesquita em catedral era a reorientação espacial do culto. Um signo claramente identitário das mesquitas é a localização do *mihrab*, que marca a direção de Meca e, portanto, a direção para onde os muçulmanos devem se colocar em suas orações, e que, frequentemente, está ao sul do edifício. Os cristãos, ao contrário, costumam dirigir seu culto e colocar seu altar principal no lado leste do edifício, na direção do sol nascente. Em Sevilha, assim como havia sido feito em Córdoba, o altar também foi direcionado para o leste, mas se localizou numa área central do edifício e não em algum dos extremos como podia ocorrer, provavelmente devido às grandes dimensões da antiga mesquita. Além disso, outro fator influenciou a localização do altar principal e do coro da Catedral de Sevilha: a fundação da Capela Real.

Conforme informações de alguns cronistas que escreveram sobre a mesquita muçulmana no momento da conquista, D. Alfonso a teria dividido em duas partes, fixando a nave central como limite<sup>58</sup> (Fig. 11). No lado ocidental foram colocados o altar maior e o coro da catedral, enquanto o lado oriental foi todo destinado à Capela Real que serviria de panteão para abrigar o corpo dos falecidos monarcas. A construção de uma capela de tão grandes proporções coincide com o momento em que a monarquia, na figura do rei Alfonso X, se colocava à frente da administração do reino e criava para si uma identidade que era, ao mesmo tempo – pessoal, representada do próprio rei em seu “corpo natural” e por sua dinastia – e política, representada pelo “corpo político” da instituição<sup>59</sup>. Assim, “o simbolismo da sobrevivência do *Rei* a despeito da morte do *rei*”<sup>60</sup> era representado pela efígie do monarca que, juntamente com seus pertences mais característicos (como a espada, no caso de Fernando III), figurava como peça central da Capela Real. Assim, se organizou esse espaço

---

<sup>57</sup> ALMAGRO BORBEA, Antonio. De mezquita a catedral, una adaptación imposible. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). **La Piedra Postrera: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla**. Simposium Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final. Sevilla: Turrís Fortissima, 2007. p. 25.

<sup>58</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Seuilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo I. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 55.

<sup>59</sup> KANTOROWICZ, Ernest H.. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>60</sup> KANTOROWICZ, Ernest H.. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 253.

não só para conter os restos mortais dos monarcas e suas famílias, mas também todo um símbolo da monarquia ao dotá-lo das formas e da teatralidade adequadas a exaltação dos reis fundadores<sup>61</sup>.

Além disso, conforme afirma Collantes de Terán Sánchez, a presença da Capela Real e dos corpos dos monarcas convertia a catedral em depositária de parte da memória histórica da nova cidade recém-conquistada<sup>62</sup>, o que contribuía para ampliar a grande importância que o edifício já possuía no contexto urbano de Sevilha e do próprio reino.

**Figura 10** – Vista virtual da Capela Real



63

<sup>61</sup> ALMAGRO BORBEA, Antonio. De mezquita a catedral, una adaptación imposible. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). **La Piedra Postrera: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla**. Simposium Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final. Sevilla: Turrís Fortissima, 2007. p. 33.

<sup>62</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Una ciudad, una catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 124.

<sup>63</sup> ALMAGRO BORBEA, Antonio. De mezquita a catedral, una adaptación imposible. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). **La Piedra Postrera: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla**. Simposium Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final. Sevilla: Turrís Fortissima, 2007. p. 34.

O que creem alguns historiadores é que a capela teve um espaço mais elevado, uma plataforma, onde estariam localizados os restos mortais dos reis. E, a exemplo de outros panteões reais, como em San Isidoro de León, o espaço seria formado por abóbadas de arestas ou em cruzaria. No altar estaria localizada a imagem da *Virgen de los Reyes* que fora dada à catedral logo após a conquista. Em posição de destaque estariam os sarcófagos com os restos mortais de Fernando III, sua mulher Beatriz de Suabia e Alfonso X e, junto a eles, três tronos em que apareceriam sentados os simulacros destes personagens portando todos os símbolos da realeza – coroa, orbe, cetro e espada<sup>64</sup> – todos de metais valiosos e adornados com pedras preciosas (Fig. 10).

A Capela Real da catedral foi palco de importantes cerimônias para a realeza. Nela, em 1252, no mesmo dia em que foi enterrado o rei Fernando III, seu filho, Alfonso X havia sido aclamado monarca. No ano de 1284 foi enterrado junto aos sarcófagos de seus pais, o rei Alfonso X, cinco anos após a data que se considera como finalizada a construção da Capela<sup>65</sup>. Foram batizados na referida capela os futuros reis Sancho e seu filho Fernando, nos anos de 1258 e 1292, respectivamente. No testamento de Pedro I há informações sobre a construção de uma nova Capela Real que deveria abrigar seus restos mortais, juntamente com os de sua esposa Dona María Padilla e seu filho, o Infante D. Alfonso. Ao que se sabe, a construção da Capela foi iniciada, já que o corpo de Dona María foi trasladado para a catedral no ano de 1263, mas não há outras informações sobre a construção e tampouco vestígios que permitam identificar suas características, ainda que Jiménez Martín afirme que a capela tenha sido feita em estilo hispano-muçulmano<sup>66</sup>.

A Figura 11 mostra qual teria sido a disposição da Capela Real e da Capela Maior da catedral. Como se vê, a Capela Maior teria ocupado uma posição central no lado ocidental do edifício. O altar estaria provavelmente orientado na direção leste e, mais a oeste, estariam as cadeiras do coro formando um retângulo semi-aberto que separaria a área do coro do restante da antiga sala de oração. Na imagem também se observam as diversas capelas que

---

<sup>64</sup> ALMAGRO BORBEA, Antonio. De mezquita a catedral, una adaptación imposible. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). **La Piedra Postrera**: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla. Simposium Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final. Sevilla: Turrís Fortissima, 2007. p. 33.

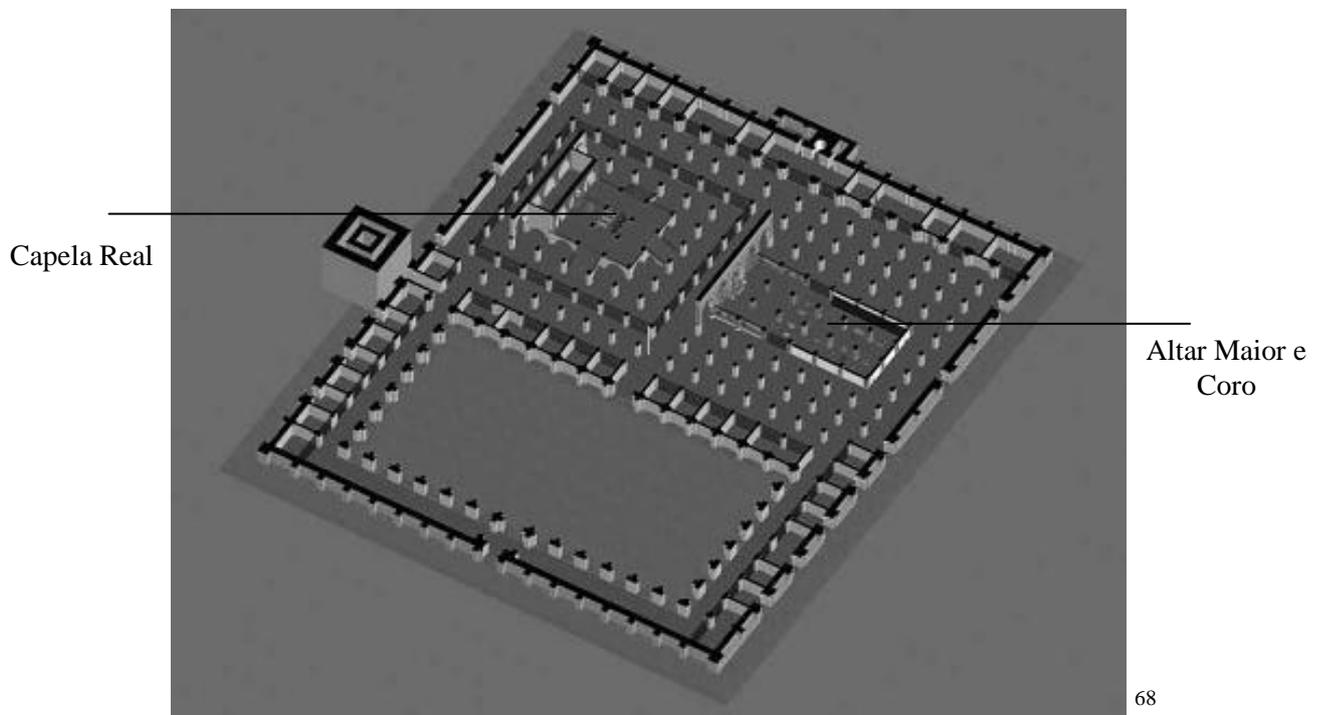
<sup>65</sup> Ano em que foram trasladados para lá os restos mortais de D. Beatriz que estavam em Burgos. JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso. Las fechas de las formas: selección crítica de fuentes documentales para la cronología del edificio medieval. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla**: fundación y fábrica de la obra nueva. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 26.

<sup>66</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso. Las fechas de las formas: selección crítica de fuentes documentales para la cronología del edificio medieval. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla**: fundación y fábrica de la obra nueva. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 37.

foram criadas ao longo do século e meio que a *aljama* almoåde seguiu sendo catedral. Já no ano de 1252, apenas quatro anos após a consagração, Ortiz de Zúñiga informa sobre a dotação de algumas capelas.

Ya á este tiempo la Reyna Doña Juana, los Infantes y los Ricos Omes, al exemplo del Rey, se esmeraban en socorrer esta Iglesia, y en ella señalaban capillas para sus entierros: así Don Lope de Haro el Chico señaló la capilla de Santa Lucía en que se sepultó. Y el Adalid mayor y Alguacil mayor Domingo Muñoz, la de S. Bartolomé, dándole la misma advocacion que á otra que habia dotado en la Iglesia de Córdoba D. Rui Lopez de Mendoza, y otros Ricos Omes las de S. Pedro y de la Magdalena<sup>67</sup>.

**Figura 11** – Vista isométrica da *aljama* convertida em catedral



Em 1262 há notícia de que a Capela de São Pedro estaria localizada onde antes se encontrava o antigo *mihrab* da mesquita<sup>69</sup>. Toda a parede da *qibla* e a arcada

<sup>67</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. *Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Seuilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]*. Tomo I. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 87.

<sup>68</sup> ALMAGRO BORBEA, Antonio. De mezquita a catedral, una adaptación imposible. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). *La Piedra Postrera: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla*. Simposium Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final. Sevilla: Turris Fortissima, 2007. p. 32.

<sup>69</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso. Las fechas de las formas: selección crítica de fuentes documentales para la cronología del edificio medieval. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. *La catedral gótica de Sevilla*:

correspondente foram divididas e ocupadas por capelas. O mesmo ocorreu com a parede oposta e com as duas galerias duplas do pátio. Neste último caso, uma das arcadas foi utilizada para a construção de capelas, enquanto a outra se destinava ao trânsito de pessoas. Uma delas ficou conhecida como *nave de los caballeros*, por ter sido utilizada para o enterramento de membros desse grupo<sup>70</sup>. Segundo informa o Libro Blanco, foram estabelecidas, até o ano de 1411, 96 capelarias, ou seja, dotes pagos à Igreja para a realização de serviços espirituais, como, por exemplo, missas pela alma de um falecido<sup>71</sup>. Acredita-se que quase metade dessas capelarias correspondessem também a dotes de capelas, cujo número até o início do século XV teria chegado a 35.

O edifício como descrito – mesmo após as alterações realizadas pelos conquistadores da cidade, ainda apresentava mais características muçulmanas que cristãs – não era a construção ideal para uma sociedade marcadamente católica, como a castelhana, principalmente após as repetidas vitórias contra os mouros, motivo de orgulho e contentamento para a população. Entretanto, sua inadequação não parece ter sido o motivo central para sua derrubada e substituição por uma arquitetura mais condizente com seu tempo e sua sociedade, pois, em cidades como Córdoba, a catedral segue utilizando o edifício da antiga mesquita omíada até os dias atuais sem que isso seja em si uma contradição, ainda que este tenha sido um caso anômalo. Além da alegada debilidade do edifício, que estaria a ponto de cair – outra questão que tem sido considerada para justificar o derrubamento – é o fato de aquela construção não atender às exigências das práticas católicas, já que, como vimos, seria provavelmente pouco iluminado e as pilastras atrapalhariam a visualização do culto no altar principal<sup>72</sup>. Ainda que consideremos essas algumas das razões para a derrubada do edifício – o que claramente o são – para além das razões estruturais, é preciso levar em conta a função da catedral como símbolo religioso e político-econômico. São movidos por essa ideia que os membros do cabido da catedral deram início à construção do que seria o maior edifício em estilo gótico do mundo.

---

fundación y fábrica de la obra nueva. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 25.

<sup>70</sup> Ibid., p. 183.

<sup>71</sup> PÉREZ-EMBID, Javier. El Cabildo de Sevilla en la Baja Edad Media. In: REVISTA DE HISTORIA ECLESIASTICA HISPANIA SACRA. v. XXX. Madrid, 1977. p. 33.

<sup>72</sup> ALMAGRO BORBEA, Antonio. De mezquita a catedral, una adaptación imposible. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). **La Piedra Postrera**: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla. Simposium Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final. Sevilla: Turris Fortissima, 2007. p. 36.

### 2.3 A importância da catedral

“(…) que se labre otra Iglesia tal e tan buena que no aya otra su igual e que se considere e atienda a la grandeza y autoridad de Seuilla e su Iglesia”<sup>73</sup>. Com essas palavras, o Cabido de Sevilha teria decidido, no ano de 1401, pela construção da catedral que hoje vemos na cidade, segundo nos informa Gestoso y Pérez. Os canônicos afirmaram ainda que, se para a execução de uma obra tão grande, não fossem suficientes as rendas da obra, que se tomasse de suas próprias rendas que bastasse<sup>74</sup>. O desejo de construir um grande edifício expresso pelos que estavam presentes àquela reunião tomava por parâmetro, portanto, não outras construções já vistas e consagradas – como a de Toledo ou Burgos –, mas a própria cidade de Sevilha. A catedral era destinada a esta cidade, deveria estar de acordo com ela. Ainda que deixemos de lado o tom ufanista da frase em questão e do documento em si, eles nos dão uma noção precisa de que os membros do Cabido sabiam que o templo que decidiam construir se tornaria a imagem da cidade e que, muitas vezes, Sevilha seria vista através dele, como costuma ocorrer aos grandes monumentos. Isso significava dizer que, se o Cabido queria afirmar a prosperidade da urbe e de sua igreja, deveriam construir uma catedral capaz de passar essa mensagem. Uma grande catedral como a que propunham elevaria o prestígio da cidade e do próprio grupo responsável pela obra.

De fato, as proporções do templo hispalense são incomuns e tornam-no a maior catedral gótica existente. Mas é preciso questionar até que ponto este fato é devido à decisão de seus construtores. Sabemos que a mesquita almoåde que foi derrubada para dar lugar à catedral possuía grandes dimensões e que foi usada como base para se erguer o edifício gótico. Assim, seria difícil que a *obra nueva* contrariasse as expectativas e tomasse menores proporções. Fazê-lo seria uma reafirmação oposta da prosperidade da urbe. Era, portanto, inconcebível que se construísse uma catedral menor e, nesse sentido, poderia se afirmar que a decisão quanto ao tamanho da catedral não se deveu inteiramente ao Cabido, já que a decisão não poderia ter sido outra. Entretanto, se não houvesse os meios, o Cabido poderia simplesmente ter optado por não construir um novo edifício. Sabemos que se alegava no

---

<sup>73</sup> GESTOSO Y PÉREZ, José. **Sevilla monumental y artística**. Historia y descripción de todos los edificios notables, religiosos y civiles, que existen actualmente en esta ciudad y noticias de las preciosidades artísticas y arquitectónicas que en ellas se conservan (Sevilla, 1889-1892). Tomo II. Sevilla: Publicación del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de polSevilla, 1984. p. 28.

<sup>74</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiásticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Seuilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. t. II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 269.

período, que a catedral estava a ponto de ruir<sup>75</sup>, mas dadas as informações arqueológicas de que se dispõe<sup>76</sup>, o edifício teria possuído uma estrutura sólida e forte e, por mais danificado que estivesse, seu reparo seria menos dispendioso do que uma edificação inteiramente nova (e sabemos que esses reparos ocorreram diversas vezes nos anos que haviam se passado). Por essa razão, não é possível diminuir a responsabilidade do Cabido ao tomar a decisão de construir um edifício de tão grandes dimensões, pois por mais que não fosse recomendável realizar uma construção menor que aquela, podia-se apenas manter o edifício que já existia com anterioridade. E essa não foi a opção que fizeram.

Quando afirmaram que a construção poderia dispor de suas próprias rendas, os membros do Cabido sabiam das dificuldades que envolviam a decisão que haviam tomado, e eram muitas, e que o desafio de seu financiamento era enorme. Em primeiro lugar, as próprias dimensões da obra eram um fator a ser considerado, já que demandariam gastos e um tempo excessivo para sua conclusão. A geração que a iniciou não a veria concluída. Em segundo lugar, a inexistência de locais para a extração de pedra nas imediações de Sevilha demandava um esforço extra. A maior parte da pedra vinha de regiões mais ao sul, próximas a Cádiz, e mais tarde, da região de Alcalá de Guadaíra. O rio Guadalquivir foi, nesse sentido, um importante fator para o sucesso da empreitada, já que um significativo contingente de materiais vinha por barco. Sem a presença do rio, a viabilidade da obra teria sido limitada. Por fim, outra dificuldade era a disponibilidade de mão-de-obra, pois havia pouca tradição local no uso da pedra, uma vez que o legado mouro de construções de alvenaria ainda era muito presente. Estas dificuldades, entretanto, parecem reforçar a ideia de que o Cabido estava empenhado em construir um edifício emblemático e que tinham ciência de sua importância no contexto urbano e na própria imagem que estariam projetando, tanto da cidade quanto de si próprios.

A catedral não era importante apenas como imagem da cidade, mas porque se relacionava de maneira direta e prática com sua população. Além de sua função como centralizadora de diversas atividades e instituições de relevância para o aparato urbano, a catedral agregava um conjunto de atos litúrgicos e paralitúrgicos relacionados com a vida da

---

<sup>75</sup> GESTOSO Y PÉREZ, José. **Sevilla monumental e artística**. Historia y descripción de todos los edificios notables, religiosos y civiles, que existen actualmente en esta ciudad y noticias de las preciosidades artísticas y arquitectónicas que en ellas se conservan (Sevilla, 1889-1892). Tomo II. Sevilla: Publicación del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Sevilla, 1984. p. 28.

<sup>76</sup> Cf. ALMAGRO BORBEA, Antonio. De mezquita a catedral, una adaptación imposible. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). **La Piedra Postrera**: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla. Simposium Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final. Sevilla: Turris Fortissima, 2007. p. 36.

comunidade<sup>77</sup>. No caso de Sevilha, é importante destacar duas delas: as festas da Semana Santa e de Corpus Christi.

Llegan en ella en la Semana Santa, con la memoria de la Pasion de Christo, funciones de las mayores de esta Iglesia, que atraen con su fama los extrangeros, y siempre hallan en ellas que celebrar los naturales.<sup>78</sup>

La solemnidad del dia del Corpus es otra de las excelencias notables de esta Santa Iglesia y Ciudad, y á que concurren de uno y otro Cabildo las debidas prevenciones, tan costosamente dispuestas, que forman concorde aparato que pedia dilatada narracion<sup>79</sup>.

Sendo eventos de caráter lúdico e popular, essas celebrações envolviam a participação de grande parte da população e “expressavam simbolicamente os fundamentos mais profundos de sua coesão religiosa e de sua identidade coletiva”<sup>80</sup>. Suas procissões são representações literais da hierarquia interna da cidade, visto que a elas comparecem todos os grupos sociais, divididos e organizados de acordo com seu status perante a sociedade, em uma expressão simbólica da cidade como corpo social<sup>81</sup>. O local mais apropriado para esses eventos era, logicamente, a catedral e, no caso específico das procissões, esse templo era passagem obrigatória de todos os fiéis e confrarias. Além disso, nessas datas também ocorriam representações teatrais e vigílias no interior da igreja, o que contribuía para ampliar seu protagonismo. É preciso mencionar ainda as celebrações relacionadas à urbe, como as procissões de santos locais, os festejos em ação de graças, por ocasião de vitórias em batalhas, e as comemorações do aniversário de conquista da cidade. Todos esses eventos, em maior ou menor grau, envolviam algum tipo de cerimônia na catedral e se ligavam diretamente ao orgulho cívico.

Outra maneira pela qual a população se relacionava com a catedral era através de cerimônias de casamento, batismo e, em especial, enterramentos, prática muito comum na Idade Média. Segundo palavras de Ortiz de Zúñiga,

<sup>77</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Una ciudad, una catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 125.

<sup>78</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y secvlares de la mvy noble, y mvy leal cividad de Seuilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo III. Madrid: Imprenta Real, 1795.p. 238.

<sup>79</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y secvlares de la mvy noble, y mvy leal cividad de Seuilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo III. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 243.

<sup>80</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Las fiestas en la cultura medieval**. Barcelona: Areté, 2004. p. 53.

<sup>81</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Una ciudad, una catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 125.

El Rey Don Alonso el Sabio hizo merced á Sevilla de que ninguna persona Real, ó Rico Ome, ó Caballero de cuenta que muriese en Sevilla, no pudiese ser llevado á enterrar á otra parte, en honor de sus Iglesias, porque de tales entierros procedian utilidades y dotaciones.<sup>82</sup>

Era lógico que a catedral, por ser o principal edifício religioso da cidade, atraísse a atenção de todos os setores – mas especialmente da elite<sup>83</sup> – no momento de eleger seus lugares de enterramento. Aos finados de menor capacidade econômica restava o cemitério de São Miguel naquele bairro, aos mais abonados, a catedral<sup>84</sup>. Era comum que membros da aristocracia fundassem capelas familiares ou fizessem doações em troca do direito de enterramento e missas. Inclusive, interessa lembrar que alguns dos conquistadores da cidade foram enterrados na catedral. Em 1520, após concluído o novo edifício, o Cabildo criou uma lápide para marcar o lugar onde estavam seus restos mortais. Ainda que tal lápide esteja perdida, seu conteúdo ficou registrado por alguns cronistas.

El Cabildo de la Iglesia, movido de afectos de caridad, puso debaxo de este marmol recogidos los huesos de los caballeros que valerosamente militaron con el Rey Don Fernando en la expugnacion de esta santa Ciudad, en memoria de su glorioso triunfo. Año del Señor 1520.

Yacen aquí los padres de nuestra nobleza. ¿Quién los puso debaxo de esta losa? El Cabildo con su acostumbrada piedad ¿Quáles sus méritos? Gran fe, valor heroico, muerte dichosa. ¿Quién lo sabe? Afírmalo la tradicion de la Ciudad.<sup>85</sup> (Grifo Nosso)

Os recursos advindos das doações em benefício de capelas, missas e direito de enterramento figuraram como uma das principais fontes de renda da catedral e da Fábrica<sup>86</sup>. Sabe-se que de uma maneira geral, o financiamento da obra pode ser um bom indicativo do envolvimento dos diversos setores da sociedade na construção do edifício e, a partir de seu estudo, pode-se afirmar que, embora a população *común* não tenha participado diretamente do processo idealizador do edifício, teve grande importância na sua construção. Ainda que uma

<sup>82</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 25-26.

<sup>83</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Una ciudad, una catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 126.

<sup>84</sup> PÉREZ-EMBED, Javier. El Cabildo de Sevilla en la Baja Edad Media. In: REVISTA DE HISTORIA ECLESIASTICA HISPANIA SACRA. v. XXX. Madrid, 1977. p. 165.

<sup>85</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo III. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 235.

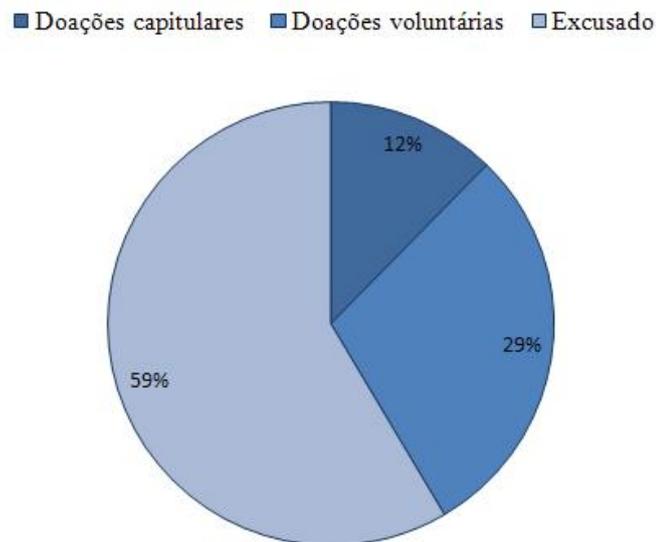
<sup>86</sup> Por Fábrica entendemos o organismo de caráter técnico e administrativo, dependente o *Cabildo* da catedral, que assumia a condição de empresa construtora. RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. **Los canteros de la catedral de Sevilla: del gótico al renacimiento**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1998. p. 48.

análise mais detalhada sobre o assunto esteja por fazer, alguns dados corroboram a ideia de que houve uma grande participação de todos os setores da sociedade na construção da nova catedral.

### 2.3.1 O financiamento da *obra nueva*

A Fábrica, como gestora e organizadora da construção, recebia as doações e demais recursos destinados especificamente a esse fim. Os ingressos da *mayordomía* de Fábrica tinham origens variadas, indo desde rendas oriundas das propriedades possuídas pela instituição até o *excusado*, uma espécie de dízimo, destinado à Fábrica, e recolhido em cada uma das paróquias da arquidiocese. Sabemos que dentre todas as fontes de renda da Fábrica, o *excusado* foi o mais profícuo. Ainda que não sejam dados exatos, mas estimativas, os números trazidos por Collantes de Terán dão um panorama geral dos ingressos ao longo do século XV<sup>87</sup> (Gráfico 1).

**Gráfico 1** – Estimativas dos ingressos da Fábrica



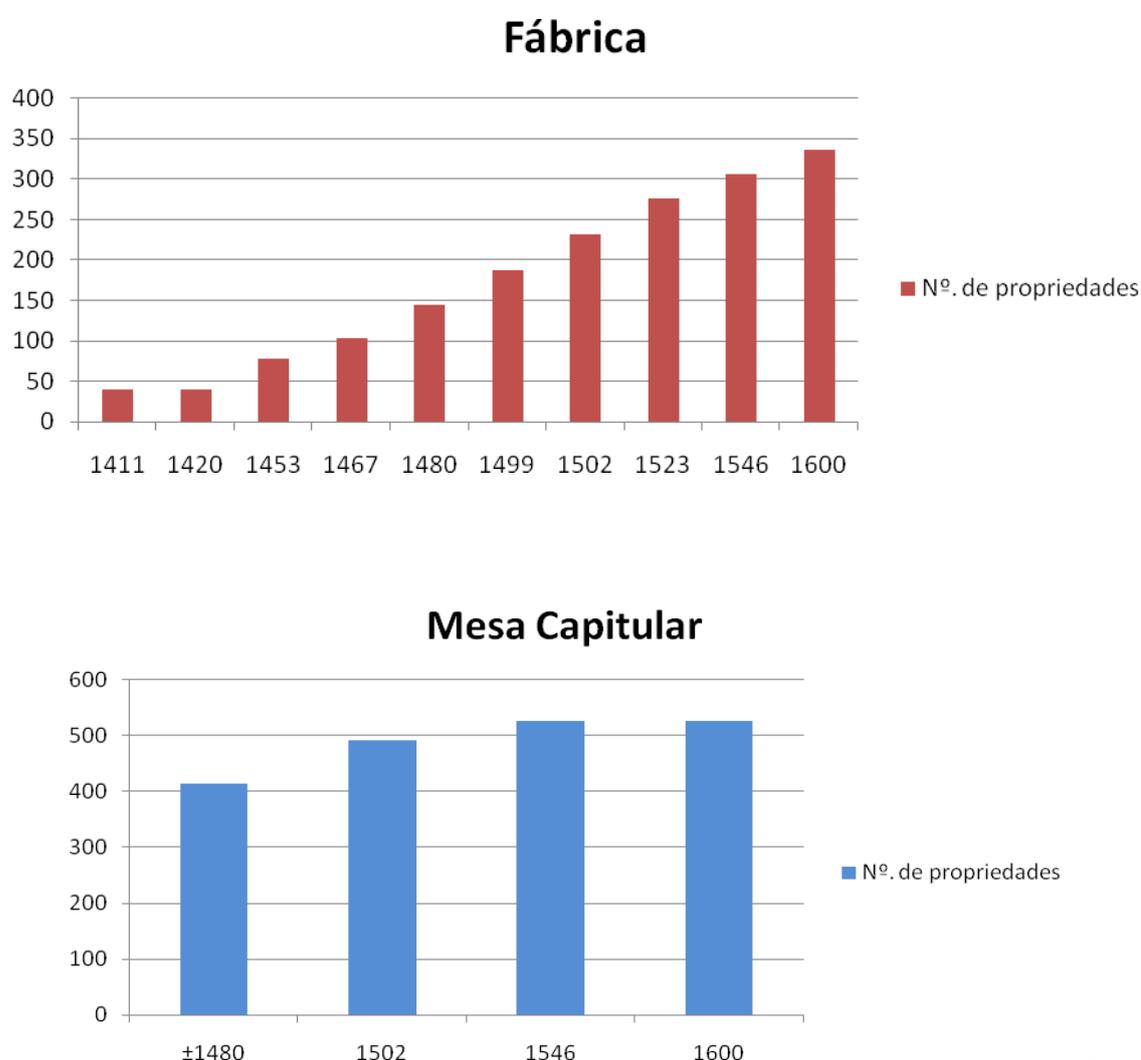
88

<sup>87</sup> COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Una ciudad, una catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 144-145.

<sup>88</sup> Dados retirados de COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Una ciudad, una catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 144-145.

Além do *excusado*, havia as doações capitulares, que eram mandatórias, e correspondiam àquelas feitas por canônicos no momento de sua entrada no Cabido, com o fito de custear despesas com trajas para as procissões, dote de capelas e outras. Interessam-nos especialmente as doações voluntárias que foram feitas pela população e pelos canônicos da catedral, porque podem revelar muito do envolvimento da população da cidade com a construção do edifício.

**Gráfico 2** – Propriedades da Fábrica e Mesa Capitular entre os séculos XV e XVI



<sup>89</sup> Dados retirados de COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Propiedad y mercado inmobiliario en la Edad Media: Sevilla, siglos XIII-XVI. In: COLLANTES DE TERÁN SANCHEZ, Antonio. **Una gran ciudad bajomedieval**: Sevilla. Sevilla: Universidad de Sevilla; Secretariado de Publicaciones, 2008. pp. 169-194.

No livro “Propiedad y explotación de la tierra en la Sevilla de la Baja Edad Media – el patrimonio del Cabildo-Catedral”<sup>90</sup>, Isabel Montes Romero-Camacho faz o estudo mais completo existente até o momento sobre o patrimônio do Cabido, em fins da Idade Média, mas não contempla as propriedades urbanas da citada instituição. Considerando que a maioria do *común* não era proprietária de terras, o estudo ignora os ingressos advindos dessa parcela da população, que aqui nos interessam especialmente. A análise do patrimônio urbano do Cabido ainda está por fazer. Os dados de que dispomos sobre os bens urbanos foram fornecidos por Collantes de Terán e indicam a evolução dos bens imóveis, tanto da Fábrica, quanto da Mesa Capitular (Gráfico 2).

Como se observa, somente cerca de 10% do patrimônio da Fábrica é anterior ao século XV, enquanto os bens da Mesa Capitular parecem ter sido formados com anterioridade, provavelmente a partir da conquista da cidade e do Repartimento. Entre os anos de 1420 e 1499 – que correspondem a um período de intensos labores na obra da catedral – o patrimônio da Fábrica aumentou mais de 300%. A partir da finalização da obra, esses ingressos sofrem diminuição. Portanto, a grande massa dos aportes coincide com a construção do novo edifício e o fato de as doações para a Mesa Capitular não serem proporcionais, indica que as doações foram feitas com o propósito claro de contribuir com a *obra nueva*. A partir desses dados, não resta dúvida de que uma importante parcela da população, aquela que dispunha de bens imóveis urbanos, se envolveu com a erguida da catedral, tendo contribuído de maneira significativa para este fim.

Além desse grupo social, também sabemos que a nobreza teve papel fundamental, já que em momentos de necessidade, o Cabido recorreu a alguns deles para o incremento das rendas.

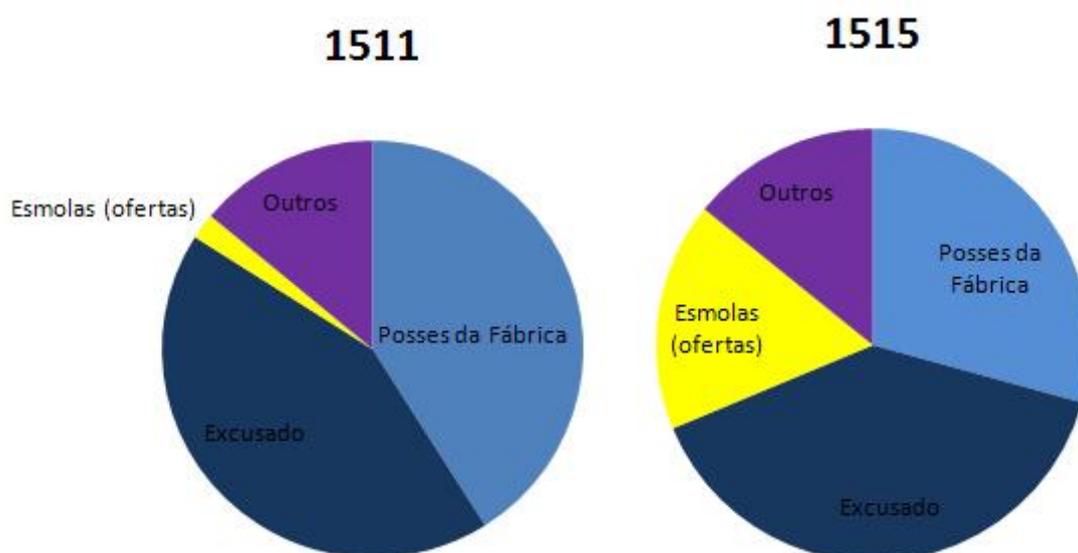
En este mismo día (24 de abril de 1506) cometieron al señor maestrescuela e Pedro de Fuentes e doctor Matyenço e ruegen al señor Duque que impreste dos myll ducados sobre plata para acabar la Yglesia (...) y syno quysyere que los pidan a la duqueza de Cahiz e sino quysyere que los pidan al adelantado e sino quysyere que los pidan a Don Fabrique Enriques e sy qualquiera de estos señores emprestare esta suma de dos myll ducados que no los pidan a nynguno de los otros señores que se suceden como aquí se nombran.<sup>91</sup>

<sup>90</sup> MONTES ROMERO-CAMACHO, Isabel. **Propiedad y explotación de la tierra en la Sevilla de la Baja Edad Media**: el patrimonio del Cabildo-Catedral. Sevilla: Fundación Fondo de Cultura de Sevilla, 1988.

<sup>91</sup> A.C.S., Secretaría, Autos Capitulares, nº 5, fol. 154v. Apud: RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. **Los canteros de la catedral de Sevilla**: del gótico al renacimiento. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1998, p. 56.

A participação das camadas mais humildes da população é mais difícil de ser medida, já que dificilmente se dava através de grandes doações, mas os dados sobre as pequenas doações ou ofertas podem ser bons indicativos. Sabe-se que entre 1511, um ano de poucas atividades na obra da catedral, e 1515, momento de reconstrução após a caída do zimbório, há um aumento de cerca de 40% nos ingressos da Fábrica, e boa parte desse acréscimo se deve a doações e esmolas<sup>92</sup>. Essas últimas aumentaram de cerca de 2% para cerca de 17%.

**Gráfico 3** – Ingressos da Fábrica nos anos de 1511 e 1515



93

Os dados apresentados até agora indicam claramente que a população, de uma maneira geral, contribuiu para a construção do edifício e, segundo palavras de Rodríguez Estévez, o auxílio no financiamento da obra, principalmente nos momentos de maior necessidade, “estreitavam os laços da catedral com a sociedade sevilhana”<sup>94</sup>. Não é por acaso que o Cabido, no momento da inauguração do novo edifício, se demonstra orgulhoso do feito que havia alcançado.

(...) fué acordado: que pues nuestro Señor en nuestros antepasados dió tal gracia, que tuviéron corazon de tomar tal empresa, en haber de comenzar á edificar tan insigne templo sin ayuda de Rey, ni de otro Príncipe, ni persona

<sup>92</sup> Cf. RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. **Los canteros de la catedral de Sevilla: del gótico al renacimiento**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1998, p. 57.

<sup>93</sup> Dados retirados de RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. **Los canteros de la catedral de Sevilla: del gótico al renacimiento**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1998, p. 57.

<sup>94</sup> RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. **Los canteros de la catedral de Sevilla: del gótico al renacimiento**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1998, p. 57.

de estado; y nos dió gracia que por misericordia en los nuestros se acabase sin ayuda de los sobredichos Señores, sino con ayuda de los Beneficiados de ella (...) <sup>95</sup>

Autores como Collantes de Terán e Rodríguez Estévez são concordantes em afirmar que a contribuição dos reis para a construção da catedral gótica foi, de fato, diminuta ao longo do século XV. Essa contribuição se deu basicamente, através de concessão de benefícios e privilégios ao Cabido. A edificação da catedral foi verdadeiramente um feito de Sevilha e seus habitantes.

## 2.4 O processo construtivo

A primeira dificuldade que se encontra ao se estudar o processo construtivo da catedral gótica de Sevilha é estabelecer a data de início da obra. Embora a decisão do Cabido tenha ocorrido em 1401, nem todos os autores concordam que a construção tenha se iniciado imediatamente após essa data. Dentre os que defendem o começo da construção logo após 1401 estão cronistas como Espinosa de los Monteros <sup>96</sup> e Ortiz de Zúñiga <sup>97</sup>. A maioria dos autores atuais, no entanto, como Rodríguez Estevez <sup>98</sup> e Jiménez Martín <sup>99</sup>, acredita que a obra só teria sido iniciada na década de 30 do século XV. A argumentação que sustenta essa hipótese se baseia em dois pontos principais: a autorização do rei para a derrubada da Capela Real que, como se pôde observar, ocupava boa parte do antigo recinto, só foi dada em 1433; além disso, os registros anteriores a essa data dão conta apenas de atividades preparatórias para a construção, como o apresto de barcos para o transporte da pedra e a extração da mesma <sup>100</sup>. Os primeiros gastos relativos à obra de cantaria datam apenas de 1434 <sup>101</sup>. Portanto,

<sup>95</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo III. Madrid: Imprenta Real, 1795.p. 204-205.

<sup>96</sup> ESPINOSA DE LOS MONTEROS, Pablo. **Teatro de la santa iglesia metropolitana de Sevilla**, Primada antigua de las Españas... Sevilla: por Matias Clauijo, 1635.

<sup>97</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Madrid: Imprenta Real, 1795.

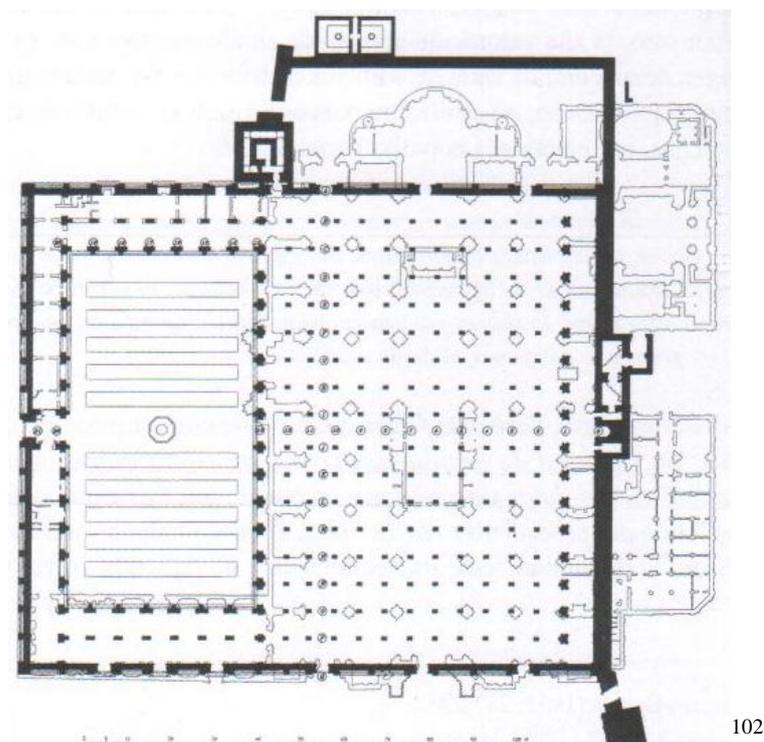
<sup>98</sup> RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. **Los canteros de la catedral de Sevilla: del gótico al renacimiento**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1998.

<sup>99</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006.

<sup>100</sup> Cf. Estudo da autora María del Carmen Alvarez Márquez sobre o testamento do mayordomo de Fábrica, Juan Martínez de Vitoria. ÁLVAREZ MÁRQUEZ, María del Carmen. Notas para la historia de la Catedral de Sevilla en el primer tercio del siglo XV. **Laboratorio de Arte**. Sevilla, n. 3, 1990.p. 11-32.

consideraremos que a obra, de fato, teria sido iniciada apenas por volta desses anos, sem ignorar, entretanto, que outras importantes atividades anteriores a essa data foram realizadas pela Fábrica.

**Figura 12** – Sobreposição das plantas da antiga mesquita e da catedral gótica de Sevilha



A primeira fase da construção, portanto, corresponde ao intervalo entre 1401 e 1433, a que podemos chamar gestão do projeto. É nesse período que ocorrem atividades como a busca por financiamento, mestres e a aprovação do traçado, canteiros, operários etc.<sup>103</sup>. Por se tratar de um projeto que se assentaria sobre um edifício já existente, uma etapa essencial da obra é o derrubamento. A documentação a partir de 1433, segundo dados de Jiménez

<sup>101</sup> RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. Los constructores de la catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 155.

<sup>102</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 352.

<sup>103</sup> PINTO PUERTO, Francisco. Fábrica y forma del templo gótico. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 214.

Martín<sup>104</sup>, mostra que há gastos concomitantes envolvendo novas edificações, derrubamentos e conservação das estruturas velhas, elementos que só fazem sentido num contexto de derrubada progressiva do edifício. Assim, a hipótese que se apresenta é a de que a antiga catedral não tenha sido demolida de maneira unitária, mas gradualmente, como indica Pinto Puerto<sup>105</sup>. Esse autor defende, ainda, que a derrubada teria se dado nave a nave, ideia com a qual concordamos. Assim, os espaços seriam liberados paulatinamente, mantendo o restante do edifício ainda em uso. Essa proposição parece pertinente por duas razões principais: primeiramente porque, ao sobrepor as plantas da antiga mesquita, e o novo projeto que se propunha (Fig. 12), perceberemos que o espaço de duas naves era suficiente para levantar um tramo da nova obra sem que, para isso, fosse preciso construir elaboradas estruturas de sustentação para a parte antiga.

A segunda questão está relacionada à manutenção das atividades do edifício, já que estas seriam essenciais para conservar alguns dos aportes sobre os quais dependia o financiamento da obra.

Ao conservar parcialmente a estrutura antiga, se podia manter uma boa parte de suas fontes de financiamento: capelas, aluguéis do *cabildo* secular, etc., ademais de seguir ativa e presente sua função na vida cotidiana da cidade.<sup>106</sup>

Quanto ao projeto, uma descoberta recente parece indicar que o plano inicial dos construtores era destruir a Giralda e o Patio de los Naranjos, eliminando os traços muçulmanos ainda presentes no edifício. A planta encontrada pelos professores Begoña Alonso Ruiz y Alfonso Jiménez Martín em 2008, no convento de Bidaurreta, em Oñate (Guipúzcoa - Espanha), mostra o que teria sido um dos primeiros projetos feitos para a catedral (Fig. 13)<sup>107</sup>.

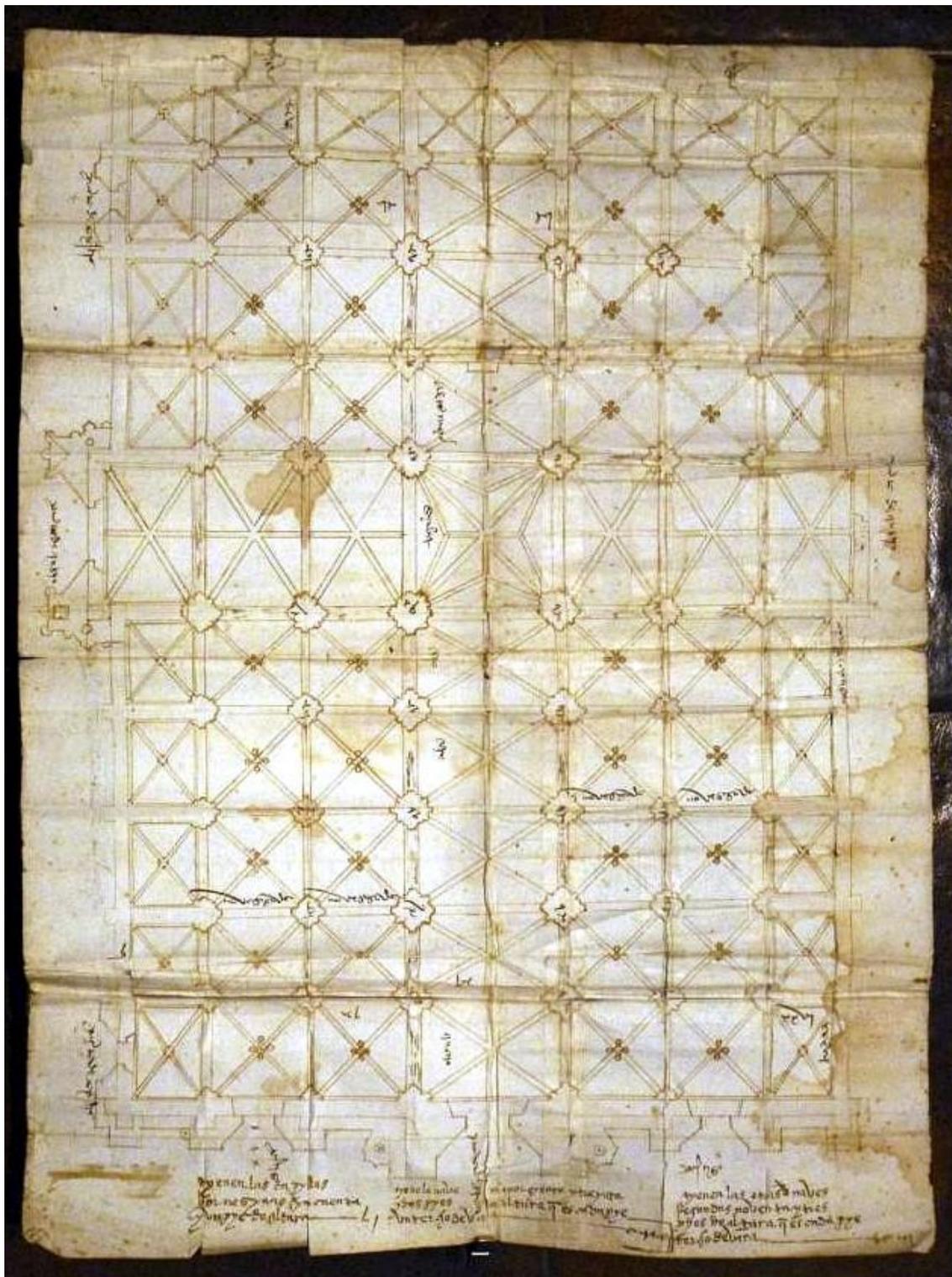
<sup>104</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; PÉREZ PEÑARANDA, Isabel. **Cartografía de la montaña hueca**: notas sobre los planos históricos de la catedral de Sevilla. Sevilla: Cabildo Metropolitano de la Catedral de Sevilla, 1997.

<sup>105</sup> PINTO PUERTO, Francisco. Fábrica y forma del templo gótico. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla**: fundación y fábrica de la obra nueva. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 225.

<sup>106</sup> “Al conservar parcialmente la estructura antigua, se podía mantener una buena parte de sus fuentes de financiación: capillas, alquileres del *cabildo* secular, etc., además de seguir activa y presente en la vida cotidiana de la ciudad” (Tradução Nossa). PINTO PUERTO, Francisco. Fábrica y forma del templo gótico. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla**: fundación y fábrica de la obra nueva. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 226.

<sup>107</sup> Segundo Jiménez Martín em conferência durante o lançamento do livro “La traça de la Catedral de Sevilla”, o plano de Bidaurreta é uma cópia reduzida do plano original da Catedral, que se supõe que tenha sido desenhado pelo mestre Ysanbarte em 1433 pois “no incluye los cambios métricos y formales que se produjeron al poco de comenzar la obra, como son los que se refieren a las medidas de los pilares o a la

Figura 13 – La traça de la catedral de Sevilla



108

altura definitiva que adoptó la construcción". 'LA TRAZA DE LA IGLESIA DE SEVILLA' recoge la investigación "inagotable" del plano más antiguo de la Catedral. **Europa Press**, 2009. Disponible em: <<http://bit.ly/9CT6dG>>. Acceso em: 8 dez. 2009.

<sup>108</sup> 'LA TRAZA DE LA IGLESIA DE SEVILLA' recoge la investigación "inagotable" del plano más antiguo de la Catedral. **Europa Press**, 2009. Disponible em: <<http://bit.ly/9CT6dG>>. Acceso em: 8 dez. 2009.

É possível observar que o projeto compreendia uma capela cuja estrutura permaneceu pela metade e onde hoje se encontra parte da Giralda, indicando seus planos de destruição. Além disso, o projeto não incluía a Capela Real e outras estruturas feitas ainda no século XV, como a ampliação *Capilla de la Antigua*, o que revela a provável idade do documento. Entretanto, apesar de tais modificações, a maior parte do projeto foi mantida: cinco naves, além das duas entre os contrafortes para que se situassem as capelas, sendo a nave central mais larga que as demais. As portas eram três na fachada principal, duas na cabeceira (algo bastante incomum) e uma mais em cada braço do cruzeiro. As abóbadas são em cruzaria, com um nervo central na estrutura do cruzeiro (note-se que parte dessa estrutura foi modificada em relação ao plano original após a caída e reconstrução do zimbório em 1511). Como se vê, o projeto alterava de maneira drástica as tradições locais de construção com seu “rica labor de cantería”<sup>109</sup>, o que, segundo Vicente Lléo Cañal, apresentava um desejo de que a obra fosse duradoura e implicava, “igualmente, a vontade de implantar uma arquitetura agressiva, programaticamente cristã, capaz de modificar irreversivelmente, como de fato o fez, a imagem da cidade”.<sup>110</sup>

#### 2.4.1 As fases da construção

A construção do novo edifício foi iniciada pela parte sudoeste, que corresponde à entrada principal da catedral. Como dito anteriormente, o derrubamento foi feito nave a nave, dando lugar aos tramos da *obra nueva*. A partir desse momento, a edificação pôde ser dividida em fases de acordo com a etapa da construção e com os mestres dela encarregados. Assim, tem-se a primeira fase entre os anos de 1433 e 1478, quando foi erguida pouco mais da metade do edifício: das dezessete naves da antiga *aljama*, dez já haviam sido substituídas<sup>111</sup>. Nesse momento, a documentação aponta a existência de dois mestres, chamados Ysanbarte (ou Ysambret) e Carlín. Ambos são considerados responsáveis pelo

---

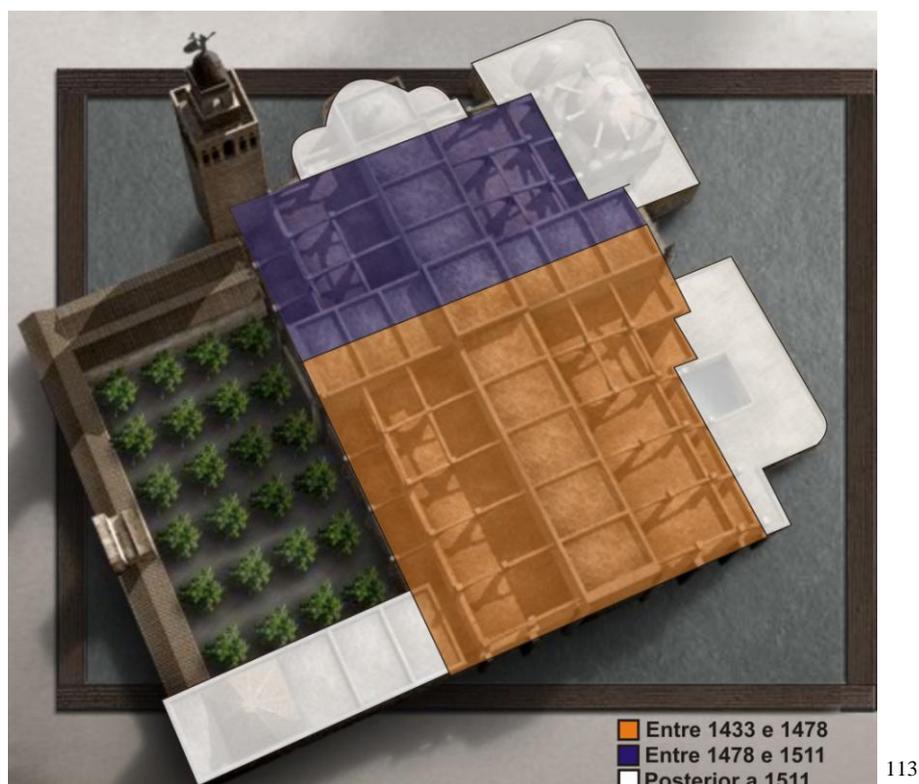
<sup>109</sup> “habedss acordado labrar un nuevo templo, de grande magestad, é de rica labor de cantería, qual conviene á tan noble Catedral, que sea el mas grande, é mas bien dispuesto que baya en estos nuestros Regnos”. Carta do rei Enrique III ao cabido de Sevilha em 1401. ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la my noble, y my leal ciudad de Seuilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 268.

<sup>110</sup> LLÉO CAÑAL, Vicente. La catedral en la historia de Sevilla. In: ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 63.

<sup>111</sup> PINTO PUERTO, Francisco. Fábrica y forma del templo gótico. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 228.

primeiro projeto da catedral<sup>112</sup>, tendo sido Ysanbarte o mestre que auxiliou o cabido na fase de gestão da obra, na busca por canteiros, transporte da pedra etc.

**Figura 14** – Esquema aproximado das fases da construção



Nesse período foram finalizadas as primeiras capelas do templo, localizadas junto às paredes laterais do edifício, tanto à esquerda quanto à direita. Em 1440, os dados relacionados aos donativos indicam que a capela de *San Laureano*, a mais próxima à porta de *San Miguel*, já estava aberta ao culto<sup>114</sup>. Naquele mesmo ano, alguns metros à frente, ainda se realizavam demolições na capela que viria a ser chamada de *Santa Ana* ou *Cristo de Maracaibo*. A área correspondente ao espaço oposto da catedral sequer estava em obra, demonstrando como foi necessário lidar com atividades diversas nas fases iniciais do processo

<sup>112</sup> AMPLIATO BRIONES, Antonio Luis. Una aproximación hermenéutica al espacio catedralicio sevillano. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 394.

<sup>113</sup> Imagem disponível no site [www.catedraldesevilla.es](http://www.catedraldesevilla.es). Marcações da autora.

<sup>114</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso. Las fechas de las formas: selección crítica de fuentes documentales para la cronología del edificio medieval. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 61.

construtivo. À medida que a construção ia avançando, observa-se um número maior de inaugurações de capelas. A mais importante delas foi a de *San Hermenegildo*, escolhida como local de enterramento pelo cardeal Juan de Cervantes, em 1453, quando arcebispo de Sevilha. Cinco anos mais tarde, sua capela já havia sido concluída, contando com obras de Lorenzo Mercadante, vindo da França exclusivamente para a execução da tumba do cardeal e de algumas imagens para o local.

Em 1478, a construção já estava tão avançada que foi possível trasladar os ofícios e cultos para a parte nova<sup>115</sup>. Também naquele ano, na capela batismal ou de *San Antonio*, uma das que já estavam concluídas a essa altura, ocorreu o batismo do príncipe Juan, filho dos reis Isabel e Fernando, o que contou com a presença dos maiores nomes do reino e da elite sevilhana<sup>116</sup>, numa mostra de que, ainda em obras, o edifício era capaz de receber grandes eventos e um número extenso de pessoas.

Em 1478, o processo sofreu modificações com a chegada do mestre Juan de Hoces e avançou rapidamente. As mudanças, no entanto, não foram graves e o edifício manteve uma unidade estrutural entre as partes feitas nas distintas fases. Inclusive, garantir essa unidade parece ter sido uma preocupação de Juan de Hoces. Em 1488 esse mestre teria enviado uma carta ao cabido reivindicando a presença de outro aparelhador para que “si el muriese quedase alguno que supiese los secretos de la dicha obra para la acabar e cumplir”<sup>117</sup>. Em 1494, quando o viajante de Nuremberg, o médico Hieronymus Münzer visitou Sevilha em sua extensa viagem pela Península Ibérica, a catedral era considerada praticamente terminada.

La mitad - que antiguamente era mezquita - ha sido derribada ahora, y en su lugar se levanta ahora una soberbia iglesia en honor de la bienaventurada Virgen María. Es obra tan estupenda, que no hay en España muchos templos que la aventajen. La iglesia está terminado; pero el coro todavía no. (...) Creo que en seis años estará completamente terminada. Es todo de piedra de sillería durísima, traída de los montes de la costa del reino de Granada por el río Betis.<sup>118</sup>

<sup>115</sup> PINTO PUERTO, Francisco. Fábrica y forma del templo gótico. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 228.

<sup>116</sup> Cf. ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Tomo III. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 97-98.

<sup>117</sup> FERNÁNDEZ CASANOVA, Adolfo. **Memoria sobre las causas del hundimiento acaecido el 1º de agosto de 1888 en la Catedral de Sevilla**. Sevilla: Imprenta Plaza de la Constitución 7, 1888. p. 19.

<sup>118</sup> MÜNZER, Hieronymus. *Viaje por España y Portugal – 1494-1495*. Madrid: Polifemo, 1991. Apud: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 80.

Isso significa dizer que, se tomamos o relato de Münzer como verossímil, o que não teríamos razão para não o fazer, em pouco mais de uma década foram derrubadas as últimas sete naves da antiga catedral levantado o que restava para a conclusão do novo edifício, ficando somente os últimos acabamentos a serem feitos. Nesta fase, concomitante com a construção do restante do edifício, algumas das atividades de finalização puderam ser iniciadas. Entre 1478 e 1483 esteve na cidade o vitralista Enrique Alemán, que realizou 17 dos 81 vitrais que hoje fazem parte da catedral. Estes vitrais “denotam a arte de um vitralista formado em oficinas alsacianas em que se aprecia o influxo flamenco”<sup>119</sup>, e nos quais se desenvolve um programa iconográfico concreto. Nelas são observadas figuras de santos, apóstolos, mártires e doutores da igreja, divididos em grupos de quatro, cuja temática costumava seguir a orientação da capela mais próxima. Ainda que o estilo dos vitrais tenha se modificado com a chegada de novos vitralistas, a unidade iconográfica foi mantida, demonstrando uma orientação firme dos idealizadores, no sentido de criar um programa único para todo o edifício.

Também é desse período a decoração das duas primeiras portas a serem concluídas no edifício: a *del Bautismo* e a de *San Miguel*, ambas na fachada principal da catedral. As duas foram decoradas ao mesmo tempo, a partir do ano de 1480, com relevos feitos por Lorenzo Mercadante – o mesmo que havia sido chamado para realizar as obras na capela do Cardeal Cervantes – e imagens de terracota, de Pedro Millán<sup>120</sup>. Assim como os vitrais desse período, as imagens e relevos das portas demonstram a forte influência da arte flamenca e a existência de um programa iconográfico unitário para as entradas do edifício, em que se observam santos, anjos e profetas, muitos deles relacionados às origens da Igreja hispalense, como Santa Justa, São Fulgêncio, São Leandro, São Isidoro, Santa Florentina, Santa Rufina, São Laureano e o mártir Santo Hermenegildo.

A preocupação com um programa iconográfico coeso é um dos fatores que revelam ser a construção da Catedral de Sevilha o que Briones chamou de “operação racional”<sup>121</sup>. Ao analisar o edifício no momento da colocada de sua pedra final, em 1506, é possível observar que poucas alterações foram feitas em relação ao plano inicial,

---

<sup>119</sup> “denotan el arte de un vidriero, formado en talleres alsacianos en los que se aprecia el influjo flamenco” (Tradução Nossa). NIETO ALCAIDE, Víctor. Las vidrieras de la catedral. In: ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 473.

<sup>120</sup> LAGUNA PAÚL, M. Teresa. Las portadas del Bautismo y del Nacimiento de la Catedral de Sevilla. **Bienes Culturales**: revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español. Madrid, nº1, 2002. p. 90.

<sup>121</sup> AMPLIATO BRIONES, Antonio Luis. Una aproximación hermenéutica al espacio catedralicio sevillano. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla**: fundación y fábrica de la obra nueva. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 396.

demonstrando que o projeto idealizado um século antes foi, de fato, colocado em prática sem ter sofrido intervenções severas ao longo do período. A coerência apresentada pela Catedral de Sevilha não é um fato comum entre as catedrais espanholas<sup>122</sup>, em que se tornou costumeiro que o processo fosse reorientado durante sua execução, o que faz da característica da Sede hispalense ainda mais digna de nota. Segundo Pinto Puerto, “a forte unidade que mostra o conjunto reflete uma ideia inicial bem definida e determinada até o ponto que as distintas modificações e transformações tenham permanecido muito veladas”<sup>123</sup>. Portanto, é possível afirmar que os ideais que guiaram as decisões relativas à formulação do projeto continuaram orientando seu processo construtivo, ainda que os personagens responsáveis tenham mudado. É possível afirmar, ainda, que ideais tão firmemente mantidos ao longo de um período tão extenso são frutos de uma ideologia comum adotada pelo cabido, como responsável pela obra, ao longo de todo século XV, fato notável dentro de um contexto de conflitos e transformações que marcaram aquele século.

A colocação da pedra final em 1506 não é, entretanto, o fim da construção do edifício. O que se viu inaugurado naquele ano foi praticamente a materialização do plano de Oñate, ou seja, aquilo que havia sido idealizado inicialmente. No entanto, algumas estruturas ainda não estavam finalizadas e outras foram acrescentadas a posteriori. É o caso de inúmeras capelas que, embora estivessem construídas, não haviam sido decoradas. Um exemplo significativo é a Capela da *Virgen de la Antigua*, localizada ao lado da Capela de *San Hermenegildo* e que, portanto, foi construída ainda na primeira fase da obra. Em 1502 o então arcebispo de Sevilha, Dom Diego Hurtado de Mendoza, a escolheu como seu local de enterramento e encomendou uma série de modificações: a capela foi ampliada, duplicada em altura e foi dotada de uma sacristia, o que a converteu numa das maiores capelas de toda a catedral. O túmulo, feito em Gênova por Domenico Fancelli entre 1508-1509, foi instalado na catedral um ano depois<sup>124</sup>. A capela, no entanto, só teve sua decoração iniciada em 1565, após seu projeto ter sido aprovado, mas só foi finalizada no começo do século XVII. O retábulo que receberia a imagem da *Virgen de la Antigua* – uma pintura feita no final do século XIV e

<sup>122</sup> Vide a Catedral de Segóvia e a Catedral Nova de Salamanca, ambas construídas entre os séculos XV e XVI.

<sup>123</sup> “La fuerte unidad que muestra el conjunto refleja una idea inicial bien definida y determinada hasta tal punto que las distintas modificaciones y transformaciones han quedado muy veladas” (Tradução Nossa). PINTO PUERTO, Francisco. *Fábrica y forma del templo gótico*. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 216.

<sup>124</sup> HERNÁNDEZ DÍAZ, José. *Retablos y esculturas*. In: ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 256.

de grande importância para o contexto histórico e religioso da cidade<sup>125</sup> – só foi realizado no século XVIII. A tumba do arcebispo Diego Hurtado de Mendoza inauguraria o Renascimento em Sevilha.

Após a caída do zimbório em 1511, o edifício passou por reformas que modificaram essa estrutura, tendo, inclusive, reduzido seu tamanho original. A fase que se inicia com esse evento é extensa, pois inclui a anexação de diversas dependências, como a Sacristia e demais salas do cabido, cuja construção começou na década de 30 e se estendeu até o fim do século XVI, e a Capela Real. Sobre essa fase é necessário que nos detenhamos um pouco. Há notícias de que em 1498 buscavam pedra para a execução da obra<sup>126</sup> e de que em 1513 o processo de construção seguia ativo, segundo relatado por Alonso Rodríguez<sup>127</sup>. Mas duas cartas de Carlos I, uma enviada ao cabido em 1515, e outra em 1518, revelam que a situação não se encaminhava como gostariam os monarcas do período. Após vários projetos terem sido elaborados e rejeitados, a obra só começou de fato em 1551 e apenas em 1579 os corpos reais puderam ser trasladados para a capela.

Muitos adornos importantes, como os relevos de algumas portas e o Retábulo Maior, datam das duas primeiras décadas do século XVI. Essas obras mostram um período de transição entre o gótico, presente na maior parte do edifício e o Renascimento, que já começava a ganhar terreno na Espanha. A arquitetura renascentista foi implementada definitivamente na catedral após a chegada do mestre maior Diego de Riaño<sup>128</sup>, em 1528, e tanto a Capela Real quanto as dependências da Sacristia foram feitas neste estilo. Inclusões e modificações continuaram a ser feitas no edifício nos séculos seguintes e a presença do Barroco também é marcante, principalmente quando se trata das pinturas que adornam o templo e as capelas, contando o acervo da catedral com obras de grandes mestres como

---

<sup>125</sup> A lenda sobre a história da imagem conta que Fernando III teria visto uma aparição da Virgem durante o cerco a Sevilha e que ela teria lhe guiado pelo interior da cidade e lhe mostrado uma imagem antiga pintada nas paredes da Mesquita maior. Dias após o ocorrido, o rei Fernando teria logrado a conquista da cidade, tendo se tornado a milagrosa imagem um dos símbolos da vitória sobre os mouros.

<sup>126</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso. Las fechas de las formas: selección crítica de fuentes documentales para la cronología del edificio medieval. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 85.

<sup>127</sup> Parecer y relación que dio Alonso Rodriguez maestro sobre los daños y remedio para ellos que recibio la obra de la yglesia con el terremoto. Apud: FERNÁNDEZ CASANOVA, Adolfo. **Memoria sobre las causas del hundimiento acaecido el 1º de agosto de 1888 en la Catedral de Sevilla**. Sevilla: Imprenta Plaza de la Constitución 7, 1888. p. 19.

<sup>128</sup> Diego de Riaño (?-1534) foi um arquiteto espanhol do Renascimento, conhecido principalmente por suas obras em estilo plateresco. Trabalhou em Sevilha na construção do *Ayuntamiento*, a partir de 1523, e na Catedral como mestre maior, a partir de 1528, onde foi responsável pela construção da *Sacristía de los Cálices* e da Sacristia Maior.

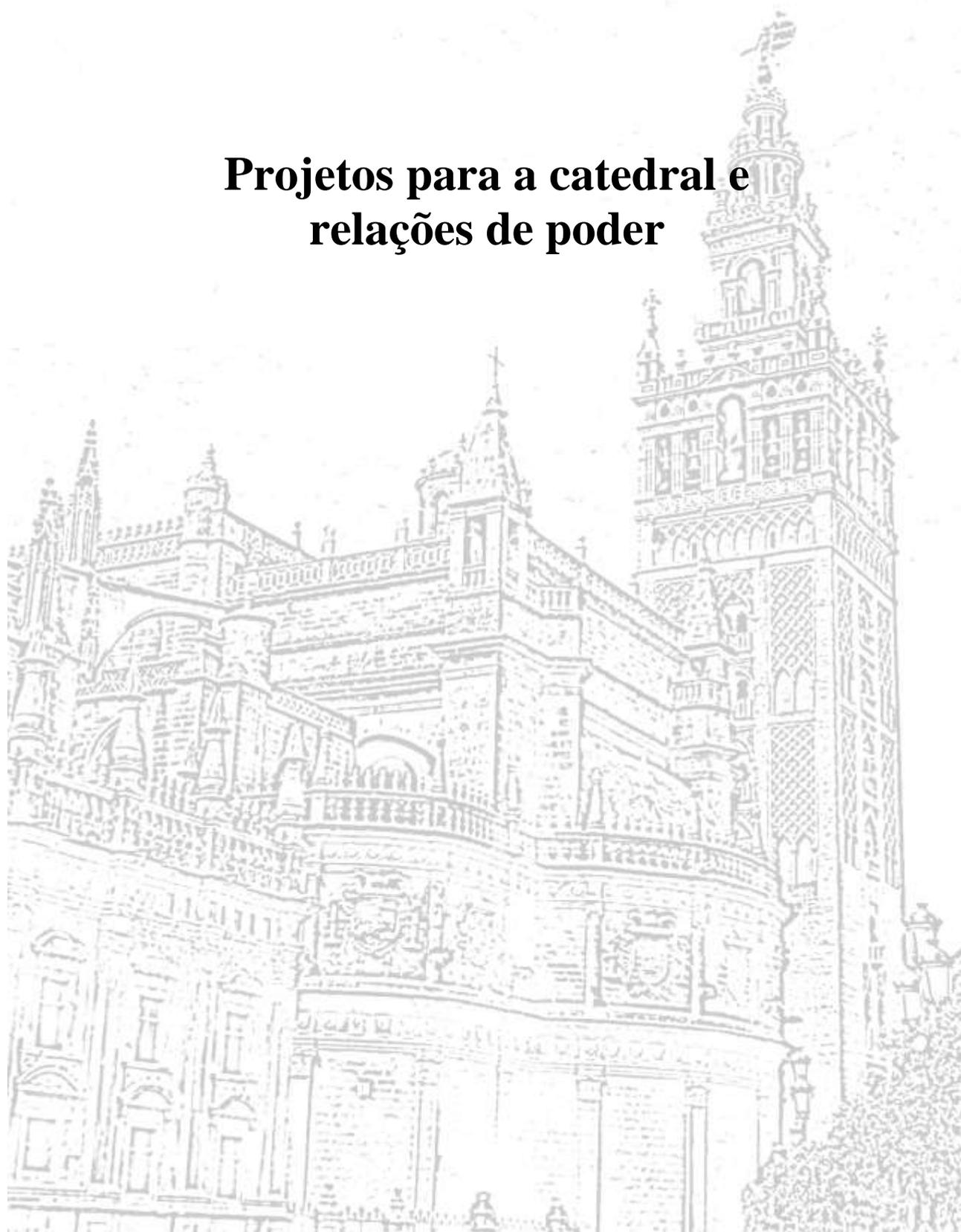
Zurbarán, Murillo e Goya. Entretanto, esses acréscimos ultrapassam a proposta deste trabalho e sobre eles não se falará mais.

O capítulo seguinte será dedicado a analisar as relações entre o processo construtivo da catedral e os conflitos que tomavam Sevilha e a Coroa de Castela no período apontado, e buscar, através dessa análise, uma melhor compreensão desse período histórico.

# Capítulo 3

---

## Projetos para a catedral e relações de poder



## Capítulo 3

### Projetos para a catedral e relações de poder

#### 3.1 Breves considerações teóricas

Em grande parte, esse trabalho é devedor às obras do historiador Georges Duby, que, em sua constante busca pela Idade Média, recorreu diversas vezes à arte para observar e explicar a sociedade a qual dirigia sua atenção. Duby afirmava que o estudo em conjunto das formas artísticas e as estruturas materiais e culturais de uma sociedade ajudaria “a melhor compreender uma e outra”<sup>1</sup>. Por isso, suas obras vão além da análise dos objetos artísticos; estes são colocados na vida e falam, portanto, da sociedade que os produziu<sup>2</sup>. Obviamente, este trabalho não visa alcançar a amplitude dos estudos de Duby, mas pretende mantê-lo como o horizonte teórico que norteará a pesquisa.

Dentre os conceitos elencados para esta dissertação se realizar estão alguns que se tornaram caros a Duby ao longo de sua trajetória, embora ele não os tenha teorizado na totalidade. Sua utilização deriva do desejo de priorizar a produção em contraposição à recepção, que ele acreditava não ser capaz de enunciar mais que meras impressões sobre as relações que se estabeleceram na Idade Média entre a obra de arte e o público<sup>3</sup>, enquanto o enfoque na produção daria conta dos “vínculos entre a criação artística e o poder”<sup>4</sup>, ou poderes, dentro de uma sociedade. Um desses conceitos é, portanto, o de condições de produção artística e, ao utilizá-lo, nos referimos ao conjunto de elementos que atuaram sobre a feitura de um objeto de arte, sejam as condições materiais – como a disponibilidade de determinada matéria prima –, ou as condições sociais, envolvendo as relações entre o objeto e os diversos grupos sociais, o financiamento, dentre outros fatores<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Uma crítica comumente feita a Duby e que os autores respaldam é o fato de, muitas vezes, ele ter visto arte e sociedade como entidades separadas, independentes uma da outra. É preciso compreender o período em que essas afirmações foram feitas e acredita-se que, em nada, elas afetem a validade das análises de Duby. DUBY, Georges. *Idade Média: arte e sociedade*. In: DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel. **História Artística da Europa: A Idade Média**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. t. I, p. 17.

<sup>2</sup> DUBY, Georges. **O tempo das Catedrais: a arte e a sociedade – 980-1420**. Lisboa: Estampa, 1979. p. 9.

<sup>3</sup> DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 96.

<sup>4</sup> *Ibid*, p. 97.

<sup>5</sup> CLARK, T. J.. The conditions of artistic creation. In: FERNIE, Eric. **Art history and its methods: a critical anthology**. London: Phaidon, 1995. p. 248-253.

Outro benefício do conceito de condições sociais de produção para a presente pesquisa é exposto pela historiadora da arte Griselda Pollock: ao considerarmos a arte como uma prática cultural, esse conceito nos permite pensá-la dentro de uma totalidade social complexa formada por uma série de outras práticas que dão sentido àquela sociedade, nos permitindo-nos, assim, relacioná-las<sup>6</sup>. Dessa maneira, o olhar se voltaria não só para a catedral em si, mas também para a sociedade que a idealizou e a deu forma.

Duby, ao nos falar sobre a arquitetura cisterciense, afirma:

Por sua função iniciática e emblemática, a obra de arte se estabelece, conseqüentemente, em correspondência com uma visão do mundo, e sua história se prende à história de um sistema de valores. Mas por suas duas outras funções, sacrificial e propiciatória, a obra de arte mostra-se dependente das riquezas de uma sociedade, que a produzem e que ela pretende renovar. Sua história prende-se também, aqui, à de um sistema de produção. Assim, a criação artística se situa no encontro do econômico com o espiritual [...] <sup>7</sup>.

Seguindo essa linha de pensamento, ao olharmos para essa sociedade, além das condições materiais, é necessário tentar apreender o conjunto de ideias, valores e crenças compartilhadas pelos membros dos grupos sociais em questão. Essas ideias se relacionam diretamente à forma como esses grupos veem, pensam e atuam em sociedade – às suas práticas culturais, portanto: são o que chamaremos de ideologia. As ideologias serão entendidas num duplo sentido: ao mesmo tempo em que dão sentido ao mundo e criam uma identidade para os grupos sociais, esses conjuntos de representações tentam naturalizar as histórias particulares desses grupos<sup>8</sup> e tentam orientar suas trajetórias numa determinada direção; elas organizam e deformam<sup>9</sup> a “realidade” social simultaneamente. Duby afirma que as ideologias seriam:

imagens ou antes conjuntos de imagens imbricadas, que não são um reflexo do corpo social, mas que, sobre ele projetadas, pretenderiam corrigir suas imperfeições, orientar sua caminhada num determinado sentido, e que por isso estão ao mesmo tempo próximas e distantes da realidade sensível.<sup>10</sup>

<sup>6</sup> POLLOCK, Griselda. Feminist Interventions in the Histories of Art. In: FERNIE, Eric. **Art history and its methods: a critical anthology**. London: Phaidon, 1995. p. 300-313.

<sup>7</sup> DUBY, Georges. **São Bernardo e a Arte Cisterciense**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 13

<sup>8</sup> CLARK, T. J.. The conditions of artistic creation. In: FERNIE, Eric. **Art history and its methods: a critical anthology**. London: Phaidon, 1995. p. 251.

<sup>9</sup> DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 133.

<sup>10</sup> DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 113.

Em outras palavras e ainda segundo o autor, a ideologia não seria “um reflexo do vivido, mas um projeto de agir sobre ele”<sup>11</sup>. Ao estudarmos uma catedral, um elemento tão emblemático para uma sociedade medieval e tão importante no contexto urbano da época, é preciso considerar que, quaisquer que tenham sido os responsáveis por sua construção, tentaram manifestar, através dela, uma visão de mundo específica. Essa visão de mundo poderia ser partilhada pelo conjunto da sociedade, sendo uma ideologia hegemônica naquele contexto, ou, ao contrário, poderia ter sido uma visão de mundo que tentava se firmar (ou se impor) e que corresponderia a um grupo determinado. Nesse último caso, há de se esperar que ocorressem conflitos entre os diversos grupos, cada um tentando transformar sua própria ideologia na ideologia comum daquela sociedade.

Quando se trata de uma catedral medieval, sabemos que a ideologia comum é sempre a cristã. Portanto, compreender a teologia que orientava o processo de construção é sempre o primeiro passo num estudo dessa natureza. Os símbolos religiosos e os significados neles contidos eram (ou supostamente deveriam ser) compreendidos por todos, porque aquela visão de mundo – a cristã – deveria ser partilhada por todos. Entretanto, nem essa visão de mundo se erguia totalmente livre de conflitos sobre a sociedade. Não é necessário esforço para lembrarmos imediatamente dos intensos debates entre o abade Suger e Bernardo de Claraval e como suas ideias se materializaram em dois estilos de construção muito distintos entre si. Suger acreditava que a celebração deveria ser realizada com toda pureza interior e toda nobreza exterior para a glória de Deus, e em seus edifícios podemos ver toda a opulência e riqueza da ordem Cluny. Já Bernardo falava de uma moral rigorosa e austera que deveria conduzir a construção de edifícios que levassem à contemplação da alma e não da obra<sup>12</sup>.

No entanto, não é somente a ideologia cristã que orientava a construção de uma catedral. Na França, algumas catedrais, como St-Denis, local de enterramento dos monarcas, e a de Reims, seu local de coroação, se converteram em verdadeiros símbolos do poder da monarquia. Na Itália, as catedrais, cada vez mais monumentais e suntuosas, concorriam para elevar o status de sua cidade frente às demais e eram destinadas a ser um emblema da prosperidade econômica da urbe. É preciso considerar ainda que, como afirma Michael Camille, “as catedrais não eram sempre o símbolo de harmonia social que nós algumas vezes imaginamos”<sup>13</sup>. Em Colônia os bispos foram expulsos pela burguesia da cidade durante a construção do edifício, o que quase impediu sua conclusão. Além disso, os altos impostos

---

<sup>11</sup> DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982. p. 20.

<sup>12</sup> Cf. DUBY, Georges. **São Bernardo e a Arte Cisterciense**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

<sup>13</sup> “Cathedrals were not always the symbols of social harmony that we sometimes imagine” (Tradução Nossa). CAMILLE, Michael. **Gothic Art: Glorious Visions**. London: Laurence King Publishing Limited, 1996. p. 34.

cobrados dos cidadãos para que as edificações se levassem a cabo foram motivos frequentes de confrontações entre a população e os clérigos.

Fica claro que analisar cada uma dessas catedrais sem compreender as ideias que guiaram sua construção é destituí-las dos aspectos sociais que contribuíram para lhes dar as formas que possuem. Ainda que seja essa uma proposta de análise válida, corre o risco de ignorar o material de que é feita a História: o homem.

Por isso, tão importantes quanto os objetos ou documentos que chegaram até nós desde o passado (com o dever e a obrigação de preservá-los para o futuro) são as motivações que deram lugar a esses objetos, a vida que houve ao redor deles, as circunstâncias em que as ideias surgiram, os contextos que propiciaram a aparição de determinadas obras, que necessariamente condicionaram (não determinaram) suas formas aparentes, e em cujo universo de ressonâncias simbólicas e racionais descansaram seus significados.<sup>14</sup>

O reino de Castela no fim da Idade Média é um dos exemplos daquelas sociedades em que as mudanças sociopolíticas pelas quais passava colocavam em choque duas ideologias distintas: de um lado uma monarquia desejosa de se ver cabeça do reino e que criava mecanismos para ampliar sua autoridade; de outro, uma nobreza que queria garantir seus prévios direitos como classe política privilegiada e elite social, e para tanto, exigia um sistema de governo de base contratual. Esse choque, que ditaria a formação política do Estado espanhol, influenciou a criação de um conjunto distinto de valores e o desejo – de ambos os grupos – de reforçar sua imagem de poder sobre a sociedade, especialmente, para a nobreza, em nível local.

Diante da empreitada que visava erguer uma catedral de proporções gigantescas em uma das mais importantes cidades do reino, há de se esperar que os principais grupos sociais lutassem para assegurar um lugar digno na construção do mais emblemático dos símbolos urbanos<sup>15</sup>. Num contexto de luta por poder e prestígio, era necessário que esses

<sup>14</sup> “Por eso, tan importantes como los objetos o documentos que han llegado hasta nosotros desde el pasado (con el deber y la obligación de presévalos para el futuro) son las motivaciones que dieran lugar a esos objetos, la vida que hubo alrededor de ellos, las circunstancias en que las ideas surgieron, los contextos que propiciaron la aparición de determinadas obras, que necesariamente condicionaron (no determinaron) sus formas aparentes, y en cuyo universo de resonancias simbólicas y racionales descansaron sus significados.” (Tradução Nossa). AMPLIATO BRIONES, Antonio Luis. Una aproximación hermenéutica al espacio catedralicio sevillano. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 355.

<sup>15</sup> RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. Los constructores de la catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 150.

grupos fossem capazes de gravar suas identidades de maneira visível no edifício. A Catedral de Sevilha surge, portanto, dessa realidade, resultante de um conflito de grandes proporções que tomava todo o reino. Como veremos nesse capítulo, suas formas foram pensadas tendo essa tensão e a necessidade de impor uma visão específica de mundo como horizonte. A nobreza, representada pelo cabido, desejava reforçar seu poder perante a urbe e sua associação ao edifício monumental era mandatório nesse sentido. A monarquia, ao contrário, precisava garantir que a catedral, depositária dos corpos de importantes reis do passado – Fernando III e Alfonso X –, continuasse sendo símbolo e memória da Coroa, reforçando a presença real sobre a cidade. É desse conflito que nos ocuparemos.

### 3.2 A orientação ideológica do projeto

A construção da Catedral de Sevilha foi um projeto racional. A coesão na execução da obra é explicada pela existência de um conjunto de ideias que teria guiado a empreitada desde os primeiros desenhos até sua inauguração, cerca de um século mais tarde. É preciso, portanto, conhecer a origem dessas ideias e quais eram as intenções iniciais do cabido para melhor compreender a gênese do edifício.

Considerando que a decisão de se construir a nova catedral foi tomada no início do século XV, é factível que se busque as origens do projeto ainda no século XIV, principalmente se considerarmos como verossímeis os dados de Ortiz de Zúñiga. Segundo ele, ainda em 1388, teria se manifestado o primeiro desejo de se construir um novo edifício: numa carta dirigida ao cabido, o rei autoriza o desembargo das ofertas (ou esmolas) para que fosse feito o reparo do templo, danificado pelos terremotos, e afirma: “E vos estimo é grandemente alabo el deseo que mostrades de facer, é labrar nuevo templo mucho mas grande, é magnífico qual conviene á esa ciudad, é á la autoridad de esa catedral”<sup>16</sup>.

No século XIV, segundo as conclusões de um estudo de José Sánchez Herrero sobre os centros de ensino de Sevilha, a cidade havia vivido um notável desenvolvimento cultural<sup>17</sup>. Segundo afirma,

---

<sup>16</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. *Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]*. t. II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 230.

<sup>17</sup> SÁNCHEZ HERRERO, José. Centros de enseñanza y estudiantes de Sevilla durante los siglos XIII al XV. *En la España medieval*. Madrid, nº 5, 1984. p. 898.

Seu clero foi um clero culto que contou na mesma cidade com instituições para sua formação em gramática, teologia e direito, e com os meios econômicos suficientes para sair e estudar em outros centros castelhanos e estrangeiros, se fazendo presente desde a segunda metade do século XIV em Colégios e Universidades de Salamanca, Valhadolide, Bolonha, Avinhão, Florença, Roma e Paris.<sup>18</sup>

Esse grande desenvolvimento pode ter sido impulsionado pela presença na cidade de alguns arcebispos ligados a Gil de Albornoz. Este cardeal teve importante atuação junto ao papado, tendo sido o redator das famosas *Constitutiones Aegidianae*, e foi responsável pela fundação do *Real Colegio de España en Bolonia*, além de figurar como um dos principais pensadores espanhóis do período e entusiasta da educação. O Frei Alonso Fernández de Toledo e Pedro Gómez Barroso, ambos arcebispos de Sevilha no século XIV, foram companheiros de Gil durante seu período em Avinhão. O primeiro foi catedrático de filosofia e teologia em Paris e o segundo era doutor em leis pela universidade de Bolonha. Foram também formados em Bolonha os arcebispos posteriores: Fernando Álvarez de Albonoz e Pedro Gómez de Albornoz, sobrinhos de Gil de Albornoz, tendo o primeiro também ensinado na instituição. A presença destes últimos em Sevilha estimulou a ida de outros sevilhanos a Bolonha, que se tornou, junto com Salamanca, um dos principais destinos de estudantes da cidade<sup>19</sup>.

Esse período coincide com um amplo movimento de reforma que tomava a igreja castelhana durante aquele século e teve muitos dos clérigos mencionados acima como personagens principais. O objetivo nesse tempo era empreender uma reforma espiritual e intelectual do clero diante das inúmeras reclamações relativas ao mal comportamento dos membros da igreja, como pode ser observado no Concílio de Valhadolide, em 1322. A partir dessas propostas, foi dado um grande impulso à educação, com a criação de colégios e a entrega de bolsas de estudo para futuros canônicos<sup>20</sup>. Vários estudantes de Sevilha foram beneficiados por essa política, a partir do momento de sua institucionalização pelo cabido da

<sup>18</sup> “Su clero fue un clero culto que contó en la misma ciudad con instituciones para su formación en gramática, teología y derecho, y con los medios económicos suficientes para salir a estudiar a otros centros castellanos y extranjeros, haciéndose presente desde la segunda mitad del siglo XIV en los Estudios y Universidades de Salamanca, Valladolid, Bolonia, Aviñón, Florencia, Roma y París.” (Tradução Nossa). SÁNCHEZ HERRERO, José. Centros de enseñanza y estudiantes de Sevilla durante los siglos XIII al XV. **En la España medieval**. Madrid, nº 5, 1984. p. 898.

<sup>19</sup> SÁNCHEZ HERRERO, José. Centros de enseñanza y estudiantes de Sevilla durante los siglos XIII al XV. **En la España medieval**. Madrid, nº 5, 1984. p. 897.

<sup>20</sup> AMPLIATO BRIONES, Antonio Luis. Una aproximación hermenéutica al espacio catedralicio sevillano. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 378.

cidade em 1395<sup>21</sup>, o que permitiu a um número maior de alunos a possibilidade de estudar em grandes centros. É esse espírito de reforma que pode explicar, por exemplo, a tentativa do arcebispo Gonzalo de Mena em afastar dos muros da catedral os mercadores que usavam o local para expor seus produtos.

En el año 1395 el Arzobispo Don Gonzalo de Mena, y el Dean y Cabildo, atendiendo al mayor decoro de su Iglesia, quitáron en su circunferencia, por lo exterior de los quatro lienzos del patio de los Naranjos, muchas tiendas que á ellos arrimaban (...) <sup>22</sup>

Esse espírito de reforma também visava atrair fiéis para a igreja. O mesmo desejo de ampliação da educação moral e intelectual do clero era o que guiava os religiosos no sentido de estender o sentimento cristão à população, atraindo cada vez mais fiéis para uma vida religiosa ativa. As intensas críticas que eram feitas à má atuação dos clérigos e aos seus desvios morais havia contribuído para afastar as pessoas do convívio religioso diário e, ao mesmo tempo, as atraía para uma nova forma de devoção, representada pelas ordens mendicantes – nesse momento vistas como ameaças ao clero secular<sup>23</sup>. Essa preocupação não era exclusiva do clero castelhano, e era agravada, ainda, pela ameaça das heresias que brotavam em diversos locais em toda a Cristandade. Em Castela, crescia (se é que podemos considerar que alguma vez foi pequeno) o misticismo dos fiéis, que tendiam mais para a magia do que para a religião cristã<sup>24</sup>. A preocupação em elevar o nível de formação do clero tem origem nesses problemas, uma vez que ajudaria a diminuir as críticas feitas aos religiosos e à própria Igreja e atrairia os fiéis novamente para a Igreja. Mas essa intenção pode ter sido influenciada também pelas ideias dos primeiros humanistas, como Petrarca, para quem “as necessidades mais prementes foram trazer os homens para uma viva consciência pessoal da verdade cristã e encontrar práticas orientações morais para a vida cristã diária”<sup>25</sup>. No século XIV, Petrarca era aluno da Universidade de Bolonha; depois se mudou para Avinhão, tendo compartilhado do mesmo ambiente intelectual de muitos clérigos castelhanos.

<sup>21</sup> SÁNCHEZ HERRERO, José. Centros de enseñanza y estudiantes de Sevilla durante los siglos XIII al XV. **En la España medieval**. Madrid, nº 5, 1984. p. 886.

<sup>22</sup> (Grifo Nosso). ORTIZ DE ZUÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. T. II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 249.

<sup>23</sup> Cf. GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Historia de España: La época medieval**. Madrid: Alianza Ed., 1992. p. 378.

<sup>24</sup> O’CALLAGHAN, Joseph F.. **A History of Medieval Spain**. Ithaca: Cornell University Press, 1994. p. 626-627.

<sup>25</sup> “the most pressing needs were to bring men to a lively personal awareness of Christian truth and to find practical moral guidelines for daily Christian life.” (Tradução Nossa) NADER, Helen. **The Mendoza family in the Spanish Renaissance, 1350 to 1550**. New Jersey: Rutgers University Press, 1979. p. 8.

É nessas circunstâncias que o projeto da nova Catedral de Sevilha é gerado. Que relações se pode estabelecer entre a *obra nueva* e as ideias que circulavam no período? Ampliato Brionis lembra, mencionando o trabalho de Suárez Fernández, que a partir dos ideais reformistas, o templo passa a ser um lugar de serviço, grande e aberto o suficiente para receber em seu interior o culto de caráter mais massivo e popular<sup>26</sup>. Ora, essa é justamente uma das características mais marcantes da Sede hispalense e algo que chama a atenção imediatamente ao observarmos o plano de Oñate (Cap. 2, Fig. 13, página 100). Ao entrarmos na catedral, abre-se a nossa frente um espaço amplo, “visualmente permeável em todas as direções”<sup>27</sup> e grande o suficiente para acolher em seu interior um número enorme de pessoas, que poderiam atender ao culto tanto nas pequenas capelas que a circundam, quanto na extraordinária Capela Maior. Sua formação com cinco naves abertas cria um interior extenso, obstruído apenas pelos pilares e pela presença da Capela Maior ao centro, e que, por sua localização e tamanho, é o ponto de convergência no interior do edifício.

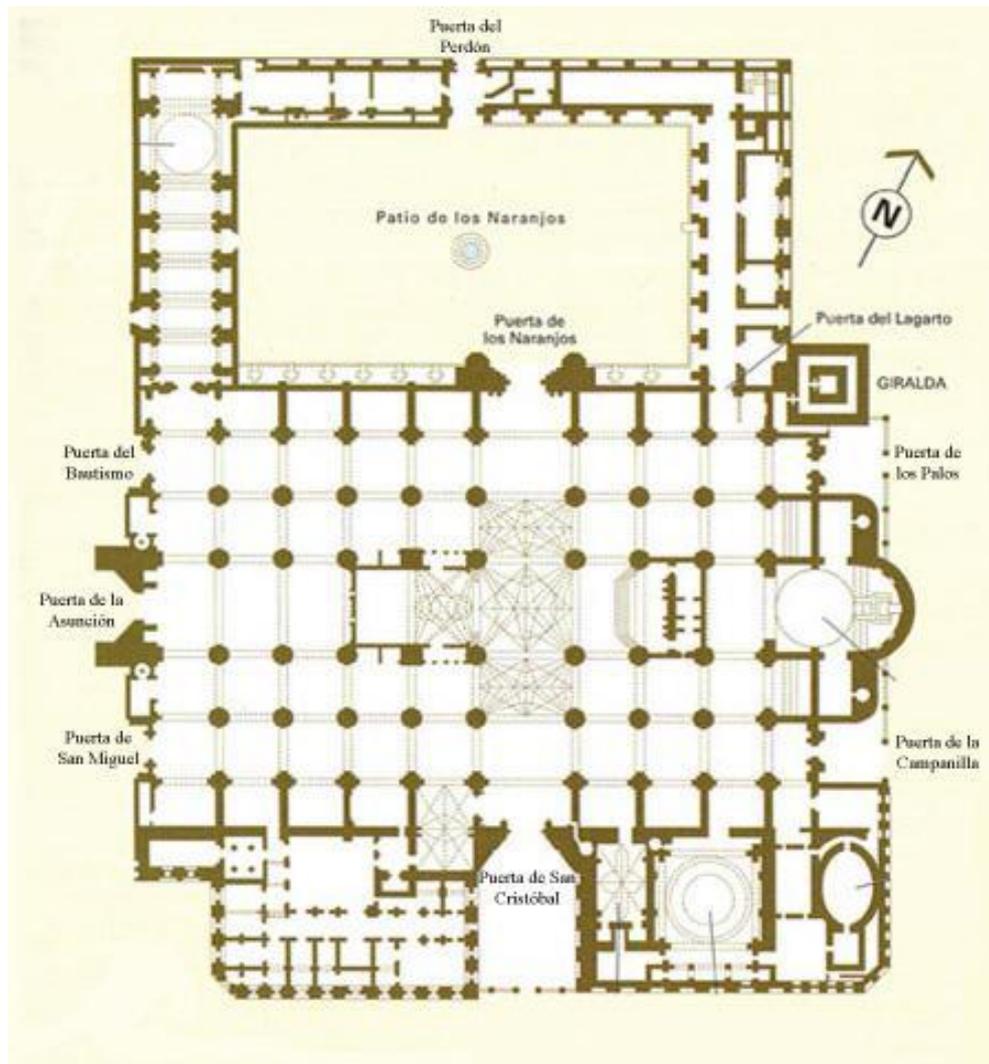
Além disso, a catedral se abre para o exterior através de um grande número de portas, presentes em todas as direções, inclusive na cabeceira, fato pouco usual, o que contribui para a ideia de ser aquele um edifício acessível à população. São elas: na fachada principal, *Puerta de la Asunción*, *Puerta del Bautismo* e *Puerta de San Miguel*; na fachada meridional, *Puerta de San Cristóbal*; na cabeceira, *Puerta de la Campanilla* e *Puerta de los Palos*; na fachada setentrional, *Puerta del Perdón*. Há ainda duas portas que ligam o interior ao pátio interno da catedral, a *Puerta del Lagarto* e a *Puerta de los Naranjos*.

---

<sup>26</sup> AMPLIATO BRIONES, Antonio Luis. Una aproximación hermenéutica al espacio catedralicio sevillano. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 379.

<sup>27</sup> “visualmente permeable en todas las direcciones”. (Tradução Nossa) AMPLIATO BRIONES, Antonio Luis. Una aproximación hermenéutica al espacio catedralicio sevillano. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 379.

**Figura 1** – As portas da catedral



Uma dessas portas revela-se especialmente interessante o estudo sobre as influências dos ideais reformistas sobre a construção: a chamada *Puerta del Nacimiento* ou *Puerta de San Miguel* (Fig. 2). Localizada na fachada principal do edifício, foi uma das primeiras a serem decoradas, ainda em 1480, por Lorenzo Mercadante de Bretaña, que realizou os relevos, e Pedro Millán, responsável pelas imagens em barro cozido<sup>29</sup>. Seu nome advém tanto da cena representada em seu pórtico, quanto de sua localização: em frente ao *Colegio de San Miguel*, o centro de estudos sevilhano, dedicado à educação dos canônicos da cidade. Em seu pórtico, vemos Maria, José, o menino Jesus cercado por anjos e uma figura feminina que nos parece ser uma parteira, representação comum nas imagens da Natividade,

<sup>28</sup> Imagem disponível em: < <http://bit.ly/9bgqhA>>. Marcações da autora.

<sup>29</sup> LAGUNA PAÚL, M. Teresa. Las portadas del Bautismo y del Nacimiento de la Catedral de Sevilla. **Bienes Culturales**: revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español. Madrid, nº1, 2002. p. 90.

feitas durante a Idade Média. Ao fundo, vemos uma cena do Anúncio aos Pastores e uma paisagem urbana, que representa Belém. A iconografia do Anúncio aos Pastores está normalmente associada à boa-nova da chegada de Cristo alcançando todas as pessoas, sem distinção entre ricos e humildes, significando, portanto, que a mensagem de Deus estava disponível para todos<sup>30</sup>. É possível associar essa ideia à função que tinha a porta, já que era, na maioria das vezes, a principal entrada da catedral, por onde a grande massa da população tinha acesso ao interior do recinto sagrado e, conseqüentemente, a Deus<sup>31</sup>. Por outro lado, o tema representado pode se associar igualmente às ideias reformistas presentes na cidade, principalmente se considerarmos estar a porta em frente ao *Colegio de San Miguel*. A porta era um convite aos fiéis e, ao associarmos essa temática à amplitude e permeabilidade do edifício, temos um contexto em que se compreende que a presença do fiel dentro da igreja era bem vista e desejada, algo concordante com os ideais expressos na reforma do século XIV.

**Figura 2** – *Puerta del Nacimiento*



32

<sup>30</sup> Essa interpretação parte da análise do Evangelho de Lucas que narra essa passagem: “Não temais; eis aqui vos trago boa-nova de grande alegria, que será para todo o povo: é que hoje vos nasceu, na cidade de Davi, o Salvador, que é Cristo, o Senhor” (grifo nosso). Lucas (2:10-11).

<sup>31</sup> Por mais tentador que seja para o historiador associar iconografia à função, nesse caso devemos também permanecer atentos ao fato de que este era um tema bastante comum durante séculos XIV e XV.

<sup>32</sup> ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. *La Catedral de Sevilla*. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 236.

### 3.2.1 Os ideais políticos

Os esforços reformadores não podem ser desvinculados de sua esfera política. O período era especialmente conturbado nesse sentido: a cristandade ocidental vivia seu grande Cisma. A fragmentação do poder religioso, dividido entre o papa de Roma e o papa de Avinhão, dividiu também a política dos reinos, uma vez que interesses particulares guiaram as monarquias em direção ao apoio de um ou outro papa. As igrejas nacionais também se dividiram, surgindo a necessidade de se convocar alguns concílios e sínodos locais com o objetivo de lidar com o problema do Cisma<sup>33</sup>. As recém-surgidas universidades se tornaram os loci privilegiados para a discussão da questão, tanto do ponto de vista teológico, quanto jurídico e, diante do impasse, emergiu a teoria conciliarista, que pregava que o Concílio, e não o papa, deveria ter o poder supremo sobre a Igreja. Em toda a Cristandade, vários teóricos se dividiram e algumas universidades, como a de Salamanca, se tornaram pólos conciliaristas.

Os clérigos de Sevilha não estavam à parte dessa discussão, principalmente se considerarmos que grande parte dos estudantes da cidade se dedicava ao estudo das leis civis e canônicas, em diversas universidades, tendo sido Salamanca uma das principais. Era, portanto, um ambiente de intensos debates políticos. Um exemplo de destaque é o do cardeal Juan de Cervantes. Formado bacharel em leis, sempre esteve ligado a Sede hispalense, para onde foi nomeado arcediogo em 1419. Participou dos concílios de Siena e da Basileia, onde foi chefe da delegação espanhola, defendendo sempre a superioridade papal, momento em que se tornou próximo a Eneas Piccolomini, futuro Papa Pio II. Suas boas relações com o papado lhe renderam o título de cardeal em 1426. Foi um homem letrado e parece ter se dedicado profundamente à construção da catedral gótica de Sevilha, pois quando veio a falecer, na época como arcebispo da cidade, doou todos seus bens ao cabido, incluindo uma biblioteca de 306 livros, e dedicou em seu testamento uma importante parte de suas rendas à Fábrica. Outro arcebispo de Sevilha que teve importante papel durante o Cisma foi Diego de Anaya. Esse arcebispo dirigiu a delegação castelhana no Concílio de Constanza e foi um dos principais nomes a apoiar a eleição de Martinho V. Como prêmio por seu auxílio, o papa o designou à sede hispalense.

As eleições desses dois arcebispos, ocorridas em situações tão distintas, revelam um mesmo problema que afligia os cabidos não só de Sevilha, mas de toda a Castela: a limitação da capacidade do cabido de eleger bispos e arcebispos. Ambos são exemplos dessa

---

<sup>33</sup> O'CALLAGHAN, Joseph F.. **A History of Medieval Spain**. Ithaca: Cornell University Press, 1994. p. 629.

política: Anaya foi nomeado arcebispo de Sevilha pelo papa e Cervantes foi eleito pelo cabido, mas quase não pôde assumir por interferência real contra sua nomeação, como visto no primeiro capítulo. Segundo O’Callaghan, “a fragmentação da autoridade resultante do Cisma fortaleceu o caráter nacional da igreja em diferentes países”<sup>34</sup>. A monarquia se aproveitava do conflito instalado para tentar ampliar o poder sobre a Igreja, enquanto o papa (ou melhor, os papas) se esforçavam para manter sua autoridade. Desse modo, “a intervenção papal e real praticamente acabou com a eleição livre de bispos”<sup>35</sup>.

O cabido não assistia passivo a essa situação. Muitos foram os casos de resistência diante das escolhas de bispos e arcebispos em diversas sedes castelhanas<sup>36</sup>. Em Sevilha, as cartas trocadas entre rei e cabido, muitas delas transcritas por Ortiz de Zúñiga<sup>37</sup>, tampouco deixam dúvida a esse respeito. O próprio Diego de Anaya sofreu grande oposição de seu cabido enquanto esteve à frente da sede hispalense. É possível compreender melhor esse comportamento se considerarmos o cabido como um corpo político, dotado de suas próprias concepções teóricas e uma posição privilegiada diante da sociedade à qual estava vinculado. A limitação da autonomia do cabido em consequência do “direito de recomendação” dos reis, representava uma ameaça ao status do grupo e de seu poder sobre a sociedade.

Não se pode perder de vista que o cabido era formado pela nobreza, ou estava intimamente envolvido com ela. Seu status advinha do próprio prestígio da instituição eclesiástica, mas também do fato de representarem as principais elites urbanas. O ganho de autoridade dos reis junto à Igreja e a limitação da autonomia do cabido era uma ameaça ao poder não só do clero, mas de toda a aristocracia, que via restringida sua atuação e seu exercício de poder sobre a cidade. Pode-se dizer, portanto, que os conflitos *clero-monarquia* eram derivados do conflito *nobreza-monarquia*, devido à identificação de interesses entre ambos os grupos.

A resistência contra o crescimento da autoridade monárquica deu-se, muitas vezes, de maneira direta, através das críticas à atuação real e do conflito armado. Entretanto,

<sup>34</sup> “The fragmentation of authority resulting from the schism strengthened the national character of the church in different countries.” (Tradução Nossa) O’CALLAGHAN, Joseph F.. **A History of Medieval Spain**. Ithaca: Cornell University Press, 1994. p. 628.

<sup>35</sup> “Papal and roya intervention practically terminated the free election of bishops.” (Tradução Nossa) O’CALLAGHAN, Joseph F.. **A History of Medieval Spain**. Ithaca: Cornell University Press, 1994. p. 629.

<sup>36</sup> Cf. VILLARROEL GONZÁLEZ, Oscar. **Las relaciones Monarquía-Iglesia en época de Juan II de Castilla** (1406-1454). Tese de Doutorado. Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2007.

<sup>37</sup> ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiásticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Madrid: Imprenta Real, 1795.

em um contexto de conflito intenso, em que os grupos em questão representam concepções políticas tão distintas, se fazia necessário que essa resistência se desse também no plano ideológico. O clero (e a nobreza) precisava criar uma imagem que consolidasse seu poder perante a sociedade e reafirmasse sua posição como elite. Essa imagem, quando projetada sobre a realidade, deveria moldá-la de acordo com os interesses do grupo que a cria. E a “realidade” que o clero precisava criar era a de um grupo forte, hegemônico e cujo poder se assentava em bases sólidas.

Observando através desse viés, a construção da Catedral de Sevilha se abria como uma possibilidade ímpar para que o clero lograsse esse objetivo. Associar-se a um edifício tão revestido de significados e de tamanha relevância para o contexto urbano justificaria e fundamentaria sua posição preeminente na sociedade. Além disso, a monumentalidade que se propunha seria capaz de alavancar o arcebispado de Sevilha e a própria cidade à posição que ocupavam, naquele momento, Burgos e Toledo. Ainda que Sevilha fosse considerada umas das principais Sedes do reino, a construção da nova catedral viria reafirmar sua grandeza e prosperidade, principalmente num momento em que a conjuntura econômica da cidade dava os primeiros sinais de forte crescimento<sup>38</sup>.

A nobreza, tampouco, deixou de se envolver. O documento que registra a colocação da última pedra da catedral, transcrito por Gestoso y Pérez, é um bom indicativo dessa participação.

En sabado 6 dias del sobredicho mes otubre del sobre dicho año de 1506 se sero (sic) el synborio de esta Santa Iglesia entre las onze e las doze del día e pusieron la piedra postrera el Sr. D. Juan de Guzman Duque de Medina Sidonia e Don Fabrique Enriquez e Don Fernando de la Torre Dean de esta Sta. Iglia e yo Luis Hordoñes Canonigo de la dha iglia el qual celebre este día sobredicho estos sobredhos señores con el Cabildo subyeron á la obra alta todos e dixeron en acabando de poder la piedra te deus (sic) laudamus e quedo en el antigua (Capilla de la) donde se dixo la misa el arçobispo don Diego de Deça arçobispo desta Sta. Iglia e no subió alla por ser mucho viejo.<sup>39</sup>

A presença dos nobres mencionados acima na inauguração da catedral pode indicar que haviam, de fato, feito doações à Fábrica quando houve a solicitação do cabido

<sup>38</sup> Cf. COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Una ciudad, una catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. pp. 115-145

<sup>39</sup> GESTOSO Y PÉREZ, José. **Sevilla monumental e artística**. Historia y descripción de todos los edificios notables, religiosos y civiles, que existen actualmente en esta ciudad y noticias de las preciosidades artísticas y arquitectónicas que en ellas se conservan (Sevilla, 1889-1892). Tomo II. Sevilla: Publicación del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Sevilla, 1984. p. 44.

(Cap. 2, p. 95). E, se o fizeram, foi possivelmente pelo interesse em implicar-se com a construção.

Para que a associação daqueles grupos à obra fosse eficaz, era necessário que o próprio edifício fosse uma mostra do poder local. A identidade da elite deveria ser gravada de maneira visível na construção. A obra – tão representativa para o poder local – deveria ser seu símbolo máximo. Obviamente, num contexto de intensos conflitos políticos, uma empreitada como essa não ficaria à margem dos enfrentamentos. O próprio processo de incorporação da imagem da aristocracia foi conflituoso por si só. A isso daremos mais atenção nos tópicos seguintes.

### 3.3 A imagem da cidade

Conforme as questões analisadas no primeiro capítulo, a autoridade local era um importante fator de manutenção e fortalecimento do poder da elite, uma vez que a origem desse poder estava em seus domínios territoriais – portando, ligado à localidade ao qual se vinculava. No caso da pequena nobreza e da nobreza absentista, as bases de seus poderes estavam, em igual medida, vinculados à cidade. Por essa razão, a nobreza teria dedicado tanto esforço para controlar a municipalidade e os reis, para evitar que isso acontecesse. O mesmo é válido para os clérigos, já que o poder do clero secular era essencialmente urbano. Considerando esses aspectos, é possível afirmar que interessava à aristocracia que a imagem sobre a qual viemos analisando, criada para reafirmar sua posição, a vinculasse à cidade, pois contribuiria para o fortalecimento de uma e de outra.

Como exemplo da vinculação entre a imagem da cidade e de sua elite, vale mencionar o poema de Iñigo López de Mendoza, marquês de Santillana, escrito em 1455, enquanto visitava Sevilha.

Roma en el mundo é vos en España  
 Soys solas çibdades çiertamente  
 Formosa Ispalis, sola por façaña,  
 Corona de la Bética excelente.

Noble por edefiçios, non me engaña  
 Vana appariencia, mas judgo patente  
 Vuestra grand fama aun non ser tamaña,  
 Quanto loable soys á quien lo siente.  
 En vos concurre venerable clero,

Sacras reliquias, sanctas religiones  
 El braço militante cavallero;  
 Claras stirpes, diverssas nasçiones,  
 Fustas sin cuento; Hércules primero,  
 Hispan é Jullio son vuestros patrones.<sup>40</sup>

Essa relação provavelmente fez parte das preocupações do cabido ao elaborar o projeto de construção da catedral de Sevilha. Um edifício dessa importância aumentaria o prestígio da própria cidade e de sua elite, mas, para que o edifício se vinculasse à imagem de seus poderes locais, era essencial que se associasse à imagem da cidade. Tratava-se, em primeiro lugar, de reforçar a identidade local no edifício. A catedral deveria ser a imagem da cidade e de seus poderes locais. Para tanto, deveria ser identificada com a urbe. Esse argumento explica a profusão de elementos e imagens contidas na *obra nueva* que remetem à história da cidade, característica que, ainda que tenha sido comum às catedrais espanholas, foi extensivamente explorada na sede hispalense<sup>41</sup>.

**Figura 3** – Giralda nas imagens de Santa Justa e Santa Rufina



42



43

<sup>40</sup> LÓPEZ DE MENDOZA, Iñigo; AMADOR DE LOS RÍOS, José. **Obras de Don Iñigo Lopez de Mendoza, marqués de Santillana**: ahora por vez primera compiladas de los códices originales, é ilustradas con la vida del autor. Madrid: Imprenta de la calle de S. Vicente baja á cargo de José Rodriguez, 1852. p. 291-292.

<sup>41</sup> Cf. MATEO GOMEZ, Isabel. Temas profanos en la Sillería del Coro de la Catedral de Sevilla. **Boletín de Bellas Artes**. Sevilla, n. IV, 1976.

<sup>42</sup> GOYA, Francisco de. **Las Santas Justa y Rufina**, 1817. Catedral de Sevilha, Espanha. Imagem retirada de ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 468.

Seguindo essa orientação, uma maneira de promover a identificação entre a cidade e o edifício era através de elementos que estivessem associados às origens da Igreja sevilhana. A sede hispalense possui uma tradição rica e proveu a cidade de grandes nomes na história do cristianismo. Suas origens remontam ao século III, ainda sob domínio romano, quando teria ocorrido o martírio das santas Justa e Rufina. As duas irmãs oleiras, nascidas em Sevilha, teriam sido duramente torturadas por se recusarem a adorar deuses pagãos e, mesmo diante de duros castigos, não renegaram o Cristianismo. As santas são especialmente veneradas em Sevilha como protetoras da Giralda da catedral, que constantemente aparece em suas representações (Fig. 3).

No século VI a história da igreja de Sevilha é especialmente marcante para a cidade. Nesse período viveram São Leandro e Santo Isidoro, cuja influência religiosa e política se fez sentir em todo o reino, tendo sido ambos os santos responsáveis pela conversão do rei Recaredo (? – 601) ao credo Católico.

Sob sua liderança [de Isidoro e sua família], Sevilha se tornou um centro cultural através do qual o conhecimento sobre o corpus dos patriarcas latinos ocidentais da Igreja e sobre os autores latinos clássicos seculares seriam transmitidos para as gerações sucessoras<sup>44</sup>.

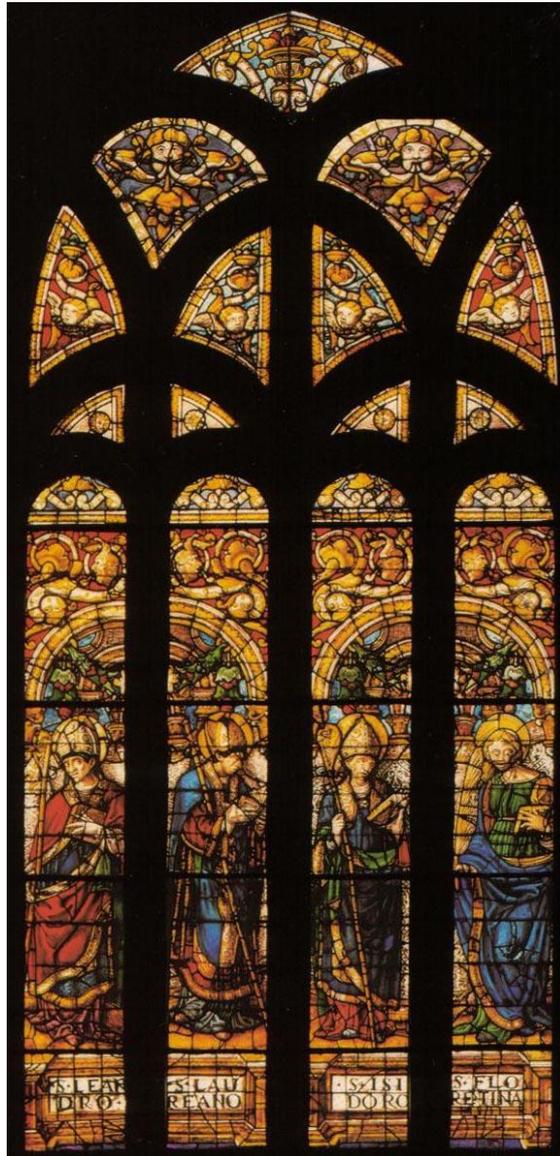
Leandro e Isidoro eram irmãos de São Fulgêncio e de Santa Florentina e ficaram todos conhecidos como os Quatro Santos de Cartagena. Uma quinta irmã, chamada Teodora, foi casada com o rei visigodo Leovigildo, o que os tornam tios do rei Recaredo e de outro santo católico, Santo Hermenegildo. Este último, sob influência de São Leandro, e após se casar com uma católica, teria se convertido, e por essa razão, foi perseguido por seu pai e morto em Sevilha.

Entre os santos relacionados a Sevilha está ainda São Laureano. Este, segundo a tradição, foi bispo da cidade entre 522 e 539. Após ser perseguido e morto pelo rei dos ostrogodos, que era seguidor do arianismo, foi decapitado, e sua cabeça teria sido enviada a Sevilha, onde fora responsável pela realização de vários milagres.

<sup>43</sup> ESQUIVEL, Miguel de. **Las Santas Justa y Rufina**, 1620. Catedral de Sevilha, Espanha. Imagem retirada de ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 417.

<sup>44</sup> “Under their leadership, Seville became a culture center through which knowledge of the corpus of the Western Latin Fathers of the church and of the secular classical Latin authors would be transmitted to succeeding generations” (Tradução Nossa). REILLY, Bernard. **Medieval Spains**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 32.

**Figura 4** – Vitral de Arnao de Flandres



45

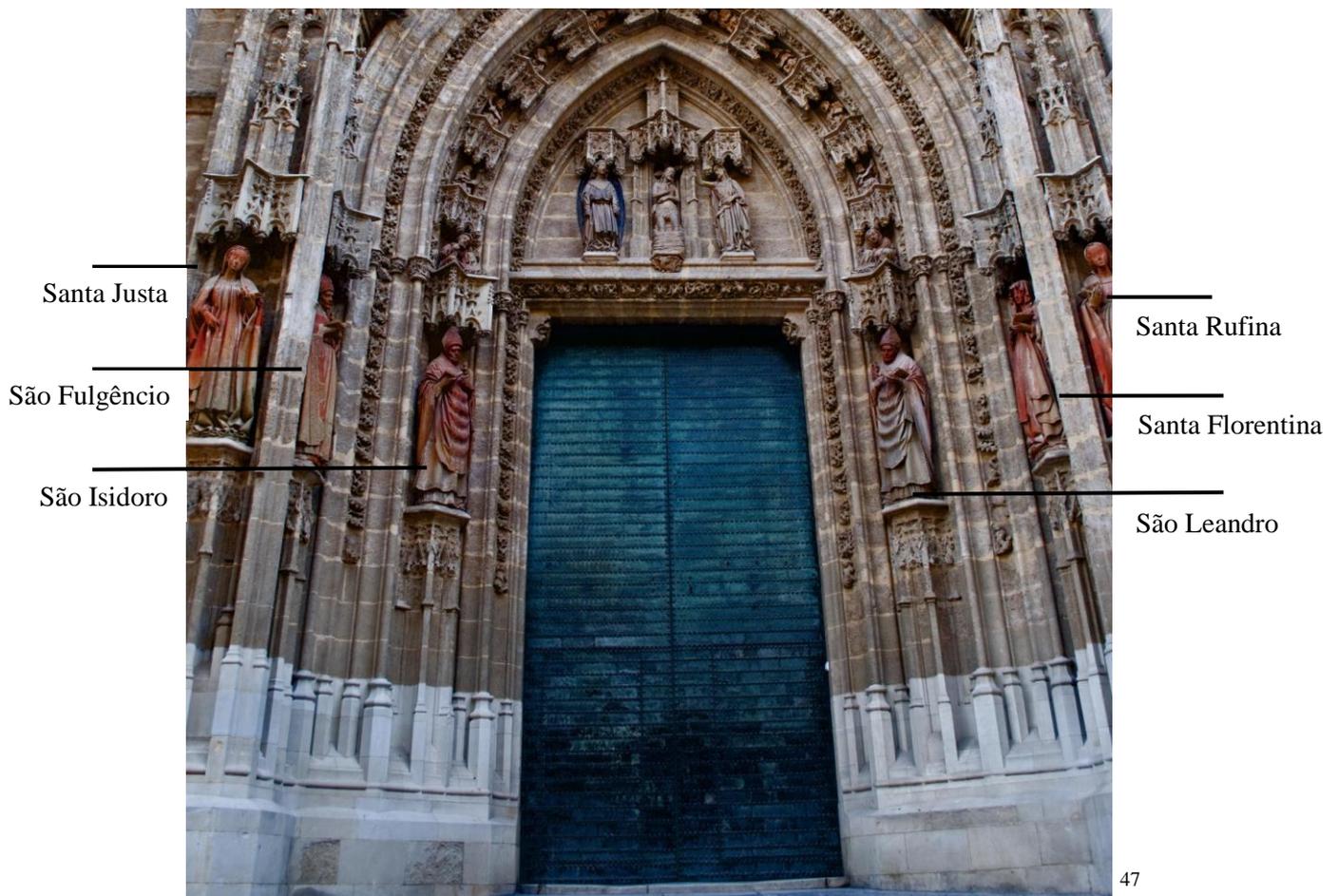
Todos os santos mencionados estão representados repetidas vezes, e através de vários meios, na catedral de Sevilha. Dois deles – Santo Hermenegildo e São Laureano – possuem capelas consagradas ao seu culto, erguidas ainda no século XV, tendo sido a de São Laureano a primeira capela a ser inaugurada no novo edifício. Outros dois – Santo Isidoro e São Leandro – possuem capelas posteriores; Santa Justa e Santa Rufina possuem um altar. Há de se lembrar ainda, que todos os santos acima, com exceção de São Fulgêncio, foram representados nos vitrais da catedral, em diferentes períodos. A imagem acima mostra um

<sup>45</sup> ARNAO DE FLANDRES. **San Leandro, San Laureano, San Isidoro e Santa Florentina**, 1544. Catedral de Sevilha, Espanha. Imagem retirada de ANGULO INIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 493.

desses vitrais. Nele são vistos São Leandro, São Laureano, Santo Isidoro e Santa Florentina. Sua realização data de 1544 e é obra de Arnao de Flandres.

Um dos maiores exemplos da referência a símbolos da cidade se encontra em duas das principais portas da catedral, a já mencionada porta de *San Miguel* e a porta *del Bautismo*. As duas serviram como principal entrada para os fiéis e foram as primeiras a serem concluídas. Ambas são do mesmo período – por volta de 1480 – e realizadas pelos mesmos artistas: Lorenzo Mercadante de Bretaña realizou os relevos e Pedro Millán as imagens em barro cozido<sup>46</sup>.

**Figura 5** – Porta *del Bautismo*



47

<sup>46</sup> LAGUNA PAÚL, M. Teresa. Las portadas del Bautismo y del Nacimiento de la Catedral de Sevilla. **Bienes Culturales**: revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español. Madrid, nº1, 2002. p. 90.

<sup>47</sup> *Puerta del Bautismo*, Catedral de Sevilha, século XV. Imagem retirada de <<http://bit.ly/aQFxD5>>. Marcações da autora.

A porta onde as referências à Igreja hispalense são mais evidentes é a porta *del Bautismo*, em que aparecem Santa Justa, Santa Rufina, São Fulgêncio, São Leandro, Santo Isidoro e Santa Florentina.

Segundo Teresa Laguna Paúl,

A iconografia da porta *del Bautismo* mostra plasticamente o batismo no rio Jordão como um sacramento de iniciação à fé cristã e forma de salvação escolhida pelos primeiros mártires e santos bispos da Igreja de Sevilha. Seus umbrais, que admitem espacialmente o ingresso dos fiéis, apresentam seis esculturas em terracota que realçam as origens da Igreja de Sevilha com a adequada visão e localização de Santa Justa, São Fulgêncio, São Leandro, Santo Isidoro, Santa Florentina e Santa Rufina.<sup>48</sup>

A porta ao lado, a de *San Miguel*, de acordo com a análise feita, trata da difusão da mensagem cristã. O imaginário dessa porta é composto pelos Quadro Evangelistas – Marcos e João do lado esquerdo e Mateus e Lucas, do lado direito – e, na parte mais externa, São Laureano e Santo Hermenegildo. O tema do Anúncio aos Pastores representado na porta, associado à presença dos Evangelistas, reforça a tese de que a mensagem geral expressa por aquele conjunto era, de fato, a difusão do ideal cristão, através do saber e do conhecimento das Escrituras, o que pode ter relação com a reforma pela qual passava o clero de Sevilha. Ademais, a presença de São Laureano e Santo Hermenegildo em meio a essa iconografia estabelece uma associação entre o início do Cristianismo e as origens da Igreja sevilhana, o que a liga à porta *del Bautismo* e transforma o conjunto num todo coeso, portador de uma mensagem una. Vale lembrar também que essa porta dava acesso imediato às capelas destinadas ao culto destes dois santos, no interior do edifício.

A importância da recuperação dos santos que fazem referência à Igreja de Sevilha também diz respeito à história do próprio edifício. O plano de Oñate (Cap. 2, Fig. 13, página 100) mostra que a intenção inicial dos idealizadores do projeto era derrubar o *Patio de los Naranjos* e a *Giralda*, eliminando qualquer vestígio do período muçulmano que poderia haver na catedral. Recuperar o culto aos santos do período visigótico significava reafirmar a tradição da Igreja local, conectando o momento presente com o passado ilustre da Sede e colocando a dominação muçulmana como um hiato numa longa história de grandezas. A

<sup>48</sup> “La iconografía de la portada del Bautismo muestra plásticamente el bautismo en el Jordán como sacramento iniciático a la fe cristiana y forma de salvación elegida por los primeros mártires y santos obispos de la Iglesia de Sevilla. Sus jambas, que acogen espacialmente el ingreso de los fieles, presentan seis esculturas en barro cocido que potencian los orígenes de la Iglesia de Sevilla con la adecuada visión y ubicación de Santa Justa, San Fulgencio, San Leandro, San Isidoro, Santa Florentina y Santa Rufina.” (Tradução e Grifos Nossos). LAGUNA PAÚL, M. Teresa. Las portadas del Bautismo y del Nacimiento de la Catedral de Sevilla. **Bienes Culturales**: revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español. Madrid, nº1, 2002. p. 90.

presença daqueles santos, especialmente nas entradas principais do edifício, criava uma base forte para o poder da Igreja e do cabido de Sevilha, justificando seu protagonismo. Num período em que os vínculos de grandeza eram tão importantes – ao ponto da nova nobreza, surgida no século XV, ter forjado ligações com antepassados ilustres para equiparar-se à antiga nobreza<sup>49</sup> – os clérigos de Sevilha lograram associar-se a uma forte tradição que poderia potencializar sua própria imagem e da cidade.

Além das referências aos santos relacionados à história da Sede, outra maneira encontrara para conectar a iconografia do edifício a temas locais era através das lendas que envolvem a fundação da cidade. É o que se pode observar através de alguns assentos do Coro. Em meio a relevos onde se veem temas profanos e religiosos está um conjunto com diversas passagens da vida de Hércules. Segundo a tradição da cidade, Hércules teria sido seu fundador.

Hercules me fundó,  
 Julio Cesar me cercó  
 de muros y torres altas  
 y el Rey Santo me ganó  
 con Garci Perez de Vargas.<sup>50</sup>

Ainda que os temas relacionados a Hércules fossem comuns em outros coros de catedrais espanholas, para Isabel Mateo Gómez, “a abundancia de cenas com a vida do herói nos assentos sevilhanos, se explica pela crença de que a cidade foi fundada por ele”<sup>51</sup>. O mesmo fato explicaria a profusão de referências a Hércules na cidade, principalmente a partir do século XVI. Tratava-se, portanto, de mais uma referência à história da cidade como uma forma de vincular a situação presente a uma tradição passada, em especial se considerarmos que os temas profanos dos coros das catedrais tinham, geralmente, uma função moralizante que os caracterizavam. Hércules, além de modelo das virtudes cristãs e cavaleiresca<sup>52</sup>, ainda representava os supostos nobres primórdios da cidade de Sevilha.

Entretanto, o programa iconográfico da catedral ia além de simplesmente incorporar elementos que fizessem referência à cidade. Os idealizadores do projeto

<sup>49</sup> Cf. GIBELLO BRAVO, Víctor G.. **La imagen de la nobleza castellana en la Baja Edad Media**. Cáceres: Universidad de Extremadura; Servicio de Publicaciones, 1999. p. 171-172.

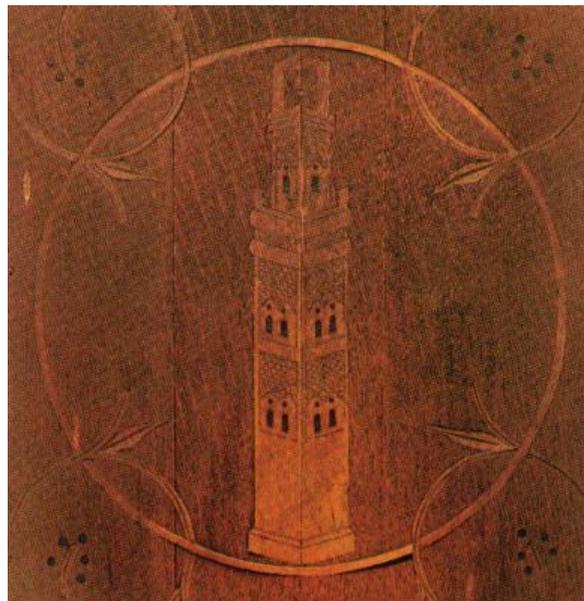
<sup>50</sup> Escrito da antiga porta de Jerez em Sevilha, fazendo referência à história da cidade.

<sup>51</sup> “La abundancia de escenas con la vida del héroe en la sillería sevillana, se explica por la creencia de que la ciudad fue fundada por él”. MATEO GOMEZ, Isabel. Temas profanos en la Sillería del Coro de la Catedral de Sevilla. **Boletín de Bellas Artes**. Sevilla, n. IV, 1976. p. 165.

<sup>52</sup> TORRIJOS, Rosa López. Representaciones de Hércules en obras religiosas del siglo XVI. **Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología** (BSAA). Valladolid, Tomo 46, 1980, pp. 293-308.

reconheceram a posição que o próprio edifício ocupava no contexto urbano e compreenderam que, a partir daquele momento, ele também se convertia em um importante elemento identificador da urbe. Assim, criou-se mais uma ligação entre a imagem da cidade e a imagem da catedral. A própria catedral se tornava um símbolo da cidade e deveria estar incluída no programa iconográfico do edifício como os demais.

**Figura 6** – Encosto dos assentos inferiores do Coro



53

Por essa razão, é possível observar a Giralda nos encostos dos assentos inferiores do Coro, colocada em uma posição que quase a transformava em um brasão local (Fig. 6). E, maior exemplo são alguns dos relevos que decoram o Retábulo Maior. Ele é um dos maiores retábulos da Igreja Católica e em toda sua extensão se veem trinta e quatro relevos e diversas esculturas, em cuja iconografia se observam os ciclos Cristológicos e Mariológicos e diversos santos. Na parte mais baixa do retábulo – que está, portanto, mais visível para o espectador – encontram-se três imagens interessantes. Tratam-se de duas vistas da cidade a partir de suas muralhas, nas quais em uma se veem figuras religiosas e anjos no interior do recinto e, na outra, as imagens de Santa Justa e Santa Rufina cercando a cidade (Fig. 7 e 8); e uma vista da catedral ladeada por Santo Isidoro e São Leandro (Fig. 9). Para José Hernández Díaz, essas imagens, por estarem na altura do altar, dão “a impressão de que

<sup>53</sup> Imagem retirada de ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 327.

se pretendeu recordar temas sevillanos para edificação dos oficiais”<sup>54</sup>. A consideração se torna ainda mais plausível se levarmos em conta que os relevos ao lado mostram cenas não identificadas de martírios, que poderiam muito bem estar associados aos martírios de São Laureano e Santo Hermenegildo, como indica o próprio Hernández Días<sup>55</sup>.

**Figuras 7 e 8** – Vistas da cidade entre os relevos do Retábulo Maior

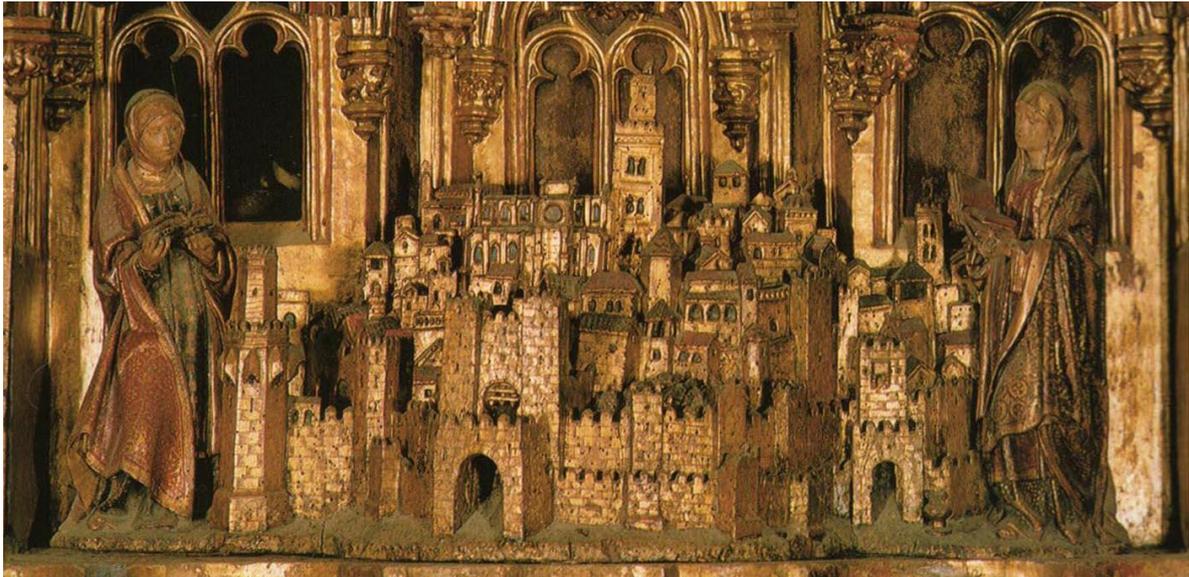


56

<sup>54</sup> “la impresión de que se pretendió recordar temas sevillanos para edificación de los oficiales” (Tradução Nossa). HERNÁNDEZ DÍAZ, José. Retablos y esculturas. In: ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 248.

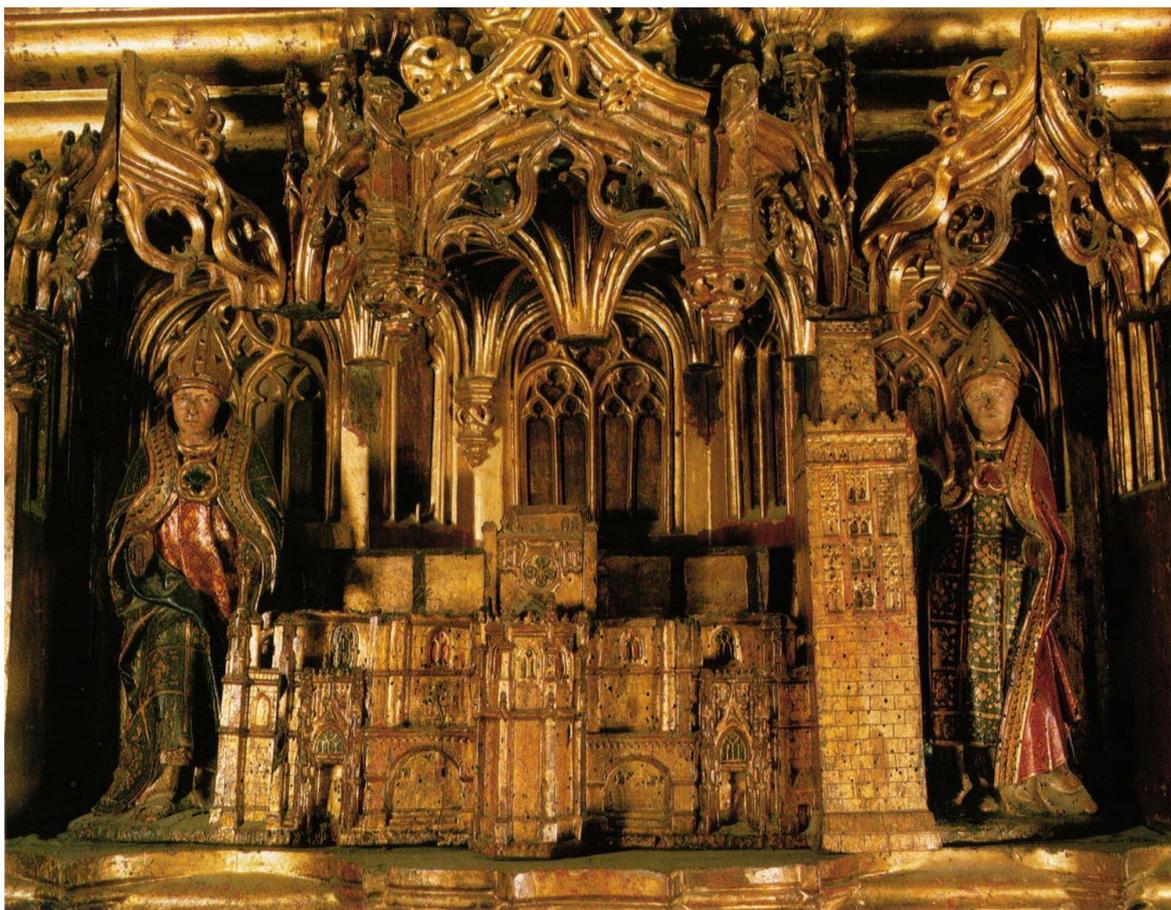
<sup>55</sup> HERNÁNDEZ DÍAZ, José. Retablos y esculturas. In: ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 244.

<sup>56</sup> Imagem retirada de JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 131.



57

**Figura 9** – Vista da catedral entre os relevos do Retábulo Maior



58

<sup>57</sup> Imagem retirada de ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 135.

<sup>58</sup> Imagem retirada de ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 136.

A presença dos relevos representando a cidade e o próprio edifício no retábulo da Capela Maior corrobora com dois argumentos. O primeiro é que a catedral havia se convertido em um grande símbolo da cidade por seu destaque em relação à paisagem urbana, a considerar por suas dimensões e pelo papel que desempenhava naquela sociedade. E o segundo é que, ao se converter em símbolo da cidade, ela reforçaria a posição de prestígio ocupada pelos seus idealizadores e o grupo social a eles relacionados, justificando a sua inclusão em um programa iconográfico que buscava incorporar elementos que produzissem exatamente esse efeito: gerava reconhecimento e fundamentava o poder daquelas elites urbanas. A identidade criada por esse grupo, e projetada para a sociedade a partir do programa iconográfico da catedral, o colocava como descendente de uma rica tradição, justificando seu status, e solidificava seu vínculo com a urbe, reforçando o poder que tinham sobre ela.

### **3.4 As relações de poder**

Como pudemos analisar no primeiro capítulo, a partir do início da dinastia Trastâmara em Castela, a política do reino passou por intensas mudanças, principalmente durante o século XV. Tratava-se de uma disputa entre rei e nobres a respeito das características que a monarquia deveria adquirir. A Coroa se esforçava para criar um governo de caráter autoritário, que colocava a figura do rei como comandante de toda a estrutura administrativa e jurídica, enquanto a nobreza exigia um governo de caráter contratual que incluísse suas prerrogativas como elite política. Nesse processo, as cidades foram alvo de atenção de ambos os grupos, pois se convertiam no local privilegiado de atuação da nobreza, uma vez que eram a origem de seu prestígio e onde exerciam seu poder de maneira mais intensa. Por essa razão, enquanto a aristocracia lutava para estender seu poder sobre todas as esferas da administração urbana, a monarquia – durante os períodos em que intensificou seu caráter autoritário – buscou fazer valer seu domínio sobre as cidades.

Os reis também tentaram estender sua autoridade sobre a esfera eclesiástica, pois, como um importante reduto de poder nos centros urbanos, o crescimento de sua influência poderia ser uma ameaça ao poder real. Nesse sentido, a decisão do cabido de construir a nova catedral de Sevilha, especialmente se considerarmos que a Sede estava vaga na ocasião (o arcebispo havia morrido meses antes e ainda não havia sido designado outro para sua posição), pode ser entendido como um ato de autoafirmação dessa instituição, que se

colocava a frente de tão importante empreitada sem envolver a participação dos reis ou do próprio arcebispo. Possivelmente essa atitude do cabido deixou em alerta a monarquia, o que teria ocorrido de igual maneira para com qualquer outra catedral de notoriedade no reino. Em Sevilha, a importância de seu arcebispado e a representatividade da própria cidade eram razões suficientes para que a monarquia tivesse interesse sobre *obra nueva*. Mas um motivo a tornava mais digna de atenção por parte da monarquia: a presença em seu interior de uma Capela Real com os corpos de Fernando III e Alfonso X. Enrique II demonstra essa preocupação ao escrever para o cabido após receber as notícias sobre a construção.

Venerables Dean é Cabildo de la Santa Iglesia de la muy noble cibdad de Sevilla, aquellos que mucho amo, é precio, é de que mucho fio. Vi vuestra letra, é lo que en ella me decides en como á mayor gloria, é honra de Dios nuestro Señor, é de la Virgen Santa Maria su Madre, á la qual esa Iglesia es dedicada, habedes acordado labrar un nuevo templo, de grande magestad, é de rica labor de cantería, qual conviene á tan noble Catedral, que sea el mas grande, é mas bien dispuesto que haya en estos nuestros Regnos, de que he recibido grand contentamiento é placer, é dado muchas gracias á Dios, é á Santa Maria, que tal é tan magnifico pensamiento vos han puesto en voluntad, é confio que vos ayudarán para llevarlo adelante, é vos lo mucho alabo, é agradezco de mi parte, é vos prometo ayudarvos en quanto yo pudiere; ca obligado soy á lo facer por vuestros servicios, é leales que me habeis fecho, é facedes cada dia, é por honra de esa Iglesia, é de los Reyes que en ella yacen enterrados (...)<sup>59</sup>

As capelas reais eram uma importante instituição na Castela medieval. Ainda que estivessem inseridas em catedrais e mosteiros com administração própria, tudo que dizia respeito às capelas reais era de responsabilidade do rei, inclusive a escolha dos clérigos e seus pagamentos<sup>60</sup>. Segundo Óscar Villaroel González,

A Capela Real em Castela tinha um papel especial no contexto da Baixa Idade Média, dado que tinha um caráter misto. Por um lado se tratava de uma instituição plenamente eclesiástica, integrada por clérigos e com funções claramente dirigidas ao culto divino no conjunto da corte castelhana. Por outro lado, formava parte do próprio núcleo da monarquia, a que estava unida, pois formava parte de seus serviços, ademais de estar submetida à mesma nas questões relativas às nomeações.<sup>61</sup>

<sup>59</sup> Grifo Nosso. ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal cibdad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. t. II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 286.

<sup>60</sup> VILLAROEL GONZÁLEZ, Óscar. Capilla y capellanes reales al servicio del rey en Castilla. La evolución en época de Juan II. **En la España medieval**. Madrid, nº 31, 2008. p. 310.

<sup>61</sup> La Capilla Real en Castilla tenía un especial papel en el contexto bajomedieval, dado que tenía un carácter mixto. Por un lado se tratava de una institución plenamente eclesiástica, integrada por clérigos y con unas funciones claramente dirigidas al culto divino en el conjunto de la corte castellana. Por otro lado, formaba parte del propio núcleo de la Monarquía, a la que estaba unida pues formaba parte de sus servicios, además de

Assim como em outros reinos medievais, em Castela o surgimento das capelas reais está ligado à estreita relação entre Igreja e monarquia, e se intensificou a partir do momento em que a Coroa passou a se revestir de aspectos sagrados. As capelas reais representavam a imagem eclesiástica da monarquia e estavam associadas a um projeto legitimador que envolvia as devoções particulares – relacionadas à identidade de um rei ou de uma dinastia – e/ou a própria memória da monarquia, no caso das capelas funerárias<sup>62</sup>. No caso de Sevilha, a Capela Real era revestida de ambos os significados, uma vez que era dedicada à *Virgen de los Reyes* e servia como panteão para importantes figuras da monarquia castelhana. Como afirma Rodríguez Estévez, “a Catedral de Sevilha era uma empresa real e em seu interior se consagrava o poder monárquico”<sup>63</sup>.

Quando consideramos esses aspectos, é possível perceber a relevância tida pela Capela Real de Sevilha, especialmente no contexto da passagem do século XIV para ao XV, no qual a Coroa lutava por reafirmar sua legitimidade. Se lembrarmos, ainda, que a Capela Real ocupava praticamente metade do recinto da catedral e que era um dos elementos mais importantes – se não o mais importante – do edifício, perceberemos que qualquer proposta de reformulação que não incluísse destaque para a capela representava uma grande transformação no caráter do templo.

E é exatamente isso que ocorre. As mudanças que viriam a ser implementadas através do novo projeto demonstravam o desejo do cabido de associar a construção à sua imagem, o que alteraria de fato o caráter do templo, pois colocariam essa instituição no papel principal, provocando uma transferência de poder no edifício. A necessidade de defender essa proposta explica o esforço do cabido para que o edifício representasse a sua visão de mundo. Nesse sentido, a posição ocupada pela Capela Real e pelos símbolos da monarquia representava um empecilho aos ideais do cabido. Por essa razão, para que a transferência de poder fosse eficaz, não bastava que se incluíssem elementos que fizessem referência ao cabido e à cidade. Era preciso dissociar o edifício da imagem real e, para isso, era necessário

---

estar sometida a la misma en la cuestión relativa a los nombramientos. (Tradução Nossa) VILLAROEEL GONZÁLEZ, Óscar. Capilla y capellanes reales al servicio del rey en Castilla. La evolución en época de Juan II. In: **En la España medieval**, nº 31, 2008. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, 2008. p. 310.

<sup>62</sup> Cf. NOGALES RINCÓN, David. **La representación religiosa de la monarquía castellano-leonesa: la capilla real (1252-1504)**. Tese de Doutorado. Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2009.

<sup>63</sup> “La Catedral de Sevilla era una empresa real y en su interior se consagraba el poder monárquico”. (Tradução Nossa) RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. Los constructores de la catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 150.

que os símbolos que faziam referência à monarquia fossem eliminados e substituídos por outros que fizessem alusão, não mais ao poder real, mas ao poder urbano.

Essa postura do cabido não deixaria de gerar intensas disputas e conflitos entre esse grupo e a monarquia. Falaremos mais da transferência de poder no edifício analisando algumas situações que foram geradas a partir da proposta de reformulação. O mais exemplar entre elas é o da Capela Real, da qual se tratará adiante.

### 3.4.1 O caso da Capela Real

Os conflitos que envolveram o cabido e a monarquia a respeito da construção da nova Capela Real foram alguns dos mais intensos que ocorreram durante os anos em que a catedral estava sendo erguida. O destaque que a Capela Real possuía no edifício utilizado pela antiga catedral – que pôde ser verificado no capítulo 2 – explica a resistência dos reis em autorizar seu derrubamento: Enrique III se opôs à destruição<sup>64</sup>, apesar da carta transcrita demonstrar apoio aos ideais do cabido, e Juan II também não deu seu aval. A dificuldade em se conseguir a aprovação dos monarcas explica o dilatado período entre a tomada de decisão do cabido (1401) e o que se supõe que tenha sido o início das obras (1433). A autorização real veio somente em 1432, através de Alvaro de Luna, mas não sem antes estabelecer-se um acordo sobre a construção da capela.

En el año 1432, estando fabricada la mitad de la Santa Iglesia de su parte mas occidental, y necesitándose para acabarla de deshacer la Capilla Real, se acudió al Rey Don Juan el II, que lo permitió, haciendo obligar al Dean y Cabildo que la fabricarian nueva capilla de digna suntuosidad y que entre tanto colocarian la imágen de nuestra Señora de los Reyes y los cuerpos Reales en parte decente.<sup>65</sup>

Se considerarmos a situação política em que Castela se encontrava, é possível que afirmemos que a decisão de permitir o derrubamento da capela não se deveu totalmente aos desígnios do rei e que tampouco esse acordo representou a aceitação das propostas do projeto pelo monarca. O documento de 1432 poderia ter sido tão somente uma jogada política orquestrada por Alvaro de Luna, já que, naquele ano, ele tinha a pretensão de que seu meio-

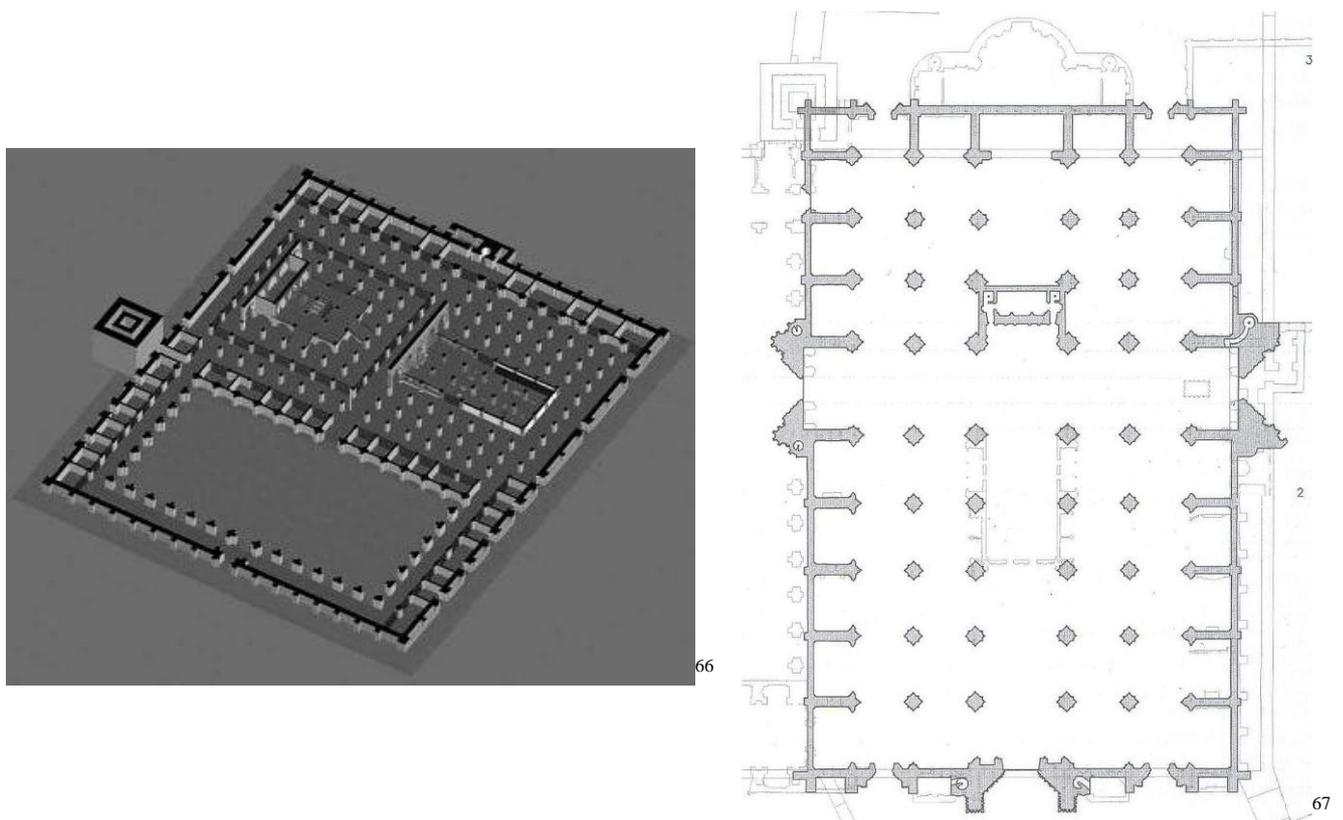
<sup>64</sup> RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. Los constructores de la catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 151.

<sup>65</sup> Grifo nosso. ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. t. II. Madrid: Imprenta Real, 1795. p. 385.

irmão, Juan de Cerezuela y Luna, assumisse a Sede hispalense. A autorização que permitiria o início da construção do novo edifício nos parece mais um artifício para que Luna agraciasse o cabido na tentativa de garantir a nomeação de seu favorito do que uma demonstração da aprovação real.

Ao compararmos o plano de Oñate à imagem que indica como teria sido a disposição da antiga catedral (Fig. 10), não é difícil compreender a postura dos primeiros reis que se opuseram à derrubada. Com as mudanças propostas, a Capela Real deixava de ser o coração da catedral para se diluir em meio às demais construções do templo. Com ela, perderiam também sua importância alguns símbolos da monarquia, como a *Virgen de los Reyes* e os corpos de Fernando III e Alfonso X, deslocados para uma área de menor visibilidade.

**Figura 10** – Comparação entre a vista isométrica da *aljama* convertida em catedral e o plano de Oñate



<sup>66</sup> ALMAGRO BORBEA, Antonio. De mezquita a catedral, una adaptación imposible. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). **La Piedra Postrera: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla.** Symposium Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final. Sevilla: Turris Fortissima, 2007. p. 32.

<sup>67</sup> Adaptação da imagem retirada de PINTO PUERTO, Francisco. Fábrica y forma del templo gótico. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva.** Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 214.

### Para Ampliato Briones

Nesse contexto, a não aprovação pelos monarcas da desapareição física da capela real sevilhana para substituir-la por outra inevitavelmente muito menor e menos centrada, por muito razoável que pudera ser do ponto de vista da funcionalidade espiritual do templo, poderia ter sido durante anos a manifestação de uma desconfiança profunda da coroa castelhana para com os projetos, não só arquitetônicos, mas também ideológicos, do cabido sevilhano.<sup>68</sup>

A desconfiança parece se prolongar ainda por muitas décadas, como é possível perceber pelos intensos conflitos a respeito da construção na nova capela real. Apesar de notícias que informam que em 1498 o mestre maior já buscava pedra para a execução da obra, a capela só seria concluída quase cem anos mais tarde. Alguns dos principais motivos para tamanha demora parecem ter sido, por um lado, a falta de iniciativa por parte do cabido para dar andamento à obra e, ao mesmo tempo, a dificuldade em se acordar entre a monarquia e aquela instituição o projeto do edifício. É o que revela, por exemplo, uma carta enviada ao mestre maior da catedral pelo Conde de Tendilla em nome do rei Fernando, o Católico, em 1505: “Resçebi vna carta vuestra, y cerca de lo que decís de la Capilla Real ya ha venido respuesta, y su altesa la quiere de otra manera”<sup>69</sup>.

A documentação parece mostrar que a atenção dos reis com relação à Capela Real foi ampliada a partir do início do século XVI. Provavelmente isso se deveu ao fato de que a catedral já havia sido inaugurada e estava em uso desde 1506 sem que a capela estivesse perto de ser concluída e, não por acaso, coincide com o período em que a monarquia viu crescer sua autoridade sobre o reino. Em 1512, após a caída do zimbório, o rei Fernando doou dez mil ducados repartidos em dez anos para a reconstrução da parte destruída com a condição de que a Capela Real fosse terminada<sup>70</sup>. É interessante observar que essa corresponde a uma das poucas doações feitas pela monarquia para a obra da catedral. Em

<sup>68</sup> “En este contexto, la no aprobación por los monarcas de la desaparición física de la capilla real sevillana para sustituirla por otra inevitablemente mucho menor y menos centrada, por muy razonable que pudiera ser desde el punto de vista de la funcionalidad espiritual del nuevo templo, podría haber sido durante años la manifestación de una desconfianza profunda de la corona castellana hacia los proyectos, no sólo arquitectónicos sino también ideológicos, del cabildo sevillano.” (Tradução Nossa). AMPLIATO BRIONES, Antonio Luis. Una aproximación hermenéutica al espacio catedralicio sevillano. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 384.

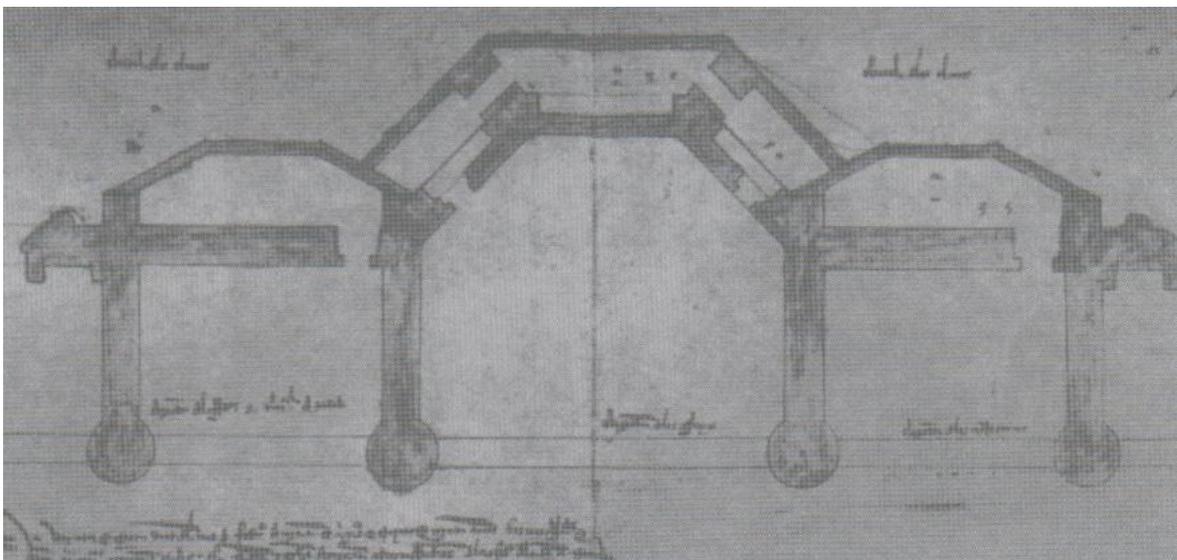
<sup>69</sup> SZMOLKA CLARES, José; MORENO TRUJILLO, María Amparo; OSORIO PÉREZ, María José. Epistolario del Conde de Tendilla (1504-1506). Granada: Universidad de Granada, 2001. Apud: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 92.

<sup>70</sup> RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. **Los canteros de la catedral de Sevilla: del gótico al renacimiento**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1998, p. 55.

1515, outra carta, dessa vez de Carlos I, perguntando sobre o andamento da construção e recomendando que Enrique Egas e Juan de Álava (que estavam em Sevilha para analisar a reconstrução do zimbório) fizessem um projeto para a Capela, demonstrando que ainda não se havia chegado a um acordo sobre suas características. Entre todos os documentos, o mais emblemático sobre a situação de tensão entre o cabido e a monarquia a respeito da construção da Capela Real foi a carta enviada por Carlos I em 1518, onde afirma “que ha mucho tiempo que la teneys començada, no aveys querido ni quereys acabar, ni se labra el ella”<sup>71</sup>.

Nesse período, a capela que se construía não era ainda a do projeto que se levava a cabo a partir da segunda metade do século XVI. Todas as mudanças realizadas no local durante as primeiras décadas daquele século revelam a situação inconclusa do projeto. Três documentos mostram como seria essa primitiva Capela Real. Um é o relato de Alonso Rodríguez, feito em 1513, após a caída do zimbório. O segundo é a maquete da catedral presente na Capela Maior e mostrada aqui na Figura 9 (p. 131). Por fim, um plano da cabeceira da catedral feito por ocasião de algumas reformas que seriam feitas na área, em 1537 (Fig. 11).

**Figura 11** – Plano da cabeceira da catedral (1537)



72

<sup>71</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso. Las fechas de las formas: selección crítica de fuentes documentales para la cronología del edificio medieval. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 110.

<sup>72</sup> Imagem retirada de JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 390.

Reuerendísimo señor paresçeme que se deue capitular sobre la capilla de los Reyes que santa gloria ayan. Esta capilla tiene de ancho cinquenta e cinco pies e de luengo cinquenta. Esta capilla esta hordenada ochauada e en los rincones de los ochavos dos saqristias de la parte defuera a la parte de dentro ha de haver en los paños junto de los pilares a la parte del evangelio vn encasamento en que esten los cuerpos de los reyes questan fechos de bulto con sua caxa e este encasamiento ha de ser de muy buena obra rica e ha de subir hasta los entablamentos e por esto es menester que se busque muy buena piedra porque esta que agora tiene la yglesia no es nada para aquella obra de la otra parte frontero esta vn altar acompañado de buena obra porque aquel paño no quede desnudo en los otros tres paños que restan ha de estar vn retablo rido de madera e dorado e en medio Nuestra Señora de los Reyes con su tabernaculo que agora tiene e desta manera ha de subir esta capilla en altura de las naves colaterales.<sup>73</sup>

As estruturas reveladas por essa documentação possuíam dimensões muito menores do que a Capela Real que veio a ser construída décadas mais tarde. Sua configuração ainda era incerta, como é possível perceber pela fala de Alonso Rodriguez. Aquele projeto em nada lembra a capela ampla e majestosa que hoje se vê na catedral.

A imagem a seguir (Fig. 12) mostra uma foto atual do exterior da Capela Real e é possível observar através da comparação entre ela e a Figura 9 (p. 131) que o destaque que a estrutura tinha em relação ao edifício como um todo foi muito menor. Se lembrarmos que na época, ao invés da praça que se vê na imagem, a construção era cercada pelo *Corral de los Olmos* e por muralhas, perceberemos como aquele primeiro projeto havia tido pouca significância para o conjunto da obra e do espaço urbano.

A perda do destaque não se limitou à aparência exterior. Também no interior do templo a Capela Real teve sua presença obscurecida. A partir do novo projeto, toda a atenção se voltava para o complexo formado pela Capela Maior e o Coro. Localizados na nave da catedral e estando a chamada Via Sacra (área entre essas duas estruturas) no cruzeiro, sua posição não podia ser mais central. Como o restante do edifício é permeável ao olhar, não possuindo entaves além das colunas, a presença da Capela Maior se faz ainda mais notável. Onde quer que o observador esteja posicionado, terá uma visão de ao menos uma parte destas estruturas, seja do órgão monumental, das paredes do coro ou do Retábulo Maior. Se somarmos a isso a decoração única da abóboda acima destes elementos, temos um conjunto de atração quase inevitável para o espectador (Figura 13).

<sup>73</sup> Pareçer y relacion que dio Alonso Rodriguez maestro sobre los daños y remedio para ellos que recibio la obra de la yglesia con el terremoto. Apud: FERNÁNDEZ CASANOVA, Adolfo. **Memoria sobre las causas del hundimiento acaecido el 1º de agosto de 1888 en la Catedral de Sevilla**. Sevilla: Imprenta Plaza de la Constitución 7, 1888. p. 17-18.

**Figura 12** – Exterior da Capela Real



74

Estando na cabeceira, a Capela Real é praticamente ocultada pela presença da Capela Maior. Essa situação é agravada pelo fato de existir um espaço tão estreito entre uma e outra. Ainda que a intenção tenha sido essa desde o início do planejamento da obra, ela se fez mais latente com algumas modificações feitas pelo cabido já no século XVI. No plano de Oñate observa-se que a Capela ocupava apenas um tramo e que havia dois tramos entre esta capela e a Capela Real. Em 1518, o cabido decide ampliar a Capela Maior, diminuindo em um tramo a distancia até a cabeceira<sup>75</sup>. Essa mudança fez com que aquele espaço ficasse ainda mais estreito e a Capela Real, menos visível. É interessante observar que essa decisão coincide com o aumento da cobrança e da exigência dos reis acerca a construção da Capela Real. Diante da perspectiva de que a Coroa poderia criar um local de destaque dentro da catedral, o cabido reforçou sua presença no edifício através dessas medidas.

<sup>74</sup> Acervo pessoal.

<sup>75</sup> AMPLIATO BRIONES, Antonio Luis. Una aproximación hermenéutica al espacio catedralicio sevillano. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 389.

**Figura 13** – Vista do Coro e da Capela Maior



76

<sup>76</sup> Imagem retirada de ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 140.

Para Rodríguez Estévez, “Capela Maior e Coro passaram a formar o coração do novo templo, simbolizando a situação de poder alcançada pelo cabido”<sup>77</sup>. A reordenação da posição de ambas as capelas e o papel que passaram a ocupar no novo edifício representam a transferência de poder de que se falou. A Capela Real tem seu destaque diminuído e, ainda que o cabido não tenha conseguido eliminar sua presença, fez o máximo para que ela se tornasse o menos notável possível. Essa atitude do cabido para com a Capela Real só pode ser completamente compreendida se considerarmos os conflitos em torno do caráter da monarquia. Pois, em um contexto livre desses enfrentamentos, a presença na catedral de importantes símbolos da monarquia, especialmente dos corpos de monarcas como Fernando III, o Santo, e Alfonso, o Sábio, seria um fator de prestígio para a Sede e dificilmente haveria o desejo de eliminá-los. O que se vê com relação àquela capela é que o cabido procurava eliminar as referências à monarquia em busca de reforçar sua própria posição em relação ao edifício.

Essa atitude do cabido pode ser verificada também com relação a outros elementos associados à monarquia castelhana presentes na catedral e envolvem outro personagem de destaque nesse conflito: os arcebispos.

#### 3.4.2 O caso das capelas funerárias

Como se sabe, as catedrais foram importantes locais de enterramento nas cidades medievais para os mais abonados. A fundação de capelas familiares foi um traço marcante na história das grandes linhagens. Quem quer que tivesse condições de garantir um túmulo no interior dos templos o faria para se aproximar da vida eterna no Paraíso. No caso da Catedral de Sevilha, alguns dos principais fundadores de capelas funerárias foram membros da Igreja, em especial os arcebispos. Das 30 capelas hoje existentes no edifício, apenas cerca de 10 foram concluídas no período abrangido por esse estudo<sup>78</sup>. Entre elas, nos chamam a atenção duas em especial, por apresentarem concepções muito distintas. Uma é a Capela de *San Hermenegildo* e a outra é a Capela da *Virgen de la Antigua*.

A primeira delas foi feita nos anos iniciais da construção da catedral e escolhida como local de enterramento de uma figura já muito mencionada aqui: o cardeal

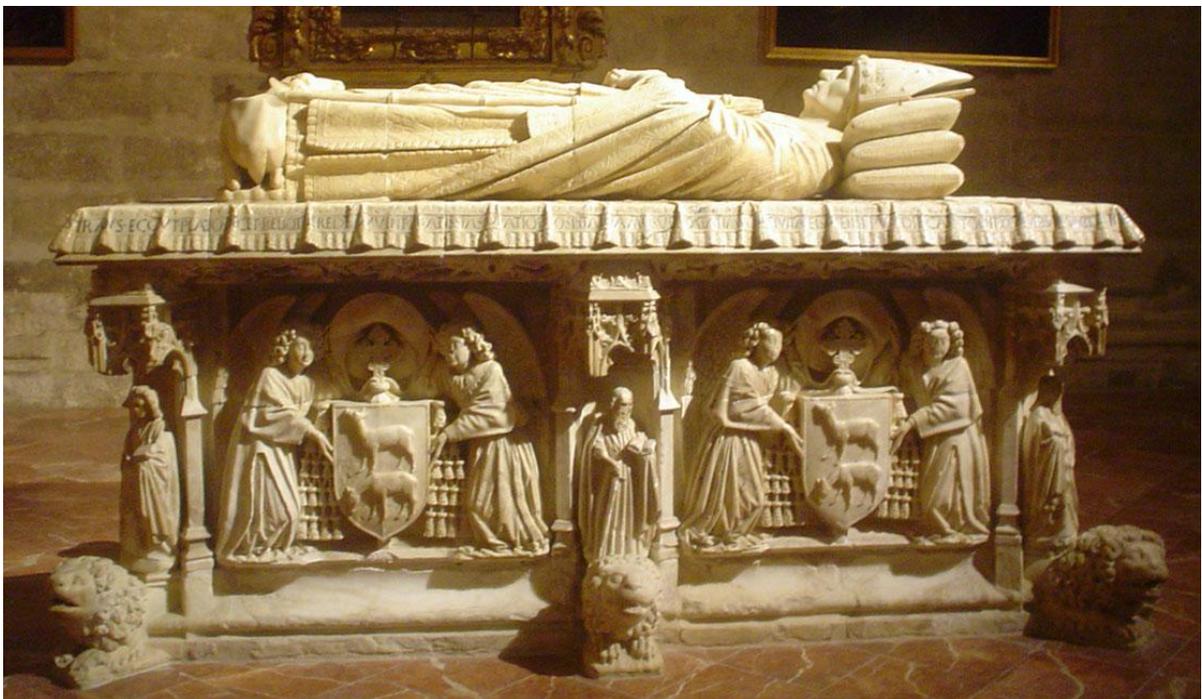
---

<sup>77</sup> “Capilla Mayor y Coro pasaron a formar el corazón del nuevo templo, y simbolizaban la situación de poder alcanzada por el Cabildo” (Tradução Nossa). RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. Los constructores de la catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 151.

<sup>78</sup> Em anexo, há um plano da catedral em que se localizam as capelas e altares do atual edifício.

Juan de Cervantes. Morto em 1453, esse homem letrado, extremamente ligado à Sede hispalense, deixou registrado em seu testamento a doação de sua biblioteca à catedral e seu desejo de ser enterrado em “nuestra capilla de Sant Emergillo”, próxima ao muro onde estava pintada a imagem da *Virgen de la Antigua*<sup>79</sup>. A execução da decoração da capela foi um processo rápido. Lorenzo de Mercadante estava na cidade para o início das obras apenas quatro meses após a morte do arcebispo. A ele foram encomendadas para a capela uma imagem mariana e o túmulo do cardeal.

**Figura 14** – Sepulcro do Cardeal Juan de Cervantes



80

O túmulo foi concluído cinco anos mais tarde. Seu estilo segue o gosto medieval, mostrando a efígie do arcebispo sob a tumba, vestido com as indumentárias pontificais, e uma estrutura sepulcral adornada com anjos e outras figuras religiosas. É interessante observar o brasão que adorna o túmulo: trata-se do escudo da catedral, um símbolo da estreita relação entre o jacente e o edifício. Os anjos que apóiam o brasão

<sup>79</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso. Las fechas de las formas: selección crítica de fuentes documentales para la cronología del edificio medieval. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 69-70.

<sup>80</sup> Acervo pessoal.

recordam o estilo do pintor flamenco Jan Van Eyck<sup>81</sup>, associando a obra à arte norte-européia dos séculos XIV e XV. Os detalhes do rosto da effigie indicam que uma máscara mortuária pode ter sido utilizada.

O túmulo se localiza na área central da capela, o que, num contexto medieval de construção de estruturas funerárias, indica o prestígio daquele que está sepultado. Segundo Joaquim Yarza Luaces, a nobreza sempre buscou que os túmulos se localizassem na embocadura do presbitério ou no meio do espaço das capelas, mas esse privilégio não era concedido a todos<sup>82</sup>. Outro dado a ser considerado é que acima da capela, realizado por Enrique Alemán, entre 1478-1479 – primeira fase, portanto –, está um vitral dos Quatro Santos Bispos. Todos esses elementos combinados, especialmente o brasão da catedral, foram um cenário em que o que se evidencia era a boa relação do arcebispo com o cabido. A velocidade da execução e o esmero que parece depositado na capela em detalhes como os vitrais são notáveis.

A mesma atenção não pode ser observada, no entanto, na capela do arcebispo Diego Hurtado de Mendoza. Em 1502, o cardeal ordenou obras de ampliação da Capela da *Virgen de la Antigua* com o objetivo de nela ser enterrado. No entanto, após seu falecimento naquele mesmo ano, as construções por ele propostas não foram realizadas e algumas foram concluídas apenas cerca de uma década mais tarde, mas com diversas modificações. No documento em que o arcebispo ordena a continuação das obras no local, encontra-se um trecho interessante. Ele pede que se faça uma porta da Sacristia que “sera rico al modo/ romano”<sup>83</sup>, mas não se tem notícias acerca da realização dessa estrutura. Um pedido semelhante é feito em 1505, três anos após a morte do clérigo, pelo conde de Tendilla, também da família Mendoza, que escreve ao cabido cobrando a obra da tumba de Dom Diego e afirma que sua vontade “es que no se mezcle con la otra obra ninguna cosa françisa ni alemana ni morisca syno que todo sea romano”<sup>84</sup>.

De fato, a túmulo foi feito em Gênova e inaugura o Renascimento nos moldes italianos em Sevilha. Mas a capela não segue o mesmo estilo, já que seu elemento mais

<sup>81</sup> ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 231.

<sup>82</sup> YARZA LUACES, Joaquín. **La nobleza ante el Rey**. Los grandes linajes castellanos y el arte del siglo XV. Madrid: Fundación Iberdrola, 2003.

<sup>83</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso. Las fechas de las formas: selección crítica de fuentes documentales para la cronología del edificio medieval. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 87.

<sup>84</sup> JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso. Las fechas de las formas: selección crítica de fuentes documentales para la cronología del edificio medieval. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 93.

marcante é o retábulo barroco onde se encontra a imagem da *Virgen de la Antigua*, e que só foi realizado em XVIII. O próprio túmulo do cardeal não se sobressai na capela. Ele se encontra numa parede lateral e, ainda que seu estilo impressione, sua posição não o coloca em especial evidência em meio aos demais elementos do local. Dez anos após sua morte, a tumba do arcebispo ainda não se encontrava instalada e a própria capela tardou muitos anos para ser concluída. Ao analisarmos a situação, observamos uma realidade oposta ao que havia ocorrido com a Capela de *San Hermenegildo*, já que o desejo de que a obra fosse executada e a presteza do cabido em realizá-la aparentam ter sido muito distintas.

**Figura 15** – Túmulo do Cardeal Diego Hurtado de Mendoza



85

<sup>85</sup> Imagem retirada de ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 259

Figura 16 – Túmulo do Cardeal na Capela da *Virgen de la Antigua*



86

<sup>86</sup> Imagem retirada de ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 302

Assim como suas capelas, a circunstâncias que cercaram a presença dos dois arcebispos na Sede hispalense foram bastante díspares. Enquanto a escolha de Juan de Cervantes gerou disputas porque o cabido o havia elegido e queria sua presença a frente da Mitra, Hurtado de Mendoza havia sido imposto pelos Reis Católicos. Essa diferença parece ter influído sobre a execução de ambas as capelas. O fato da execução do local de enterramento do cardeal Cervantes ter sido tão ligeira pode estar diretamente associado à boa relação que manteve com o cabido ao longo da vida; é preciso também considerar a inclusão do vitral dos “Quatro Santos Bispos” e do brasão da catedral no túmulo, símbolos desse apressado pelo antigo prelado. Na mesma medida, a aparente leviandade com que a Capela da *Virgen de la Antigua* foi erguida pode indicar a relação indiferente entre aquele arcebispo e o cabido, já que não foi eleito por aquele grupo e tampouco parece ter se envolvido especialmente com a Sede, apesar de a ter escolhido para seu local de enterramento.

Além disso, existe a questão da proposta de construção para ambas as capelas. Obviamente, havia uma identificação entre o estilo escolhido para a tumba do Cardeal Cervantes e o que se propunha para o edifício como um todo, já que o mesmo artista, Lorenzo Mercadante de Bretaña, foi escolhido para diversas outras obras importantes, como o conjunto estatuário de duas das portas principais. O estilo a que hoje chamamos de Gótico tardio, e que na época era referido como estilo francês ou alemão, predominou nas partes da catedral construídas entre o século XV e as primeiras décadas do XVI, especialmente sob influência da arte flamenca. Outras capelas construídas naquele período sob orientação do cabido seguiam esse estilo, como a de *San Laureano* e a de *Santiago*. Havia, portanto, um vínculo, entre a capela do arcebispo e o edifício, explicitado pela escolha estilística.

O mesmo não se pode afirmar sobre a Capela da *Virgen de la Antigua*. Apesar da instalação do túmulo do cardeal em 1510, outras construções no mesmo estilo só foram inseridas na catedral após 1528, quando Diego Riaño foi nomeado mestre maior<sup>87</sup>. Além de seu túmulo, existe outro no mesmo estilo e ainda mais destacado, o do Bispo de Scala (Itália), mas que foi instalado na catedral apenas em 1539. É apenas na década de 30 do século XVI, portanto, que a obra gótica se dá por finalizada e se inicia o período do Renascimento na catedral. Isso significa dizer que a proposta do arcebispo Hurtado de Mendoza, feita em 1502, representava uma grande mudança em relação ao que vinha sendo feito – e continuou sendo feito – na obra durante aqueles anos. Um exemplo é que em 1504, apenas dois anos, portanto, foi instalado em uma capela vizinha àquela um dos maiores retábulos góticos da catedral,

---

<sup>87</sup> MORALES, Alfredo J. La arquitectura de la Catedral de Sevilla en los siglos XVI, XVII y XVIII. In: ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991. p. 179.

encomendado por um clérigo da importante família Marmolejo, nobreza de Sevilha. A existência de propostas tão distintas pode ter sido um dos motivos pelos quais o cabido não tenha demonstrado especial interesse pela execução da obra sugerida pelo clérigo.

Se prosseguirmos um pouco mais nessa linha de análise e tentarmos acompanhar a introdução do Renascimento em Castela, iremos nos deparar diversas vezes com membros da linhagem dos Mendoza. Helen Nader analisa a importância dessa família para a literatura renascentista, cuja influência, segundo ela, se fez sentir já no século XV com o Marquês de Santillana e, posteriormente, com o Segundo Conde de Tendilla<sup>88</sup>. Quando Diego Hurtado de Mendoza manda construir seu sepulcro, ele já havia sido responsável pela execução do local de enterramento de seu tio, o cardeal Pedro González de Mendoza, que foi enterrado na Catedral de Toledo, onde era arcebispo, num túmulo “ao estilo romano”. Tradicionalmente, o Renascimento na Espanha é associado aos Reis Católicos e, portanto, à iniciativa real. Ainda é necessário um estudo mais sistemático e geral sobre a participação da nobreza na introdução desse estilo na arquitetura ibérica. Portanto, as afirmativas que se seguirão não são mais do que hipóteses cuja análise mais minuciosa extrapolaria os limites deste trabalho. No entanto, é importante mencioná-las, porque elas podem lançar luz sobre algumas questões que concernem essa investigação.

A metade do século XV foi um momento de grande debilidade para a Coroa de Castela. A alegada ilegitimidade de Juana, a Beltraneja, e as críticas ao rei Enrique III ameaçavam a instituição monárquica. Essa crise fazia parte de um movimento liderado pela nobreza que tinha o objetivo de enfraquecer o poder real para que assim pudesse fortalecer o papel político desempenhado por ela própria. Um grupo de nobres, no entanto, parece ter percebido que uma ameaça à monarquia colocava em risco também a elite, já que ela era a garantia de seus poderes sobre a sociedade. Liderando esse grupo e buscando contornar a crise em que a Coroa se encontrava através da reafirmação do poder depositado na figura do monarca – fosse ele Enrique III ou Isabel, a Católica – estava a família Mendoza. Grandes defensores da monarquia, após a vitória definitiva dos Reis Católicos, eles garantiram sua posição como uma das principais linhagens do reino.

De acordo com a análise de Helen Nader, o Renascimento castelhano do século XV, ainda que influenciado por ideais humanistas que ganhavam força na Itália, adquiria características próprias, pois se associava ao poder monárquico.

---

<sup>88</sup> NADER, Helen. **The Mendoza family in the Spanish Renaissance**, 1350 to 1550. New Jersey: Rutgers University Press, 1979.

Ao longo do Renascimento castelhano, a liderança intelectual do reino foi realizada por homens privilegiados para o debate perante o rei, que tentaram influenciar a política real através de suas habilidades retóricas.<sup>89</sup>

Eram nobres de “letras e armas”, homens letrados que tiveram influência direta sobre a introdução desse estilo no reino e, como seria compreensível, sobre a própria monarquia. Sendo assim, é possível que os membros do cabido vissem a proposta de Diego Hurtado de Mendoza como a inserção no edifício de mais um elemento que faria referência ao poder monárquico, o que justificaria toda a relutância daquela instituição em executar a obra, já que o objetivo era limitar ao máximo qualquer associação à Coroa na catedral. Não se sabe ao certo quais teriam sido as características dos projetos da Capela Real que, por terem gerado conflitos entre os reis e o cabido, acabaram não sendo executados; mas o pedido do rei de que Enrique Egas e Juan de Álava fizessem um plano que – a exemplo daquele que haviam feito para o zimbório – não foi executado pelo cabido, indica que o projeto pode ter seguido o estilo plateresco, ao qual Juan de Álava, especialmente, estava associado. Se essa hipótese é verossímil, a relutância do cabido em aceitar o estilo pode representar que ele era visto como parte de um programa ideológico da monarquia e que, portanto, na lógica capitular, deveria ser rechaçado.

Além da relação de Hurtado de Mendoza com os reis e da escolha estilística para a capela, mais um elemento pode explicar porque aquela obra havia sido negligenciada pelo cabido: a santa a qual era dedicada. A *Virgen de la Antigua* é uma imagem associada à reconquista da cidade e a São Fernando. Existem diversas versões da hagiografia dessa virgem<sup>90</sup>, mas todas afirmam que Nossa Senhora teria aparecido à noite para o rei Fernando III durante o cerco da cidade. Guiado por ela ou por um anjo, ele teria adentrado a cidade e a mesquita, onde teria visto a imagem da santa representada numa das paredes. A tradição afirma que aquela havia sido a garantia de que Fernando III lograria a conquista da cidade, o que de fato teria ocorrido após alguns dias. No século XIV, uma imagem da *Virgen de la Antigua* foi pintada em uma das paredes da catedral e essa obra foi conservada após o derrubamento do edifício e hoje se encontra na capela homônima em um retábulo do século XVIII.

<sup>89</sup> “Throughout the Castilian Renaissance, the intellectual leadership of the kingdom was held by men privileged to debate before the king, who attempted to influence royal policy through their rhetorical skills”. (Tradução Nossa). NADER, Helen. **The Mendoza family in the Spanish Renaissance**, 1350 to 1550. New Jersey: Rutgers University Press, 1979. p. 15.

<sup>90</sup> Cf. PASTOR Y RODRIGUEZ, Julian. Narración histórica sobre el santuario de Ntra. Señora de la Antigua de Sevilla. In: **Certámen Poético** celebrado con motivo del concurso de premios abierto por la espresada academia para solemnizar el quinto aniversario de su instalación en la noche del 13 de octubre de 1867. Lérida: Imprenta de José Sol é Hijo, 1867.

Considerando esse fato, não parece aleatória a escolha daquela capela por Hurtado de Mendoza para seu local de enterramento. À exceção da imagem da *Virgen de los Reyes*, a *Virgen de la Antigua* é, entre os santos representados na catedral, a que maior correlação possui com a monarquia. Não seria demais lembrar que o cardeal havia sido indicado ao cargo pelos Reis Católicos e que sua presença ali atenderia aos interesses dos monarcas. Ademais, sua família, em especial na figura do Conde de Tendilla e do cardeal Pedro González de Mendoza – que inclusive batizou na Catedral de Sevilha o primeiro herdeiro dos reis –, sempre esteve ligada à Coroa, tendo eles sido grandes apoiadores e homens de confiança. A escolha daquela capela e todas as mudanças propostas pelo arcebispo, que vieram a transformá-la numa das capelas mais extensas do edifício, revelam uma reafirmação da ligação entre ele, sua família e a monarquia. E, pensando a atitude do cabido para com os símbolos reais até aquele momento (ou seja, a tentativa de eliminar ou sobrepujar qualquer elemento de associação com a Coroa), a ação de Mendoza, principalmente quando busca dar mais destaque para a capela e introduzir um novo estilo, parece demonstrar uma vontade do arcebispo em recuperar aquele símbolo e lhe restituir sua importância no edifício.

Essa questão parece mais evidente quando voltamos a pensar na capela de *San Hermenegildo*. Sua escolha pelo Cardeal Cervantes tampouco parece aleatória. Conforme já foi visto, aquele santo está associado à história eclesiástica da cidade e foi utilizado pelo cabido para reafirmar a relação criada entre Sevilha e a instituição. Cervantes, ao optar por aquele espaço, estreitava ainda mais sua vinculação com o cabido. Ao considerarmos a hagiografia daquele santo, sua intenção se torna ainda mais patente, pois, sem um propósito claro de associar-se àquela imagem em particular, talvez o arcebispo tivesse evitado um santo tão controverso. Explico através de Beatriz Morcotegui Barber.

De fato, as fontes narrativas com as que se conta são aparentemente opostas: enquanto Gregório de Tours e Gregório Magno apresentam um Hermenegildo injustamente perseguido e martirizado pelo único motivo de haver-se convertido ao catolicismo, os hispânicos Juan de Bícclaro e Isidoro de Sevilha nem sequer mencionam esta conversão, pois explicam o levantamento do santo como uma ação meramente política, de enfrentamento do poder real.<sup>91</sup>

---

<sup>91</sup> “De hecho, las fuentes narrativas con las que se cuenta son aparentemente opuestas: mientras Gregorio de Tours y Gregorio Magno presentan a un Hermenegildo injustamente perseguido y martirizado por el único motivo de haberse convertido al catolicismo, los hispanos Juan de Bícclaro e Isidoro de Sevilla ni siquiera mencionan esta conversión, pues explican el levantamiento del santo como una acción meramente política, de enfrentamiento al poder real.” (Tradução Nossa). MORCOTEGUI BARBER, Beatriz. El tratamiento historiográfico de San Hermenegildo. *Anuario de Historia de la Iglesia*. Pamplona, n.º. 12, 2003. p. 289.

Não se sabe ao certo se Juan de Cervantes havia lido essas obras, mas tendo sido um homem letrado, possuidor de uma biblioteca de quase quatrocentos livros – um número mais que considerável para a época –, é de se imaginar que, ao menos, estava familiarizado com as ideias de Isidoro de Sevilha e que, enquanto pessoa letrada, não optaria pela Capela de *San Hermenegildo* sem conhecer algo sobre sua história. Considerando, então, que o cardeal estava ciente da controvérsia representada por aquele santo com relação ao poder real, tido por muitos como alguém que havia ido contra os desígnios da monarquia, sua escolha se insere no conflito ideológico analisado até aqui, que opunha cabido e Coroa. Isso não quer dizer que Cervantes, assim como o cabido, desejava se desvincular do poder real, pois não temos documentos que evidenciem um conflito direto entre esse arcebispo e a monarquia. Apenas significa que ele explicitava, ali, sua vinculação àquela instituição eclesiástica, a qual o havia elegido e pela qual demonstrou seu apreço através de seu testamento.

Temos, portanto, duas capelas distintas, cujas condições de produção são virtualmente opostas. Na capela de *San Hermenegildo*, o apoio mútuo entre o arcebispo e cabido se materializou numa capela que mantém identificação com o edifício, tanto do ponto de vista iconográfico, quanto do ponto de vista estilístico. Em outra, o que se evidencia é o desejo de Diego Hurtado de Mendoza em se associar a um importante símbolo da monarquia e, ao fazê-lo, destacar a presença daquele elemento na catedral. Na primeira, os ideais de Cervantes e da instituição eclesiástica estavam em acordo e foram executados sem percalços; na segunda, propostas muito distintas geraram uma estrutura em que falta coesão, porque nem um nem outro conseguiu fazer valer inteiramente seus ideais sobre a construção, o que explica porque a obra tardou.

Por trás de ambas as situações, estava o conflito entre o cabido e a monarquia. O projeto ideológico do cabido se assentava em duas bases: fortalecer e justificar seu poder junto à sociedade urbana, através de vínculos criados entre a história de ambos; e minimizar a influência real sobre o edifício, como forma de diminuir a atuação da Coroa sobre o poder eclesiástico e, em última instância, sobre o poder urbano. As duas capelas analisadas representam essas duas bases. Uma foi privilegiada por se associar ao primeiro ideal, pois representava um clérigo local e um santo ligado à história da Sede. A outra foi negligenciada porque visava fortalecer a imagem da monarquia.

A atitude do cabido em relação às duas capelas reforça a tese de que a Catedral de Sevilha tem origem num projeto racional e em um plano ideológico firme, mantido durante, ao menos, o primeiro século de construção e que é fruto dos conflitos políticos que

tomavam o reino no período. A construção da catedral é parte de um projeto do cabido e, se assim o considerarmos, da própria nobreza, que tinha como objetivo reforçar a autoridade local daquele grupo frente a uma monarquia, que almejava a centralização política. O antigo edifício utilizado pela catedral era um grande símbolo da realeza castelhana no interior da cidade e, associado ao Alcázar que se localizava ao lado, representava e acentuava a presença real sobre Sevilha. Se a elite nobre almejava o controle da urbe, era importante que o fizesse de maneira mais intensa do que apenas através do controle das instituições administrativas. Era necessário que também o fizessem em nível ideológico, algo que a monarquia deveria evitar em ordem a manter seu poder sobre uma região tão importante para o reino. A construção da Catedral de Sevilha foi, portanto, um palco onde se manifestaram programas ideológicos distintos e cujo projeto e forma são explicados pelas relações de poder entre nobreza e monarquia.

# Conclusão

---



## Conclusão

Para a construção de um edifício – qualquer que seja ele – diversos fatores concorrem para lhe dar a forma que adquirem. Fatores econômicos, por exemplo, podem determinar a escolha de materiais e as dimensões da obra. Fatores sociais contribuem para atribuir-lhe sua função e seus usos. Fatores políticos, no entanto, podem ser mais difíceis de serem identificados. A eles corresponde à tarefa de dar ao edifício uma identidade social, na medida em que é pensado dentro de um conjunto de valores pertencente ao grupo responsável por sua execução e que dialoga e contrasta, muitas vezes de maneira inconsciente, com outros conjuntos de valores presentes naquela mesma sociedade.

Nessa dissertação, demos preferência à investigação dos fatores sociopolíticos, ainda que os fatores econômicos não tenham sido ignorados. Esse estudo nos permitiu analisar as relações de poder que se estabeleceram entre dois importantes grupos sociais do período: a nobreza e a monarquia. Segundo Le Goff,

A percepção por parte dos cidadãos das relações econômicas, sociais e políticas é profundamente marcada pelas imagens e símbolos que lhes são propostos e frequentemente impostos por clérigos, intelectuais, pregadores nos seus sermões, urbanistas, artistas e os comanditários de suas obras.<sup>1</sup>

A Catedral de Sevilha surge, então, como a tela na qual são desenhadas essas imagens que, projetadas sobre a sociedade, modificam a realidade sensível. Forças distintas e que representavam ideologias opostas agiram sobre ela durante todo processo construtivo. Como pudemos ver, essa ação pode ser observada no edifício e o estudo dessas forças podem nos falar tanto sobre a forma do templo, quanto sobre as relações de poder.

Sevilha foi uma cidade economicamente próspera ao longo de vários séculos, mas, em especial, durante a dominação muçulmana, quando teria sido uma das principais cidades de Al-Ándaluz, e durante o século XVI, seu período de auge, quando foi um dos principais portos pelos quais a enorme riqueza vinda das Américas chegava à Europa. Muitas vezes, esse período de maior opulência oblitera os séculos anteriores, que acabam por serem considerados menos importantes. Mas o fato é que Sevilha foi uma das principais cidades do reino de Castela muito antes da chegada do ouro no século XVI.

---

<sup>1</sup> LE GOFF, Jacques. Cidade. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002. p. 219.

Quando a cidade foi reconquistada pelos cristãos em 1248, encontraram ali uma estrutura urbana bem desenvolvida que, apesar de não manter relações com a nova realidade socioeconômica que agora se apresentava, foi mantida pelos novos ocupantes. Novas práticas culturais foram sobrepostas aquele aparato sem que mudanças drásticas fossem feitas. Como ocorreu por diversas vezes em outras cidades reconquistadas, a mesquita foi mantida de pé e, após algumas modificações que visavam eliminar os símbolos que fizessem referência à religião à qual o edifício era anteriormente destinado, foi consagrada catedral. Ao seu redor se localizavam, desde o período muçulmano, as principais instituições urbanas: o Alcázar, os mercados, o porto. As atividades e a circulação de pessoas em seu entorno era intensa, realidade que não se modificou após a conquista e que converteu a catedral no principal ponto de atração da cidade.

A importância econômica e estratégica de Sevilha logo despertou interesses diversos. Os reis tiveram a preocupação de evitar os grandes nobres no Repartimento; além disso, Fernando III e Alfonso X habitaram na cidade durante seus reinados, garantindo um controle direto sobre a localidade. A presença da aristocracia também foi significativa, pois havia um grande número de cavaleiros que, desde muito cedo, estiveram à frente da administração urbana. Mesmo durante o século XIV, quando as visitas reais à cidade se viram diminuídas, a atenção dos monarcas em relação à autoridade local permaneceu constante. A intensa correspondência entre os reis e o Concelho é um exemplo dessa situação<sup>2</sup>. As diversas medidas que visavam limitar o poder dos cavaleiros fidalgos sobre a cidade, como forma de garantir o controle real, tomadas, especialmente, durante a maioridade de Fernando IV, também exemplificam bem a política real.

Quando a dinastia Trastâmara ascendeu ao trono, a necessidade de legitimar o poder fez com que Enrique III cedesse aos seus apoiadores as conhecidas *mercedes enriqueñas*, elevando, com o passar das gerações, a condição daquela pequena elite de funcionários aos mais altos níveis da aristocracia do reino, criando uma forte nobreza. Esse período marca o triunfo dessa nobreza, o que, nas cidades, se manifestou através do crescente controle que esses grupos tiveram sobre a administração urbana. Em Sevilha, aqueles cargos foram controlados, direta ou indiretamente, por algumas das mais importantes famílias do reino, como os Guzmán e os Ponce de León, que durante todo século XV, lutaram pelo pleno domínio da cidade.

---

<sup>2</sup> Cf. FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002.

O fato daquele controle nobiliário sobre as cidades ter sido tão intenso não significa dizer que os reis não tenham tentado evitá-lo. A prática de *acostamiento*, por exemplo, que ligava vários ocupantes dos cargos administrativos às principais famílias das cidades, foi reiteradamente denunciada pelos *procuradores del común*. O que se via era uma alternância entre períodos de maior controle por parte dos reis e outros em que a debilidade da monarquia permitia a ascensão da nobreza. Essa realidade marcou as relações entre nobreza e monarquia durante todo o final da Idade Média. A forma de governo presente na Castela medieval se baseava no mútuo apoio entre esses dois grupos, porque os poderes de um e de outro eram invariavelmente dependentes. Assim, nos momentos em que o rei tentou ampliar sua autoridade a despeito dos desejos da aristocracia, o que foi o caso de Alfonso X e Fernando IV, agitações e confrontos tomaram o reino. Na situação inversa, quando a monarquia se via debilitada, era o momento da nobreza tentar garantir a criação de um governo de base contratual.

O século XV é o momento em que esses conflitos *nobreza-monarquia* foram mais intensos, provavelmente devido ao fato de ambos os grupos terem desejado fortemente a autoridade para si. Ao mesmo tempo em que a nobreza estava fortalecida e em controle das cidades, os reis tentavam fazer valer uma legislação já existente e que os colocavam em posição de destaque frente ao reino. A instabilidade gerada por esse contexto provocou confrontos diretos e guerras civis ao longo de todo o século, porque, ainda que a autoridade pendesse para um ou outro lado em diversos momentos, não se encontrou um equilíbrio e nenhum dos dois grupos abriu mão de suas intenções.

A esfera eclesiástica não ficou alheia aos conflitos. Por ser uma das instituições mais importantes de toda Europa medieval, associar-se à Igreja era sinal de prestígio e poder. É uma das razões pelas quais a monarquia e os níveis mais elevados do clero caminharam juntos ao longo daqueles séculos. O Cisma do Ocidente permitiu aos reis ampliar o controle sobre a Igreja nacional, adquirindo o direito de recomendação para cargos eclesiásticos, do qual fez uso em diversas situações. O direito de recomendação tornava-se ainda mais importante à medida que a nobreza se dava conta da importância da Igreja no contexto urbano e passava, cada vez mais, a controlar também aqueles cargos em nível local. Assim, para ampliar seu controle sobre as cidades, era essencial que os reis pudessem controlar também o clero, o que o fez através da escolha de bispos e arcebispos que o apoiassem e que representassem seus interesses.

Havia, então, um cenário no qual o clero, diretamente vinculado à aristocracia, se inseria também nos conflitos *nobreza-monarquia*, com o agravante de que disputava, além

do poder local, também a sua própria autonomia enquanto instituição. A situação descrita ajuda a entender a fala do cabido quando se decide pela construção da nova Catedral de Sevilha. A decisão foi tomada na ausência do arcebispo e o cabido, já naquele momento, se colocou à frente do projeto, inclusive financeiramente, sem sequer mencionar a participação real. Portanto, a hipótese de que o documento revelava a reafirmação do poder do cabido parece se comprovar quando se compreende as motivações que os haviam guiado. De fato, o que o cabido propunha era a construção de um edifício que seria a confirmação de sua ação e autoridade sobre a cidade.

Mas para que fosse eficiente, o edifício precisaria representar a identidade do cabido e, naquele momento, na antiga estrutura, não era isso que ocorria. A mesquita consagrada à catedral foi modificada e pensada para que representasse o poder monárquico. Em seu interior, ocupando quase metade do espaço do templo, estava a monumental Capela Real, que guardava a imagem da *Virgen de los Reyes* e os corpos de Fernando III e Alfonso X. Além disso, o fato de ainda se utilizar a estrutura da mesquita e a presença da imagem da *Virgen de la Antigua*, associava o edifício à Reconquista, que havia sido um empresa real. Portanto, para que o cabido fosse capaz de se associar à nova catedral, era preciso que diminuísse a projeção dos símbolos que fizessem alusão ao poder monárquico.

Os primeiros planos indicam um projeto racional, orientado num sentido determinado, com objetivos específicos. Eles incluíam a eliminação das estruturas que fizessem referência ao período de dominação muçulmana, como o pátio e o minarete. Além disso, as mudanças que seriam implementadas iam ao encontro das propostas de reforma comuns ao clero castelhano do século XIV. O edifício seria amplo e permeável ao olhar, além de acessível aos fiéis, o que contribuía para a imagem de um templo onde a presença da população era bem-vinda. As portas principais do templo também foram pensadas nessa perspectiva, uma vez que estão associadas à extensão da mensagem cristã aos fiéis, através das imagens do batismo, dos Apóstolos e do Anúncio aos Pastores.

Além dos ideais reformistas, a visão que parece ter mais influenciado os projetores do templo era, de fato, criar um vínculo entre o edifício e Sevilha. Vimos que o poder do cabido e da própria nobreza se assentava na cidade e nas instituições urbanas, portanto, ao conectar um edifício tão significativo à imagem da urbe, criava-se uma ligação também com o poder urbano, elevando o prestígio da cidade e daqueles grupos. A maneira pela qual se fez isso foi através da inclusão no programa iconográfico da catedral de imagens de santos que estivessem relacionados às origens da Igreja sevilhana, como Santa Justa, Santa Rufina, Santo Isidoro e São Leandro. Ao fazê-lo, o cabido se conectava a uma rica tradição, o

que reforçaria seu protagonismo sobre a cidade e, ao mesmo tempo, elevaria a importância da Sede hispalense. Além disso, a presença no retábulo maior – uma das principais estruturas de todo edifício – de relevos representando a cidade, algumas vezes cercada por alguns dos santos mencionados, reforçava ainda mais a ideia de que aquela catedral se destinava à cidade e estava indiscutivelmente ligada a ela.

Ao criar esse vínculo, o cabido se associava à catedral, mas isso não seria suficiente se o templo continuasse consagrado ao poder monárquico. Era preciso eliminar o destaque tido pelos símbolos da Coroa castelhana. Isso justifica que, desde o primeiro projeto conhecido, a Capela Real tenha sido deslocada, passando a área central a ser ocupada pela Capela Maior e o Coro. A simples reordenação espacial dessas duas estruturas foi capaz de provocar uma transferência de poder no edifício, que passava agora a simbolizar o *status* alcançado pelo cabido<sup>3</sup>. O fato dos monarcas terem demonstrado tanta relutância em aceitar o derrubamento da Capela Real para que a construção da nova catedral pudesse ser iniciada pode indicar que tinham consciência dos efeitos que a reforma provocaria.

A participação dos monarcas no processo construtivo foi muito reduzida, especialmente durante o século XV. Começam a surgir documentos que indicam a preocupação da Coroa com o desenvolvimento da obra apenas no início do século XVI. Esse fato pode estar relacionado a duas questões. Por um lado, a inauguração do edifício, em 1507, sem uma Capela Real tornava patente a perda do protagonismo da monarquia no templo e diminuía a própria presença real na cidade. Por outro, aquele período corresponde ao momento em que o processo de formação do Estado ganhava impulso e se começava a delimitar de maneira mais clara o papel desempenhado por cada um dos grupos sociais. Os monarcas, a partir da ascensão dos Reis Católicos, haviam retomado a autoridade do reino para si, num triunfo da fórmula autoritária de governo.

O século XVI marca um novo momento no processo construtivo, em que começam a ocorrer enfrentamentos entre o cabido e a monarquia a respeito da Capela Real. A indefinição sobre qual forma a estrutura deveria adquirir marca que as intenções do cabido e da Coroa para aquele espaço eram muito distintas e que não havia nada em comum entre as propostas de um e outro grupo. Por essa razão e pela própria negligência do cabido em conduzir a obra, a construção da capela só foi iniciada, de fato, na metade do século XVI.

---

<sup>3</sup> RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. Los constructores de la catedral. In: JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla**: fundación y fábrica de la obra nueva. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006. p. 151.

Outras estruturas do templo indicam esse mesmo tipo de relação. Duas capelas, em especial, assinalam as diferenças entre as propostas do cabido e dos grupos associados à monarquia. A Capela de *San Hermenegildo*, que foi escolhida como local de enterramento pelo Cardeal Juan de Cervantes, foi uma das primeiras capelas a serem concluídas no templo. O artista responsável pelo túmulo também executou obras em outras partes da catedral e há uma identificação direta entre o estilo do templo e daquele local. Havia também uma identificação entre o cardeal e o cabido, pois, além de ter sido eleito por aquela instituição, o arcebispo parece ter se relacionado de maneira intensa com a Sede, inclusive a incluindo como principal beneficiada em seu testamento. Essa vinculação também pode ser observada pela escolha da devoção da capela, pois se tratava de um santo local, cuja imagem foi utilizada pelo cabido diversas vezes.

Relações opostas aparecem com relação à Capela da *Virgen de la Antigua*. Escolhida pelo arcebispo Hurtado de Mendoza para seu sepulcro, a falta de identidade do próprio clérigo e do estilo proposto por ele com o edifício fizeram com que pouca atenção fosse dada para a estrutura e que a obra tardasse a ser concluída. O que chama a atenção nesse caso é a aparente tentativa do cardeal em valorizar a capela, porque ordena a sua ampliação e tenta introduzir ali um estilo diferente do restante da catedral. Quando consideramos a vinculação entre os monarcas do período, a família Mendoza e o próprio arcebispo – que foi explicitamente recomendado àquele cargo pelos reis – podemos compreender que não se tratava de simplesmente ampliar o destaque da capela, mas também da Virgem, que era um importante símbolo da Coroa devido à sua associação com a Reconquista e com Fernando III.

Os exemplos dessas duas capelas são indícios de que, de fato, havia um projeto bem determinado para o edifício e que os ideais do cabido foram firmes o suficiente para serem levados por mais de um século, e mais de uma geração, sem sofrer muitas modificações. Esse projeto foi orientado por uma ideologia que era comum ao clero e a nobreza de Sevilha e que foi manifestada no edifício através da ênfase dada aos santos relacionados às origens da Igreja hispalense, pois se tratava da criação de um passado glorioso, capaz de elevar a imagem da cidade e de sua elite urbana. Criava-se, portanto, uma tradição nobre para a Sede, reforçando a importância dos homens a frente dela.

O projeto também se vincula diretamente às relações de poder estabelecidas entre o cabido e a monarquia. São essas relações que explicam as principais diferenças entre a antiga mesquita que se colocou abaixo e a nova e imponente catedral. Uma se destinava ao poder real, servindo de panteão para os corpos dos monarcas e abrigando o culto a *Virgen de los Reyes* e a *Virgen de la Antigua*. A outra era a consagração do poder do cabido, pois o que

agora se evidenciava era a magnífica Capela Maior, que era a própria imagem daquele grupo. Sem considerarmos essas relações e o contexto de luta política em que se inseriam, torna-se difícil entender porque a Capela Real e os demais símbolos da monarquia foram negligenciados por tantas décadas. A Catedral de Sevilha se erguia como um palco onde nobreza e monarquia dançavam uma confusa e agressiva dança, na qual os dois grupos, como maus bailarinos, disputavam o direito de conduzir o passo.

O cabido, ao decidir pela construção da nova catedral se colocou à frente da obra e lançou as proféticas palavras de que executariam um edifício grandioso e ímpar. Muitos podem tê-los considerados loucos. Poucos loucos, no entanto, teriam sido tão racionais.

## Referências

### Fontes

AMADOR DE LOS RÍOS, José. **Sevilla pitoresca o descripción de sus más célebres monumentos artísticos**. Sevilla: Francisco Álvares, 1844.

ARANA DE VARFLORA, Fermin. **Compendio histórico descriptivo de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla, metrópoli de Andalucía**. Sevilla: En la Oficina de Vazquez, Hidalgo, y Compañía, 1789.

ARANA DE VARFLORA, Fermín. **Hijos de Sevilla ilustres en santidad, letras, armas, artes o dignidad**. Sevilla: Vázquez e Hidalgo, 1791.

CARO, Rodrigo. **Antigüedades, y Principado de la ilustríssima ciudad de Sevilla: Y chorographia de su convento iurídico, o antigua chancillería**. Ed. fac-sim. Sevilla: Alfar, 1998.

CEÁN BERMÚDEZ, Juan Agustín. **Descripcion artística de la catedral de Sevilla**. Sevilla: En la Casa de la Viuda De Hidalgo Y Sobrino, 1804.

**Certámen Poético** celebrado con motivo del concurso de premios abierto por la espresada academia para solemnizar el quinto aniversario de su instalación en la noche del 13 de octubre de 1867. Lérida: Imprenta de José Sol é Hijo, 1867.

**Colección Diplomática de la Crónica de D. Enrique IV**. Madrid: Real Academia de la Historia, 1815.

**Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla**. Tomo III. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1866.

DÍAZ DE MONTALVO, Alonso (ed.). **El Fuero real de España: diligentemente hecho por el noble rey don Alonso IX**. Madrid: En la oficina de P. Aznar, 1781.

**El ordenamiento de leyes: que d. Alfonso XI hizo en las Cortes de Alcalá de Henares el año de mil trescientos y quarenta y ocho**. Madrid: D.J. Ibarra, impresor de camara de S.M., 1774.

ESPINOSA DE LOS MONTEROS, Pablo. **Teatro de la santa iglesia metropolitana de Seuilla**, Primada antigua de las Españas... Sevilla: por Matias Clauijo, 1635.

FERNÁNDEZ CASANOVA, Adolfo. **Memoria sobre las causas del hundimiento acaecido el 1º de agosto de 1888 en la Catedral de Sevilla**. Sevilla: Imprenta Plaza de la Constitución 7, 1888.

GESTOSO Y PÉREZ, José. **Sevilla monumental y artística**. Historia y descripción de todos los edificios notables, religiosos y civiles, que existen actualmente en esta ciudad y noticias de las preciosidades artísticas y arquitectónicas que en ellas se conservan (Sevilla, 1889-1892). Tomo II. Sevilla: Publicación del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Sevilla, 1984.

GONZÁLEZ DE LEÓN, Félix. **Noticia artística de todos los edificios públicos, sagrados, profanos de esta muy noble, muy leal, muy heroica e invicta ciudad de Sevilla y de muchas casas particulares, con todo que le sirve de adorno artístico, antigüedades, inscripciones y curiosidades que contienen**. Sevilla: Imprenta de D. José Hidalgo y Compañía, 1844.

GONZÁLEZ, Julio. **Repartimiento de Sevilla**. Vol. I. Sevilla: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de Sevilla, 1993.

**Las siete partidas del Rey Don Alfonso el Sabio, cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia**. Madrid: La Imprenta Real, 1807.

**Libro de la obra nueva**. Archivo de la Catedral de Sevilla. LF5, assinatura 09339.

LÓPEZ DE MENDOZA, Iñigo; AMADOR DE LOS RÍOS, José. **Obras de Don Iñigo Lopez de Mendoza, marqués de Santillana**: ahora por vez primera compiladas de los códices originales, é ilustradas con la vida del autor. Madrid: Imprenta de la calle de S. Vicente baja á cargo de José Rodriguez, 1852.

MIGUEL DE FLORES, Josef. **Cronica de D. Alvaro de Luna**. Madrid: Imprenta de D. Antonio de Sancha, 1784.

MORGADO, Alonso. **Historia de Sevilla, en la qual se contienen sus antigüedades, grandezas, y cosas memorables [...]**. Sevilla: Andrea Pescioni y Juan de León, 1587.

ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego. **Annales eclesiasticos y seculares de la muy noble, y muy leal ciudad de Seuilla, metrópoli de Andalucia, que contienen sus mas principales memorias desde el año de 1246 [...]**. Madrid: Imprenta Real, 1795.

PONZ, Antonio. **Viage de España**: En que se da noticia de las cosas mas apreciables, y dignas de saberse, que hay en ella. Madrid: Viuda de Ibarra, hijos, y compañía, 1780.

**Primera Crónica General de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289**. Edição de MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. Madrid: Editorial Gredos, 1955.

SALAZAR DE MENDOZA, Pedro. **Cronica de el gran Cardenal de España don Pedro Gonçalez de Mendoza, Arçobispo de la muy Santa Yglesia Primada de las Españas...** [S.l.]: en la imprenta de doña Maria Ortiz de Sarauia, 1625.

### Obras de Referência

ÁLVAREZ MÁRQUEZ, Carmen; ROMERO TALLAFIGO, Manuel. **Archivos de la Iglesia de Sevilla**: homenaje al archivero D. Pedro Rubio Merino. Córdoba: Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur, 2006.

ANGULO IÑIGUES, Diego; et. al. **La Catedral de Sevilla**. Sevilla: Guadalquivir, 1991.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BORRERO FERNÁNDES, Mercedes et. al. **Sevilla, ciudad de privilegios**: escritura y poder a través del privilegio rodado. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, Universidad de Sevilla, Fundación El Monte, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOUCHERON, Patrick; CHIFFOLEAU, Jacques. **Les palais dans la ville**. Espaces urbains et lieux de la puissance publique dans la Méditerranée médiévale. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2004.

CAMILLE, Michael. **Gothic Art: Glorious Visions**. London: Prentice Hall, 1996.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo; RICO CAMPS, Daniel. **Catedral y ciudad medieval en la Península Ibérica**. Murcia: Nausícaa, 2004.

CHARTIER, Eric. **À beira da falésia**: a História entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CLARK, T. J.. **A pintura da vida moderna**: Paris na arte de Manet e de seus seguidores. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COLLANTES DE TERÁN SANCHEZ, Antonio. **Una gran ciudad bajomedieval**: Sevilla. Sevilla: Universidad de Sevilla; Secretariado de Publicaciones, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

GONZÁLES JIMÉNEZ, Manuel (coord.). **Sevilla 1248**: Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Aceres, 2000.

DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982.

DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel. **História Artística da Europa**: A Idade Média. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DUBY, Georges. **O tempo das catedrais**: a arte e a sociedade, 980-1420. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

DUBY, Georges. **São Bernardo e a Arte Cisterciense**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FALCÓN MÁRQUEZ, Teodoro. **La Catedral de Sevilla**. Madrid: Fundación Juan March, 1979.

FERNÁNDEZ GÓMES, Marcos; SCHENCK, Deborah Kirschberg. **El Concejo de Sevilla en la Edad Media (1248-1454)**: Organización institucional y fuentes documentales. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2002.

FERNANDEZ-ARAMBURU, Rocio Luna; SERRANO BARBERAN, Concepción. **Planos y dibujos del archivo de la catedral de Sevilla**. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1986.

FERNIE, Eric. **Art history and its methods**: a critical anthology. London: Phaidon, 1995.

FLORES VARELA, Carlos J.. **Sevilla, 1406**: Un estudio socio-geográfico de la población. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 1992.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel. **Historia de España**: La época medieval. v. 2. Madrid: Alianza Ed., 1992.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel. **Organización social del espacio en la España Medieval**: La Corona de Castilla en los siglos VIII a XVI. Barcelona: Ariel, 1995.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel. **Sociedad y organización del espacio en la España Medieval**. Granada: Universidad de Granada, 2004.

GIBELLO BRAVO, Víctor G.. **La imagen de la nobleza castellana en la Baja Edad Media**. Cáceres: Universidad de Extremadura; Servicio de Publicaciones, 1999.

GONZÁLES JIMÉNEZ, Manuel (coord.). **Sevilla 1248**: Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Aceres, 2000.

GIMPEL, L. **Le batisseurs de cathédrales**. Paris: Seuil, 1969.

GOMBRICH, E. H.. **Meditações sobre um cavaliño de pau**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

HASKELL, Francis. **Mecenas e Pintores**: Arte e Sociedade na Itália Barroca. São Paulo: EDUSP, 1997.

HAUSER, Arnold. **História Social da Arte e da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HILLGARTH, J. N.. **Spain and the Mediterranean in the Later Middle Ages: Studies in Political and Intellectual History**. Aldershot: Ashgate Variorum, 2003.

HILLGARTH, J. N.. **The Spanish Kingdoms – 1250-1516**. v. 1. Oxford: Clarendon Press, 1976.

IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis (coord). **Memoria, mito y realidad en la historia medieval: XIII Semana de Estudios Medievales**, Nájera, del 29 de julio al 2 de agosto de 2002. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2002.

JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; et. al.. **La catedral gótica de Sevilla: fundación y fábrica de la obra nueva**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, Vicerrectorado de Investigación, 2006.

JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (Ed.). **La Piedra Postrera: V Centenario de la conclusión de la Catedral de Sevilla**. Simposium Internacional sobre la Catedral de Sevilla en el contexto del Gótico Final, Sevilha, 2007. Sevilla: Turrís Fortissima, 2007.

JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso; PÉREZ PEÑARANDA, Isabel. **Cartografía de la montaña hueca: notas sobre los planos históricos de la catedral de Sevilla**. Sevilla: Cabildo Metropolitano de la Catedral de Sevilla, 1997.

KAMEN, Henry. **Una sociedad conflictiva: España, 1469-1714**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

KANTOROWICZ, Ernest H.. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel (coord.). **El mundo social de Isabel La Católica**. La sociedad castellana a finales del siglo XV. Madrid: Dykinson, 2004.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Historia de Sevilla: La ciudad medieval (1248 - 1492)**. Sevilla: Universidad de Sevilla, s/d.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **La ciudad hispánica: siglos XIII al XVI**. Madrid: Editorial Universidad Complutense, 1987.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **La España de los Reyes Católicos**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Las fiestas en la cultura medieval**. Barcelona: Areté, 2004.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002.

MARTÍNEZ MONTIEL, Luis; J. MORALES, Alfredo. **La Catedral de Sevilla**. London: Scala, 1999.

MERINO, Pedro Rubio. **Archivo de la Santa Metropolitana y Patriarcal Iglesia Catedral de Sevilla: inventario general**. Madrid: Fundación Ramon Areces, 1987.

MONTES ROMERO-CAMACHO, Isabel. **Propiedad y explotación de la tierra en la Sevilla de la Baja Edad Media: el patrimonio del Cabildo-Catedral**. Sevilla: Fundación Fondo de Cultura de Sevilla, 1988.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NADER, Helen. **The Mendoza family in the Spanish Renaissance, 1350 to 1550**. New Jersey: Rutgers University Press, 1979.

NIETO SÓRIA, José Manuel. **Orígenes de la Monarquía Hispánica. Propaganda y legitimación (Ca. 1400-1520)**. Madrid: Dykinson, 1999.

NIETO SORIA, José Manuel (dir.). **La monarquía como conflicto en la Corona castellano-leonesa (c. 1230-1504)**. Madrid: Silex, 2006.

NOGALES RINCÓN, David. **La representación religiosa de la monarquía castellano-leonesa: la capilla real (1252-1504)**. Tese de Doutorado. Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2009.

O'CALLAGHAN, Joseph F.. **A History of Medieval Spain**. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

PANOFSKY, Erwin. **Arquitetura Gótica e Escolástica: Sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

RAMALLO ASENSIO, Germán (coord.). **El comportamiento de las Catedrales españolas del Barroco a los Historicismos - Actas de Congreso**. Murcia: Universidad; Consejería de Educación y Cultura; Fundación Cajamurcia, 2003.

RECHT, Roland. **Le monde des cathédrales: Cycle de conférences organisé par le musée du Louvre du 6 janvier au 24 février 2000**. Paris: La Documentation Française, 2003.

REILLY, Bernard. **The Medieval Spains**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ROCHA, Cinthia. **Com a espada e a moeda: A burguesia de Sevilha de 1248 a 1350**. (Monografia de graduação em História) – Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2006.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M.; FALCON, Francisco J. Calazans. **Tempos Modernos: ensaios de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente. **Los canteros de la catedral de Sevilla: del gótico al renacimiento**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1998.

SÁNCHEZ HERRERO, José. **Las cofradías de Sevilla: historia, antropología, arte**. Sevilla: Universidad y Ayuntamiento de Sevilla, 1985.

SÁNCHEZ SAUS, Rafael. **Caballería y linaje en la Sevilla medieval: Estudio genealógico y social**. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, Universidad de Cádiz, 1989.

SÁNCHEZ SAUS, Rafael. **La nobleza andaluza en la Edad Media**. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2005.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens**: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru: EDUSC, 2007.

SCOBELTEINE, André. **L’art féodal et son enjeu social**. Paris: Gallimard, 1973.

SIMSON, Otto von. **A Catedral Gótica**: Orígens da arquitetura Gótica e o conceito medieval de ordem. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. **Nobleza y Monarquía, entendimiento y rivalidad**. El proceso de la construcción de la corona española. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005.

ULLMANN, Walter. **Principios de gobierno y política en la Edad Media**. Madrid: Editorial Revista de Occidente, 1971.

VALENCIA, Rafael (coord.). **Sevilla, siglo XIV**. Sevilla: Fundación José Manuel Lara, 2006.

VALOR PIECHOTTA, Magdalena (coord.). **El último siglo de la Sevilla Islámica (1147 – 1248)**. Sevilla: Ayuntamiento-Universidad, 1995.

VEREZA, Renata. **Mosaico Palimpsesto**: Morfologia e intervenções urbanas em cidades reconquistadas. Toledo e Sevilha - Séculos. XI-XII. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Oscar. **Las relaciones Monarquía-Iglesia en época de Juan II de Castilla** (1406-1454). Tese de Doutorado. Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2007.

YARZA LUACES, Joaquín. **La nobleza ante el Rey**. Los grandes linajes castellanos y el arte del siglo XV. Madrid: Fundación Iberdrola, 2003.

#### Periódicos

ÁLVAREZ MÁRQUEZ, María del Carmen. Notas para la historia de la Catedral de Sevilla en el primer tercio del siglo XV. **Laboratorio de Arte**. Sevilla, n. 3, 1990.

COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio. Un requerimiento de los jurados al concejo sevillano a mediados del siglo XV. **Historia, instituciones, documentos**, Sevilla, nº 1, 1974.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. Corona y ciudades en la Castilla del siglo XV. **En la España medieval**. Madrid, nº 8, 1986.

LAGUNA PAÚL, M. Teresa. Las portadas del Bautismo y del Nacimiento de la Catedral de Sevilla. **Bienes Culturales**: revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español. Madrid, nº1, 2002.

'LA TRAÇA DE LA IGLESIA DE SEVILLA' recoge la investigación "inagotable" del plano más antiguo de la Catedral. **Europa Press**, 2009. Disponible em: <<http://bit.ly/9CT6dG>>. Acceso em: 8 dez. 2009.

MATEO GOMEZ, Isabel. Temas profanos en la Sillería del Coro de la Catedral de Sevilla. **Boletín de Bellas Artes**. Sevilla, n. IV, 1976.

MONTES ROMERO-CAMACHO, Isabel. El nacimiento del cabildo catedral de Sevilla en el siglo XIII (1248-1285). **Archivo Hispalense**: Revista histórica, literaria y artística. Sevilla, n. 197, 1981.

MONTES ROMERO-CAMACHO, Isabel. Un episodio de las relaciones Iglesia-Estado en tiempos de Juan II: la postulación de don Rodrigo de Luna como Arzobispo de Sevilla. Separata de: ARCHIVO HISPALENSE: Revista histórica, literaria y artística. Sevilla, n. 197, 1981.

MONTES ROMERO-CAMACHO, Isabel. Un gran concejo andaluz ante la guerra de Granada: Sevilla en tiempos de Enrique IV. **En la España Medieval**: Estudios dedicados al profesor D. Angel Ferrari Nuñez. Madrid, Tomo II, 1984.

MORCOTEGUI BARBER, Beatriz. El tratamiento historiográfico de San Hermenegildo. **Anuario de Historia de la Iglesia**. Pamplona, nº. 12, 2003.

NIETO SORIA, Jose Manuel. Iglesia y orígenes del Estado moderno en la Castilla Trastámara. **Espacio, tiempo y forma**. Madrid, Serie III, nº 4, p. 137-160, 1991.

NIETO SORIA, José Manuel. La Segunda Partida en los debates políticos de la Castilla del siglo XV. **E-Spania**: Revue électronique d'études hispaniques médiévales. Paris, nº 5, 2008.

PÉREZ-EMBID, Javier. El Cabildo de Sevilla en la Baja Edad Media. In: **Revista de Historia Eclesiástica Hispania Sacra**. Madrid, v. XXX, 1977.

SÁNCHEZ HERRERO, José. Centros de enseñanza y estudiantes de Sevilla durante los siglos XIII al XV. **En la España medieval**. Madrid, nº 5, 1984.

SEGURA GRAÍÑO, Cristina. Las mujeres y la sucesión a la Corona en Castilla en la Baja Edad Media. **En la España medieval**. Madrid, nº 12, 1989.

TORRIJOS, Rosa López. Representaciones de Hércules en obras religiosas del siglo XVI. **Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología (BSAA)**. Valladolid, Tomo 46, 1980.

VILAPLANA MONTES, Maria Asunción. La aceptación de D. Enrique de Guzmán como futuro alcalde mayor de Sevilla: notas diplomáticas, paleográficas y sigilográficas en torno a un documento del Concejo Hispalense. **Historia, instituciones, documentos**. Sevilla, nº 19, 1992.

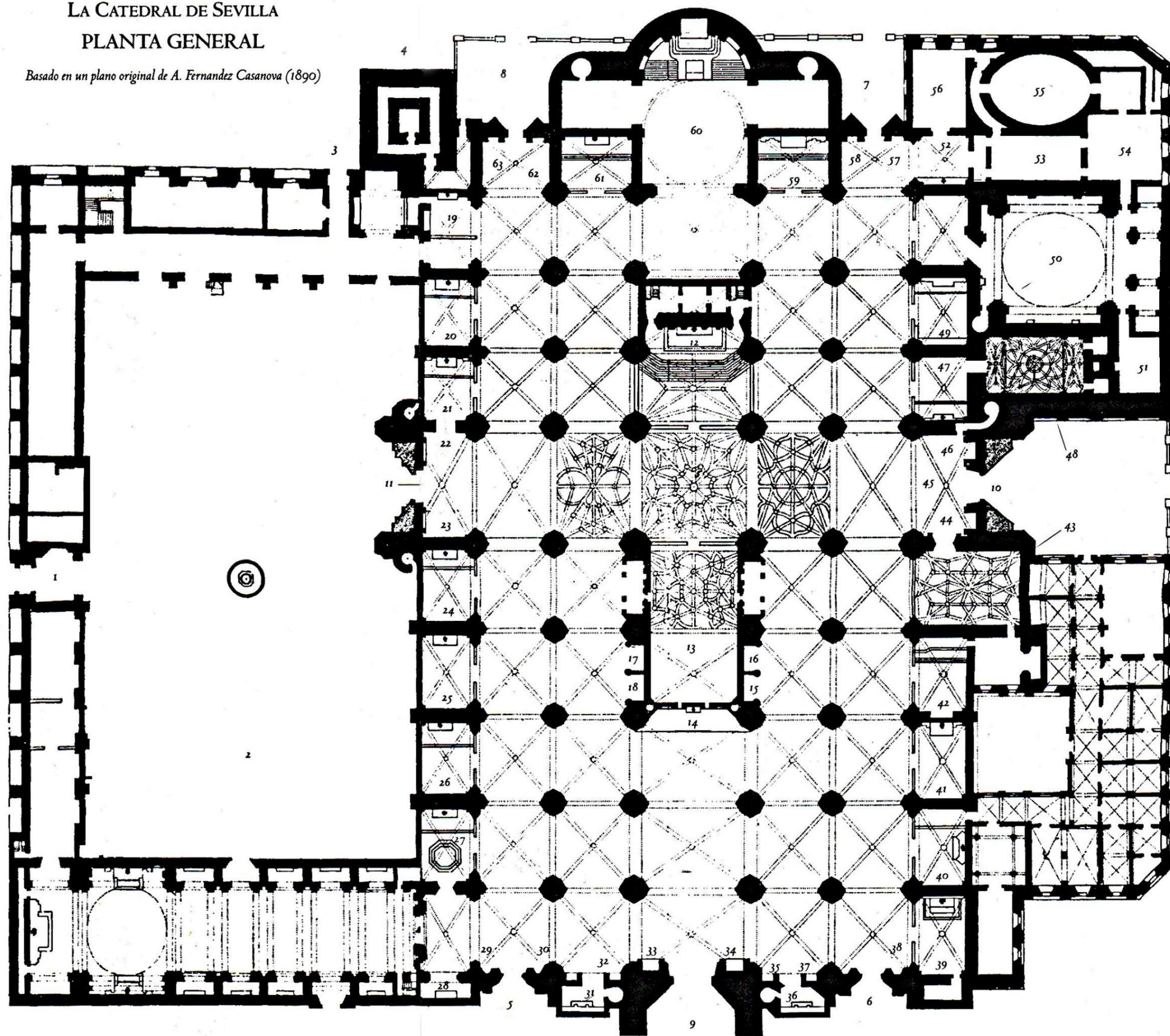
VILLAROEL GONZÁLEZ, Óscar. Capilla y capellanes reales al servicio del rey en Castilla. La evolución en época de Juan II. **En la España medieval**. Madrid, nº 31, 2008.

# ANEXO A

## LA CATEDRAL DE SEVILLA PLANTA GENERAL

Basado en un plano original de A. Fernandez Casanova (1890)

1. PUERTA DEL PERDON
2. PATIO DE LOS NARANJOS
3. PUERTA DEL LAGARTO
4. GIRALDA
5. PUERTA DEL BAUTISTERO
6. PUERTA DEL NACIMIENTO
7. PUERTA DE LA CAMPANILLA
8. PUERTA DE PALOS
9. PUERTA DE LA ASUNCION
10. PUERTA DE SAN CRISTOBAL
11. PUERTA DE LA CONCEPCION
12. CAPILLA MAYOR
13. CORO
14. TRASCORO
15. CAPILLA DE LA ENCARNACION
16. CAPILLA DE LA INMACULADA CONCEPCION
17. CAPILLA DE SAN GREGORIO
18. CAPILLA DE LA VIRGEN DE LA ESTRELLA
19. CAPILLA DE LA VIRGEN DEL PILAR
20. CAPILLA DE LOS EVANGELISTAS
21. CAPILLA DE SAN FRANCISCO
22. CAPILLA DE LA ASUNCION
23. CAPILLA DE LA VIRGEN DE BELEN
24. CAPILLA DE LAS DONCELLAS
25. CAPILLA DE SANTIAGO
26. CAPILLA DE SCALAS
27. CAPILLA DE SAN ANTONIO
28. CAPILLA DE LOS JACOMES
29. ALTAR DE LAS VISITACION
30. ALTAR DE NUESTRA SEÑORA DE LA ALCOBILLA
31. CAPILLA DE SAN LEANDRO
32. ALTAR DEL NINO NUDO
33. ALTAR DE CONSUELO
34. ALTAR DEL ANGEL DE LA GUARDA
35. ALTAR DE LA VIRGEN DEL MADRONO
36. CAPILLA DE SAN ISIDORO
37. ALTAR DE LA VIRGEN DE LA CINTA
38. ALTAR DEL NACIMIENTO
39. CAPILLA DE SAN LAUREANO
40. CAPILLA DE SANTA ANA
41. CAPILLA DE SAN JOSE
42. CAPILLA DE SAN HERMENEGILDO
43. CAPILLA DE LA VIRGEN DE LA ANTIGUA
44. CAPILLA DE LA INMACULADA CONCEPCION  
O DE LA GAMBA
45. SEPULCRO DE CRISTOBAL COLON
46. CAPILLA DE LA PIEDAD
47. CAPILLA DE LOS DOLORES
48. SACRISTIA DE LOS CALICES
49. CAPILLA DE SAN ANDRES
50. SACRISTIA MAYOR
51. PATIO DE LOS OLEOS
52. CAPILLA DEL MARISCAL
53. ANTECABILDO
54. PATIO DEL CABILDO
55. SALA CAPITULAR
56. CASA DE CUENTAS
57. ALTAR DE SANTA JUSTA Y RUFINA
58. ALTAR DE SANTA BARBARA
59. CAPILLA DE LA CONCEPCION GRANDE
60. CAPILLA REAL
61. CAPILLA DE SAN PEDRO
62. ALTAR DE LA ASUNCION
63. ALTAR DE LA MAGDALENA



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)